



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS DE CHAPECÓ  
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - (PPGH)  
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA**

**CLEONICE BISON**

**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA PARTIDÁRIA ENTRE LIDERANÇAS DO  
MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS NO OESTE DE SANTA CATARINA**

**CHAPECÓ**

**2018**

**CLEONICE BISON**

**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA PARTIDÁRIA ENTRE LIDERANÇAS DO  
MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS NO OESTE DE SANTA CATARINA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós –  
Graduação em História da Universidade  
Federal da Fronteira Sul – UFFS - como  
requisito para obtenção do título de Mestre em  
História, sob orientação do Prof. Dr. Humberto  
José da Rocha.

CHAPECÓ

2018

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**

Av. Fernando Machado, 108 E  
Centro, Chapecó, SC - Brasil  
Caixa Postal 181  
CEP 89802-112

Bison, Cleonice

Participação política partidária entre lideranças do movimento de mulheres camponesas no oeste de Santa Catarina / Cleonice Bison. -- 2018.

174 f. : il.

Orientador: Humberto José da Rocha.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em História, 2018.

1. Movimentos sociais. 2. Mulheres camponesas. 3. Política partidária.  
I. Rocha, Humberto José da, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pela  
Biblioteca Chapecó – UFFS

CLEONICE BISON

**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA PARTIDÁRIA ENTRE LIDERANÇAS DO  
MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS NO OESTE DE SANTA  
CATARINA**

Dissertação apresentada ao Programa de pós-Graduação em História  
da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Para obtenção do título de Mestre em  
História, defendido em banca examinadora em 19 / 10 / 2018.

Aprovado em: 19 / 10 / 2018


BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Humberto José da Rocha – UFFS  
Presidente da banca/orientador



Prof. Dr. Valdete Boni – UFFS  
Membro titular externo



Prof. Dr. Monica Hass – UFFS  
Membro titular interno

Prof. Dr. Emerson Neves da Silva – UFFS  
Membro suplente

Chapecó/SC, outubro de 2018.

Dedico esta pesquisa a todas as pessoas que diariamente buscam dar visibilidade à atuação, à fala e ao olhar feminino para fortalecer a imagem da mulher brasileira.

## AGRADECIMENTOS

Escrever uma dissertação é, sobretudo, um processo que se constrói passo a passo, lentamente e por muitas mãos generosas. Explicito minha gratidão a inúmeras pessoas que apoiaram, estimularam, orientaram e contribuíram com o desenvolvimento desta pesquisa, e entre todas lembro particularmente:

- ✓ Os colegas, professores e servidores do curso de Pós- Graduação em História da UFFS (Campus - Chapecó);
- ✓ A banca de qualificação do projeto composta pelo Prof<sup>o</sup>. Dr. Humberto José da Rocha, pela Prof<sup>a</sup>. Dra. Valdete Boni e pela Prof<sup>a</sup>. Dra. Monica Hass, pelos apontamentos realizados;
- ✓ As militantes do MMC, que gentilmente colaboraram com o meu trabalho, concedendo as entrevistas;
- ✓ Ao MMC/SC que permitiu a realização da pesquisa, particularmente me dirijo as militantes que coordenam o movimento e os funcionários/as que não mediram esforços para ajudar;
- ✓ Luciana Salvi e Andréia Cadorin companheiras de viagem e de estudo. Agradeço o carinho e o cuidado oferecido;
- ✓ Aos amigos, em especial, Cátia Frigo e Edi Ravanelli que, espontaneamente, acompanharam algumas entrevistas;
- ✓ Vilmar, Glimar, Walter e Carlos Comassetto, dos quais recebi críticas, orientações, correções e sugestões oportunas, as quais, além de colaborar com meu trabalho, vieram acompanhadas de amizade e carinho;
- ✓ Aos funcionários da Escola Básica Municipal Maria Petrolí que “seguraram as pontas” durante minhas saídas;
- ✓ A categoria dos professores municipais de Concórdia pela luta e conquista do direito de cursar o mestrado/doutorado com afastamento remunerado. Que sirva de estímulo para tantos outros colegas e também de instrumento de luta para que tal direito não seja descumprido;
- ✓ Humberto José da Rocha por aceitar-me como orientanda, por suas correções e sugestões decorrentes da experiência no tema dos movimentos sociais. Grata pela dedicação, paciência, sinceridade, incentivo e qualificada orientação;

- ✓ Minha primeira família, a qual a dívida do reconhecimento e ajuda vem de longa data. Meus pais, Antônio e Alzira Maria Bison, minhas irmãs Cleumari e Cleci, meus cunhados Ivanir e Marcos e meus sobrinhos Thiago, Vinícius e Ana Clara;
- ✓ Minha segunda família – Comassetto - na eterna memória de Celeste e Cecília, meu profundo agradecimento aos cunhados, cunhadas e sobrinhos;
- ✓ Claudete Comassetto minha cunhada, amiga e segunda mãe, especial gratidão. Além de cuidar de mim, cuidou da minha terceira família;
- ✓ Em especial, minha terceira família. Ao meu companheiro Carlos Fernando Comassetto e meus filhos Fernando Ernesto Bison Comassetto e Carla Manoela Bison Comassetto pela compreensão, paciência, paciência, paciência, apoio, amor e carinho dedicados durante todos os momentos.

Registro que a vinda da nossa pequena GRANDE mulher CARLA MANOELA ocorreu durante o Mestrado e que não foi nada fácil deixar meu pequeno GRANDE homem FERNANDO ERNESTO distante de mim, por dias seguidos. Espero que um dia também possam viver esta experiência e compreendam como respirar conhecimento nos faz bem.

## **A ESSAS E TANTAS OUTRAS...**

Essas que se embrenharam mata adentro e se  
negaram aos colonizadores  
e as que colaboraram e casaram com eles,  
Essas que embarcaram ainda crianças  
e as que ultrapassaram os limites da chegada,  
Essas que levaram chibatadas e marcas de  
ferro quente  
e as que se revoltaram e fundaram quilombos,  
Essas que vieram embaladas por sonhos  
e as que atravessaram nos porões da escuridão,  
Essas que geraram filhas e filhos  
e as que nunca pariram,  
Essas que acenderam todas as espécies de  
velas  
e as que arderam nas fogueiras,  
Essas que lutaram com armas  
e as que combateram sem elas,  
Essas que cantaram, dançaram, pintaram e  
bordaram  
e as que só criaram empecilhos,  
Essas que escreveram e traduziram seus  
sentimentos  
e as que nem mesmo assinavam o nome,  
Essas que clamaram por conhecimento e  
escolas  
e as que derrubaram os muros com os dedos,  
Essas que trabalharam nos escritórios e  
fábricas  
e as que empunharam as enxadas no campo,  
Essas que ocuparam ruas e praças  
e as que ficaram em casa,  
Essas que quiseram se tornar cidadãs



e as que imaginaram todas votando,  
Essas que assumiram os lugares até então  
proibidos  
e as que elegeram as outras,  
Essas que cuidaram e trataram dos diferentes  
males  
e as que adoeceram por eles,  
Essas que alimentaram e aplacaram os vários  
tipos de fome  
e aquelas que arrumaram a mesa,  
Essas que atenderam, datilografaram e  
secretariaram  
e aquelas que lavaram e passaram sem  
conseguir atenção,  
Essas que se doutoraram e ensinaram  
e as que aprenderam com a vida,  
Essas que nadaram, correram e pularam  
e as que sustentaram a partida,  
Essas que não se comportaram bem e amaram  
de todas as maneiras  
e as que fizeram sem pedir licença,  
Essas que desafinaram o coro do destino  
e as que com isso abriram as alas e as asas,  
Essas que ficaram de fora  
e aquelas que ainda virão,  
Essas e tantas outras que existiram dentro da  
gente  
e as que viveram por nós.

(Autor desconhecido)

Fonte: BRASIL, Érico; SCHUMAHER, Schuma (org.).  
**Dicionário Mulheres do Brasil:** de 1500 até a  
atualidade. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001.

## RESUMO

O tema da pesquisa disserta acerca do envolvimento na política partidária de lideranças do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), na região oeste do estado de Santa Catarina, Brasil, no período de 1983, quando surge o movimento, até 2003, ocasião em que o Partido dos Trabalhadores (PT) assume o poder institucional do Estado Brasileiro e novo projeto de Governo redimensiona os movimentos sociais. O trabalho foi fortalecido pela Teoria das Oportunidades Políticas (TEOP), idealizada por Sidney Tarrow, e apresenta um breve resumo a respeito da história dos movimentos sociais, especialmente camponeses. Segue mostrando a trajetória das mulheres, evidencia a luta por direitos políticos e o desenvolvimento de mulheres camponesas militantes do MMC com a política partidária. Por fim, avalia as experiências e os resultados alcançados neste envolvimento, através da análise dos discursos, que considerou as respostas fornecidas pelas entrevistadas, a experiência pessoal da pesquisadora e a fundamentação teórica. Neste sentido, o estudo foi fundamentado em três fontes com caráter documental, bibliográfico e oral. As fontes orais se basearam em catorze entrevistas – representado geograficamente em dez municípios do Oeste - semiestruturadas e de caráter qualitativo. Portanto, a dissertação também se tornou uma ferramenta de divulgação da experiência histórica do MMC, construída nestes trinta e cinco anos de luta, com destaque para o campo político, tão pouco mencionado nas produções acadêmicas e do próprio movimento.

Palavras-chave: Movimentos Sociais. Mulheres Camponesas. Política Partidária.

## **ABSTRACT**

The theme of the research is about the political-partisan involvement of leaders of the Movement of Peasant Women (MPW), in the western region of Santa Catarina, Brazil, in the period of 1983, when the movement emerged, until 2003, when the Workers Party (PT) assumes the institutional power of the Brazilian State and new Government project resizes social movements. The work was strengthened by the Political Opportunity Theory (POT), idealized by Sidney Tarrow, and presents a brief summary on the history of social movements, especially peasants. It goes on to show the trajectory of women, highlighting the struggle for political rights and the development of militant peasant women in the MPW with party politics. Finally, it evaluates the experiences and the results achieved in this involvement, through the analysis of the discourses that considered the answers provided by the interviewees, the personal experience of the researcher and the theoretical foundation. In this sense, the study was based on three sources with documentary, bibliographic and oral character. The oral sources were based on fourteen interviews - geographically representing ten municipalities of the West - semi-structured and of qualitative character. Therefore, the dissertation also became a tool to disseminate the historical experience of the MPW, built during the thirty-five years of struggle, with emphasis on the political field, so little mentioned in academic productions and the movement itself.

**Keywords:** Social Movements. Peasant Women. Party Politics.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 1 - MOVIMENTOS SOCIAIS: TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO DE PESQUISA .....</b>	<b>25</b>
1.1 MOVIMENTOS SOCIAIS NA PERSPECTIVA DA TEORIA DA OPORTUNIDADE POLÍTICA.....	26
1.2 A CATEGORIA DE CAMPONÊS.....	37
1.3 MOVIMENTOS CAMPONESES NO BRASIL .....	44
<b>CAPÍTULO 2 - MULHER: FORÇA ATUANTE NOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....</b>	<b>54</b>
2.1 O DESENVOLVIMENTO DA CONDIÇÃO DA MULHER NA SOCIEDADE BRASILEIRA.....	55
2.2 MOVIMENTOS DE MULHERES CAMPONESAS E AS RELAÇÕES SOCIAIS.....	63
2.3 MULHERES NO OESTE DE SANTA CATARINA: EXPERIÊNCIAS DE LUTA....	71
<b>CAPÍTULO 3 - O ENVOLVIMENTO DE LÍDERES DO MMC COM A POLÍTICA PARTIDÁRIA.....</b>	<b>79</b>
3.2 A POLÍTICA EM SANTA CATARINA E SEUS REFLEXOS NO OESTE .....	79
3.2 MULHERES NA POLÍTICA: O LONGO CAMINHO.....	91
3.3 HISTÓRIA POLÍTICA DAS BRASILEIRAS: A CAMPONESA TEM VOZ E VEZ....	97
<b>CAPÍTULO 4 - MULHERES NO MMC E NA POLÍTICA PARTIDÁRIA.....</b>	<b>112</b>
4.1 A CONFORMAÇÃO DE UM DISCURSO.....	112
4.2 O DISCURSO E A PRÁTICA NO MMC.....	123
4.3 DO MMC PARA A POLÍTICA PARTIDÁRIA.....	137
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>159</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>162</b>
<b>APÊNDICE A - TCLE encaminhados aos depoentes.....</b>	<b>171</b>

## INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais, como hoje são estudados, começaram a surgir em grande número durante o século XVIII. Eles não produziram, por si só, novos descontentamentos e novos conflitos, mas difundiram maneiras de preparar reivindicações que ajudaram as pessoas comuns a pensarem como parte de coletividades mais amplas e no mesmo plano de seus superiores.

De acordo com Hobsbawm (2002, p.19-20), os anos de 1789 a 1848 foram marcados por duas grandes revoluções: a transformação industrial iniciada na Inglaterra e a transformação política, associada à França. Ambas provocaram o exulto de uma nova sociedade. Nasce a sociedade da burguesia e mantém-se a sociedade do proletariado. Assim, atrás das ideologias políticas burguesas estavam às massas, prontas para transformar as revoluções moderadamente liberais em revoluções sociais. Confrontos políticos de grandes proporções existiram e marcaram o período.

Para Sidney Tarrow (2009, p. 27), “quando o confronto se espalha por toda uma sociedade, como às vezes acontece, vemos um ciclo de confrontos; quando tal ciclo é organizado em torno de soberanias opostas ou múltiplas o resultado é a revolução”. Assim, o autor que conceitua confronto político, também o relaciona como a “insurreição dos movimentos sociais”, entendido por Hobsbawm (2002) como as “massas em movimento”.

O confronto político segundo Tarrow (2009, p. 27),

[...] surge como uma reação a mudanças nas oportunidades políticas e restrições políticas em que os participantes reagem a uma variedade de incentivos: materiais e ideológicos, partidários ou baseados no grupo, de longa duração ou episódicos. A partir dessas oportunidades e usando repertórios conhecidos de ação, pessoas com recursos limitados podem agir de forma contenciosa – embora esporadicamente. Quando suas ações se baseiam em densas redes sociais e estruturas conectivas e recorrem a quadros culturais consensuais e orientados para a ação, elas podem sustentar essas ações no conflito com opositores poderosos. Em tais casos – e apenas em tais casos – estamos diante de um movimento social.

No século XX, uma onda de democratização se espalhou pelo mundo, motivada, na maioria das vezes, por confrontos políticos. Surge o que Tarrow (2009, p. 25) chamou de “sociedade dos movimentos”. O autor diz que as “drásticas mudanças ocorreram no sul da Europa nos anos de 1970, na América Latina nos anos de 1980, na Europa Oriental e Central e na África a partir de 1989”. Reforça que “nos anos de 1990 surgiu uma nova onda de movimentos “feios”, fundados em demandas étnicas, nacionalistas, em fanatismo religioso e

racismo, levando o mundo a um ápice de turbulência e violência como não se via por décadas”.

No Brasil, nos anos de 1970, os movimentos sociais se intensificaram e firmaram oposição ao regime militar que se encontrava em vigência. As ações desenvolvidas se concentraram em atos de resistência à ditadura e ao autoritarismo estatal. O fato é que a população se manteve dura para com a ditadura, prevalecendo à força e a organização dos movimentos estudantis, das categorias operárias e camponesas em seus sindicatos, dos setores da Igreja Católica (representados pelas comunidades eclesiais de base e pastorais), dos partidos de esquerda, em especial o PCB e demais setores da sociedade que sofriam as consequências desta forma de governo.

Nesse período, cada movimento construiu sua forma de atuação com pautas de reivindicações, valores, discursos que os caracterizavam e os diferenciavam de outros, constituíram identidade própria. Dessa forma, instituíram novo modelo de se fazer política e politizaram novos temas ainda, ou tão pouco discutidos. Tais pensamentos foram concretizados com a Constituição de 1988.

Para tanto, o estudo seguirá memorando o final da década de 1970 e início da década de 1980, períodos em que a história do campesinato brasileiro foi marcada pela efervescência de movimentos sociais. Tais movimentos foram determinantes na construção de um novo momento socioeconômico e político que mudou a história de muitos homens e mulheres trabalhadores.

No mesmo período, no oeste de Santa Catarina, espaço escolhido para o desenvolvimento da pesquisa, os movimentos sociais no campo emergiram devido, principalmente, às profundas transformações sociais, econômicas e políticas em andamento. O avanço do processo de industrialização fundamentado na agroindústria e a crescente dependência da pequena produção, juntamente, com o endividamento bancário e a crise na suinocultura originaram uma intensa crise na produção camponesa tradicional.

Segundo Odilon Poli (1999, p. 66-68) o que agravou a crise foi a oscilação muito grande do preço dos suínos com as altas e baixas muito acentuadas, o processo inflacionário que elevou o custo do dinheiro para os camponeses e o auge da crise foi marcado com a chamada ‘peste suína africana’, sinalizada por grandes contradições, cuja existência nunca fora realmente comprovada.

É neste contexto de crise da produção camponesa tradicional e de esgotamento da fronteira agrícola que o início dos anos de 1980 foi marcado com o surgimento de intensos movimentos sociais no campo. Para Poli (1999, p. 74), “alguns deles com repercussão

estadual e até nacionais, como é o caso do Movimento dos Sem-Terra, do Movimento dos Atingidos por Barragens, o Movimento de Mulheres Agricultoras, o Movimento de Oposições Sindicais, [...]”.

Jacir Casagrande (1991, p. 5) reforça que as condições de dificuldades vividas devido à pequena produção, numa perspectiva de fortalecimento das lutas das organizações do campo, propiciou o surgimento do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA/SC), antes conhecido como Organização de Mulheres Agricultoras (OMA). Para o autor,

o Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina surge num contexto de lutas do meio rural pela continuidade da reprodução da vida camponesa. Quadro este que se apresenta numa linha de agravamento gradativo das dificuldades para este modo de vida e de trabalho familiar.

Em 1983 a situação vivida no período das crises, conforme citado pelos autores, além de outras condições que serão apresentadas no decorrer da dissertação, legitimou tal organização. As mulheres que assumiram o movimento, não permaneceram sozinhas, somarem-se aos demais movimentos, na busca de alternativas para tantas necessidades sentidas no núcleo familiar. Também desejavam uma vida própria, de autonomia e de reconhecimento.

Segundo Sirlei Gaspareto (2017, p. 138) a fase inicial de organização do movimento de mulheres agricultoras em Santa Catarina “ficou conhecida como Organização de Mulheres Agricultoras (OMA). Em 1986, passou a ser conhecida como Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA/SC)” e manteve essa terminologia até o ano de 2004, com a composição do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)<sup>1</sup>.

Valdete Boni (2017, p. 10), amparada em documentos do Movimento, esclarece que “a escolha se deu pelo fato de que o termo camponês englobaria as diferentes atividades exercidas no campo, seja a das agricultoras, das assalariadas rurais, das pescadoras ou das extrativistas. Outra justificativa refere-se ao trabalho familiar e à produção de alimentos”. Boni (2017, p. 10), afirma que:

A discussão a respeito do nome que teria o movimento suscita uma importante questão, o significado do termo “camponês”. As antigas denominações de “agricultoras” e “trabalhadoras rurais” foram substituídas por “camponesas”.

---

<sup>1</sup> Utilizaremos a sigla “MMC” para se referir ao movimento de forma genérica sem considerar as variações nominais. Tais variações serão assinaladas quando das passagens históricas, ou seja, quando ocorrerem às alterações nas denominações.

Acontece que o termo ou conceito de camponês nunca foi muito utilizado no Brasil entre os próprios agricultores.

É necessário compreender essas mudanças terminológicas. Na dissertação usaremos Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), embora em Santa Catarina, no período o qual o tema será analisado (1983-2003), o movimento era denominado MMA/SC. Ainda, referente ao assunto, há outras hipóteses para as mudanças do nome. A incorporação à Via Campesina é uma delas. Tema que abordaremos no segundo capítulo.

Foi no MMC que as mulheres procuraram mostrar o desenvolvimento da condição da mulher camponesa na sociedade através dos tempos: sua vida, seus anseios, sua maneira de pensar e participar dos acontecimentos. Investigar essa participação significa compreender o processo da atuação do Movimento na política.

Diante do exposto, a questão que norteará a pesquisa será como ocorreu o envolvimento e a participação de lideranças do Movimento das Mulheres Camponesas na política partidária, na região oeste de Santa Catarina, no período entre 1983 até 2003?

Este estudo parte da hipótese de que o envolvimento e a participação de algumas lideranças do MMC, com a política partidária, decorrem do apoio aos movimentos sociais manifestados por parte da Igreja Católica, de sindicatos rurais e alguns partidos políticos, além do próprio MMC que criou oportunidades para formação.

A pesquisa irá avaliar alguns objetivos, dentre eles, destacamos: Identificar, de forma restrita, como aconteceu a formação política do MMC; Analisar como ocorreu o envolvimento na política partidária de catorze militantes que participaram do MMC; Apresentar os resultados alcançados, ou seja, identificar a importância da experiência política partidária para cada militante entrevistada, para o MMC e para a sociedade.

A escolha da problemática e dos objetivos remete-se, primeiramente, quando em 2007 participamos do Programa de Pós-Graduação na Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC e escolhemos o Movimento das Mulheres Camponesas como tema de pesquisa para monografia.

No período, as militantes, em entrevista, questionavam os motivos pelos quais havia pouca participação das mulheres no MMC, nos municípios que compunham a regional de Concórdia, local de estudo na época. Entendiam que, se o trabalho realizado pelo movimento fosse amplamente divulgado às companheiras e a sociedade, talvez se tornasse ferramenta de apoio para ampliar a participação. No período, desconheciam qualquer escrito local.



Jamais a manifestação foi esquecida. Mesmo afastada da universidade, estudos e leituras sobre o que acontecia no movimento se mantiveram vivos. Também se lamentava que, assim como as depoentes, muitas mulheres já haviam participado dessa história e a falta de registro as mantinha esquecidas na história, sem o devido reconhecimento.

Diante do exposto e pela importância do estudo tão pouco discutido na academia, ousamos dissertá-lo. Acreditamos que dessa forma estaremos divulgando a experiência histórica do MMC construída nestes trinta e cinco anos de luta. E, para os militantes sociais, principalmente camponeses e estudiosos políticos, que se mantêm nas lutas até os dias de hoje, o trabalho disponibilizará análise de discurso que possibilitará reflexão sobre ações políticas realizadas no período analisado e seus reflexos na atualidade.

O estudo foi fundamentado em fontes com caráter documental, bibliográfico e oral. Nas fontes documentais, a maior parte do acervo foi disponibilizado pela Secretaria Estadual do MMC/SC, na sede, em Chapecó. Estiveram à disposição relatórios de atividades, atas, comunicações internas e externas, normativas, fichamentos, requerimentos, cartas, quadro de associados, livros de registros, entre outros. O restante do acervo foi estudado em instituições e entidades sociais que tratam do tema, a exemplo do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM).

As fontes bibliográficas foram disponibilizadas em bibliotecas (livros, teses, dissertações, artigos, jornais, textos etc.), museus (imagens, vestimenta, alimentação, instrumentos de trabalho, etc.). Além da contribuição das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e acervos particulares.

As fontes orais se basearam em catorze (14) entrevistas, semiestruturadas e de caráter qualitativo (o método de aplicação será apresentado a seguir).

Importante observar que o benefício da cooperação implicou apenas no desenvolvimento de novos conhecimentos, acerca do tema estudado, e os resultados obtidos foram utilizados exclusivamente para fins científicos.

Para descrever o campo de investigação social, o campo não do verificável, mas do interpretável, no qual agora nos encontramos, a nível histórico-social, se fez necessário investigar quais fatores determinaram a motivação das participantes na pesquisa, para que atuassem no MMC. Segundo Alonso (1998, p. 49) as motivações são “atitudes motrizes do comportamento do ator social, profundas, difusas e dificilmente verbalizáveis, que se assentam sobre valorações, crenças e desejos no imaginário coletivo”.

Segundo Vimar Comassetto (2000, p. 105), tais motivações poderão ser observadas e interpretadas, graças à abordagem qualitativa.

A abordagem qualitativa é considerada por Merriam (1998) como um conceito “guarda chuva”, cobrindo várias formas de indagações que nos ajudam a entender e explicar melhor o sentido dos fenômenos sociais com a menor ruptura possível do ambiente natural. A referida autora enfatiza, ao mesmo tempo, que a presunção filosófica chave sobre todos esses tipos de pesquisa qualitativa, é, como se notará mais tarde, baseada na ótica de que a realidade é construída por indivíduos interagindo com seus mundos sociais.

A pesquisa qualitativa, nas últimas décadas, vem ocupando um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fatos ocorridos que envolvem os seres humanos e suas relações sociais estabelecidas em diversos ambientes. A afirmativa é válida, pois grande parte das bibliografias, aqui citadas, trouxeram resultados a partir da abordagem qualitativa, em especial, as que ofereceram estudos voltados aos movimentos sociais e à política.

Para tanto, cabe ao pesquisador à função de compreender a vivência da realidade por meio da discussão, análise e resposta a questão que o motivou a pesquisar. Para que tenha bons resultados é fundamental que estabeleça relações entre a teoria e a prática. Isso garantirá a objetividade ao estudo e seu alicerce, pois, a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares.

Segundo Minayo (1993), nas Ciências Sociais, a pesquisa qualitativa se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Quer dizer, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Neste sentido, a pesquisa qualitativa se aprofunda no mundo dos significados, das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas. Contudo, a Minayo (1993) lembra que dados quantitativos e qualitativos não se opõem. Ao contrário, complementam-se, pois, a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia.

Diante do exposto, a abordagem qualitativa foi escolhida para realizar nosso trabalho de pesquisa, pois entendemos como a forma mais adequada para explicar o envolvimento de lideranças do MMC com a política partidária.

O estudo foi desenvolvido junto a catorze lideranças do MMC, no oeste de Santa Catarina. As entrevistas foram realizadas, em sua maioria, nos meses de maio a julho de 2018. Para a escolha das lideranças foi realizado estudo junto à Regional Estadual do MMC, sendo

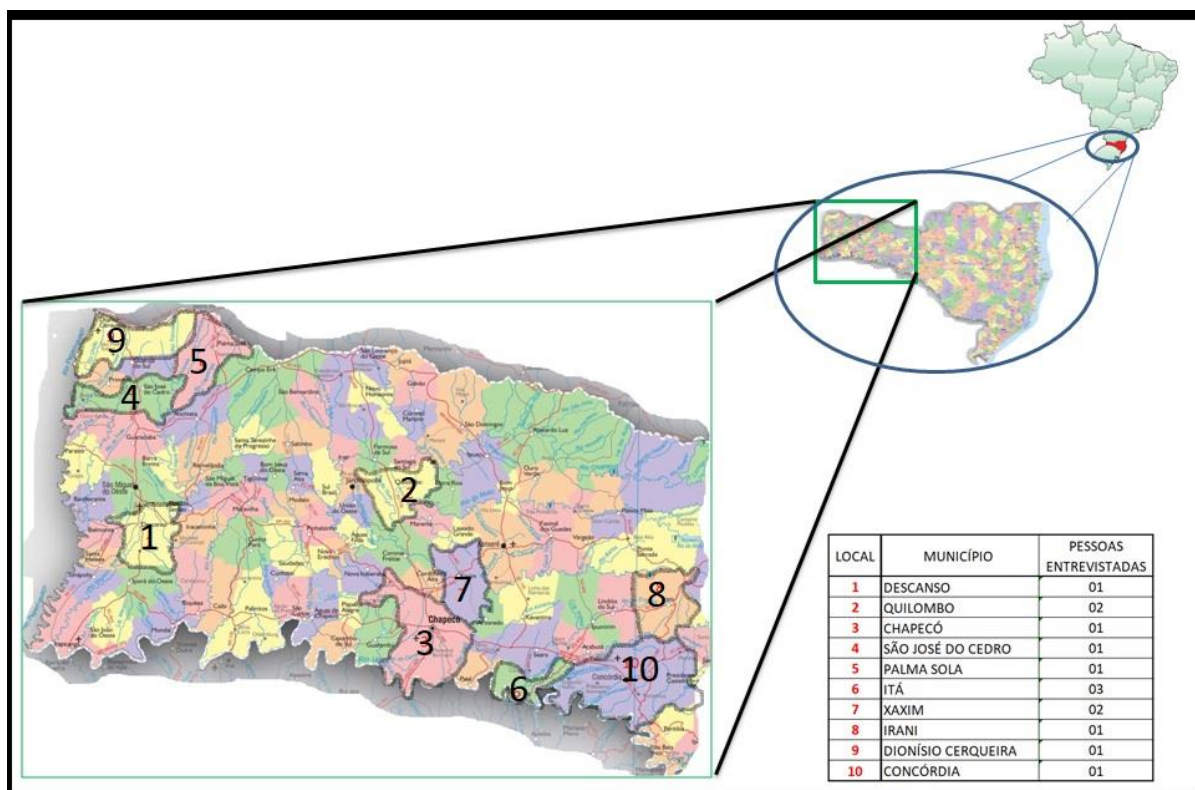
as colaboradoras componentes da Direção Estadual e da Executiva do Movimento, sobretudo, aquelas que concorreram a cargos eletivos.

A partir das fontes encontradas, a seleção para entrevista atendeu a três critérios básicos:

- 1) Ter participado do MMC (em âmbito municipal, regional, estadual e nacional);
- 2) Ter concorrido a cargos eletivos (executivo/legislativo) nos municípios do oeste Catarinense;
- 3) Ter disponibilidade para realizar entrevista entre os meses de maio a julho de 2018.

A amostragem geográfica apresentou dezoito municípios que tiveram lideranças do MMC envolvidas com a política partidária e concorreram a cargos eletivos. Mantiveram-se na pesquisa apenas dez, pois, somente catorze depoentes se enquadraram nos critérios estabelecidos e aceitaram participar. Também ocorreram situações em que mais de uma depoente foi entrevistada no mesmo município conforme Figura 01.

Figura 01 – Municípios e lideranças entrevistadas na pesquisa



Fonte: Elaborada por Carlos Fernando Comassetto com dados disponibilizados pela autora.

Consideramos a diversidade cultural, étnica, social, econômica e política do Oeste e observamos para que as características de um determinado município não fossem assumidas

como fatores decisivos e influentes da cultura política passamos a pesquisar a percepção das depoentes, caracterizando suas opiniões como um todo e não destacamos seu município em particular.

Dessa forma, em nosso entendimento, os municípios, independentemente do tamanho do seu território, da sua população, dos seus recursos (humanos, financeiros, materiais) e da sua organização política partidária, foram bem representados pelas lideranças entrevistadas.

Em relação às lideranças entrevistadas, com a intenção de preservar a identidade política e cultural, optamos por não identificá-las em citações que envolvem o MMC e o partido político em que se filiaram. Até porque muitas depoentes se mantêm no movimento e na vida política.

As informações primárias foram coletadas mediante entrevistas semiestruturadas, seguindo os critérios mencionados e seguindo uma proposta de roteiro, junto a catorze lideranças do MMC. Dois locais de coletas foram considerados: residência (sete depoentes), Sede Estadual do MMC (três depoentes). Com outras quatro depoentes, mantivemos contato, mas, devido à carência de tempo, o roteiro de entrevista foi respondido e remetido via e-mail.

Antes do início de cada entrevista, a pesquisadora apresentou, com a devida explicação, os propósitos da pesquisa. Em seguida, entregou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice A), sendo que uma cópia permaneceu com a depoente e outra cópia assinada ficou com a pesquisadora.

Assim, a pesquisadora assumiu o compromisso de manter sigilo, em termos de publicidade, quanto à autoria pessoal das opiniões manifestadas (caso a depoente entenda-se necessário). O documento assinado, também autorizou a gravação/filmagem da entrevista para posterior transcrição e confirmação. Quanto à transcrição, optamos pelo formato semi-integral, pois, os assuntos abordados se repetiam com certa frequência.

Cada entrevista teve a duração aproximada de uma (1) hora e vinte (20) minutos. As depoentes foram espontâneas. Tiveram a liberdade de expor suas experiências de vida no Movimento e na política, enriquecendo a investigação.

O roteiro da entrevista dividido em três tópicos gerais (Identificação/Atuação no Movimento/Experiência política) guiou a pesquisadora e colaborou na organização sequencial do texto, bem como, nas análises dos discursos.

Concluídas as entrevistas e transcritas, os documentos orais em seu conjunto transformaram-se em importante fonte documental para análise e comparação com outras fontes, além de terem contribuído, diretamente, nesta dissertação.

A partir dos depoimentos obtidos nas entrevistas da experiência pessoal da pesquisadora e com base na fundamentação teórica foi possível analisar o tema proposto.

Inicialmente dividimos o conteúdo em três categorias gerais, previamente formuladas no roteiro de entrevista:

Primeira categoria:

Identificação da depoente – Diz respeito à construção de sua identidade.

- Nome completo;
- Data de nascimento;
- Local em que nasceu/ viveu/ vive;
- Formação/escolaridade;
- Período de atuação no MMC;
- Tempo de experiência nas funções assumidas no MMC;
- Município ao qual pertence;
- Regional à qual pertencente;
- Período em que concorreu a cargos eletivos;
- Cargos a que concorreu (executivo/legislativo);
- Elegeu/assumiu.

Segunda categoria:

Atuação no Movimento de Mulheres Camponesas – MMC – Refere-se à percepção da depoente em relação ao Movimento.

- Antes de entrar no MMC como era sua vida no campo? Funções?
- O que a motivou participar do MMC? Com que idade? Foi incentivada por alguém?
- Antes de atuar no MMC, participou em outro movimento, instituição, grupo ou associação?
- Como foi recebida e qual função(s) exerceu no Movimento?
- Sentiu alguma dificuldade ao ingressar no Movimento?
- Em sua opinião, quais características são necessárias para se engajar num movimento social?
- Conte como aconteciam as reuniões, congressos, eventos e a formação.
- Quais os aprendizados mais significativos durante sua atuação no MMC?
- Quais as principais reivindicações, ou seja, qual era a luta defendida pelo Movimento?

- Quais normas regulavam o Movimento e como eram construídas?
- Quais eram as instâncias de decisões?
- O Movimento utilizava algum símbolo representativo?
- Quem sempre foi parceiro do Movimento? Que tipo de auxílio fornecia?
- Acredita que o MMC tenha modificado algo em sua vida e na vida das participantes?

### Terceira categoria:

Experiência política partidária – Refere-se à participação da depoente que concorreu a cargo eletivo.

- O que entende por política/conceito:
- Quais razões inibem ou estimulam os cidadãos a participarem da política, especialmente, as mulheres?
- Ocorria formação política no MMC?
- Como iniciou sua participação política no MMC, em especial a partidária?
- Como aconteceu a formação política quando o Movimento se ampliou para vários Municípios e estados?
- Sua participação efetiva na política se firmou na busca de quais objetivos?
- Em qual partido político foi filiada? Qual sua atuação? Resultados?
- Faça uma avaliação da sua participação no Movimento, sobretudo, no período em que esteve envolvida com política partidária, exercendo ou não cargo eletivo?
- Concorreu a que cargo? Em que período? Elegeu? (explicar como foi)
- Sua candidatura foi em função da cota das mulheres?
- Quem apoiou efetivamente? (familiares, grupos pertencentes, instituições, etc.)
- Como organizou sua campanha? (propostas, materiais, apresentação das propostas)
- Como foi a experiência de ocupar espaço historicamente dominado/ocupado por homens?
- Pontos relevantes/positivos e decepções com a experiência?
- Qual projeto o partido em que se filiou defendia para o MMC?
- Quais mudanças relevantes ocorreram no MMC com a aproximação de líderes em partidos políticos?
- As ideologias do Movimento se pareciam com a do partido em que atuou?  
(principais bandeiras defendidas)

- Como aconteceu a participação política das mulheres, dentro dos limites e padrões estipulados pelo sistema político democrático representativo?
- A participação em política partidária nos movimentos sociais é importante?
- A ausência de participação política partidária nos Movimentos Sociais, em especial o MMC, pode ser considerada um problema?
- O conjunto de acontecimentos históricos, na década de 1980 pode ser considerado decisivo para o surgimento do MMC e seu livre acesso à política partidária?
- Qual era o nível de escolarização das mulheres do grupo pelo qual atuou? Influenciava ou não na decisão de se envolver com política partidária?
- O indivíduo que ao participar de um movimento social escolhe vivenciar a experiência política partidária pode ser considerado “evoluído” diante do grupo?

Optamos somente por aprofundar algumas respostas, em especial aquelas que deram alicerce para a questão norteadora da pesquisa. As demais questões foram aplicadas para assegurar as bases teóricas apresentadas nos capítulos anteriores e para que pudessem ser afirmadas as nossas análises. De outra maneira, entendemos que a pesquisa estaria incompleta, superficial, subjetiva e poderia ser questionada pela ciência se a pesquisadora não tivesse pleno conhecimento da vivência das depoentes, das relações sociais, culturais e não somente a atuação política partidária em estudo.

Relatamos a seguir o procedimento metodológico empregado no desenvolvimento das atividades, que pode ser resumido e descrito conforme a sequência da execução.

- 1) Estudo e construção das perguntas para submeter ao Comitê de Ética (Plataforma Brasil) e aprovação, antes da definitiva ida a campo;
- 2) Realização das entrevistas com as lideranças do MMC e transcrição semi-integral das mesmas;
- 3) Interpretação das entrevistas levando em conta a experiência pessoal da pesquisadora e a fundamentação teórica;
- 4) Redação do documento final resultante da integração das categorias anteriormente apresentadas e elaboração das conclusões ao final de cada capítulo, além das apresentadas no final da exposição.

O desenvolvimento desta dissertação se apresenta dividido em quatro capítulos, cada um com três seções, além da conclusão. Aglomerados, foram norteados por meio da metodologia apresentada.

O primeiro capítulo apresenta breve resumo da história dos movimentos sociais a partir da Teoria das Oportunidades Políticas (TEOP) idealizada por Sidney Tarrow, na obra escolhida - O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político. Nela, exhibe a convergência de elementos (políticos, culturais, econômicos) necessários para desencadear ciclos de confrontos e ações coletivas que propiciaram o surgimento dos movimentos sociais.

Segue conceituando a categoria camponês e caracterizando o campesinato, sem perder de vista as oportunidades e as restrições políticas que envolveram história do campo no Brasil, bem como, as ações coletivas orientadas e os resultados causados pelos confrontos políticos. Por fim, o objetivo discorre sobre a emergência e organização dos movimentos sociais do campo, a partir da década de 1940 até a década de 1980, período em que foi criado o Movimento das Mulheres Camponesas e se firmam as grandes reivindicações de luta.

O segundo capítulo, mostra a trajetória das mulheres. Na primeira seção expomos um breve histórico acerca da mulher na sociedade, para, na sequência, avaliar o modelo político e econômico em vigência anos de 1980. Apresentamos as principais reivindicações que vão legitimar a organização e atuação das mulheres brasileiras, em especial, no cenário político. Concluimos analisando a política das mulheres e para com as mulheres, a partir dos confrontos, das resistências, das legislações e do poder estabelecido, fortalecendo a ideia de visibilidade da mulher.

A segunda seção analisa a influência das relações sociais na criação do Movimento de Mulheres Camponesas, especialmente do sindicato, da Igreja Católica e dos partidos políticos, com destaque ao Partido dos Trabalhadores. Também são ostentadas fortes críticas ao modelo capitalista vigente, sobretudo a forma de produção excludente e exploradora.

Concluimos o capítulo e apresentamos experiências vividas por dezessete<sup>2</sup> (17) militantes do MMC, no oeste de Santa Catarina. Tais experiências expõem a relação mulher x trabalho e avaliam a rotina produtiva antes e depois de militarem no MMC. Por fim, mostramos as instâncias de decisões do MMC, bem como suas funções, para compreender como foi efetivada a formação política no Movimento.

---

<sup>2</sup> Referente as dezessete (17) entrevistadas: catorze (14) militantes com envolvimento político partidário; uma (01) que está atualmente na coordenação do MMC; duas (02) que foram entrevistadas em 2007 e os depoimentos se encontram no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), na Universidade do Oeste de Santa Catarina, sendo de nossa autoria.



O terceiro capítulo partiu do estudo das diferentes organizações de sociedades e de suas experiências políticas para que chegássemos à dimensão que nos encontramos hoje. Inicialmente, apresentamos a organização política de Santa Catarina e seus reflexos na região Oeste, dentre eles, a efetivação de políticas mais democráticas com lenta inserção da mulher.

Seguimos refletindo a respeito da exclusão política e social das mulheres, alicerçadas em ideias filosóficas difundidas e reafirmadas como verdadeiras durante muitos séculos. E, na última seção deste capítulo, expomos as condições econômicas, políticas e sociais da mulher no Brasil, ao longo dos tempos e das sociedades. Mostramos o esforço individual e coletivo das mulheres na luta por direitos sociais e fortalecimento identitário.

Enfim, analisamos a trajetória política da mulher até a conquista do direito ao voto e da participação política eletiva, destacando a atuação de militantes do MMC, no oeste de Santa Catarina, na concretização de modelo político mais igualitário.

O quarto capítulo foi reservado para responder o tema em questão. Apresentamos pesquisa de campo desenvolvida em dez municípios do Oeste, com a participação de catorze mulheres camponesas que tiveram envolvimento com o MMC e com a política partidária, no período de 1983 a 2003, de forma a aproximar os horizontes teórico e empírico.

Iniciamos explicando, através da análise dos discursos, a trajetória das lideranças entrevistadas desde a primeira mobilização a fim de criar movimento próprio até a opção pelo viés partidário. Buscamos mostrar como o discurso e a prática das entrevistadas foi importante para que ocorresse maturidade política. Concluimos apresentando como ocorreu o envolvimento dessas lideranças com a política partidária e como avaliaram as experiências e os resultados alcançados.

Os detalhes acerca da trajetória e do envolvimento de algumas mulheres, militantes camponesas do MMC, na política partidária no oeste de Santa Catarina, serão analisados ao longo desta dissertação com a finalidade de compreender a dinâmica do tema em estudo.

## **CAPÍTULO 1**

### **1 MOVIMENTOS SOCIAIS: TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO DE PESQUISA**

O primeiro capítulo da dissertação está dividido em três seções. Na primeira seção queremos apresentar breve resumo da história dos movimentos sociais, em especial, após o período de 1940, para compreender cenário que antecede a década de 1980, momento em que é criada a Organização de Mulheres Agricultoras (OMA), posteriormente, denominado Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

Para isso, houve a necessidade de investigar as teorias. Podemos dizer que, geralmente, a teoria sobre os movimentos sociais é estudada mediante três correntes teóricas principais: 1) A histórico-estrutural; 2) A institucional/organizacional-comportamentalista; 3) A culturalista-identitária.

Neste estudo, partiremos da Teoria das Oportunidades Políticas (TEOP), por se tratar do tema da pesquisa em discussão. O autor a ser estudado, também idealizador da teoria, Sidney Tarrow (2009), passou a explicar os movimentos sociais sob a luz de um cenário de oportunidades políticas.

Além dos conceitos, a obra oferece subsídios concretos para compreender como ocorreram ações coletivas, e, por fim, como emergiram os movimentos sociais. Elementos importantes que serão discutidos, também, nos próximos capítulos.

Na segunda seção, o estudo buscará mostrar a trajetória camponesa, que oportunidades políticas e que restrições políticas envolveram suas histórias, como suas ações coletivas foram orientadas e, por fim, investigar os resultados gerados nos confrontos políticos. Ao se compreender o funcionamento do campesinato e as relações políticas que o envolve, adentraremos, de forma íntima, no espaço também vivido pela mulher camponesa.

E, na última seção, o objetivo será discorrer sobre a emergência e organização dos movimentos sociais do campo, no Brasil, a partir do fim da década de 1940, até a década de 1980, período em que é criado o Movimento de Mulheres Camponesas e se firmam as grandes reivindicações de luta.

## 1.1 MOVIMENTOS SOCIAIS NA PERSPECTIVA DA TEORIA DA OPORTUNIDADE POLÍTICA

Para muitos estudiosos, a teorização sobre os movimentos sociais se apresenta de forma provocativa. Grandes lacunas são encontradas na produção acadêmica. Tal afirmação decorre da própria existência dos movimentos sociais, ou seja, os movimentos percorrem e acontecem também em espaços sem estrutura materializada, propondo novas formas de organização à sociedade política. Segundo Melucci, (1994, p. 190), “eles são uma lente por intermédio da qual os problemas mais gerais podem ser abordados, e estudá-los significa questionar a teoria social e tratar questões epistemológicas”.

Destacaremos que o papel das mulheres inseridas nos movimentos sociais ocorre em contextos sócio-políticos e culturais de construção da democracia, tendo como pano de fundo a questão das reestruturações econômicas impostas pela globalização e os efeitos das políticas sociais neoliberais sobre a organização das formas associativas da sociedade civil. Para Maria da Glória Gohn (2007, p. 42),

as mulheres são maioria nos movimentos feministas, nos movimentos populares de luta por melhores condições de vida e trabalho e nas redes e fóruns transversais que ultrapassam as fronteiras nacionais. Nos movimentos organizados segundo a temática do gênero, as mulheres destacam-se por serem as que têm tido os maiores índices de participação e de organização de suas demandas em entidades associativas (certamente estamos considerando nos movimentos de gênero a presença feminina e a masculina). As mulheres também sustentam, majoritariamente, as redes solidárias de projetos sociais que trabalham pela inclusão de crianças e adolescentes nas ruas; educadores das escolas articulam-se com grupos comunitários e desenvolvem trabalhos contra a violência e o uso de drogas. Portanto, quer como grupos de mobilizações de causas femininas, quer como participação feminina em diferentes mobilizações, as mulheres têm constituído a maioria das ações coletivas públicas. O conjunto dessas ações une categorias sociais, que criam sujeitos, que produzem movimentos sociais.

Neste estudo, memorar a conduta dos movimentos sociais é também ir à raiz do Movimento de Mulheres Camponesas e compreender: o tempo e espaço em que emergiu tal Movimento; a espontaneidade e iniciativa; a possibilidade de vencer etapas do desenvolvimento capitalista; a luta pela democracia, liberdade, respeito às opiniões e a luta por consciência de classe. Por fim, abordar o processo de construção de uma nova realidade social através das ações coletivas advindas do Movimento.

A partir da década de 1960, verificou-se maior produção teórica sobre os movimentos sociais. Deve-se acrescentar que os estudos foram desenvolvidos basicamente nas

universidades e em alguns institutos de pesquisas ou em Organizações Não Governamentais (ONGs). Gohn (2007, p. 02) quanto ao exposto, reforça:

Sabemos que partir dos anos 60, em várias regiões acadêmicas do mundo, o estudo dos movimentos sociais ganhou espaço, visibilidade e status de objeto científico de análise, inscreveram-se ou produziram-se várias teorias - aqui entendidas como a preocupação de conceituar, de delimitar limites dentro de alguns marcos referenciais explicativos sobre as ações sociais dos seres humanos - entre si e com a sociedade.

É importante registrar que o número considerável de trabalhos sobre os movimentos sociais possibilitou uma identidade temática entre pesquisadores, que passaram a se definir como pesquisadores de movimentos sociais. As análises permitiram renovação da produção de conhecimento, interpretando o contexto histórico que estava sendo vivenciado.

A complexidade dos estudos a respeito dos movimentos sociais requer uma análise vinculada ao processo histórico. Conhecer um determinado movimento social também significa compreender o dinamismo das contradições econômicas, políticas e sociais. Se analisado dessa forma, podemos dizer que a leitura será dialética. A respeito da dialética, Thalheimer (2014, p. 53) a define como sendo,

a ciência das relações gerais que existem tanto na natureza como na história e no pensamento. O contrário da dialética é a observação isolada das coisas unicamente quando se acham em estado de repouso. A dialética somente considera as coisas em suas relações mais gerais, de dependência recíproca, não em estado de repouso, mas de movimento.

Muitos estudiosos já exploraram o tema e criaram um conjunto de opiniões sintetizadas, ou seja, teorias. Podemos dizer que, geralmente, a teoria acerca dos movimentos sociais é estuda mediante três correntes teóricas: 1) A histórico-estrutural; 2) A institucional/organizacional-comportamentalista; 3) A culturalista-identitária. É nos estudos da socióloga Maria da Glória Gohn (2014, p. 27-34) que embasamos resumo sobre tais correntes.

A primeira corrente teórica - histórico-estrutural - é elucidada por grandes nomes da história, como de Karl Marx, Antonio Gramsci, Henri Lefebvre, Rosa de Luxemburgo, Leon Trotsky, Vladimir Ilyich Ulyanov (Lenin) e Mao Tse-Tung. No século XIX, Karl Marx edificou uma das principais matrizes teóricas de análise. Tal teoria influenciou a análise clássica/tradicional sobre os movimentos sociais no século XX. Ela delineou o perfil de um movimento social concreto, o do proletariado, dizendo que deveria ser compreendido para que se transformasse o mundo das relações sociais existentes.

Influenciados pela teoria marxista, grande parte dos estudiosos concentraram suas produções nos movimentos camponês e operário e nas lutas sindicais e políticas. Essa matriz teórico-política teve maior importância no mundo até os anos de 1970. Reduzida à influência na análise dos movimentos sociais na academia, é ainda empregada por intelectuais que defendem o pensamento da esquerda, tais como Eric Hobsbawm, Edward Palmer Thompson, George Rudé, R. William, R. Kurtz, Terry Eagleton, István Mészáros, Theda Skocpol, M. Mayer, Otávio Ianni, Francisco de Oliveira, Ricardo Antunes e Emir Sader.

Até a década de 1950, o conceito de movimento social esteve bastante associado ao de luta de classes. Os estudos críticos, agregados ao ponto de vista marxista, direcionavam sempre o conceito dos movimentos sociais sob as perspectivas de reformistas, reacionários ou revolucionários. Para Gohn (2014, p. 28),

Como as categorias da organização da classe e o processo de formação da consciência social eram centrais no modelo de sociedade que se desenhava e aspirava-se como ideal, não havia muita preocupação com a diferenciação entre movimento social e político. As organizações eram vistas como suporte dos movimentos. O tema da desigualdade social estava posto em contraponto ao da igualdade e da emancipação da classe explorada – uma meta a perseguir.

A segunda corrente teórica - institucional/organizacional-comportamentalista – desenvolveu-se fundamentalmente nos Estados Unidos e passou a ter muitos adeptos na Europa. Tem origem nas teorias liberais dos séculos XVII e XVIII (Adam Smith, John Locke e Stuart Mill) nos utilitaristas, na antropologia e na sociologia (Robert Merton, Radcliffe-Brown e Talcott Parsons). As teorias da ação social coletiva de Parsons tiveram na sociologia vários desdobramentos no campo de análise dos movimentos sociais concretos. Nesta corrente, contudo, um movimento atinge seus objetivos quando se transforma numa organização institucionalizada.

Nos anos de 1960, o paradigma comportamentalista estadunidense no qual se localizavam as teorias institucionais, passou por apreciação, dando origem a uma nova teoria - da mobilização de recursos - em que se destacaram os trabalhos de Mancur Olson, Anthony Oberschall, Zald Mayer, Jonh D. McCarthy e William Gamson.

No final dos anos 1970 e durante a década de 1980 surgiu uma nova fonte de estudos sobre os movimentos sociais - os populares urbanos - nos países de terceiro mundo, especialmente na América Latina. No Brasil, novas problemáticas e novas visões sociopolíticas como mulheres, crianças, índios, negros e pobres em geral se uniram com

alguns setores da Igreja Católica, intelectuais e partidos de esquerda, provocando ações coletivas.

No período se destacaram os trabalhos de José Alvaro Moisés, Tilman Evers, Luis Machado da Silva, Lucia Ribeiro, Lícia Valladares, Renato Boschi, José Carlos Barreiro, Ana Maria Doimo, Pedro Jacobi, Lucio Kowarick, Paul Singer, Vinícius Caldeira Brant, Francisco de Oliveira e Ruth Cardoso. Trataram de temas sobre a marginalidade, da crítica à razão dualista, das novas configurações da periferia urbana, da importância das relações com o estado e, da luta pela terra.

Ainda nos anos de 1980, deve-se lembrar de que ocorreu uma revisão das teorias focadas na análise institucional, sobretudo, a da mobilização de recursos e o debate que ela travava por meio das análises comparativas, com teorias da identidade coletiva. Os autores que se destacaram foram Jean Cohen, William Gamson, Aldon Morris, Cintia Beatriz Mueller e Sidney Tarrow. Este último influenciou vários pesquisadores na análise das novas ações coletivas locais. Segundo Tarrow (2009, p. 18), “os movimentos sociais ocorrem quando as oportunidades políticas se ampliam, quando há aliados e quando as vulnerabilidades dos oponentes se revelam”.

Articulador de uma série de categorias já desenvolvidas por outros autores da corrente organizacional, Sidney Tarrow (2009) passou a explicar os movimentos sociais sob a luz de um cenário de oportunidades políticas. Tais oportunidades foram apresentadas pelo autor junto com elementos estruturais mais estáveis, como a força ou fraqueza do Estado ou as formas de repressão que usualmente emprega.

Para conhecimento, o quadro abaixo retrata aspectos e autores principais identificados nas teorias dos movimentos sociais, na corrente estadunidense e europeia. Trata-se de um breve panorama, formulado por jovens pesquisadores (conforme fonte do quadro), em meados da década de 1960.

Para estudiosos dos movimentos, as informações prestadas permitem compreender o cenário político, econômico e social vivenciados no período e responsáveis em reduzir o fenômeno coletivo à convergência de comportamentos individuais e como meras respostas às crises sociais.

Quadro 01 – Síntese das principais teorias sobre movimentos sociais

*Quadro 1- Síntese das principais teorias sobre movimentos sociais*

Teoria	Aspectos principais	Autores principais
Escola de Chicago	Entende os MSs como um comportamento coletivo de massas espontâneas e amorfas, originados de alguma fonte de ansiedade ou frustração e que levam à ruptura de padrões tradicionais da ordem e do controle social. Os MSs produzem, então, formas elementares de comportamento coletivo que, persistindo, podem evoluir para uma estrutura integrada e para o estabelecimento de novas normas.	Herbert Blumer
Teoria do valor agregado	Propõe seis condições necessárias, não necessariamente seqüenciais, para o desenvolvimento de um MS: <ul style="list-style-type: none"> <li>• condutividade estrutural: organizações da sociedade podem facilitar a emergência de interesses conflitantes;</li> <li>• filtros estruturais: a condutividade da estrutura social para conflitos potenciais leva à percepção de que os interesses em conflito, de fato, existem;</li> <li>• crescimento e difusão de um sistema generalizado de crença: ideologia como uma visão compartilhada da realidade que redefine a ação social e serve como guia do comportamento;</li> <li>• eventos precipitantes: dentro ou fora da estrutura social;</li> <li>• atividades organizacionais: que transformam o potencial para a ação em ação efetiva;</li> <li>• operação de controle social: resposta de outros na sociedade, tais como contra movimentos ou autoridades governamentais que alteram as condições estruturais ou suprimem o movimento.</li> </ul>	Neil Smelser
Teoria da mobilização de recursos	Define MS como um conjunto de opiniões e crenças que representam preferências para mudar alguns elementos da estrutura social ou da distribuição de recompensas na sociedade. Enfatizam as condições que facilitam a constituição de organizações de movimentos sociais (OMSs).	John McCarthy; Meyer; Zald
Teoria da estrutura das oportunidades políticas e Enfoque de dinâmicas de enfrentamento	Enfatizam a dinâmica que leva à insurgência, definindo MS como uma série de interações entre detentores de poder e pessoas que conseguem falar por aqueles que carecem de representação formal, tornando visíveis demandas por mudanças na distribuição ou no exercício do poder. Focalizam fatores estruturais, como a abertura ou o fechamento da arena política, a estabilidade de alianças políticas, a presença ou a ausência de elites aliadas e as divisões nas elites. O fator estrutural é a variável explicativa em relação a duas variáveis dependentes: momento e resultado da atividade do movimento.	Charles Tilly; Sidney Tarrow; Doug McAdam
Teoria dos novos movimentos sociais (vertente européia)	Tenta relacionar MSs com estruturas no nível macrosocial e com mudanças culturais. Para Touraine, os MSs são o comportamento coletivo organizado de um ator social lutando contra sua classe adversária pelo controle da historicidade em uma comunidade concreta. Para Melucci, os MSs são uma classe específica de fenômeno coletivo: uma forma de ação coletiva que envolve a solidariedade, um conflito e o rompimento com os limites que o sistema pode tolerar sem alterar sua estrutura. Enfatiza a identidade dos atores e a cultura, as crenças generalizadas e os valores, além de focalizar as características da sociedade pós-industrial.	Alain Touraine; Alberto Melucci
Teoria das redes de movimentos sociais	Os MSs se parecem com cadeias de eventos mais ou menos conectados, espalhados no tempo e espaço. Consistem em grupos de organizações, com vários níveis de formalização, ligados por padrões de interação mais ou menos centralizados, mais cooperativos ou mais hostis. Como atores ligados uns aos outros através de teias de troca, diretas ou mediadas, os MSs são estruturas altamente complexas e heterogêneas de redes.	Mario Diani; Doug McAdam

Fonte: Dani (1992, 2003); Melucci (1989); McCarthy e Zald (1977); McAdam, McCarthy e Zald (1996); Tilly (1978); Touraine (1985) e Smelser (1962);

Fonte: (MISOCZKY; FLORES E SILVA, 2008, p. 3)

Seguidores de suas tradições e levados pelo aumento do confronto político nos Estados Unidos na década de 1960, os estudiosos estadunidenses foram os primeiros a desenvolver uma abordagem mais política dos movimentos, que passou a ser conhecida como - Estrutura de Oportunidades Políticas.

A terceira corrente teórica - culturalista-identitária – apresenta uma variada influência que envolve Immanuel Kant, Jean-Jacques Rousseau, Friedrich Wilhelm Nietzsche, Max Weber, Martin Hengel, Michel Foucault, Jürgen Habermas, Norberto Bobbio, Hannah Arendt e Pierre Bourdieu. Ao estudar as ações relacionando espaços sociais e culturais, esta corrente construiu a grande novidade: os novos movimentos sociais, composta por sujeitos e temáticas que tinham pouca visibilidade até os anos de 1980, como mulheres, jovens, índios e negros.

Outros autores produziram teorias específicas sobre os movimentos sociais, a partir desta teoria, como Alain Touraine, Alberto Melucci, Claus Offe, Mari K. Eder, Walter Scott, Clifford James-Geertz, Alexandro Pizzorno, Hanspeter Kriesi, desenvolveram a abordagem culturalista e destacaram a questão da identidade, tecendo críticas ao marxismo, embora tendo com ele um diálogo constante.

Os novos movimentos sociais defendem que a identidade de um movimento social que se formava no interior da estrutura da dinâmica de conflitos, frutos de uma sociedade, não podia começar diretamente com os atores, mas devia iniciar com uma explicação sobre a manifestação do ator. O grande legado trazido por esta corrente foi apresentar ao mundo a capacidade dos movimentos sociais e as novas formas de vida e ação social.

Neste estudo, partiremos da Teoria das Oportunidades Políticas (TEOP) por se tratar do tema da pesquisa em discussão, contudo, manteremos diálogo constante com as teorias apresentadas, principalmente a histórico-estrutural, de origem marxista, por concentrar suas produções nos movimentos camponês e operário e nas lutas sindicais e políticas.

Segundo Sidney Tarrow (2009, p.39), o termo “estrutura de oportunidades políticas” não deveria ser entendido como um modelo invariável que produz, inevitavelmente, movimentos sociais, “mas como um conjunto de indícios de quando surgirá um confronto político, colocando em movimento uma cadeia causal que pode levar a uma interação sustentada com autoridades e, portanto, a movimentos sociais”.

A Teoria da Estrutura das Oportunidades Políticas (TEOP), como dito anteriormente, foi apresentada no Brasil pela socióloga Maria da Glória Gohn em suas principais obras: *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais* (2004); *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros* (1995); *Sociologia dos movimentos sociais* (2008); *Novas teorias dos movimentos sociais* (1997); *Teorias dos*



movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos (2010). A ela coube a apresentação dos idealistas da teoria: Doug McAdam, John McCarthy, David Snow e Sidney Tarrow.

Em 2009 foi publicada em língua portuguesa a obra - O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político - de Sidney Tarrow. A mesma foi escolhida para direcionar teoricamente a abordagem política da dissertação, ou seja, situar os movimentos sociais, em especial o MMC, nas suas dinâmicas particulares, históricas e analíticas, no universo do confronto político.

Escrita na Itália, a obra apresenta os movimentos sociais dos anos 1960 e início dos anos 1970. Publicada originalmente em 1994, chegou traduzida ao Brasil quinze anos depois - 2009. Contudo, manteve-se um referencial. Para pesquisadores dos movimentos sociais, a leitura de Tarrow, necessita ser realizada de forma paralela com textos mais recentes, vinculados à conjuntura atual.

Como tentativa de compreender os mais variados conceitos elucidados na obra, optamos por construir um quadro demonstrativo. Além de apresentar conceitos entendidos como relevantes para o estudo, permite ainda, adentrar as fontes bibliográficas utilizadas por Tarrow. Tais conceitos serão usados como apoio teórico metodológico para fundamentar o tema da dissertação e compreender a estrutura das oportunidades políticas no Movimento de Mulheres Camponesas – MMC, bem como, os motivos pelos quais lideranças se filiaram a partidos políticos e os reflexos dessa adesão para o Movimento.

Quadro 2 - Apoio teórico metodológico através de conceitos

Conceito	Enunciado	Referência
Confronto político	“Se cristaliza em movimento social quando ele toca em redes sociais e estruturas conectivas embutidas e produz quadros interpretativos de ação coletiva e identidades de apoio capazes de sustentar o confronto com oponentes poderosos”.	(TARROW, 2009, p. 43)
Ação coletiva	“As pessoas se engajam em ações coletivas, quando sua classe social entra numa contradição totalmente desenvolvida com seus antagonistas”.	MARX apud TARROW, 2009, p. 28)
Teoria da “falsa” consciência	“Significa que, se os trabalhadores falhassem em agir com a “história”, ordenava que era porque permaneciam envolvidos num manto de ignorância tecido por seus inimigos de classe”.	MARX apud TARROW, 2009, p. 28)
Líderes	“Inventam, adaptam e combinam várias formas de confronto para ganhar apoio de pessoas que, de outra forma, poderiam ficar em casa”.	(TARROW, 2009, p. 40)
Consciência de classe	“O movimento dos trabalhadores como um intelectual coletivo que teria como uma de suas principais tarefas criar uma cultura de classe trabalhadora”.	GRAMSCI apud TARROW, 2009, p. 30)
Teoria do comportamento coletivo	“Propunha que os movimentos eram pouco mais do que parte mais organizada e autoconsciente de um arquipélago de fenômenos “emergentes”, que iam desde modas e rumores até entusiasmos coletivos, tumultos, movimentos e revoluções”.	Sociólogos não marxistas, p. 32
Oportunidades políticas	“Dimensões consistentes – mas não necessariamente formais, permanentes ou racionais – da luta política que encorajam as pessoas a se engajar no confronto político”.	(TARROW, 2009, p. 38)
Restrições políticas	“Entendido como fatores – tal como a repressão, mas também algo semelhante à capacidade das autoridades de colocar barreiras sólidas aos insurgentes – que desencorajam o confronto”.	(TARROW, 2009, p. 38)
Protesto	“Um recurso”.	LIPSKY apud TARROW, 2009, p. 40)
Formas de confronto	“Um incentivo coletivo para a mobilização e um desafio para os opositores”.	(TARROW, 2009, p. 38)
Política de confronto	“É produzida quando as oportunidades políticas se ampliam, quando demonstram potencial para as alianças e quando revelam a vulnerabilidade dos oponentes”.	(TARROW, 2009, p. 159)

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

Nota: Resumo dos principais conceitos extraídos da obra - O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político - de Sidney Tarrow (2009).

É importante reforçar que durante a leitura da obra tivemos a oportunidade de conhecer conceitos de autores que se dedicaram a compreender os mais variados motivos da emergência dos movimentos sociais. E, dentre os conceitos apresentados, destacamos a ação coletiva, com breve reflexão, nesta seção.

Tarrow (2009, p. 27) esclarece que estaremos diante de um movimento social quando as ações das pessoas “se baseiam em densas redes sociais e estruturas conectivas e recorrem a quadros culturais consensuais e orientados para a ação; elas podem sustentar essas ações no conflito com opositores poderosos”. Como resultado criou-se uma ação coletiva.

O autor afirmou que o problema da ação coletiva enfrentado pelos movimentos sociais é de natureza social, não individual, ou seja, os movimentos sociais enfrentam um problema de custo de transação que obstrui a coordenação social necessária à ação coletiva. O problema não é tanto o de fazer as pessoas participarem, mas o de fazer com que pessoas já envolvidas, em diversos grupos e organizações, sustentem uma ação continuada, visando um objetivo comum. Para Tarrow (2009, p. 42) “embora sejam os indivíduos que decidem optar ou não pela ação coletiva, é nos seus grupos face a face, nas suas redes sociais e nas estruturas conectivas existentes entre eles que ela é mais frequentemente ativada e mantida”.

Dessa forma, a ação coletiva passa a ser reflexo de uma confluência de elementos (políticos, culturais, econômicos) os quais, através dos ciclos de confrontos, podem torná-la bem-sucedida e assim gerar oportunidades políticas que se difundem e influenciam outros ciclos, mais amplos, de confrontos que atinge, além dos militantes dos movimentos, grupos de interesses comuns, partidos políticos e, inevitavelmente, o Estado. Como resultado dessa dinâmica, os movimentos têm sucesso ou falham, diante de forças fora do controle.

Mesmo vivenciando confrontos e com recursos limitados, as oportunidades políticas podem permitir que os movimentos sociais, quando orientadas as ações, ocupem espaços institucionais. Ligados a partidos políticos que ideologicamente lutam pelas mesmas causas, os militantes podem assumir funções sociais determinantes na estrutura do Estado.

Para Tarrow (2009, p. 27), “pessoas com recursos limitados podem agir de forma contenciosa – embora esporadicamente”. Essa forma contenciosa, para o autor, é denominada confronto político. Ele complementa a ideia dizendo que “o confronto político surge como uma reação a mudanças nas oportunidades e restrições políticas em que os participantes reagem a uma variedade de incentivos: materiais e ideológicos, particulares ou baseados no grupo, de longa duração ou episódios”.

Os ciclos de confronto quando se ampliam garantem oportunidades e oferecem informações sobre as deficiências de um sistema político a ser desafiado. Assim, militantes e pessoas comuns começam a testar os limites do controle social. Segundo Hill e Rothschild (1992 apud TARROW, 2009, p. 44), “à medida que os protestos e tumultos irrompem entre os grupos que têm longas histórias de conflitos, eles estimulam outros cidadãos em circunstâncias similares a refletir mais frequentemente sobre sua própria história de descontentamentos e de ação de massa”.

A reflexão permite compreender o papel do sujeito na história e possibilita novas oportunidades de protestos, além de incentivar a organização de novos movimentos. A partir do momento em que ocorrem novas mobilizações e o ciclo se amplia, as elites e grupos de

oposição criam alianças para exigir mudanças que antes pareciam temerárias. As forças governamentais reagem através de reformas, repressão ou uma combinação das duas. Para Tarrow (2009, p. 99), é no confronto que:

os desafiantes encontram oportunidades de apresentar suas reivindicações quando se abre o acesso institucional, quando surgem divisões nas elites, quando os aliados se tornam disponíveis e quando declina a capacidade de repressão do Estado. Assim, quando isso se combina com percepção de alto custo da inação, as oportunidades produzem episódios de confronto político.

No Brasil as mudanças da sociedade moderna ampliaram os incentivos para o confronto. O papel das oportunidades políticas e das restrições políticas foi decisivo na mobilização da classe trabalhadora. Ainda, na Primeira República, os movimentos sociais no campo foram referenciados, sobretudo, aqueles que tiveram a participação de mulheres.

De acordo com Boris Fausto (2003, p. 295), tais movimentos podem ser divididos em três grupos: “1. Os que combinaram conteúdo religioso com carência social; 2. Os que combinaram conteúdo religioso com reivindicação social; 3. Os que expressaram reivindicações sociais sem conteúdo religioso”.

No primeiro grupo, Canudos será usado como exemplo. Segundo Martins (1981, p. 26), “em 1896-1897, a Guerra de Canudos, nos sertões da Bahia, que durou cerca de um ano, também envolvera metade do Exército e milhares de camponeses, tivera uns cinco mil mortos entre estes, impondo severas derrotas às forças militares”.

Outro exemplo é o movimento formado em torno do padre Cícero Romão Batista, tendo como centro a cidade cearense de Juazeiro. O Padre chocou-se com as autoridades da Igreja Católica e ao mesmo tempo, integrou-se no sistema coronelista. Fausto (2003, p. 295) afirma que “ele se transformou em um misto de padre e coronel que se envolveu com suas forças militares, nas lutas políticas da região”.

A Guerra do Contestado se enquadra no segundo grupo. Ocorreu entre os anos de 1912 a 1916, na região sul do Brasil. Os estados do Paraná e Santa Catarina reivindicavam uma região limítrofe. Para Carlos Fernando Comassetto *et al.* (2006, p. 150),

a campanha no Contestado foi uma luta enfiada de excluídos, uma luta eminentemente social. Também serviu como desespero daqueles que se viram sem emprego após a construção da estrada de ferro e dos posseiros que perderam o direito de permanecerem em suas terras, entregues a um grupo de coronéis políticos que se beneficiaram com a malfadada questão de limites.

Para Maurício Vinhas de Queiros (1981 apud VALENTINI, 2003, p. 80), aproximadamente vinte mil sertanejos viviam no território. Foram mortos aproximadamente seis mil. Entre homens e mulheres que se envolviam nas brigas, contava-se perto de dezesseis mil, perfazendo praticamente cinquenta por cento de cada.

Tais sertanejos, também denominados caboclos pela historiografia, se estabeleceram, durante os ataques, em acampamentos chamados de redutos. Segundo Delmir José Valentini (2003, p. 80-81), “geralmente os redutos eram construídos em clareiras abertas na mata. Os ranchos, irregularmente dispostos, “feitos a fiação” surgiam da noite para o dia, como construção tosca que iria abrigar a família por um tempo curto”.

Valentini (2003, p. 117-118) explica que nos redutos de Taquaruçu e Caraguatá, lideranças femininas se destacaram. No primeiro, Chica Pelega é apresentada em depoimentos como a “heroína dos Sertões”. Remanescente do reduto de Irani assume papel de destaque em Taquaruçu e passa a ser admirada por todos. Conduzindo os sertanejos, é vencedora da primeira batalha em Taquaruçu e com a transferência do reduto para Caraguatá permaneceu em Taquaruçu para cuidar das crianças, velhos e enfermos. Não acreditavam que o reduto de Taquaruçu fosse novamente atacado. Contudo, em oito de fevereiro de 2014, bombardeio ocorreu, destruindo o local.

Em Caraguatá, a liderança foi exercida por Maria Rosa. Tinha entre 15 e 16 anos quando assumiu o comando-geral. Machado (2004, p. 224-225) lembra que “distribuindo comandos específicos, de formas, de guardas, de piquetes de briga, de reza e de abastecimento”, vence o combate, apresentado como “um dos mais ferozes da guerra”. Caraguatá foi “evacuada em final de março de 1914. O tifo estava dizimando a população do reduto, e Maria Rosa comandou uma longa marcha, conduzindo mais de 2 mil pessoas, 600 cabeças de gado, cargueiros de mantimentos etc., para o novo reduto de Bom Sossego”, perdendo lentamente a autoridade.

Segundo Fausto (2003, p. 296), o terceiro grupo de movimentos sociais no campo tem como exemplo mais expressivo “as greves por salários e melhores condições de trabalho, ocorridas nas fazendas de café de São Paulo”. Existiram centenas de greves. “A mais importante ocorreu em 1913, reunindo milhares de colonos da região de Ribeirão Preto, por ocasião da safra”. Os objetivos, ao final, não foram alcançados. “Houve intervenção da polícia e do cônsul da Itália, que procuravam servir como intermediários nas negociações”.

Comentar estes três grupos, neste momento, se fez necessário para afirmar que a existência de movimentos sociais no campo marcou a história do campesinato, no Brasil. Bem como, consolidou a ideia de Sidney Tarrow (2009, p. 99-100), quando afirma que “as

oportunidades políticas precisam ser vistas, é claro, junto com elementos estruturais mais estáveis – como a força e fraqueza do Estado ou as formas de repressão que emprega usualmente”, ainda, “as forças governamentais reagem através de reformas, repressão ou uma combinação das duas”. Os demais movimentos sociais no campo, a partir de 1940, serão abordados na terceira seção deste capítulo.

O campesinato brasileiro é constituído com a expansão capitalista, como produto das contradições dessa expansão. Por isso, todas as ações e lutas camponesas recebem do capital, através do Estado, reações de classe como agressões e violências, ou tentativas de aliciamento, de acomodação, de subordinação.

É no campesinato que vive a mulher camponesa. Para compreender como nasceu o Movimento de Mulheres Camponesas, tema do estudo, será necessário compreender como viveu e vive o/a camponês/a, que oportunidades e restrições políticas envolveram suas histórias, como suas ações coletivas foram orientadas e, por fim, os confrontos políticos causaram quais resultados?

A seção seguinte, de forma sintetizada, buscará responder tais questões, além de conceituar o camponês brasileiro.

## 1.2 A CATEGORIA CAMPONÊS

A intenção de investigar a história do campesinato no Brasil se deve à necessidade de conhecer o cotidiano das mulheres que ali viveram e que diante das conjunturas se incorporaram aos movimentos sociais. Para tanto, o primeiro passo é conhecer a categoria camponês.

No antigo Egito e na Grécia do período clássico, a palavra que traduz literalmente camponês é um adjetivo construído sobre sb.t “campo” - *agroikos*: homens que vivem na zona rural. Para Angelo Alves Carrara (2008, p. 29-30), o grego moderno preferiu a forma mais abrangente, como em português - *chōrikos*: habitante do campo. Até os dias atuais, o vocábulo camponês foi apresentado com o pretense sentido técnico e, profundamente, influenciado pelo debate político. Acrescentaria, moldado na fugira masculina – o homem. O emprego da palavra está longe de ser exclusividade da língua portuguesa.

No Brasil, antes do século XX, o termo camponês aparecia raramente e num sentido poético/masculino - evidenciando o homem lutador. Carrara (2008, p.35-36-37) afirma que “o emprego contemporâneo da palavra “camponês” no português falado no Brasil data de 1928, quando se constituiu o Bloco Operário Camponês, que recordava uma palavra de ordem da

Terceira Internacional – a de formar blocos operários e camponeses”. Ou seja, o termo foi introduzido pela esquerda socialista. Contrapondo-se a esta denominação, o movimento de direita criou o termo rurícola, de caráter despolitizador.

Importante reforçar que o significado dado às palavras, neste caso camponês, exprime um conteúdo político e socialmente compartilhado nos distintos contextos em que for empregado. Independentemente da ênfase que se pretendeu dar ao vocábulo camponês, nos mais diferentes espaços e tempos, buscou-se categorizar o grupo na sociedade a qual os mencionava.

Em um artigo escrito por Engels (1894), na Rússia, foi encontrado uma amostra de como a categoria camponês era vista. Referia-se ao grupo que fornecia a questão crucial de todo o processo, proprietários ou arrendatários, particularmente os primeiros, de uma pequena extensão de terra não maior, via de regra, do que ele e sua família pudessem lavrar e não menor do que pudesse sustentar sua família.

Segundo José de Souza Martins (1981, p. 15), é importante recordar que, na Rússia do século XIX, o campesinato resistia à expansão do capital porque era um campesinato apegado, ligado a terra. De forma alguma queria sair da terra, “queria permanecer defensivamente alheio ao capitalismo, fora e contra ele”. Resistia ao processo de expropriação que poderia desenraizá-lo. Para Martins (1981, p. 16), no Brasil, ao contrário:

o campesinato é uma classe, não é um estamento. É um campesinato que quer entrar na terra, que, ao ser expulso com frequência à terra retorna, mesmo que seja terra distante daquela de onde saiu. O nosso campesinato é constituído com a expansão capitalista, como produto das contradições dessa expansão. Por isso, todas as ações e lutas camponesas recebem do capital, de imediato, reações de classe: agressões e violências, ou tentativas de aliciamento, de acomodação, de subordinação.

Para Horácio Martins de Carvalho (2005, p. 171), o camponês constituiu-se “num sujeito social cujo movimento histórico se caracteriza por modos de ser e de viver que lhes são próprios, não se caracterizando como capitalista ainda que inserido na economia capitalista”.

Em outra obra, Carvalho (2012, p. 02) provoca o leitor a refletir sobre o ser e viver dos camponeses:

Os camponeses têm sofrido perseguições políticas e sociais, opressões ideológicas e religiosas e formas diversas de exploração econômica. É difícil se encontrar um período da história humana, história essa onde sempre estiveram presentes os camponeses nas suas mais variadas formas de organização social e de se relacionar com a natureza, sem que o tratamento dispensado aos camponeses não fosse rebaixado pelo desdém e pela humilhação.

O trabalho de Valdete Boni (2012, p. 112) reserva espaço para analisar o campesinato, e inspirada em Alexander Vasilievich Chayanov, descreve:

Para Chayanov, o campesinato tem uma dinâmica específica que leva em conta a sobrevivência da família, ou seja, há um equilíbrio entre necessidade de consumo e capacidade de produção. Uma vez satisfeita a necessidade da família, o volume de trabalho pode diminuir. Como o objetivo principal do camponês não é o acúmulo de capital e sim a sobrevivência da família, a sua organização difere muito do modo como está organizado o trabalho na indústria.

O autor acreditava que o campesinato constituía um grupo específico e por isso, deveria ser analisado como categoria própria. Dele, dependia a sobrevivência da família, vista aqui como o equilíbrio entre necessidade de consumo e capacidade de produção. Chayanov (1981, p. 138), nos faz pensar sobre o trabalho realizado pelo camponês.

A quantidade do produto do trabalho é determinada principalmente pelo tamanho e a composição da família trabalhadora, o número de seus membros capazes de trabalhar, e, além disso, pela produtividade da unidade de trabalho e – isto é especialmente importante – pelo grau de esforço do trabalho, o grau de auto-exploração através do qual os membros trabalhadores realizaram certa quantidade de unidades de trabalho durante o ano.

O que está em discussão é o excedente que a unidade econômica obtém pela melhor localização ou por uma disponibilidade relativamente melhor dos meios de produção. Esse excedente, não pode por sua natureza ou quantidade ser comparado de forma idêntica à renda da terra ou ao juro sobre o capital da economia capitalista.

Importante considerar que suas obras foram escritas na Rússia, no início do século XX e, passados praticamente cem anos, a dinâmica do campesinato sofreu transformações importantes, especialmente nos últimos sessenta anos.

Partindo dos conceitos apresentados, numa perspectiva geral, o campesinato obedece a um modelo social de produção, sendo a família o alicerce, tanto das finalidades produtivas, quanto do modo de organização do trabalho, que conta com a cooperação entre os seus membros. Ou seja, o campesinato organiza sua forma de viver e produzir através do trabalho dos membros da família camponesa tradicional, associado a benefícios de um ecossistema que se materializa na agricultura, na atividade extrativa e no artesanato, com ênfase no cultivo, mais que na manufatura. Essas características permitiram, ao longo dos tempos, a construção de uma cultura própria – a do camponês.



Esta caracterização é universal, o que permite ser adequada a conteúdos históricos e sociais reservados, devido à grande diversidade de situações. No Brasil, a história da agricultura e do camponês sempre esteve lado a lado. Mesmo após o período colonial, mantiveram seus passos estruturantes, ou seja, a propriedade monocultora e o trabalho escravo que mesmo tendo passado por várias crises permitiram a emergência da agricultura de base familiar e comunitária.

Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2014), em seus estudos sobre o campesinato no Brasil, fundamentou-se na legislação para explicar as formas precárias de acesso a terra, bem como, a posse precária e o sistema de morada do camponês. Wanderley (2014) explica que

a legislação fundiária, de origem colonial portuguesa, que perdera legitimidade com a independência nacional, em 1822, só foi substituída em 1850, criando um lapso de tempo em que apenas vigorava a posse efetiva da terra. Este “vazio” jurídico favoreceu, naquela ocasião, a ocupação precária de terras, isto é, sem titulação jurídica, por pequenos agricultores, que nelas produziam para o consumo próprio, mas também para o mercado.

É evidenciado que a ocupação precária das terras brasileiras pelos camponeses, citada por Wanderley (2014) não se extinguiu com a Lei de Terras de 1850, e nem mesmo aconteceu, somente, no período entre 1822 e 1850. Tal ocupação nos remete a recordar o passado do camponês, denominado caipira, palavra provavelmente de origem indígena, usada para designar o camponês das regiões de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, do Paraná e do Mato Grosso do Sul (conhecido também como caçara, no litoral paulista; no nordeste chamado de tabaréu). Segundo Martins (1981, p. 21-22) “em outros locais é referenciado como caboclo, palavra muito difundida que quer dizer diferentes coisas em diferentes épocas e em diferentes lugares”.

Na tentativa de garantir legalmente a posse da terra, muitos camponeses, receberam, e ainda recebem alcunhas de marginais, invasores, baderneiros, vagabundos, rústicos, inacessíveis, atrasados, ingênuos, passivos, tolos. As palavras são usadas com a intenção de depreciar e ofender.

É possível que o incômodo transmitido por tais rótulos, somado à falta de ocupação, ou à ocupação precária da terra, tenha correspondido ao crescimento das lutas camponesas e à entrada da situação do campesinato nas pautas políticas, principalmente a partir da década de 1950.

Lamentavelmente, os donos do grande capital, com apoio do Estado e da imprensa, não deixaram de medir esforços para prejudicar essa categoria. Temiam que, através de

enfrentamentos, poderiam colocar em risco a lógica do mercado. Como resultado receberam predicados como camponeses itinerantes, perambulantes, migrantes, invasores, sem-teto, em suma, aquele que percorre norte a sul do Brasil, na busca da apropriação da terra.

Para uma parcela da categoria camponesa que legalmente se apropriou da terra, denominados como pequenos agricultores, lavradores, colonos, pequenos proprietários, rurícolas, homens do campo, trabalhadores rurais, produtores autônomos, a forma encontrada de sobrevivência os fez se aproximar de técnicas agrícolas ecológicas defendidas pelos movimentos sindicais e sociais do campo, como exemplo a categoria das mulheres camponesas, assunto que será retomado neste trabalho.

Para outra grande parte da categoria, a situação foi ainda mais dura e desfavorável. O fato de não terem terras próprias, legalmente, fez com que fossem lançados à margem social. Alusões proferidas como subalternas são usadas para definir suas funções econômicas e sociais, tais como, assalariados, prestadores de serviços, proletários rurais, arrendatários, parceiros, meeiros, assentados.

Segundo José de Souza Martins (1981, p.25),

definiram-no como aquele que está em outro lugar, e no que se refere aos espaços, e como aquele que não está senão ocasionalmente, e nas margens, nesta sociedade. Ele não é de fora, mas também não é de dentro. Ele é, num certo sentido, excluído. E assim, excluído, que os militantes, os partidos e grupos políticos vão encontrá-lo, como se fosse um estranho chegando retardatário ao debate político.

A categoria camponês foi sendo apresentada por vários estudiosos, com as mais variadas conceituações, em diferentes tempos e espaços. Contudo, é necessário expor como será compreendida e usada nesta dissertação. Em função do tema em discussão ser político, a conotação política atribuída no Brasil, a partir de 1928, com a formação dos blocos operários e camponeses, será respeitada, como já referido anteriormente.

A mesma conotação pode ser observada na década de 1950, devido à ideia de progresso decorrente do desenvolvimento industrial, com desdobramentos na agricultura e nos modos de vida do campesinato, a esquerda reforçou no campo político a existência e atributos ao camponês. Em suma, entenderemos como camponês aquele que trabalha e produz no campo, sendo ou não proprietário legal de pequena quantidade de terra, suficiente para viver com sua família.

Neste sentido, é fácil compreender os motivos pelos quais os camponeses são forçados a lutar, mesmo derrotados em muitas batalhas: não dispõem de condições para tornarem-se uma classe dominante; subsistem como classe subalterna ao longo do tempo e das lutas;

sentem-se despreparados para lançarem-se como peça política, adentrando o Estado; a legislação não lhes oferece muita proteção e reluta em defendê-los; enfrentam dificuldades para apresentar projeto alternativo para o campesinato; trabalham desesperadamente para defender o seu modo de vida; lutam para construir uma sociedade que não dependa do capital para sobreviver. Dessa forma, derrotas se justificam, mas não eliminam nem reduzem o significado revolucionário das muitas lutas que a categoria enfrentou. Em grande parte, vitoriosas.

Importante recordar que na primeira seção deste capítulo, baseados na Teoria das Oportunidades Políticas (TEOP), refletimos sobre enfoques de dinâmicas de enfrentamento. Aplicaremos a teoria ao camponês que, com recursos limitados, agiu de forma contenciosa, ou seja, confrontando politicamente. Para Tarrow (2009, p. 27), “o confronto político surge como uma reação a mudanças nas oportunidades e restrições políticas em que os participantes reagem a uma variedade de incentivos: materiais e ideológicos, particulares ou baseados no grupo, de longa duração ou episódios”.

Neste caso, os camponeses passaram agir baseados em redes sociais e estruturas conectivas consensuais (econômicas, culturais, políticas, sociais) que sustentaram, por diversas vezes, ações no conflito com opositores poderosos. Essas ações coletivas trouxeram como resultado os movimentos sociais camponeses.

A ação traçada coletivamente pelos movimentos camponeses, historicamente, teve como reivindicação principal a propriedade e o uso da terra. Compreender a reivindicação, e como as ações coletivas foram orientadas, principalmente a partir da década de 1950, implica adentrar as dimensões econômicas, políticas e sociais da condição camponesa.

Em essência, o que fez a categoria agir, em muitos momentos, de forma radical, foram os obstáculos que representavam a expansão do capitalismo sobre o campesinato. Para Otávio Ianni (2009, p. 139), outras ações contribuíram diretamente nesse agir, tais como:

na afirmação da primazia do valor de uso sobre o valor de troca, sobre a produção de valor, sobre o trabalho alienado, na resistência à transformação da terra em monopólio do capital; na afirmação de um modo de vida e trabalho de cunho comunitário.

Para Zilda Márcia Gricoli Iokoi (1989, p.54), “no Brasil o desenvolvimento do capitalismo se assentou perfeitamente na estrutura tradicional de produção. As necessidades que se impuseram foram de adequação dos componentes terra e trabalho à nova lógica capitalista”. Industrialistas, conhecidos como burgueses, que defendiam a industrialização,

tanto no século XIX, quanto no século XX, não conseguiram impor um modelo de indústria livre da agricultura. O Brasil rurícola, assim denominado pela burguesia, só deveria produzir aqui as mercadorias necessárias à produção agrícola.

Para esses industriais era impossível construir um país moderno e também progressista. Defender ao mesmo tempo o capitalismo e a democracia não permitiria o próprio crescimento. Essa classe social vivia a contradição dos tempos históricos. Era preferível levar à frente o capitalismo e subalternizar as massas trabalhadoras. Suas características a descreviam como empresária, mas também rentista.

Diante da conjuntura era de se esperar camponeses lutando contra o poder dos capitalistas. Fato que ocorreu como já mencionado. As lutas foram violentas e tanto o aparato das forças policiais dos proprietários quanto do Exército Nacional não pouparam as massas rurais. A ação política, que teve em sua missão liquidar com os focos de resistência, cumpriu seu papel.

Teorizando, William Gamson (1990 apud TARROW, 2009, p. 110) diz que “a repressão é o destino mais provável para os movimentos que chamam por mudanças fundamentais e ameaçam as elites do que para os grupos que fazem reivindicações modestas”.

Nos anos 1950, a exemplo, o campo foi espaço marcado por uma efervescência política, tornando suas características inéditas. Afirmar isso não significa dizer que o campesinato não tivesse, antes, rompido as relações de dominação e dependência pessoal que os prendiam aos grandes latifundiários e burgueses, pois seria negar os três grupos apresentados no final da primeira seção como formas concretas de resistência. Mas é, antes de tudo, reconhecer a existência de movimentos sociais fortes e bem orientados que, através de ações coletivas foram responsáveis por muitas das transformações ocorridas, a partir deste período.

De fato, nos anos 1950 e início dos anos 1960, ocorreram muitas lutas camponesas contra a longa história de submissão ao qual se encontravam. A luta não se limitou à posse e ao uso da terra, mesmo quando essa era a reivindicação principal. Tantas outras necessidades, devido toda exploração econômica, geradora da opressão cultural e social, fizeram nascer um cenário político do qual emergiram movimentos de luta, como jamais vistos antes, no campesinato brasileiro.

Tal processo deu origem a práticas organizativas bem sucedidas, cujo resultado mais importante e evidente foi a constituição do Movimento das Ligas Camponesas, embrião de tantos outros movimentos sociais. Em destaque, o Movimento de Mulheres Camponesas

(MMC), sobre o qual será abordado no próximo capítulo. A seção seguinte apresentará os movimentos sociais ocorridos no campo, a partir de 1940 até o surgimento do MMC.

### 1.3 MOVIMENTOS CAMPONESES NO BRASIL

Nessa última seção do primeiro capítulo, o objetivo será discorrer sobre a emergência e organização dos movimentos sociais do campo a partir do fim da década de 1940, até as décadas de 1980 e 1990, período em que se constitui o Movimento de Mulheres Camponesas e se firmam as grandes reivindicações de luta.

De forma breve, será possível acompanhar a análise de como surgiram os sindicatos e o papel que desempenharam no ambiente político, econômico e social, até o período da sindicalização feminina. Também, poderão ser percebidas as sucessivas trocas de presidentes e atuação destes durante as manifestações sociais e como rivalidades políticas influenciaram decisões de governos, comprometendo a estrutura do Estado. E ainda, acompanhar o cenário da economia brasileira para se compreender as relações de trabalho e dominação, em especial do camponês.

Em 1945, com o fim do Estado Novo, o Brasil passou por um processo de intensificação industrial e por uma redefinição do papel da agricultura na economia. A constituição de um projeto desenvolvimentista atingiu fortemente o campesinato. As transformações afetaram setores sociais, políticos e econômicos.

No setor econômico, a indústria tornou-se mais diversificada. Atividades como metalurgia, mecânica, elétrica e transporte dobraram sua participação no mercado. Somavam-se a atividades têxteis, vestuários, calçados, alimentos, bebidas, fumo e mobiliário. Todas as atividades pensadas para impulsionar a nascente indústria da cidade, porém, carentes de mão-de-obra barata.

No campo, as oligarquias continuavam donas das terras, contudo, não detinham mais o poder político. Para manter-se no poder foi necessário unir-se à elite industrial burguesa, que passou a deter o poder econômico e, conseqüentemente, o poder político. Esta união entre proprietários rurais e industriais originou uma exploração agrícola destinada ao mercado interno, com grandes garantias de lucro. Foi um processo de modernização capitalista da grande propriedade rural.

Em 1950, no estado de Pernambuco, as mudanças econômicas e políticas movimentaram a organização de camponeses propiciando o nascimento de grandes movimentos de luta pela posse e uso da terra. Tal organização deu origem às Ligas

Camponesas. Os movimentos de trabalhadores camponeses marcaram o Congresso Nacional com grandes discussões sobre reforma agrária. A informação teve como base os autores Fausto (2003, p. 364) e Martinez (1987, p.42).

Depois de Pernambuco, as Ligas Camponesas ampliaram sua organização por vários estados do Nordeste, passam a atuar na Paraíba e no Rio Grande do Norte. Segundo Morais (apud STEDILE, 2006, p. 12), “o movimento não tinha formalidade organizativa, apesar da existência de estatutos”. Para resolver problemas específicos, os camponeses reuniam-se em suas localidades e planejavam os caminhos do grupo. As ações coletivas proporcionavam a direção política tomada pelas Ligas.

Entre 1950 e 1960, além das Ligas Camponesas organizadas no Nordeste, no Rio Grande do Sul emergiu o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master) e no estado de São Paulo foi criada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (Ultab). Morais (1969 apud STEDILE, 2006. p, 48) explica que “as organizações tinham por finalidade a coordenação das associações camponesas e a criação de condições para uma aliança política entre operários e camponeses”.

Leonilde Servolo de Medeiros (1989, p.31), descreve que “na II Conferência Nacional dos Lavradores Agrícolas, participaram 303 representantes de 16 estados e mais de 20 líderes sindicais operários”. Devem-se considerar as dificuldades de organização e deslocamento da época. Diversos temas foram discutidos nesse encontro. Entre eles, o direito de organização em associações e sindicatos, direito de greve, reforma agrária, previdência social e reivindicações por categorias de trabalhadores presentes no encontro.

Por constituir uma experiência do PCB, a Ultab objetivava reunir um grande número de filiados e de eleitores. Segundo Medeiros (1989, p. 49), “já em 1962 o número de organizações filiadas era 10 vezes superior às Ligas Camponesas”. Sua tática consistia na acumulação de forças com base em um trabalho de apoio às reivindicações de interesses econômicos e políticos dos trabalhadores. Ao contrário, as Ligas atuavam no sentido de despertar a consciência política entre os camponeses, para que no movimento pudessem decidir sobre seu caminho.

Como mencionado, em 24 de junho de 1960, no Rio Grande do Sul, no município de Encruzilhada do Sul, emerge o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master) que reuniu boa parte das lideranças locais na luta pela reforma agrária. A partir da resistência de 300 famílias de posseiros, agricultores sem-terra, parceiros, peões, pequenos proprietários e seus filhos tiveram início os acampamentos. Para Marissawa (2001, p. 94), “tratava-se de uma

forma particular de organizar suas ações”. Esta não era uma proposta apenas de resistência na terra, e sim uma luta por sua conquista da terra.

Diferentemente dos pernambucanos, integrantes das Ligas Camponesas, que resistiam para não ser expulsos da terra, a luta dos integrantes do Master era para assentar-se na terra. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), no Rio Grande do Sul, apoiou o movimento. Com a derrota do partido nas eleições de 1962, o movimento passou a sofrer ataques do governo estadual, instituições e entidades. Nos anos seguintes sofreu repressão e enfraqueceu. Seus remanescentes, em 1979, criaram um novo e forte movimento de luta pela terra, o Movimento dos Sem Terra (MST), do qual será tratado a seguir.

No ano de 1960, a Igreja Católica realizou um trabalho organizativo e mobilizador que culminou na criação de um setor de sindicalização rural - Serviço de Assistência Rural do Rio Grande do Norte (SAR). De acordo com Medeiros (1989, p. 76-77), “o objetivo foi de reunir e treinar líderes sindicais e orientar sobre a formação de sindicatos. O sindicalismo cristão combateu as ações comunistas. Como princípio negou a luta de classes e defendeu a harmonia social”.

A propósito desta abordagem, Medeiros (1989, p.78) lembra que “muitos setores da Igreja não aceitaram a postura conservadora dos sindicalistas cristãos e criaram a Ação Popular (AP)”. Tratava-se de uma organização política e em âmbito nacional. De acordo com o autor “a prioridade que essa organização definiu para sua ação dizia respeito à organização de operários e camponeses, baseada nas exigências concretas das massas”, e explicava que era necessário privilegiar o que o próprio movimento desejava/ansiava. É desse ponto de vista que a Ação Popular voltou-se para o trabalho de sindicalização rural, de perfil socialista. Na época, os integrantes passaram a serem denominados Católicos Radicais.

Em suma, foram colocadas em evidência quatro grandes forças que estiveram presentes na emergência dos movimentos camponeses nas décadas de 1950 e 1960, as Ligas Camponesas, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), a Igreja Católica e, finalmente, os chamados Católicos Radicais, representados, principalmente, pela Ação Popular. Em suas ações, procuraram manifestar seus princípios e interesses. Por fim, passaram por um processo de intervenção ativo do Estado populista, com aprovação de nova legislação que criava a sindicalização rural. O Estado, comandado por burgueses, percebendo a força das ações coletivas dos movimentos sociais, voltou a atacar.

A legislação só permitia a existência de um sindicato rural em cada município, dessa forma estabeleceu-se uma verdadeira corrida entre as diferentes forças políticas que atuavam no campesinato em busca do reconhecimento. Tratava-se de conseguir a carta sindical, por

meio do encaminhamento da documentação exigida pelo Ministério do Trabalho e de muita pressão no interior da Comissão Nacional de Sindicalização Rural.

Segundo Octavio Ianni (1961, p.195), o sindicato rural é:

[...] muito mais que o resultado combinado das reivindicações do trabalhador rural e da atuação do Estado. O sindicato rural aparece como uma técnica social de institucionalização das relações de produção, segundo as exigências de um Estado capitalista em face de rápido amadurecimento. Em especial, ele surge como uma técnica de formalização do mercado de trabalho no setor agrícola.

Coletti (1989, p. 51), a partir de seu estudo, explica que os sindicatos de trabalhadores rurais foram regulamentados em 1962, no governo de João Goulart (Jango), seguindo duas portarias do Ministério do Trabalho e Previdência Social: Portaria nº 209-A, de 25/06/1962, elaborada e publicada durante a gestão de Franco Montoro à frente do Ministério, e Portaria nº 355-A, de 20/11/1962, assinada por João Pinheiro Neto. Os sindicatos já existentes passaram a ser reconhecidos e outros passaram a se organizar.

Neste contexto, no Rio Grande do Norte, em Natal (1963), aconteceu a primeira Convenção Brasileira de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, a qual propôs a criação de uma confederação sindical, unindo as iniciativas da Ultab, que aglutinava a maioria dos sindicatos existentes até então, e os sindicatos ligados ao trabalho da pastoral da Igreja Católica. Em dezembro do mesmo ano nasceu a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (Contag).

A fundação da Contag foi um grande acontecimento na história do sindicalismo rural brasileiro, pois, em poucos meses de funcionamento reuniu um milhão de trabalhadores do campo, a maioria associada da Ultab. Os membros, timidamente passaram a apoiar medidas da reforma agrária propostas pelo governo federal, baseadas na expropriação e distribuição de terras em zonas de conflito.

Em outubro de 1963, o Congresso brasileiro rejeitou a emenda constitucional, encaminhada pelo Executivo, que autorizava a desapropriação de terras sem prévia indenização. O presidente no período, João Goulart (Jango) recebeu duras críticas, principalmente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e dos meios militares.

Tentando atender às reivindicações de diversos setores populares em efervescência, João Goulart tinha como solução para os apelos da população, a implantação das Reformas de Base. Para o historiador Boris Fausto (2003, p. 459), a implantação de tais reformas teria sido o rumo tomado pelo presidente se forças poderosas não tivessem agido, o impedindo, por



intermédio de um golpe de Estado. Elogia, ainda, a forma que encontrou para mostrar a força do governo reunindo grandes massas em uma série de atos em que anunciava as reformas.

As Reformas de Base agrupavam um conjunto de reformas, dentre elas, a reforma agrária, urbana, administrativa, universitária, bancária e fiscal. Se realizadas, alterariam as estruturas da sociedade. A reforma agrária atacava grandes latifúndios. A intenção do governo era alterar a Constituição de 1946, que definia que as desapropriações de terras deveriam ser realizadas mediante indenizações, o que dificultava a realização de uma reforma agrária. O objetivo de Goulart e seus apoiadores era criar uma indenização em longo prazo, com pagamento por meio de títulos da dívida pública.

Diante da atitude do Congresso de rejeitar a emenda constitucional, o presidente assinou dois decretos. O primeiro calhou na desapropriação das refinarias de petróleo que ainda não estavam nas mãos da Petrobrás, e o segundo, chamado decreto de Supra - Superintendência da Reforma Agrária declarava sujeita à desapropriação as propriedades subutilizadas, especificando a localização e a dimensão das que estariam sujeitas à medida.

O ato das reformas de Jango apressou os conspiradores. O golpe militar de 1964 impediu a remota possibilidade de reforma agrária. Por intermédio de uma série de decretos, chamados de Atos Institucionais (AI), o presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, determinou violenta repressão contra os movimentos de luta pela terra e outros movimentos sindicais que haviam experimentado um processo inicial de articulação. A nova política ditatorial enfraqueceu os movimentos sociais. Desmobilizar era necessário para manter a luta viva.

Segundo Alzumir Rossari (2006, p. 100), no Brasil “logo após o golpe militar, sofreram intervenções do Ministério do Trabalho 409 sindicatos, 43 federações e 04 confederações, sendo que aproximadamente 10 mil trabalhadores foram banidos da vida sindical”. A ditadura militar, implantada em 1964, comprometeu a resistência da classe trabalhadora, desmobilizou as organizações sindicais ativas, interferiu em um grande número de sindicatos, derrubou suas diretorias, perseguiu seus dirigentes e nomeou interventores para gerir as entidades.

O estrago imposto pelo golpe militar ao movimento popular e democrático atentou certo imobilismo político ao país e retardou o chamado novo sindicalismo para a década de 1970. Os governos autoritários socorreram-se durante anos aproveitando-se de soluções meramente técnicas e/ou racionais, de tal modo que desprezaram o aspecto humano dos problemas.

De acordo com Pochmann (2004, p. 77), o período autoritário (1964-85) esteve associado a três distintos desempenhos da economia nacional. Na fase inicial do regime militar (1964-67), marcada por um baixo conjunto das atividades econômicas no Brasil, prevaleceu o uso da coerção na condução de várias reformas de modernização conservadora. No período de 1967-80, aconteceu tanto a institucionalização do autoritarismo como a industrialização, iniciada ainda na década de 1930. Por fim, na fase final do regime militar (1980-85), ocorreu gradual liberação do autoritarismo, pressionado pelo agravamento da crise socioeconômica e pelo progresso das forças democráticas no país.

No decorrer do desenvolvimento capitalista o campesinato passou a sofrer rápidas transformações políticas e econômicas que resultaram na sua modernização. Para Jairo Marchesan (2003, p. 95-70), a passagem da agricultura dita tradicional para a agricultura moderna aconteceu paralelamente ao acelerado crescimento urbano, que se deu em função do processo de industrialização “e que tem gerado a necessidade de adaptar o setor agrícola nacional ao desenvolvimento capitalista mundial”.

A partir de 1960, ocorreu um rápido avanço tecnológico no setor agrícola. A chamada “revolução verde” nasceu em pleno contexto da guerra fria como uma estratégia de revolução para o campo. O aumento da produção de cereais por meio de pesquisas genéticas permitiu variedades mais resistentes às pragas, às variações climáticas e mais produtivas. Encontramos informações na Revista Camponesa (MMC, 2008, p. 7) de que esse novo pacote tecnológico propunha a utilização de sementes melhoradas ou de alto rendimento, o que exigiu a introdução de insumos químicos, irrigação e mecanização agrícola. Porém, como ocorreu sem a devida distribuição de terras, acentuou os problemas fundiários relativos à posse e ao uso da terra e também contribuiu para a expansão da erosão dos solos, a poluição das águas e o extermínio da biodiversidade.

No decorrer deste processo de mudanças no campo, as propriedades rurais passaram a compor os complexos agroindustriais e depender de insumos que eram recebidos das empresas integradas. Além de bens de consumo final, passaram a produzir bens intermediários ou matérias-primas para outras indústrias de transformação. Para o campesinato brasileiro a modernização não teve um impacto uniforme em todas as regiões e nem em todos os grupos de produtores. Privilegiaram-se as regiões mais desenvolvidas e os grandes proprietários de terras; aumentou ainda mais a acumulação de capital nesse segmento.

Essa dinâmica gerou uma nova ordem de relações econômicas e sociais no campo brasileiro, com forte impacto no trabalho. A integração com a indústria não apenas determinou mudanças nos cultivos das grandes propriedades e na utilização da mão de obra

assalariada, mas atingiu também a agricultura familiar. A decisão sobre o que produzir e como produzir passou a concentrar-se na rede produtiva e não mais no agricultor.

O aumento da exploração sobre as forças produtivas do campo acentuou, ainda mais, a condição de submissão. Segundo Marx (1887 apud SANT'ANNA, 1985, p. 40), “o modo de produção capitalista se afirma à medida que dispensa os processos de acumulação originária e difunde processos específicos de exploração e valorização, que conduzem à produção de mais-valia”. Ao interagir de maneira própria com a opressão de classe e as demais formas de opressão, mecanismos de luta emergiram, por intermédio de vozes e da rebeldia, em todos os tempos históricos.

No final dos anos de 1970 surgiram os primeiros sinais do esgotamento do regime militar. Sobre o período, Rossari (2006, p. 100), descreveu que “a riqueza nacional se concentra na mão de poucos e, na outra ponta, há uma legião de pobres e miseráveis”. Revelou, ainda, que “nos anos 80, o Brasil é outro; de um país predominantemente rural passa a ter a maioria de sua população vivendo nas cidades”. É neste cenário que as massas urbanas fizeram ressurgir as greves. Muitos sindicatos renovaram suas práticas trazendo novas críticas e formas de expressão. A luta pela anistia, a condenação econômica e política ao regime ganharam fôlego.

De acordo com Medeiros (1989, p. 122), a realização da I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), em agosto de 1981, foi marcada pela representação de diferentes correntes no interior do sindicalismo. Nos anos seguintes corporificou-se a criação de duas centrais sindicais: a Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983, e a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) em 1986. Ambas, desenvolveram papel importante na constituição e organização das reivindicações dos trabalhadores.

Na ascensão dos movimentos sociais no fim da década de 1970 e adentrando as décadas de 1980 e 1990 reapareceram as primeiras ações pela reforma agrária no campo, reafirmando a necessidade de uma sociedade mais justa. Segundo João Pedro Stedile (2005, p. 187), “a reforma agrária no Brasil deve combinar uma política de “massiva” distribuição de terras com uma política agrícola que combata o atual modelo agrícola implantado nas últimas décadas”. Para o autor, é a concentração da propriedade da terra que mantém as riquezas naturais; a agricultura e o poder político nas mãos de uma minoria é uma das principais fontes de injustiças sociais.

Os vinte anos de ditadura militar reprimiram as organizações e os partidos de esquerda. Os debates em torno de programas de reforma agrária só foram retomados com o processo de redemocratização do país. Surgiram novos movimentos camponeses. Dentre eles,

destacamos o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Numa grande ousadia, levantaram novamente a bandeira pela reforma agrária.

A ocupação da fazenda Magali, em Ronda Alta no Rio Grande do Sul, em 1979, pode ser considerada o embrião da atuação do MST. Para Stedile (1997, p. 56), dirigente do movimento, “o sem-terra é uma pária, está fora da sociedade, não tem acesso aos valores sociais. O MST é uma coletividade de párias, certamente a única organizada, a mais consciente em relação a sua identidade e a seu sentido, e por isso a mais competente”. Verifica-se, todavia, a contradição: “é uma coletividade de condenados que se fez sujeito da história para revogar a sua condenação”.

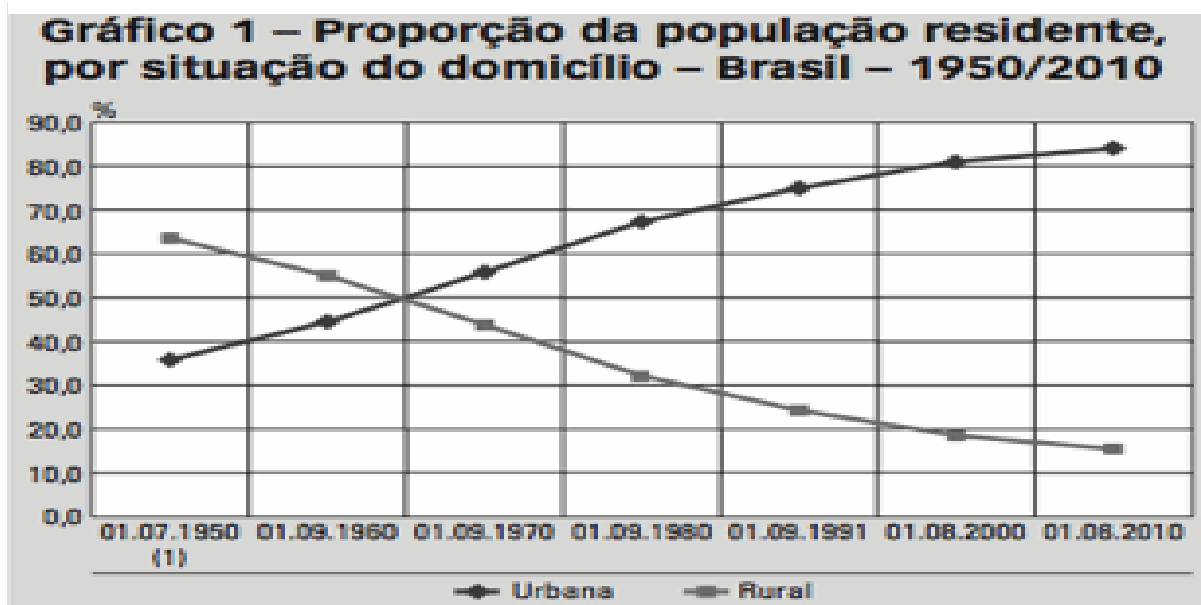
Em janeiro de 1984, ocorreu o primeiro encontro do MST em Cascavel, no Paraná. Dentre as decisões tomadas, o movimento reafirmou a necessidade da ocupação como uma ferramenta legítima dos camponeses. A partir daí, o movimento passou a ser pensado com objetivos e linhas políticas definidas, incorporou perspectivas que vão muito além da luta pela terra, engrossou as fileiras e muitas outras lutas e mobilizações sociais na busca por uma transformação social mais ampla.

Outro movimento sindical rural de grande importância, no decorrer, foi a Via Campesina. Trata-se de uma articulação internacional de movimentos camponeses que pôs em discussão questões como a reforma agrária, agroecologia, soberania alimentar, comércio, gênero, direitos humanos, agricultura camponesa sustentável, migrações e trabalhadores agrícolas assalariados, biodiversidade, biossegurança e recursos genéticos e, o fim de pesquisas e comercialização de transgênicos. Constituiu-se em Mons, na Bélgica, em maio de 1993, onde foram fixados os objetivos e princípios fundamentais que têm marcado a história da organização.

No Brasil, incorporaram-se à Via Campesina, movimentos como a Comissão da Pastoral da Terra (CPT); o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e a Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR).

Em suma, o processo de modernização, atrelado ao Estado brasileiro, mudou o cenário populacional do campo. A fuga da situação opressora, ora como forma de ascensão econômica e social, ora como saída para continuar vivendo e sobrevivendo, levou milhares de camponeses a migrar para áreas urbanas. Ocorreu o inchamento populacional nas metrópoles e nas capitais dos estados. Na leitura de Valim (1996, p. 16), “o Brasil, de um país predominantemente rural, passou a ter a maioria de sua população vivendo nas cidades. O êxodo rural transformou a maioria das cidades”.

Gráfico 01 – Proporção da população (urbana e rural) no período de 1950 a 2010



(1) Para o cálculo da taxa foi utilizada a população presente em 1950, enquanto para os anos seguintes foi utilizada a população residente.

**Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010.**

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

O período acendeu discussões, por meio do debate, sobre liberdade e autonomia sindical. Um sindicalismo que se propõe independente, classista e reformulador, em oposição ao sindicalismo atrelado ao Estado. Em novembro de 1983 a campanha pelas diretas, por exemplo, realizada em São Paulo, com todas as reivindicações que a acompanhou, traduziu de forma exemplar a ebulição em que vivia o país. Do ponto de vista dos camponeses, significou, antes de qualquer coisa, a esperança na reforma agrária.

Este primeiro capítulo permite compreender que os movimentos sociais, como hoje os conhecemos, são resultado de um processo histórico longo. Eles tiraram sua essência das mudanças estruturais associadas ao capitalismo, mas que precederam a revolução Industrial. Dentre as principais mudanças podemos citar o desenvolvimento da imprensa comercial e os novos modelos de associação e socialização. Para Tarrow (2009, p. 66), tais movimentos não produziram, por si só, novos descontentamentos e novos conflitos, mas difundiram maneiras de preparar reivindicações que ajudaram as pessoas comuns a pensar-se como parte de coletividades mais amplas e no mesmo plano de seus superiores.

Investigando as teorias sobre os movimentos sociais, visualizamos no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) características de cada uma delas: comportamento coletivo de massas espontâneas e informes; percepções de que há interesses em conflitos; crescimento e

difusão de um sistema generalizado de crenças; atividades organizacionais que transformam o potencial para a ação em ação efetiva; operação de controle social; opiniões e crenças que representam preferências para mudar alguns elementos da estrutura social; forma de ação que envolve solidariedade; rompimentos de limites.

Contudo, a decisão de seguir a Teoria da Estrutura das Oportunidades Políticas foi sábia. Ela enfatiza a dinâmica que leva a insurgência. Define o movimento social como uma série de interações entre detentores de poder e pessoas que conseguem falar por aqueles que carecem de representação formal. Tornam visíveis demandas por mudanças na distribuição ou no exercício do poder. Fato este que será apresentado no estudo à medida que forem apresentadas as lideranças do MMC, bem como, suas histórias no Movimento.

Ainda, segundo Sidney Tarrow (2009), a Teoria evidencia fatores estruturais, como a abertura e fechamento da arena política, a estabilidade de alianças políticas, a presença de elites aliadas e suas divisões. Por fim, explica o momento e os resultados da atividade dos movimentos, como apresentado na terceira seção deste capítulo.

Na segunda seção, ao conceituar a categoria camponês, tivemos a oportunidade de adentrar no campesinato e acompanhar o cotidiano sofrido que os envolve. Permite-se, assim, dizer que o camponês que resiste no campo, é aquele que com sua família trabalha em uma pequena propriedade rural, sendo ou não de sua posse, e tem acesso a recursos naturais que atendem suas necessidades produtivas. Este camponês, na construção de sua história, passou a estabelecer relações políticas e sociais, dentro de um cenário econômico capitalista que definiu o seu modo de ser e viver, ou seja, sua cultura.

Por fim, a última seção nos aproxima da história do movimento de mulheres, ocasião em que nos apresenta o contexto econômico, político e social da década de 1940 até 1990. Os diversos movimentos que emergiram no período, conforme elucidados, podem ser vistos como exemplos de luta. Em todos eles, a mulher que vivia no campo, teve fundamental importância, no entanto, aparece em segundo plano nas obras pesquisadas, eis o desafio para o próximo capítulo.

## CAPÍTULO 2

### 2 MULHER: FORÇA ATUANTE NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A partir do século XX, no Brasil, a existência de movimentos sociais fortes e variados, no campo e na cidade, legitimou a organização dos movimentos de mulheres. Na busca de uma vida própria, de autonomia e de reconhecimento, as mulheres procuraram mostrar o desenvolvimento da sua condição na sociedade brasileira através dos tempos: sua vida, seus anseios, sua maneira de pensar e participar dos acontecimentos culturais, políticos, econômicos e sociais, na família e no trabalho. A intenção deste segundo capítulo será apresentar, brevemente, a história dessas mulheres.

A primeira seção apresentará breve histórico sobre a trajetória das mulheres, especialmente, no mundo do trabalho. Primeiramente, recordaremos que nas sociedades pré-capitalistas, às mulheres, foi assegurado situação de privilégio, pois eram elas que reproduziam a vida. Ao descobrir seu papel no ciclo reprodutivo, os homens, restringiram a participação das mulheres ao âmbito da casa e da criação dos filhos, de forma totalmente dependente e subordinada.

Na sequência, será mostrado que na sociedade capitalista a condição das mulheres se agravou. Além dos afazeres da casa e das responsabilidades com os filhos, muitas foram tiradas do campo e lançadas ao mercado de trabalho, as quais passaram a viver nas periferias das cidades. As que permaneceram no campo assumiram tarefas múltiplas, pois com a modernização da agricultura, suas funções deveriam ser adaptadas para abastecer o mercado.

Por fim, será realizada reflexão sobre o fenômeno da invisibilidade da mulher na sociedade e como a historiografia se manifestou em relação à trajetória vivida por elas. Também, apresentaremos os motivos pelos quais as mulheres criaram movimentos sociais fortes e autônomos (do campo e da cidade) e passaram a reivindicar o que o capital e os homens, aos poucos, foram tirando e depois negando ao logo da história.

Na segunda seção serão analisadas, de forma breve, as múltiplas relações sociais vividas por mulheres que desafiaram criar um movimento próprio - o Movimento de Mulheres Camponesas. Partiremos de abordagens teóricas que mostrarão os principais fatos ocorridos durante a trajetória do movimento, bem como, as mudanças de nomenclaturas.

A vivência das militantes do MMC no sindicato rural, na Igreja, nos partidos político será referenciada, bem como, a reação de indignação secularmente internalizada entrará em

debate. Também será notado que o MMC sempre teve incentivadores/apoiadores, cada qual com seus interesses, contribuíram na criação e andamento do Movimento.

Durante a descrição desta seção, fortes críticas são apresentadas ao modelo capitalista vigente. Concluiremos mostrando que manter a luta e somar com outros grupos sociais que também se rebelavam contra tal modelo, foi a saída.

Na terceira seção, serão apresentadas, a partir de fontes escritas e orais (17 entrevistas), experiências vividas por militantes do MMC, no oeste de Santa Catarina. Partiremos da relação mulher x trabalho e optamos por dividir o trabalho executado, por elas, em três divisões: *dentro de casa, fora de casa e na roça*.

Seguiremos avaliando a rotina de trabalho e como as transformações internas e externas nas diversas dimensões da vida no campo, alteraram o MMC e categorias nucleares, neste caso, a família. E, para compreender como se fazia formação política no MMC, mostraremos as instâncias de decisões, bem como suas funções.

## 2.1 O DESENVOLVIMENTO DA CONDIÇÃO DA MULHER NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Para entender as condições da mulher na sociedade brasileira é importante estudar a trajetória da mulher no mundo do trabalho no decorrer da história. Ressaltamos de modo bastante pontual algumas características dessa trajetória. Iniciamos desde as sociedades pré-capitalistas, no contexto da Revolução Industrial e a história mais recente, em especial, a do século XX.

Nem sempre a sociedade esteve organizada como está hoje. A sociedade é dinâmica. Estudando a história da humanidade, Marx (1867 apud CLARET, 1985. p. 59), observou que “do mesmo modo que o homem primitivo deve lutar contra a natureza para prover as suas necessidades, manter-se vivo e reproduzir-se, o homem civilizado é forçado, também ele, a fazê-lo, quaisquer que sejam a estrutura e o modo de produção”.

Há milhares de anos os seres humanos deixaram sinais de sua existência. A organização do trabalho se desenvolveu de forma natural. Homens e mulheres viviam da coleta de frutos e da caça aos pequenos animais. Engels (1984) avalia que os grupos eram pequenos e sentiam medo diante da grandiosa natureza, por isso, a lei da solidariedade e da partilha determinava o comportamento grupal.

Segundo o mesmo autor, a mulher assegurava uma situação privilegiada, pois era ela quem reproduzia a vida. O homem não sabia seu papel na procriação, pensava que as



mulheres pariam dos deuses. Eram as mulheres que governavam e o faziam por meio da persuasão e do consenso. Os interesses do grupo vinham acima e além dos interesses pessoais.

Para Loreta Kiefer Valadares (2007), quando a natureza tornou-se menos exuberante, foi preciso correr atrás dos alimentos. Iniciou o período da caça aos grandes animais. Assim, o homem passou a sentir-se superior à mulher, a autoridade passou a ser exercida pela força. Já era necessário guerrear contra outros grupos para conquistar território e alimento. Os grupos humanos deixaram de ser nômades, aperfeiçoaram a agricultura, que a mulher havia descoberto, produziram instrumentos de trabalho.

Os grupos dividiram as terras entre si e tornaram-se sedentários. Logo, fundaram as primeiras aldeias, as primeiras comunidades, as primeiras cidades, as primeiras cidades-estados, os primeiros estados e, finalmente, os impérios.

A produção de excedentes agrícolas gerou acúmulo de riquezas. A luta pelo poder se tornou evidente. A lei de solidariedade foi substituída pela lei da competitividade. Nasceu o individualismo. E, com ele, a lei do mais forte.

De acordo com Nogueira (2004), nesse período, a condição da mulher mudou. O homem descobriu seu papel no ciclo reprodutivo e, usou sua força física para controlar a sexualidade feminina. A linhagem não era mais através da mulher, e, sim, do homem. Portanto, se ela tivesse um filho fora do casamento, isso podia comprometer seriamente a herança e a posse da terra. Assim, ela tinha que sair virgem das mãos do pai e chegar virgem às mãos do marido. Qualquer transgressão da virgindade ou adultério da mulher era punida com a morte.

As mulheres que até então tinham uma vida independente e possuíam prestígio social, perderam sua posição. Foram reduzidas ao âmbito da casa e da criação dos filhos, pois, para a sociedade competitiva, quanto mais filhos, mais força de trabalho barata e maior o número de soldados para defender a terra. Ela se tornou submissa ao homem, não podia trabalhar fora de casa e, portanto, a sua subsistência era provida pelo homem. Assim, a partir da dominação econômica, no passar das gerações, a mulher desenvolveu uma submissão psicológica, introjetada à sua condição de inferioridade em relação ao homem.

Valadares (2007, p. 68) diz que, devido aos seus anos de luta junto ao movimento de mulheres, na Bahia, conseguiu sintetizar a história da mulher descrita desta forma:

A sociedade passa a desenvolver-se com base nas relações de exploração social e na degradação da condição da mulher. De produtora livre, a mulher será confinada ao âmbito da economia doméstica. De personagem especial do espaço público, virá a ser enclausurada na vida privada. Mulheres e homens irão participar de modo desigual da produção e reprodução.

Tais condições passam a se acentuar na sociedade capitalista. Segundo Hobsbawm (1979, p. 64), o capitalismo industrial se baseava numa nova forma de produção, a fábrica. Esta, “era realmente uma forma revolucionária de trabalho, com seu fluxo lógico de processos, cada qual uma máquina especializada a cargo de um ‘braço’ especializado, todos ligados pelo ritmo constante e desumano do ‘motor’ e pela disciplina da mecanização”.

Com a invenção da máquina a vapor, tornou-se possível a construção de teares e se substituiu a força humana pela força mecânica. A condição da mulher na era industrial sofreu grandes transformações; passou a trabalhar nas fábricas com salário e posição inferiores ao homem. Durante muito tempo foi deixada na sombra da história. Sobre o assunto, Nogueira (2007, p. 10), assim o descreve:

O capitalismo usa dessa divisão sexual do trabalho para incentivar a competição entre trabalhadores, rebaixando os salários em decorrência do ingresso da força de trabalho feminina, incorporada à classe trabalhadora e percebendo salários ainda mais reduzidos. Desse modo, a classe trabalhadora, composta por mulheres, jovens, crianças e pelos próprios homens, foi reduzida à condição de simples força de trabalho vivo, ou seja, matéria de exploração do capital, visando à ampliação de seu ciclo reprodutivo e à sua valorização”.

No século XIX, no Brasil, chegaram ideias Iluministas. Liberdade de comércio e direção política de um país eram questões relevantes. A luta pela independência, inicialmente, contou com vários segmentos sociais. No decorrer, foi dirigida pela classe dominante, sobretudo, homens ligados à Maçonaria. No período, na Maçonaria era vedada a participação das mulheres.

Por volta de 1830, a situação econômica estava um caos e seguia acompanhada de uma série de erros políticos. Dom Pedro I terminou abdicando. É neste contexto que se destaca a figura de Anita Garibaldi, catarinense que, unindo-se a José Garibaldi, com ele participou das lutas republicanas durante a Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul.

Segundo Celso Martins Silveira (2004, p. 07) a Anita não ficou conhecida somente pela sua atuação revolucionária no Brasil, mas, também na Itália, na luta pela Unificação. “A Itália era “carente de uma expoente feminina popular”, e “converteu Anita como sua heroína nacional” e, assim consagrou definitivamente a humilde “matuta” brasileira de Laguna, Santa Catarina”. O autor explica que foi dessa forma que ficou conhecida como a “Heroína de Dois Mundos”.

Também foram observadas a urbanização e a imigração em larga escala. Sobre os dois fenômenos, Carlos Comassetto (2008, p.13), assim os descreve:

A crise da produção e do trabalho escravizado no Brasil coincidiu com a transformação agrária promovida pelo avanço do capitalismo na Europa, que provocou forte, no Velho Mundo, expulsão de camponeses da terra, transformando-os em trabalhadores assalariados e dependentes, não raro, empregados em ocupações esporádicas nos centros urbanos.

O processo descrito mostrou a tendência migratória. Comassetto (2008, p. 13) reforça que nesse período, “o Brasil tornou-se uma das múltiplas rotas para a sobrevivência de europeus em dificuldades”. Continua: “Uma força [...] para substituir a mão de obra escravizada, para sustentar o padrão brasileiro agroexportador dependente e para colonizar territórios considerados devolutos pelas autoridades governamentais”.

Quanto ao papel familiar e social exercido por mulheres imigrantes, do ponto de vista europeu, que aqui se fixavam, Teles (2003, p. 33) afirma que “a mulher deveria ser caprichosa e asseada e, principalmente, uma boa dona de casa”. Porém, devido ao desenvolvimento industrial e à pequena abertura da imprensa, algumas coisas, começaram a mudar. “Em meados do século XIX surgiram no Brasil diversos jornais editados por mulheres, que, certamente, tiveram grande papel de estimular e disseminar as novas ideias a respeito das potencialidades femininas”. Na sua grande maioria, dirigiam-se diretamente às mulheres, para que tomassem consciência de sua identidade e seus direitos.

Para a mesma autora, os temas publicados, entendidos como polêmicos, geralmente tratavam da abolição da escravatura, participação ativa na vida política, consciência de identidade, luta pelos direitos, educação e analfabetismo, saúde, moda, teatro, igualdade de gênero, direito ao voto, defesa ao divórcio, machismo, violência, feminismo e solidariedade internacional com mulheres do mundo inteiro.

Diante dessa realidade, o século XIX, ficou marcado como o período das denúncias sobre a condição de opressão imposta no mundo do trabalho, sobretudo, pelas mulheres. Promoveram manifestações e passaram a reivindicar o direito ao voto, o direito à educação, melhores salários e condições de uma cidadania plena. Para além do capital, a luta também se fazia contra a cultura patriarcal e desejavam uma sociedade sem divisões de classes.

Durante o século XX, no Brasil, ocorre à organização de vários movimentos sociais e a participação das mulheres torna-se cada vez mais importante. Passam a ocupar espaços nas associações, nos sindicatos, na política, lembrando que isso não é um fenômeno recente, como já dito, sempre o fizeram, porém, diante do capitalismo avassalador no século XX tais inserções passaram a ser mais frequentes. Contudo, a maior parte da bibliografia citada no primeiro capítulo sequer menciona o que faziam as mulheres durante a organização dos

movimentos sociais, tanto do campo, quanto da cidade. Participavam ou não? Felizmente o debate vem ocorrendo.

Para fazer esta reflexão, buscaremos apoio teórico em Valadares (2007, p. 63). Ao tratar da visibilidade da mulher, afirma que “a história da mulher na sociedade é a história da invisibilidade visível”, e explica:

Quando se olha para um determinado espaço político, como a direção de um sindicato, a direção de uma universidade ou de uma entidade estudantil, a representação parlamentar, os órgãos executivos, a administração pública etc., é visível a ausência ou a presença diminuta da mulher. E quando se vai olhar a fundo o processo de construção daquele instrumento político ou daquela instituição, a elaboração e execução de projetos, a participação nas atividades, a presença ativa nas greves, nas lutas políticas, nas campanhas eleitorais, nas diversas áreas do saber científico, o invisível se faz visível. Só que continua oculto e o que se vê é a sua invisibilidade.

Mas, a partir da década de 1950, podemos dizer que, recentemente, com a organização dos movimentos autônomos, as mulheres passam a lutar para que o invisível se tornasse visível e passaram a atuar em espaços na sociedade, anteriormente proibidos. Esses movimentos ganharam rapidamente alcance nacional, redimensionaram seriamente a sua representatividade.

A criação de diversas entidades ligadas ao Estado, dedicadas aos temas das mulheres, como os Conselhos Estaduais sobre a condição da mulher ou Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, ampliou as informações vividas por elas. Desta forma, a existência de movimentos fortes e variados legitimou a organização de mulheres que procuraram enfocar interesses e demandas específicas.

A manifestação dos movimentos de mulheres e do feminismo ocorreu num contexto de expressivo crescimento da presença das mulheres no mercado de trabalho brasileiro. Segundo Lima (2006, p. 17), “[...] em 1970, a força de trabalho feminina correspondia a 18% do total da produção feminina de dez anos ou mais de idade, porcentagem que subiu para 35% em 1978”.

Na década de 1980, os movimentos do campo receberam reforços. Mulheres, muitas que já participavam dos movimentos sociais, resolvem criar diversas organizações, de forma autônoma, e unem-se aos movimentos urbanos. Reforçamos, não que antes as mulheres estiveram ausentes dos movimentos sociais e não participassem ativamente nas organizações de luta, pelo contrário, a participação ocorreu na ação concreta e coletiva dos movimentos. Em outras ocasiões assumiram e garantiram, principalmente com o seu trabalho a manutenção

e o sustento familiar. O que não ocorreu foi o devido reconhecimento e registro dessa participação.

Juntos, em ação coletiva, os movimentos de mulheres (urbanos e camponeses) passaram a debater suas trajetórias em encontros, conferências, assembleias, seminários etc., e, acirraram confronto com os controladores do capital e com o Estado em busca de seus direitos. Aqui, retomamos a ideia de Tarrow (2009, p. 19) para assinalar que a ação coletiva torna-se de confronto quando é “empregada por pessoas que não têm acesso regular às instituições, que agem em nome de exigências novas ou não atendidas e que se comportam de maneira que, fundamentalmente, desafia os outros ou autoridades”.

Para Tarrow (2009, p. 19), a ação coletiva de confronto “é a base dos movimentos sociais [...] quase sempre é o único recurso que as pessoas comuns têm contra opositores mais bem equipados ou estados poderosos”. Também adverte que as ações dos movimentos não se reduzem, simplesmente, em confrontar. Eles “formam organizações, elaboram ideologias, socializam e mobilizam seus membros, e estes se engajam em autodesenvolvimento e na construção de identidades coletivas”.

Na realização da I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora - Conclat, em agosto de 1981, em São Bernardo do Campo/SP é registrado um debate com a proposta para a criação de um departamento de mulheres. Na presença de representantes sindicais dos vários movimentos sociais, a proposta não foi aprovada. No entanto, as mulheres se mobilizaram dando continuidade aos seus propósitos. Buscavam a democratização dos espaços políticos, uma sociedade justa e igualitária, e, exigiam o respeito às diferenças e a diversidade.

No III Encontro Feminista Latino-Americano realizado em Bertioga/SP, em agosto de 1985, movimentos feministas urbanos se articularam com trabalhadoras rurais brasileiras para discutir com mulheres peruanas sobre suas lutas. Segundo Teles (2003, p. 140), “elas pediam solidariedade, ao falar de suas crianças desnutridas e famintas e daqueles que morreram durante a longa caminhada; e de seus maridos que há meses não recebiam nenhum salário”.

De acordo com Teles (2003, p. 140) que já foi presa política, hoje militante feminista, o momento de desabafo das representantes latinas foi muito importante, “o mundo cresceu para as trabalhadoras [...] E, de repente, elas descobriram outras mulheres que também enfrentavam uma vida difícil de viver”. Fundamentalmente, o grito era o mesmo.

A mesma autora explica que nos encontros nacionais, contavam suas vidas. Em seus depoimentos discorriam sobre o cotidiano, sempre sofrido. Os assuntos discutidos giravam em torno da participação sindical, da guarda dos filhos, da saúde da mulher, da previdência social, da infraestrutura no local de trabalho e da reforma agrária. Delatavam, corajosamente,

atrocidades contra mulheres e crianças. Como ocorrido entre 1985 e 1986, no estado de Goiás, onde pistoleiros a mando de fazendeiros e latifundiários assassinaram 29 mulheres, 11 menores, conforme exposto no Encontro Nacional da Mulher pela Constituinte.

As experiências de vida também foram relatadas pelas mulheres rurais. Mostraram que no seu cotidiano não havia uma distinção entre os limites do lar e do trabalho. No campo, a autoridade do chefe de família, do pai ou do marido, extrapolava o espaço doméstico e muitas vezes impunham, negando a participação das mulheres nas decisões, nas cooperativas, nos bancos, nas associações de produtores e nos sindicatos.

Já, as mulheres do segmento urbano estiveram em contato com o trabalho exaustivo das fábricas. No mundo do trabalho, foram reservados espaços específicos para as mulheres que, na maioria das vezes, caracterizavam-se pela inferioridade hierárquica, pelos salários menores e por atividades adaptadas às suas capacidades inatas. Conheceram rapidamente o sistema capitalista discriminador.

Segundo Antunes (1999, p. 236), o capitalismo brasileiro intensificou o padrão de acumulação industrial. Num primeiro momento estruturava-se através da produção de bens duráveis, para um mercado interno restrito, ou seja, da classe dominante. Num segundo momento, visava à produção para a exportação, não só de produtos primários, mas também de produtos industrializados de consumo. Tal processo foi marcado por uma redução no salário dos trabalhadores, por uma superexploração e pela jornada de trabalho prolongada. Em contrapartida, atraiu o capital externo.

Da combinação - superexploração da força de trabalho com padrões produtivos e tecnológicos mais avançados - surge à mudança do processo produtivo nos anos 1980. Num ritmo mais lento se acentua na década de 1990 com o processo de reestruturação produtiva do projeto neoliberal. Não há dúvida no interesse de mão de obra qualificada e preparada para operar equipamentos microeletrônicos com menos dispêndio salarial. Ocorre avanço na precarização das condições de trabalho, e, especialmente, da força de trabalho feminina.

A participação da mulher no mercado de trabalho deu-se de forma crescente, acompanhando o processo de industrialização e urbanização da sociedade brasileira. Para Ângela Maria Araújo (2002, p. 133), “um contingente de mulheres ocupa posições não qualificadas, com vínculo empregatício e condições precárias, mal remuneradas e sem proteção social”.

Nogueira (2007) apresenta índices de desemprego e precarização no trabalho como jamais observados na história. Em qualquer contexto analisado pela autora (europeu ou latino-americano), também afirma que as mulheres estão predominantemente em trabalhos precários

e que vivem o desemprego mais intensamente que os homens. Mais ainda, recebem salários inferiores, apesar de serem mais escolarizadas.

Nas periferias dos centros urbanos, a falta de creches foi assunto presente nas reuniões. A luta por creches levou a um grande debate ideológico a respeito do papel da mulher e da família. A creche era mesmo lugar ideal para educar as crianças? Teles (2003, p. 104) lembra que o primeiro slogan do movimento dizia: “O filho não é só da mãe”. Em 1984, O Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo fez um levantamento da situação das creches construídas. Constatou-se que, das 60 mil indústrias do Estado de São Paulo, 38 mil mantinham berçários e creches nos locais de trabalho. A autora mostra o respaldo do movimento.

Lembramos que a história de luta das mulheres urbanas passou a existir devido às dificuldades de permanência no campo. O êxodo rural, reforçado na década de 1960, resultado da crise econômica, política e social, conduziu grande número de trabalhadores para periferias da cidade. Atrevemo-nos a repetir o que mais se ouve no senso comum *‘ruim no campo, pior fora dele’*.

A história da organização de mulheres rurais, segundo fontes bibliográficas, nasce no sul do Brasil, amparada da forte organização dos sindicatos dos trabalhadores rurais, segmentos da Igreja Católica e partidos políticos. Quanto aos sindicatos, estavam ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), unidos a Via-Campesina e desenvolveram projetos de estudos e ações práticas que propagaram a luta e, conseqüentemente, conquistaram a autonomia política.

Diante do exposto, afirmamos que a palavra “História”, embora pertença ao gênero feminino, costumou ser pensada e escrita em termos masculinos. Os homens foram os privilegiados da história, embora, nem todos, enquanto as mulheres foram aprisionadas em categorias vagas e imprecisas como: as pessoas, os homens, a humanidade. Em outras palavras, permaneceram em segundo plano na narrativa e “invisíveis”, segundo a escritora Loreta Valadares (2007, p. 63).

Decisivas contribuições para as transformações sociais da humanidade não foram memoradas. O papel da mulher na descoberta do fogo, da agricultura, da domesticação dos animais, da invenção da cerâmica, da fiação, da tecelagem, da tintura, da descoberta e uso das ervas medicinais, dos transportes, não poderiam ter sido invisível, deveria ter sido reconhecido. Também deveria ter sido reconhecida a cumplicidade das mulheres camponesas e urbanas na luta por visibilidade, por melhores condições de trabalho, pelos direitos sociais,

pelo ingresso à política, pela educação e saúde gratuitas, enfim, pela defesa de uma sociedade justa e igualitária.

A próxima seção apresentará o contexto histórico em que é criado o Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina, efetivamente, no oeste do Estado, a partir da década de 1970 e com ênfase nas décadas de 1980 e 1990 até 2003.

## 2.2 MOVIMENTOS DE MULHERES CAMPONESAS E AS RELAÇÕES SOCIAIS

Esta seção apresenta e discute a dinâmica política, econômica e social vivida pelas mulheres em Santa Catarina, em especial, no oeste do Estado, a partir da década de 1970 (que antecede a criação do MMC/SC) e com destaque a década de 1980/90 até 2003, ocasião em que o Partido dos Trabalhadores (PT) e coligados assumem o governo nacional.

Tais dinâmicas desencadearam impactos que alteraram as redes de relações sociais vigentes no campesinato, assim contribuindo, decisivamente, na criação e organização do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC/SC) e no envolvimento de lideranças com a política partidária.

A história das mulheres camponesas em Santa Catarina é resultado da forte organização dos sindicatos dos trabalhadores rurais, ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), unidos à Via-Campesina, bem como, do amparo de segmentos da Igreja Católica e partidos políticos.

De acordo com a Revista Camponesa (MMC, 2008, p. 7), o Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina “nasce da reação e indignação [...], contra toda forma de opressão da cultura patriarcal e da dominação do modelo capitalista”. Consolidou-se na busca pela autonomia, na defesa dos direitos da classe trabalhadora, no combate contra o machismo, na luta contra a exploração, na defesa e cuidados com a natureza e no compromisso de respeito que assumem com seus parceiros, filhos e com as comunidades rurais.

Segundo Gaspareto (2017, p.15), “a trajetória de luta das mulheres camponesas no MMC/SC se dá em profunda ligação com a experiência da classe trabalhadora e tem-se pautado tanto pela resistência quanto pelo enfrentamento ao sistema de opressão/exploração historicamente em curso”.

O MMC (2008, p. 32-36), divulgou em revista que o conjunto de ideias e ações deste movimento evoluiu de suas reivindicações iniciais por direitos previdenciários e trabalhistas, extensivos às mulheres rurais, para as demandas por direitos reprodutivos, contra a violência doméstica, pela representação das mulheres no sistema político e direitos em geral, ou seja,



lutavam por mudar suas vidas e assim foram motivadas para marcar a história de suas organizações.

Para compreender as relações sociais e como ocorreu à ampliação da presença feminina nos movimentos e instituições no oeste de Santa Catarina, é necessário retornar à década de 1970, período em que se iniciaram frequentes mobilizações no campo. Os protestos se davam contra as dificuldades para criação e comercialização dos suínos, ocupações de terra e oposições sindicais às entidades pelegas que dirigiam os sindicatos.

É importante refletir sobre os sindicatos, de forma especial dos pelegos, pois a história de criação do MMC, no oeste de Santa Catarina, está associada à luta contra modelo aplicado neste período, ou seja, em que a mulher não era e nem podia se associar. Era vedada sua participação.

O sindicato pelego caracterizou-se por uma concepção de colaboração de classe, corporativista, de relação harmoniosa com o patronato e obedeceu fielmente ao que a legislação burguesa e o Ministério do Trabalho estabeleceram; sempre atrelado ao Estado. Segundo Guareschi (1996, p. 89), o sindicato deveria ser “uma organização livre e autônoma de pessoas com finalidade de defender e promover seus direitos”. Ainda, “livre: entra quem quer, sai quem quer. Autônomo: independente, soberano, podendo discutir em pé de igualdade com qualquer outro sindicato ou organização”.

Para Rossari (2006, p. 106-7), “o sindicato torna-se pelego quando é um mero órgão burocrático, encarregado das homologações das rescisões de contratos de trabalho, de assistência médica e odontológica”. Acrescenta que, “sem qualquer mobilização dos trabalhadores, celebra o Acordo Coletivo de Trabalho [...], mera reprodução de artigos que já estão assegurados na CLT”.

Em 1981, em Chapecó/SC, por iniciativa da Comissão Pastoral da Terra (CPT), um grupo de pessoas passou a discutir a chapa de oposição do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. De acordo com Daboit (1996, p. 41), “esse grupo discutia uma proposta para a sindicalização das mulheres e como tirar o sindicato das mãos dos “pelegos”, pois estes não organizavam a categoria, não permitiam a participação das mulheres e praticavam o assistencialismo dentro do sindicato”.

As mulheres foram convidadas a reforçar a campanha. Acompanham o grupo da CPT que percorre as comunidades rurais de Chapecó. Nas reuniões, o objetivo era a sindicalização de mulheres. Aproveitavam o momento para também discutir sobre o trabalho na terra, a política agrícola, o reconhecimento dos direitos da mulher. O trabalho realizado para combater a chapa da situação, teve êxito.

As eleições foram ganhas, no entanto, a conquista não mudou as relações entre homens e mulheres dentro do sindicato. Choinaski<sup>3</sup> (*sic*), 1992. p. 18) alegou que os cargos que passaram a exercer eram “os menores, ou secretárias ou suplentes, geralmente para cumprir tarefa”. A função das mulheres, mesmo após a sindicalização, é pouco reconhecida. Isso foi o suficiente para que compreendessem que a primeira luta precisava ser a conquista do direito de ser diferente. Passaram a discutir gênero e autonomia. O fato demonstrou que as dirigentes continuaram relativamente marginalizadas e aprenderam com isso.

Não é exagero citar novamente Valadares (2007, p. 65), quando o assunto é a invisibilidade da mulher. A autora merece ser citada.

Sempre será preciso imprimir caráter emancipacionista á luta de mulher, recuperar a energia do grito, emergir do silêncio do discurso político e ocupar lugar estratégico nas lutas sociais e nas diversas instâncias da sociedade. Sem medo da força estrutural/cultural das relações de gênero que se dão em todas as esferas da sociedade fundada nas relações desiguais de classe.

Em 1982, com a conquista da sindicalização, mesmo diante das circunstâncias citadas, despertou nas mulheres o interesse e a necessidade de participarem como agentes de mudança e transformação da sociedade. Para Casagrande (1991), esse pensamento começou a tomar corpo e em 1983, com o apoio dos agentes das Pastorais da Igreja Católica, grupos de mulheres foram se formando nas comunidades do município.

A Igreja Católica implementou o modelo de catolicismo da Igreja dos Pobres, pelo menos, de forma mais concreta, nas décadas de 1970/80. Posteriormente, o Vaticano desencadeou fortes investidas para conter os avanços desse modelo de catolicismo. Contudo, nestas décadas, as diretrizes e orientações hegemônicas da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) eram dirigidas pelos pressupostos da Teologia da Libertação, incentivando a formação de Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e dando forte suporte à organização das pastorais e movimentos sociais.

No entanto, na década de 1960, persistiam no Oeste as práticas da Igreja Católica voltadas quase exclusivamente para atividades internas milenares, ou seja, só ela libertava e dava a salvação, atualizava os sacramentos, a liturgia, a meditação bíblica, a organização das paróquias; era essencialmente clerical. Segundo Boff (2012, p. 27) “como seu campo de atuação é o campo estritamente sagrado, ela se mostra insensível aos problemas humanos que ocorrem fora de seus limites, no mundo e na sociedade”.

---

<sup>3</sup> Encontramos o sobrenome de Luci “**Choinachi**” escrito com erros ortográficos em várias fontes pesquisadas. Nesta dissertação usaremos o sobrenome conforme a própria depoente assinou no TCLE e ao visualizar erro assinalamos com (*sic*) para orientar o leitor.

A época marcada pela ditadura militar e por uma política ditatorial, fez com que o povo, se silenciasse e amedrontados não se envolvessem nas decisões políticas e sociais. Como resultado, vimos o empobrecimento da população mais frágil e o empoderamento de grupos oligárquicos que já dominavam a economia e a política na região.

Em 1968, com a vinda do novo bispo da Diocese de Chapecó, Dom José Gomes, a Igreja passou a apresentar uma perspectiva reformista. Não pedia, fundamentalmente, outro tipo de sociedade, seria algo absurdo, em plena ditadura, mas, pedia mais participação. Passados os anos de repressão mais duros (1968-1974), a Igreja, sob a coordenação de Dom José, passou a assumir importância excepcional na região, principalmente nos municípios que pertenciam à Diocese de Chapecó.

A ação cristã, na maioria dos municípios, iniciou por meio dos círculos bíblicos. Posteriormente, se materializa na criação das Comunidades Eclesiais de Bases (CEB) e as Pastorais Sociais, cuja tarefa, segundo Boff (2012, p. 34-35), inicialmente, era “aprofundar a fé internamente, preparar a liturgia, os sacramentos e a vida de piedade. Num estágio um pouco mais avançado, passa-se a tarefas de mútua ajuda nos problemas da vida dos membros”.

De acordo com Uczai (2002, p. 85), na década de 1980, na Diocese de Chapecó, constatou-se “a emergência e uma nova consciência, cuja expressão mais bonita nesse período, para citar dois exemplos, é o surgimento de um novo sindicalismo (combativo) e as lutas pela terra e contra as barragens”. Para o autor, o grande motivador, se não o responsável pelas transformações sociais que ocorriam, teria sido Dom José Gomes, o bispo.

Para Gaspareto e Schiavini (2002 apud, UCZAI, 2002, p. 239), “D. José Gomes não hesitava em motivar todos os cristãos na luta pela libertação social”. As autoras afirmam que teria sido ele o responsável por impulsionar as mulheres agricultoras na criação de um movimento social autônomo. “Reconhecia a garra e a beleza da luta feminina”. Na obra, relatam o que dizia o Bispo:

As mulheres agricultoras são muito mais vivas, mais lutadoras, mais corajosas do que os homens (...). Foi só apontar a luz, a força de uma transformação da sociedade para que vocês mesmas tivessem aposentadoria digna. (...) Aqui temo a força de vocês, vocês estão aqui dizendo o que querem, abrindo cada vez mais os olhos para serem reconhecidas (...). Toquem pra frente, sejam fiéis, que Deus vos abençoe.

Em 1983, no oeste de Santa Catarina, em Nova Itaberaba (à época distrito de Chapecó e emancipado em 1996), as mulheres, motivadas, realizaram o primeiro encontro. Coletivamente, demonstravam a indignação diante dos problemas, como a discriminação, a

violência, a opressão e a exploração em que viviam. Tal situação as teria motivado a pensar soluções coletivas. No final do encontro assumiram o compromisso de continuar se encontrando e convidar mais mulheres. Para Poli (1999, p. 123-124), o esforço resultou na criação da Organização de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (OMA/SC).

No dia 8 de março de 1984, Dia Internacional da Mulher, em Chapecó/SC, a Organização de Mulheres Agricultoras (OMA), nome usado até 1986, quando recebeu nova nomenclatura - Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) - fez sua primeira manifestação pública e reuniu quinhentas mulheres. De acordo com o MMC (2008, p. 9), no ano seguinte, na mesma cidade, também em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, participaram três mil mulheres para discutir questões como aposentadoria, saúde, educação, reforma agrária, falta de terra e discriminação.

Poli (1999, p. 138) explica que a primeira assembleia estadual organizada pelo Movimento de Mulheres Agricultoras ocorreu em Chapecó, em 1986, sendo o lema: Mulheres unidas jamais serão vencidas. Nesse encontro do MMA/SC, as mulheres começaram a eleger e constituir a estrutura organizativa e elaboraram o quadro da executiva estadual para posteriormente reorganizar pauta dos “planos de ação”, também conhecidos como “bases de luta e reivindicações”.

O MMC (2008, p. 10) divulgou que, no mesmo ano, em abril, após a formulação das bases de lutas e reivindicações, as discussões centraram-se nas seguintes questões: abertura política, liberdade democrática, reconhecimento da mulher camponesa como agricultora e maior representatividade no cenário político. O movimento organizou uma caravana junto com as mulheres do Rio Grande do Sul e foram a Brasília exigir o reconhecimento das questões apresentadas, além de benefícios iguais à trabalhadora urbana.

Em 1987, na segunda Assembleia Estadual, que também ocorreu em Chapecó, participaram representantes dos movimentos das mulheres dos estados do Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, além de outras entidades como a CUT, CPT, MST e alguns sindicatos. Poli (1999, p. 141) lembra que, no encontro discutiram os avanços e as dificuldades enfrentadas pelos movimentos e formaram a estrutura organizativa do Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA) em nível de Estado.

Nesse encontro, foram identificadas várias barreiras dentro da sociedade capitalista, competitiva e desigual. Lutavam para serem reconhecidas como sujeitos, contudo, a luta não era só para elas. O pai, o marido, o companheiro, o irmão, eram igualmente explorados e espoliados no processo social. No enfrentamento, mulher *versus* capitalismo, o movimento estabeleceu relações com outros movimentos afins, para somar forças. Também precisavam

estar de alguma forma nos lugares em que decisões eram tomadas. Então, passaram a alimentar o sonho de eleger uma agricultora para representar politicamente o movimento.

Depois de muitos debates nas comunidades, o movimento decidiu divulgar a candidatura à deputada Estadual da camponesa Luci Choinachi. Lançada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), a candidata era lavradora no município de Descanso/SC. No caderno de atuação, divulgado pela própria Luci Choinacki (*sic*) (1992, p. 23), consta que “não faltou quem sorrisse e duvidasse da empreitada. Poucos acreditaram na capacidade de mobilização da mulherada”.

O MMC e Partido dos Trabalhadores (PT) haviam estreitas relações desde o início do movimento. Segundo Casagrande (1991, p. 68-69) já nas eleições de 1982,

quando o movimento ainda estava dando seus primeiros passos, algumas mulheres do movimento eram também militantes do “Partido” e trabalharam na campanha eleitoral. Algumas destas militantes estavam filiadas ao Partido dos Trabalhadores (PT) antes de ingressarem no Movimento de mulheres. A história da deputada estadual Luci Choinacki (*sic*) (PT) revela um pouco destas relações entre Partido-Movimento e / ou Movimento/Partido.

Em 1986, em Santa Catarina, a candidata Luci Choinachi foi a única Deputada Estadual eleita pelo Partido dos Trabalhadores (PT). A organização se consolidou e continuou. Em outubro de 1990, concorreu ao cargo de Deputada Federal e tornou-se a primeira mulher agricultora a conquistar um mandato na Câmara Federal. Segundo Choinacki (*sic*) (2002, p. 6), o trabalho efetivado antes e depois da Constituição de 1988 foi determinante para que vencesse as eleições e, acrescenta:

Sem dúvida, há conquistas importantes que animam a nossa contínua busca de igualdade e condições. Cito, por exemplo, a organização, a disciplina e a força das mobilizações das mulheres trabalhadoras rurais, que garantiram licença-maternidade e aposentadoria, nos anos 90, por meio de uma luta árdua pela defesa de seus direitos trabalhistas e previdenciários.

Segundo Sidney Tarrow (2009, p. 207), idealizador da teoria que alicerça esta dissertação, “estudiosos apontaram como chaves para o sucesso político, o número de aliados, o ambiente político, a estrutura de acesso político dos movimentos apoiadores e se surgiram numa crise ou épocas normais”. Outras variáveis parecem explicar o sucesso ou o fracasso político, como:

Os recursos internos, as organizações e as estratégias dos desafiantes: por exemplo, suas formas de organização, sejam elas centralizadas ou descentralizadas; seu grau

de faccionalização, sejam suas demandas abrangentes ou limitadas; se tem incentivos para distribuir aos apoiadores; e se usa violência contra os opositores.

Conforme Casagrande (1991 p. 69-70), em 1982, Luci Choinachi já estava filiada no PT, um passo à frente em relação a outras companheiras que militavam e fazia parte da Executiva Municipal do partido, em Descanso, como única mulher. Neste período, ela afirmava que era vista como tarefeira e não era ouvida. Por este motivo, em 1984, em busca de um lugar em que pudesse ser ouvida, organiza o primeiro grupo de mulheres agricultoras em Descanso. Com liderança já consagrada, ajuda a organizar o movimento em todo o extremo oeste de Santa Catarina. E, em 1986, no dia 12 de agosto, na coordenação estadual do Movimento, Luci foi uma das grandes responsáveis por reunir, em Xanxerê/SC, em torno de trinta mil mulheres. No mesmo ano é eleita Deputada Estadual.

Além de Santa Catarina, os movimentos de mulheres se consolidaram em diversos Estados, em sintonia com vários movimentos do campo. Segundo o MMC (2008, p. 14), em 1995, foi criada a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, que reuniu mulheres dos seguintes movimentos: Movimentos Autônomos, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais e, no último período, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

Gaspareto (2017, p. 138) esclarece que, aos poucos, os movimentos de mulheres foram se fortalecendo em outros Estados, avançaram nas lutas específicas e gerais, na organização da base, na formação de lideranças e na compreensão do momento histórico que viviam. A partir dessa leitura, começaram a potencializar e unificar o movimento autônomo para ter a expressão de caráter nacional. Surge a nova denominação: Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

De acordo com a Cartilha ANMTR (1997, p. 2-3), foi no Primeiro Congresso Nacional, ocorrido entre 5 a 8 de março de 2004, em Brasília, que resultou o documento - Deliberações do Movimento de Mulheres Camponesas Brasil – nele, a categoria camponesa compreendeu a unidade produtiva camponesa centrada no núcleo familiar, que por um lado se dedicava a uma produção agrícola e artesanal autônoma, com o objetivo de satisfazer as necessidades familiares e por outro, demandas específicas não produzidas pela unidade familiar.

A partir deste congresso, Boni (2017, p. 103), observa que a mulher camponesa passou a ser aquela que, de uma ou de outra maneira, produzia o alimento e garantia a subsistência da família. Segundo a autora, “a pequena agricultora, a pescadora artesanal, a quebradeira de

coco, as extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, parceiras, sem-terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas”, foram integradas ao Movimento. Conclui que “a soma é a unificação destas experiências camponesas e a participação política da mulher”.

Em 2005, dados apresentados pelo MMC, através da Revista Camponesa (2005, p. 6), consideram o crescimento do Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina, sendo 832 grupos de base, em 120 municípios de 18 regionais do estado. As assembleias municipais, regionais e estaduais, constituíam a instância máxima de debates, aprofundamento, definições e deliberações das estratégias de lutas e trabalho dos Movimentos de Mulheres Camponesas, em Santa Catarina.

Segundo Boni (2012, p.15), a história do MMC pode ser classificada em três momentos. No primeiro momento, “o discurso era voltado para as questões trabalhistas, de cunho mais classista, com influência do sindicalismo rural que também se organizava em novas bases na região”. No segundo momento, “o discurso reforça a ideia de gênero e não apenas de classe”. O discurso atual, no terceiro momento, “o movimento é voltado para a segurança alimentar, contra o plantio e consumo de alimentos geneticamente modificados e em defesa do meio ambiente, das sementes crioulas e florestas nativas”.

Assim, entendemos que as múltiplas relações sociais foram determinantes na construção da consciência de classe e na criação do MMC/SC. Ao vivenciarem (invisivelmente ou com pouca abertura) a organização dos sindicatos, a nova perspectiva reformista da Igreja Católica e a criação de partidos que ideologicamente defendiam projetos sociais democráticos, as camponesas marcaram as décadas de 1970/80, mostrando autonomia suficiente para criar o próprio movimento.

A reação de indignação secularmente internalizada por estas mulheres foi denunciada junto ao MMC; unidas foram à luta reivindicar seus direitos. Também lutavam para a transformação da sociedade que viviam. Criticavam o modelo capitalista, pois se apresentava ao camponês da forma excludente, autoritária, machista, injusta e desleal. Manter a luta e somar com outros grupos sociais que aclamavam, também, por tal transformação, traria como resultado, melhores condições de vida para seus familiares, suas comunidades e seus municípios.

Diante do exposto, concluímos que criar o MMC foi à deliberação mais acertada. A próxima seção apresentará, por meio da experiência organizacional, como militantes do MMC conquistaram visibilidade e avançaram nas lutas por direitos.

### 2.3 MULHERES NO OESTE DE SANTA CATARINA: EXPERIÊNCIAS DE LUTA

Nesta seção, objetivamos, inicialmente, compreender como ocorreu a participação de mulheres nos encontros do Movimento das Mulheres Camponesas, no oeste de Santa Catarina, ao avaliar sua rotina de trabalho e como as transformações externas, nas diversas dimensões da vida no campo, afetaram categorias nucleares, neste caso, a família.

Para construção do conteúdo tomamos como base fontes escritas e orais. Nas fontes orais, apresentamos manifestações de quinze lideranças do MMC, por nós entrevistadas, além de duas líderes, da Regional de Concórdia, em que os depoimentos foram coletados em 2007 durante o Curso de Pós-Graduação, ofertado pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), campus Joaçaba.

O fato de usarmos manifestações de duas<sup>4</sup> depoentes, entrevistadas em 2007, teve como objetivo a análise comparativa. Esclarecemos, também, que, para atender o compromisso que firmamos no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, nesta seção, devido às particularidades, optamos por não informar o nome das depoentes após as citações.

Marlon Brandt (2012, p. 29), destacou a importância de procurar para entrevista antigos moradores, ou conhecedores do tema de pesquisa, pois estes se tornam grandes colaboradores. Cita George Gaskell, quando diz que a obtenção das fontes orais consiste em “um processo social, uma ação, ou um empreendimento cooperativo, em que as palavras são o meio principal de troca”. Conclui que “entrevistador e entrevistando são envolvidos na produção do conhecimento, ou seja, ocorre uma forma de partilha e uma negociação de realidades”. Para tanto, tentaremos, a partir das fontes orais alicerçadas nos teóricos que discutem o tema, construir esse conhecimento, citado por Brant, nas relações de troca.

Em outubro de 2007, período em que foram realizadas as duas entrevistas, as depoentes alertavam para mudanças no cotidiano da vida das mulheres agricultoras após a participação ativa no MMC. A partir dos depoimentos, percebemos como resultados: acompanharam o rompimento de muitos limites do campo; fisicamente, deslocaram-se por outros espaços, transitaram entre outros territórios e adquiriram visibilidade social e política; construíram a própria identidade e fortaleceram a cultura regional.

Nas entrevistas atuais, em relação às anteriores, as depoentes mantiveram o discurso de que o Movimento mudou suas vidas. As lutas garantiram muitos dos direitos reivindicados, adentraram espaços antes ocupados somente por homens, a exemplo do público e político,

---

<sup>4</sup> A primeira representante é Dilva Fengler, agricultora, residente na comunidade de São Rafael - Ipumirim (SC), e a segunda líder é Herotides da Silva Romani, professora aposentada, residente em Linha Tamanduá, no município de Concórdia (SC).



mantiveram contato e construíram novas relações sociais e o invisível pôde ser observado, especialmente na construção de uma nova identidade, crítica. Contudo, ao compreender a relação mulher x trabalho, passaram a afrontar o modelo capitalista, e entender o procedimento de colonização desenvolvido na região oeste de Santa Catarina.

Tal processo de colonização apresentou, historicamente, características socioeconômicas reguladas pela produção no campo. O regime do pequeno campesinato, voltado para a prática da policultura e da pecuária, lentamente, foi sendo absorvido pelo mercado. A depoente, afirma que *“anos atrás, nós não comprava quase nada, pouquinhos coisas, como o açúcar, café, o resto era tudo feito em casa”*. Acrescenta que sempre trabalhou na roça *“junto com o marido, [...] Planta, colhe, veneno nós não usava, só carpi. Tudo que era da agricultura nós dois fizemos”*.

O trabalho, portanto, foi configurando-se como valor, como parte da cultura do povo. O camponês, com a ajuda da família, deveria ser autossuficiente e produzir alguns gêneros em quantidade maior para destiná-los ao mercado. João Carlos Tedesco (1999, p. 174-5) descreve as trajetórias e relações de trabalho da família no meio rural: *“A família, no espaço rural da região, entendida também como grupo de convivência e de relações transcendentais em direção ao espaço parental, [...] é atravessada por uma dinâmica intensa e faz seus integrantes pensarem e repensarem a situação atual”*.

A composição da estrutura econômica da família camponesa resulta da combinação entre produção, consumo e comercialização. A ordem e a subordinação patriarcal, em termos de idade, espaço de trabalho, espaço público e espaço do lar sempre marcaram e definiram o comportamento e o contato do agir diário dos indivíduos na família e nas ações sociais. Esse processo é dinâmico e é possível perceber no depoimento: *“quando vivia junto co pai, eu só tinha livre o sábado e fazia limpeza também. Tinha que trabalhar de segunda até sexta à noite na roça, direto. Depois que eu casei não foi diferente”*.

Para Arlene Renk (1990, p. 98), há uma divisão social do trabalho que apresenta a inferioridade da mulher, em relação ao homem. *“As atividades depreciadas traduzir-se-iam pelo imobilismo, pela fixação ao solo e estariam à mercê da natureza, obedecendo ao ciclo agrário, o que não deixaria de representar um jugo”*. Dessa forma, controlar a mulher e determinar o seu dia de trabalho sempre foi função do homem. Entretanto, as tarefas entendidas como trabalho se resumiam nas que apresentassem percepção de ganho, ou seja, o que poderia gerar lucro.

A partir das entrevistas e leituras efetivadas apresentamos o modelo de tarefas executadas pela mulher que viveu e sempre trabalhou no campo, contudo, não reconhecido

como trabalho, simplesmente aceito como deveres pertencentes e determinados ao logo da história como femininos. Tal modelo será apresentado através da rotina cumprida diariamente pela mulher camponesa. Usaremos como prática: *“dentro de casa”, “fora de casa” e “trabalho na roça”*. A tentativa será compreender o que assume como responsabilidade, essa mulher.

A rotina, *“dentro de casa”* se relaciona com a alimentação, a educação, a limpeza, a reprodução, organização, entre outras atividades exclusivas para a família. A jornada de trabalho diária estendida *“fora de casa”*, nada difere das ações executadas pelo elemento masculino da família camponesa, com serviços na horta, nos estábulos, na plantação de pastagem, no quintal, no jardim e no plantio de produtos para consumo interno e também para o comércio. E, diariamente, a mulher integra a força de afazeres do *“trabalho na roça”*, no plantio do milho, do feijão, do trigo, da soja, ao fazer roçada, ajudar a carregar volumes pesados, além de cuidar dos porcos, dos frangos, das vacas e demais animais.

Ao descreverem como são seus dias de trabalho, as depoentes acabam explicando as três práticas. Escolhemos dois relatos. No primeiro, a depoente assim descreve: *“de manhã eu levantava, tirava leite, depois arrumava o café, saía, deixava a casa do jeito que dava. Pegava as crianças e ia pra roça até meio-dia”*. Percebemos que as crianças, aos acompanhar os pais, indiretamente, eram introjetadas ao trabalho do campo. Continua a depoente: *“Voltava com o marido, fazia almoço e à tarde nós voltava para a roça, de novo, até noite. Voltava, tirava o leite, cada um tomava seu banho, ia na cozinha e tomava chimarrão, jantava depois ia dormir”*. Encerra: *“Ajudava em tudo o marido. Arrumava lenha, fazer quirela para os porcos, [...], eu tava sempre junto. Descarregar a carroça de milho, se ele ia lavrar, eu, atrás carpinando”*.

No segundo relato destacamos que, dentro de casa *“assume toda a casa, do teto até o chão, tudo”*. Ou seja, é responsável pela *“alimentação: ela é que prepara o pão, o fermento um dia antes, a polenta, se organiza antes e pensa em tudo; a roupa: lavar, passar e guardar; os filhos: cuidar e dar educação, deixar eles arrumadinhos, escola, tema”*. Incomodada, desabafa: *“Isso, às vezes, até que o marido descansa. Depois já tem que acompanhar ele, quando ele diz vamos pra roça”*. Quando pensamos que acabou, conclui: *“Quando volta [...] tem que tirar leite, ir atrás da pastagem, pensar na janta, na louça, preparar as coisas para o outro dia, como limpar e colocar o feijão de molho, é uma luta constante da mulher”*.

Esta e outras duas depoentes inseriram como trabalho a vida sexual. Acompanhamos a passagem: *“Depois, de noite, tem que tar mais bonitinha, descansada, porque o marido*

(risos). *Sabe o que acontece. Também o marido não entende que tu tá cansada e tudo. Tem que dar conta de ser mulher na cama também*".

Segundo a depoente, no trabalho fora de casa *"tem que começar a pensar tudo que vai dentro de uma casa para plantar lá fora. [...] tudo pra não comprar no mercado e que é saudável para dar para os seus filhos"*. Conta que *"quando chove tá na horta e tem ainda o jardim"*. Termina seu depoimento mostrando a atuação na roça: *"está presente na roça, no milho, no aviário, no chiqueirão, dirigindo o trator, quebrando milho. Tá fazendo acontecer. [...] Eu já carreguei muito peso nas costas"*.

Compreendendo a atuação da mulher, podemos afirmar que o trabalho que desenvolve é elemento ativo no modo de produção camponês. Suas funções definem a organização do lar, dos espaços, do poder, dos investimentos, da saída e a permanência de membros do núcleo familiar. Contudo, a ideia de administração familiar, está, sob o ponto de vista social, centrada no homem. Isso oculta todo o trabalho realizado por ela. Se a família vai bem, mérito do homem da casa!

Quando a mulher, além de garantir a execução do trabalho que lhe foi determinado, ousou sair de casa para encontros organizativos, como: clube de mães, reuniões sindicais, cursos de artesanatos ou até mesmo para estudar, a ação passou a ser vista como um desafio e muitas vezes, uma afronta. O homem se sentiu ameaçado, como se tivesse deixado de mandar na família.

Nas palavras de uma depoente, compreendemos as dificuldades encontradas por mulheres, no momento de organização e luta por seus direitos. Ela diz: *"quando comecei a participar dos movimentos, no começo não foi fácil, todo mundo criticava, ninguém entendia. Tu saía de casa nervosa, eu cheguei em Florianópolis, minha pressão foi lá em baixo"*. Segue expondo: *"Eu gostaria que tivesse mais mulheres que lutassem, que entendessem como eu. Eu também não conhecia, agora tô contente, isso tá me ajudando bastante a conhecer as leis, conhecer o mundo, [...] eu gostaria que elas participassem, não iriam se arrepender"*.

Para outra depoente, o MMC não criou muitas raízes em seu município porque muitas mulheres que participavam das reuniões pela primeira vez apresentavam-se como pequenas proprietárias rurais e como tal, enfrentavam todo o processo de falência do sistema agrícola, fato que dificultava seguir no movimento. Logo, entendemos que a dificuldade econômica é uma responsabilidade a mais para a mulher. Segundo ela, *"para garantir a sobrevivência ela se sobrecarregou de trabalho e se saísse para reuniões, quem irá fazer o trabalho? Para a mulher sair, precisa que o homem fosse efetivamente um companheiro, que compreendesse e participasse"*.

Segundo novo depoimento, entendemos que, com a luta, nem sempre se conquistaram todas as reivindicações, no entanto, se aprendeu para a vida: *“no movimento eu posso aprender e ter amigos. Para as mulheres agricultoras é uma pena que elas não vão aprender mais, não é só pela luta, mas, a gente aprende muito. Elas pensam que perdem meio dia, mas em compensação elas estão ganhando”*. Na sequência da entrevista, a depoente reforça que quando a mulher luta é por toda família, por política agrícola, garantias de créditos, reforma agrária, educação e saúde de qualidade, aposentadoria, licença maternidade, entre outras reivindicações.

Para uma entrevistada, que participa desde 1986 no MMC, e auxilia nas formações, algumas características são necessárias para que haja engajamento no Movimento e a mulher se torne militante. A primeira delas é se identificar com a classe trabalhadora. *“A pessoa que entende e se entrega por uma causa, dentro de uma organização [...] desenvolve a capacidade de crítica e autocrítica”*. Complementa: *“Pressupõe um certo grau de entrega, seriedade e compromisso que busca envolver na luta pela vida, os mais diversos setores explorados e oprimidos da sociedade, principalmente as mulheres. Ela pensa, questiona, propõe”*. Conclui: *“No MMC aprendemos organizar, acompanhar, fazer, comandar o trabalho de base. Por isso uma militante é benquista. Tem consciência do seu protagonismo e sabe que sua tarefa é despertar e potencializar o protagonismo de outras mulheres”*.

O trabalho de base realizado pelo MMC é concretizado nos grupos de base e é visto, como a instância de decisão mais importante para o maior número de entrevistadas. É nele que ocorre a formação, a organização e a preparação para as lutas. É o início de tudo, inclusive para entrar no movimento. Sem trabalho formativo e sem grupos de base, não há movimento social algum.

A depoente que já passou por todas as instâncias de decisões do MMC explica que o *“movimento vai construir sua dinâmica de reunir, lá no grupo de base, e, [...] tem as especificidades de cada município ou de uma regional para outra. Tem municípios que tem vários grupos de base, tens uns que só tem um grupo de base”*. Quanto à sua efetivação, esclarece que *“cada local vai criando a sua dinâmica, periodicidade que vai se encontrar e os assuntos que vai estudar; essa questão de quando tem uma mobilização, como as mulheres se organizam, o processo de formação”*.

De acordo com uma das depoentes entrevistadas em 2007, assim acontecia o trabalho de base em seu município: *“nós trabalhamos com 15 comunidades. Na participação, tu nunca tem um grupo grande, dezessete a vinte pessoas, [...] foi deixado material para fazer as reuniões e escolhido duas líderes por comunidade para coordenar”*.

As duas líderes de cada comunidade, que eram escolhidas ou eleitas, conforme enfatizado pela depoente, passaria a fazer parte da direção municipal, cuja função era de articular e coordenar as atividades de MMC no seu município e manter o diálogo aberto com as demais instâncias do MMC.

Do grupo da direção municipal, ocorreria nova escolha ou eleição, de duas representantes, as quais representariam o município na direção regional. Seguindo a hierarquia, era consolidada a direção estadual com duas representantes das direções regionais. Ambas tinham como responsabilidade articular e coordenar as atividades do MMC e fazer relação com as demais instâncias.

Para construir as linhas políticas do MMC em âmbito nacional, articular e coordenar as atividades e aproximar as federações era constituído a coordenação nacional, com a participação de duas representantes de cada estado. E, para implementar e viabilizar as decisões da coordenação nacional, era criado a direção executiva, composta por dez mulheres da coordenação nacional.

Os dez membros faziam a composição das seguintes equipes de trabalho: lutas; formação; finanças; organização; relações internacionais; relações nacionais; comunicação; congresso e assembleia nacional. O mandato era para três anos, em todas as instâncias de decisões do MMC. Em depoimento, diz a entrevistada: *“Tudo era discutido nos encontros de base e ia avançando, passando pelas direções e coordenações e depois, fazendo o caminho inverso”*. Entendido assim como um processo dialético.

Nas entrevistas as representantes do MMC apresentaram as dificuldades que as mulheres encontravam para se reunir, discutir e estudar sobre o movimento. Contudo, quando obtinham certo nível de consciência, sentiam-se parte do processo histórico e suas ações passavam a ter visibilidade. Eram respeitadas. Com as militantes valorizadas e com êxito nas lutas, não esmoreciam. *“Mulheres chegaram a dizer: eu levantei às três e meia da madrugada, pra poder vir nessa reunião. Isso acontecia porque já estavam conscientes e que valia a pena ir”*, contava uma depoente.

Nos municípios da região Oeste, geralmente, os encontros de base eram realizados nas igrejas ou escolas de cada comunidade e aconteciam em qualquer dia da semana. De maneira geral, as entrevistadas viam na instituição dos grupos de base uma espécie de instrumento de resistência. Acompanhavam as animadas reuniões com debates de temas importantes, na maioria das vezes temas que preocupavam as mulheres. Dentre eles, citamos a educação, a saúde, a sobrevivência no campo, e, sobretudo, a necessidade de uma relação de igualdade entre homens e mulheres. Para elas, se não houvesse resistência e luta, não haveria

transformação e continuariam vivendo em uma sociedade antidemocrática e patriarcal. Para a depoente, *“se os homens frequentavam espaços de jogos e lazer, as mulheres também podiam”*.

De fato, a história apresenta poucos registros do que pensavam, queriam e sentiam as mulheres camponesas ocupadas em cozinhar, atender, limpar, cuidar, plantar, educar, costurar, entre tantas outras responsabilidades. Ousamos ao afirmar que nas entrevistas não ouvimos somente estas mulheres e sim, na descrição que faziam dos seus trabalhos, tantas outras mulheres representadas ali e que a história ainda não revelou.

Para tanto, a construção da sociedade de classes não surgiu com o consentimento dos oprimidos. Foi produto da conspiração consciente de intelectuais, enraizados à classe exploradora, com o objetivo de fazer desaparecer as contradições sociais e naturalizar a sociedade de classes. Elaine Tavares (1992, p. 28) lembra que esses intelectuais eram geralmente homens, e enfatiza:

A história sempre foi escrita pela mão do homem, e nela, ele é o herói. O preconceito do “lugar da mulher” vem desde os tempos mais remotos. A participação da mulher, o esclarecimento, significa poder. Sabendo, as mulheres podem escrever a sua história, assumir o seu lugar no mundo e sair da sombra. Isto assusta o homem.

Partindo da trajetória apresentada nesta seção, entendemos que as entrevistadas, mesmo diante de tantos obstáculos, promoveram transformações nas diversas dimensões da vida no campo. Logo, as camponesas e o mundo mudaram. Além disso, produziram o repensar e o reavaliar do passado mediado pelo presente, romperam muitos limites e adquiriram certa visibilidade social e política. Construíram a própria identidade.

O segundo capítulo apresentou, brevemente, a história dos movimentos de mulheres nas diversas sociedades, desde as pré-capitalistas até a sociedade atual e destacou o Movimento de Mulheres Camponesas, criado na década de 1980.

Na primeira seção mostramos a força atuante das mulheres nos movimentos sociais e a busca incessante por autonomia e reconhecimento. A historiografia revelou, no decorrer do texto, o desenvolvimento promissor da condição das mulheres na sociedade atual, ou seja, construíram identidade própria, aspirações, passaram a fazer parte dos fatos culturais, políticos, econômicos e sociais, especialmente os vivenciados na família, no trabalho e no MMC e compartilharam, nas diversas relações sociais que foram construindo, a invisibilidade que foram submetidas ao longo da história.

A segunda seção possibilitou avançar na discussão das múltiplas relações sociais que se envolveram as mulheres. Tal envolvimento fez com que construíssem consciência de classe, a ponto de perceberem que era necessário criar o próprio movimento. E assim se fez. Nasceu o MMC/SC, no oeste da Santa Catarina. Movimento este, responsável, durante sua trajetória, por organizar formações, debates, assembleias, encontros municipais, regionais, nacionais e internacionais, mobilizações e, dessa forma, garantir muitos direitos aclamados pelas militantes e seus pares.

A terceira seção, impregnada de experiências de vidas, teve como alicerce a fonte oral. Dessa forma foi possível a construção da análise comparativa. Acreditamos que a comparação, quando usada com critérios, se torna uma ferramenta importante para a reflexão histórica.

Os dezessete depoimentos mantiveram a mesma linha de pensamento quando o assunto tratou da mulher x trabalho. Apresentaram dificuldades parecidas no ingresso do movimento. Quase sempre, o excesso de trabalho, dentro e fora de casa, se tornou o motivo principal, para muitas mulheres pensarem, até mesmo, em desistir, não participar mais. Isso não significa que outras responsabilidades, como cuidar dos filhos e do marido, não fossem consideradas. No momento, o nível de cansaço era tanto, que tais responsabilidades eram vistas como mais um fardo de trabalho.

Por fim, observamos que a persistência e a motivação para a luta, além da formação e das relações sociais compartilhadas, formaram base sólida para que o MMC/SC tivesse respaldo e reconhecimento e ocupasse espaços nas mais importantes instâncias de decisões do MMC, bem como, em outros espaços até então pouco ou não ocupados por mulheres, especialmente, camponesas, a exemplo na política.

## CAPÍTULO 3

### 3 O ENVOLVIMENTO DE LÍDERES DO MMC COM A POLÍTICA PARTIDÁRIA

O terceiro capítulo partiu do estudo das diferentes organizações de sociedades e de suas experiências políticas para que chegássemos à dimensão que nos encontramos hoje. Inicialmente, apresentamos a organização política de Santa Catarina e seus reflexos na região Oeste, dentre eles, a efetivação de políticas mais democráticas com lenta inserção da mulher.

Seguimos refletindo a respeito da exclusão política e social das mulheres, alicerçadas em ideias filosóficas difundidas e reafirmadas como verdadeiras durante muitos séculos. E, na última seção deste capítulo, expomos as condições econômicas, políticas e sociais da mulher no Brasil, ao longo dos tempos e das sociedades. Mostramos o esforço individual e coletivo das mulheres na luta por direitos sociais e fortalecimento identitário.

Enfim, analisamos a trajetória política da mulher até a conquista do direito ao voto e da participação política eletiva, destacando a atuação de militantes do MMC, no oeste de Santa Catarina, na concretização de modelo político mais igualitário.

#### 3.1 A POLÍTICA EM SANTA CATARINA E SEUS REFLEXOS NO OESTE

A política transpassa por todas as relações humanas na sociedade. Política é aqui compreendida no sentido grego ‘de vida pública e não no sentido moderno de governo’. Para recordar, no plano político grego, a desagregação dos *genos* (principal organização social com domínio de um único chefe) diluiu o poder centralizado entre os parentes mais próximos do chefe, os *eupátridas* (filhos do pai ou os bem-nascidos). Assim se consolidou a aristocracia grega, cujo poder foi sustentado pela posse da terra, principal fonte de riqueza na época.

Para Arruda e Piletti, (2003, p, 42) “os *genos*, conforme suas afinidades culturais agruparam-se entre si, formando *fratrias*. O objetivo principal das *fratrias* era aumentar a segurança das famílias. As *fratrias*, por sua vez, agrupavam-se em *tribos*”. Seguindo tal organização, as cidades gregas não passaram de associações políticas temporárias.

Foi com a fragmentação da estrutura tradicional e a diminuição do poder entre os *eupátridas* que surgiram instâncias de poder superiores às dos antigos organismos – as cidades-estado (*pólis*). Eram independentes entre si, ou seja, pequenos estados, juridicamente soberanos e autônomos. De modo geral, concentravam um centro político, social e religioso, uma área rural com pequenas aldeias, fortalezas perto das fronteiras e, nas cidades à beira-



mar, portos movimentados. Umam eram democráticas, outras eram oligárquicas. Quanto à economia, a maioria era agrícola.

Partindo do exposto, as contribuições de Hannah Arendt (2005 apud, HSIAO, 2007, p. 11), pensadora política que marcou o século XX, são de suma importância. Segundo a autora, a sociedade grega era dividida em três classes “a dos cidadãos livres, a dos comerciantes e artesãos e a dos escravos e mulheres”. Contudo, “somente a primeira classe, a dos cidadãos, tinha direitos políticos, isto é, quem pertencesse a este grupo podia participar da esfera pública, sendo que o que a caracterizava era a ação (práxis) política”.

Segundo Arendt (2005 apud, HSIAO, 2007, p. 12), o cidadão livre que desejava prestígio diante da *pólis* deveria usar discursos longos para defender posições e causas. Para esta ação política, o efeito era o convencimento. O segredo era usar palavras adequadas no momento certo. “Essa esfera era chamada “pública” porque só existia dentro da comunidade de homens livres”. Os gregos consideravam a vida pública (cuidar da *pólis*) uma segunda vida, além da vida privada.

Para que o cidadão livre pudesse administrar suas duas vidas e se dedicar exclusivamente à segunda vida – a vida pública (à Política), ele, cria novo modelo de escravidão (trabalho escravo) e de vida doméstica (trabalho realizado por mulheres). Arendt (2005 apud HSIAO, 2007, p.14) faz entender que, com a separação entre a esfera pública e privada, o interesse individual sobrepujou o interesse coletivo e a preocupação do cidadão comum passou a ser a manutenção e o aumento de sua propriedade e riqueza, sem que o Estado em nada pudesse prejudicá-lo, ou seja, a esfera pública deveria, agora, atender aos interesses da esfera privada.

Para tanto, foi a liberdade deste cidadão, homem livre, associado ao aumento de sua riqueza e propriedades, que permitiu a participar da vida pública e a instituição do trabalho escravo e das mulheres. Coube aos escravos cuidar das atividades domésticas e de plantio, a fim de fornecer os meios de sobrevivência. As mulheres, cuidar da reprodução e criar os filhos. E, foi graças ao trabalho escravo e doméstico que o homem livre se tornou ainda mais livre a ponto de desafiar a própria natureza.

Assim, ao longo da história, os homens livres foram exercendo um papel que excluía escravos e mulheres do espaço público e, mesmo do espaço privado. Suas ações eram restringidas apenas sob supervisão e o olhar controlador desses homens. Dessa forma é que surge a expressão “vivemos em uma sociedade patriarcal”.

Contudo, ainda na Grécia, o filósofo Sócrates, considerado o patrono da Filosofia, rebelou-se contra o modelo aristocrata de conduzir a *pólis*. Questionava a arte da persuasão,

dizendo que estes, não tinham amor pela sabedoria e nem respeito pela verdade, defendiam qualquer ideia, se isso fosse vantajoso. Corrompiam o espírito dos jovens, pois faziam o erro e a mentira valerem tanto quanto a verdade.

De acordo com Chauí (1997), Sócrates andava pelas ruas de Atenas indagando a cada um. O que procurava Sócrates? Procurava a essência verdadeira da coisa, da ideia, do valor. Procurava o conceito, e não a mera opinião que temos de nós mesmos, das coisas, das ideias e dos valores.

Ao fazer suas perguntas e suscitar dúvidas, Sócrates fazia pensar não só sobre si mesmo, mas também sobre a *pólis*. E, ao recordar como nasceu tal modelo de política na Grécia, também nós, podemos questionar: Para fazer política basta ser um bom orador, escolher as palavras certas? O que mantemos de herança do modelo de política construído na Grécia? Quem são os homens livres, os escravos e as mulheres, hoje? Que papéis desempenham na sociedade e na política? Em que política você acredita? O que é política, afinal?

Segundo Leonardo Boff (2012, p. 69-70), a respeito do termo política, naturalmente, são possíveis confusões que devem ser esclarecidas. “Os bispos em Puebla nos ajudaram a esclarecer estas confusões. Primeiro importa superar um preconceito, comum na cabeça de muitos herdeiros de uma má experiência política que encobertou corrupção, manipulação, jogo de interesses particulares”.

Vejamos os dois sentidos de política apresentados em Puebla<sup>5</sup> e sistematizados por Leonardo Boff (2012, p. 70-72). Primeiro esclarece, *Política com maiúsculo*:

É a busca comum do bem comum, a promoção da justiça, dos direitos, a denúncia da corrupção e da violação da dignidade humana.[...] Ademais, dentro da política em maiúsculo estão as ideologias (marxismo, capitalismo, doutrina social da Igreja etc.), que protegem uma imagem e utopia do homem e da sociedade. [...] A Igreja não pode não fazer política em maiúsculo, vale dizer, não pode ser indiferente à justiça ou injustiça de uma causa, não pode silenciar em face da manifesta exploração do povo; numa tal política, não há neutralidade: ou se é pela mudança na direção de maior participação social ou se é pela manutenção do *status quo*, que, em muitos países, como o nosso, marginaliza grande parte da população.

---

<sup>5</sup> Logo após o Concílio Vaticano II (1962-1965), o episcopado da América Latina realizou um encontro com o intuito de interpretar os documentos conciliares à luz da problemática latino-americana. Reunidos em Medellín, Colômbia, em 1968, os bispos produziram um documento avançado, que iria sustentar a ação dos católicos progressistas no continente nos próximos treze anos, ao mesmo tempo que assustava os conservadores. Em 1979, em Puebla, México, a reunião do episcopado para aprovar as novas diretrizes para a Igreja no continente recebeu forte intervenção do Vaticano, agora sob comando de um novo papa, João Paulo II, em apoio ao setor conservador. Ainda assim, o resultado foi um documento crítico, autor da célebre Opção Preferencial pelos Pobres (BRITO, 2010, p. 81).

Adverte ainda, que a neutralidade é impossível e que todos têm uma posição, embora, muitos ainda não se conscientizaram de sua posição. Para Boff (2012, p. 72), geralmente são esses que assumem a posição da classe dominante, da ordem estabelecida. Afirma que no Brasil, a ordem que se manifesta é antipopular e muito desigual, e por isso injusta. O autor segue apresentando o sentido de *política em minúsculo*:

É toda atividade que se destina à administração ou transformação da sociedade mediante a conquista e exercício do poder do Estado. Puebla diz que é o exercício “do poder político para resolver as questões econômicas, políticas e sociais segundo os critérios ou ideologias dos grupos de cidadãos”. E se acrescenta: neste sentido se pode falar de “política de partido”. Trata-se, portanto, não do todo, mas da parte; fala-se da política em minúsculo, que é a política partidária. É a facção e a fração.

Em Puebla se definiu política partidária “como campo próprio dos leigos; corresponde à sua condição leiga constituir e organizar partidos, com ideologia e estratégia adequada para alcançar seus fins legítimos”. Ainda, concordamos com Boff (2012, p.73) e também vemos da mesma forma a realidade social apresentada, principalmente, quando afirma, que ela é “extremamente sofisticada e opaca, e perpassa de todo tipo de ideologia”. Ele alerta que “existe uma ideologia especialmente perigosa, desenvolvida pelas classes dominantes que controlam os meios de comunicação de massa, que ocultam os conflitos, escondem as notícias que lhes desagradam e pintam de rosa uma realidade trágica”.

Partindo do exposto, usaremos nesta dissertação os dois sentidos de política apresentado pelo autor - Política com maiúsculo e política com minúsculo. Contudo, o objeto da análise se concentrará na política com minúsculo, cuja intenção é compreender o envolvimento político partidário de lideranças do MMC, no oeste de Santa Catarina, entre o período de 1983 até 2003, bem como avaliar os resultados. Neste caso, segundo Boff (2012), na condição de leigas.

Para compreendermos a política partidária no âmbito regional será necessário entender como funciona e como é aparelhado o Estado. Cleber José Bosetti (2013, p. 84) projeta uma perspectiva teórica que considera o Estado como um espaço de disputas atravessado por múltiplas forças sociopolíticas. “Diante da atuação dessas forças sociopolíticas, o espaço estatal se constitui a partir de um tensionamento entre sua autonomia institucional e a pressão das demandas provenientes da sociedade”.

Segundo Vilmar Comassetto (2000, p. 44), o Estado detém o papel fundamental de estimular processos participativos. Sendo assim, “precisa criar espaços de diálogo e

participação que permitam incorporar os cidadãos na esfera da tomada de decisões.” Dessa forma, defende a participação social. Esta, segundo o autor,

diz respeito a um método de governo baseado num novo contrato social que significa o relacionamento democrático de vários atores, o Estado, o governo estadual e municipal e as diversas entidades que integram a sociedade civil. Mas tal responsabilidade também depende muito da qualidade política, de valores e concepções, de autoridades, lideranças, técnicos e funcionários.

O campo institucional do Estado é assim tomado como um espaço que possui dinâmica própria e, ao mesmo tempo, responde relacionamente à sociedade. Não podemos esquecer a influência da cultura política na constituição do espaço estatal e a composição do jogo de forças sociopolíticas, fundamentais para compreender a atuação do Estado Brasileiro, e sua federação Catarinense, priorizando o Oeste, conforme nos propomos.

Segundo a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2010), o Estado Brasileiro é democrático de direito. Assume-se como República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal. Este mesmo Estado, a nosso ver, carrega nas ‘mentalidades’ uma história marcada pela experiência do mando, da exclusão e do privilégio. Após a Constituição ter sido promulgada, a expectativa de mudança foi reforçada e manifestada na exigência de direitos o que explica a exigência por maior participação política.

Quanto à construção do Estado Democrático, Carvalho (2002, p. 07) lembra que “o esforço de reconstrução, melhor dito, construção da democracia no Brasil ganhou ímpeto após o fim da ditadura militar, em 1985. Uma das marcas desse esforço é a voga que assumiu a palavra cidadania”. E nos faz refletir, quando afirma: “Pensava-se que o fato de termos reconquistado o direito de eleger nossos prefeitos, governadores e presidente da República seria a garantia de liberdade, de participação, de segurança, de desenvolvimento, de emprego, de justiça social”.

Carvalho (2002, p. 7-8) construiu ideário sobre a realidade social muito próxima a que foi descrita, anteriormente, por Boff (2012). Alega que muito se avançou, em especial, após a Constituição de 1988 e que os avanços podem ser observados na livre manifestação do pensamento, nas ações políticas e sindicais autônomas, na participação, no direito ao voto (agora tão difundido), porém,

as coisas não caminham bem em outras áreas. [...], desde o fim da ditadura, problemas centrais de nossa sociedade, como a violência urbana, o desemprego, o analfabetismo, a má qualidade de educação, a oferta inadequada dos serviços de saneamento, e as grandes desigualdades sociais e econômicas ou continuam sem solução, ou se agregam, ou, quando melhoram, é num ritmo muito lento. Em consequência, os próprios mecanismos e agentes de sistema democrático, como as

eleições, os partidos, o Congresso, os políticos, se desgastam e perdem a confiança dos cidadãos.

Partindo do exposto, podemos adentrar, de forma breve, na história política de Santa Catarina e assim avançar territorialmente, analisando os reflexos para o Oeste e o modelo político aqui instaurado.

De forma geral, o que predomina, teoricamente, sobre a política de Santa Catarina, é a ideia de um Estado dominado por oligarquias, ou seja, por um regime político em que o poder é exercido por um pequeno grupo de pessoas, pertencentes ao mesmo partido, classe ou família. Ou ainda, de um sistema político controlado por supostas elites pertencente ao campo da direita.

Para os autores Carlos Eduardo Sell e Julian Borba (2006, p. 57), os estudos sobre a política de Santa Catarina, dividem-se entre a abordagem sociológica ou a abordagem politológica. “A primeira (majoritária), centrou suas atenções principalmente em assuntos relacionados ao “poder local” e a força das elites oligárquicas”. A ideia dessa primeira divisão foi extraída, dos estudos de Marli Auras, na obra - O poder oligárquico catarinense - que para os autores, é oriunda da Sociologia Política e trata de explicar as formas de reprodução do chamado poder oligárquico catarinense.

A segunda abordagem (minoritária) tem se utilizado de enfoques vindos da Ciência Política e para os autores, busca explicar a dinâmica do sistema partidário e sua evolução histórica, a partir dos estudos de Fábio Wanderley Reis, que está menos preocupado com abordagem local, do que a comparação com a dinâmica do sistema nacional e os indicadores de institucionalização política. Para Sell e Borba (2006, p. 57), as duas abordagens apresentadas chegam muitas vezes a resultados divergentes sobre o quadro político partidário do Estado.

Enquanto a primeira aponta para a “força do atraso” e do amorfismo do sistema político; a segunda possui uma interpretação de que o sistema se encaminha para ou já estaria “institucionalizado”, através de partidos competitivos, ideologicamente constituídos, que disputam os votos de eleitores que possuem certa “estruturação” de suas crenças políticas e se comportam principalmente em função dos contextos em que estão inseridos.

A respeito do assunto Sell e Borba (2006) revelam os resultados divergentes a partir de suas pesquisas. Apresentam dados referentes às eleições municipais em Santa Catarina, entre os anos de 1996 e 2004, explicando como se materializa o processo eleitoral. Mesmo que os dados não apresentem a década de 1980, servem para mostrar os reflexos políticos, fazendo com que notemos o desempenho dos partidos. Os dados apresentados apontam que:

- De (1996 a 2004), o sistema político catarinense girou em torno de cinco partidos políticos: PMDB (atual MDB), PP, PFL, PSDB e PT;
- Os partidos dominantes foram o PP, o PFL, o PMDB, o PSDB e o PT. Todavia, a eleições do ano de 2004 registrou um forte declínio do PDT e uma expressiva votação do PPS;
- Quanto aos vereadores eleitos por partido político, os mesmos partidos já mencionados continuaram determinantes na arena política. A trajetória do PT e do PSDB é de crescimento;
- Nas eleições para prefeito, pôde-se confirmar, para os municípios urbanos, o crescimento do PSDB e PT, juntamente com certa estabilidade dos outros partidos, à exceção do PDT e do PP, que vivenciaram uma forte diminuição em sua participação no eleitorado. O mais interessante dos dados é que o PT, passou a ser o partido com maior número de votos, como também houve um crescimento significativo do PSDB;
- Nos municípios rurais, o quadro é bastante diferente. O domínio dos votos se deu ~~de~~ entre PMDB e PP, apesar do crescimento presenciado pelo PT nas últimas eleições.

A partir do exposto, os autores concluíram que no período de 1996 a 2004 as forças políticas em Santa Catarina se tornaram concentradas. Com o enfraquecimento do PDT, a disputa política ficou polarizada em torno de cinco grandes partidos: PMDB (atual MDB), PP, PFL, PSDB e PT. Os dois últimos mostraram sinais de crescimento, enquanto os três primeiros deram sinais de estabilidade, com uma queda moderada em seus indicadores políticos. Também, se percebeu que há um padrão diferenciado de decisão do voto entre o eleitor urbano e o eleitor rural. Os dados levam a crer que especificidades socioculturais são responsáveis por esses resultados, ou seja, tanto as instituições como a cultura são fundamentais para o entendimento de determinados elementos representados nos fenômenos políticos.

Também Carreirão (2006, p. 21-35), ao analisar o sistema partidário catarinense, apresenta os seis principais partidos políticos catarinenses, no período de 1980 a 2005. Não podemos, neste trabalho, aprofundar sobre cada um deles, desse modo, optamos por fazer síntese do que foi exposto pelo autor.

Partido Progressista (PP) – é o atual nome da sigla, sua origem é o Partido Democrático Social (PDS), surgido em 1980 como sucessor da antiga ARENA. No final do período bipartidarista, a ARENA de Santa Catarina, assim como em todo país, sofria desgaste por ser o partido de sustentação do regime autoritário e esse desgaste se transfere ao PDS. Em 1993, o PDS, incorporou o Partido Democrata Cristão (PDC), mudando o nome para (PPR),

que participou do pleito de 1994. Com a incorporação do Partido Progressista (PP), em 1995, surge o Partido Progressista Brasileiro (PPB). Em 2003, o PPB muda novamente o nome, adotando o nome atual - Partido Progressista (PP). Em junho de 2005, os dados do TER/SC apontam que o PP é o segundo maior partido com número de filiados – 129 mil.

Partido da Frente Liberal (PFL) - fundado no Estado em fevereiro de 1985, por Jorge Konder Bornhausen, filho de Irineu Bornhausen. Terceiro maior partido em número de filiações, cerca de 110 mil, estando estruturado organizacionalmente em todo Estado.

Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) - em Santa Catarina o partido herda e aprofunda, no período inicial de sua existência, a divisão entre ‘moderados’ e ‘progressistas’ do antigo MDB. É o maior partido em termos de filiados, cerca de 140 mil, com Diretórios Municipais ou Comissões Provisórias em todos os municípios do Estado.

Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) – tem sua Comissão Provisória Regional formada em meados de 1988, basicamente por militantes ligados à ala ‘progressista’ do PMDB. Conta com aproximadamente 66 mil filiados. Hoje o partido está organizado na quase totalidade (292) dos municípios catarinenses.

Partido Democrático Trabalhista (PDT) – na formação do partido, em 1980, a maior parte dos quadros era oriunda do antigo MDB, e os mais antigos, em sua maioria oriundos do antigo PTB. Com cerca de 34 mil filiados, se entrava estruturado em 257 municípios.

Partido dos Trabalhadores (PT) – em Santa Catarina começa a ser discutido já em 1979, por um pequeno grupo de pessoas, em boa parte ex-militantes de grupos clandestinos. Quando se forma, porém, em 1980, tem como base fundamental de formação, setores ligados à Igreja Católica, em especial grupo de trabalhadores sem-terra e de pequenos agricultores, grupos de esquerda de orientação marxista-leninista e trotskista e setores de esquerda independentes como sindicalistas, profissionais liberais (médicos e jornalistas), professores, bancários, eletricitários, estudantes e ainda movimentos comunitários de periferia por influência da Igreja Católica. Em 1981, o partido contava com 5.500 filiados e em 25% dos municípios, e em 2005, contava com cerca de 41 mil filiados e com Diretórios Municipais ou Comissões Provisórias em 279 municípios.

Os partidos apresentados são os mesmos que administraram as prefeituras municipais no oeste de Santa Catarina, no período de 1983 a 2003. E, com a intensão de não criar muita distância do período em estudo, partiremos de um recorte mais próximo do período a ser analisado - a década de 1960. Foi nesse período que o governo do Estado, iniciou um processo de modernização no Oeste.

A região Oeste, distante da capital, basicamente agrícola, dependia de arranjos políticos para tirar algum proveito do isolamento em que vivia. O poder público, no caso o Governo de Santa Catarina, passou a ser um agente fomentador e direcionador da modernização na agricultura. Adequou-se às diretrizes do governo federal, com empréstimos e serviços de extensão rural.

De acordo com Evaldo Cassol (2013), através de negociações e pressões políticas de lideranças, foi instalada, no final de 1963, durante o governo de Celso Ramos (PSD), em Chapecó, a Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste, sendo um ato político-administrativo inédito em Santa Catarina. A Secretaria administrava uma área de 14.500 km<sup>2</sup> divididas em 34 municípios.

Mapa 01 – Área de atuação da Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste



Fonte: CASSOL, (2013, p. 54).

Com o funcionamento da Secretaria, ações foram criadas para incentivar o crescimento industrial de grande porte. Com apoio do Estado, o resultado foi a instalação de empresas no ramo agroindustrial em detrimento às pequenas empresas familiares. A ideia de favorecimento agradava aqueles que mais contribuiriam nas campanhas políticas.

O desenvolvimento, na ótica capitalista, é o sinônimo de prosperidade e crescimento econômico. Entretanto, o Oeste era visto como uma região subdesenvolvida e o identificava com atrasado, miserável, pobre etc. Segundo Cassol (2007 apud CARDOSO, 2013, p.14), era necessário reverter essa visão.



O desenvolvimento econômico capitalista se faz assim por meio da produção econômica e da produção ideológica. Nesta o principal papel cabe ao poder do Estado, voltado primordialmente para o crescimento e fortalecimento da economia. A estrutura ideológica capitalista é montada sob a dominância do seu campo ideológico-político, a partir dos aparelhos do Estado, e neste campo a dominância cabe à ideologia econômica, com a formação de políticas destinadas a permitir e garantir a expansão econômica, com a qual a forma do Estado é condizente.

Em seus estudos Andreoni (2016, p. 24), apresentou matéria do jornal chapecoense Folha D'oeste intitulada - A transformação Catarinense - do dia dezoito de janeiro de 1966, a qual estabelecia a eleição de Celso Ramos, em 1960, como divisor de águas em Santa Catarina. O político foi apontado pelo jornal como o grande responsável por solucionar problemas que se apresentavam na região. Dentre as principais realizações, do então governador, o jornal destacou a criação do planejamento econômico, através do Plano de Metas do Governo (PLAMEG) e da Secretaria do Oeste, a grande responsável pela sua aplicação no oeste do Estado.

Celso Ramos se lançou candidato pelo PSD ao governo do Estado nas eleições de 1960 e foi vencedor. Ganhou do udenista Irineu Bornhausen. Andreoni (2016) relata que o mandato iniciado em 1961-1966, segundo o jornal Folha D'oeste, foi marcado por muitas transformações. De acordo com o periódico, destacavam-se obras de infraestrutura como redes elétricas, rodovias, iluminação pública, calçamento, novas escolas, correios, bombeiros, ampliação e construção de aeroportos, implantação de moderno sistema de micro-ondas nas telefônicas e de antena repetidora de televisão.

Para tanto, a nosso ver, como a emancipação e criação de muitos municípios do Oeste ocorrem nas décadas de 1950/60, a instituição da Secretaria foi pensada estrategicamente, pois, além das funções apresentadas, teria incumbência de auxiliar administrativamente esses municípios.

No quadro abaixo exibimos breve histórico da emancipação dos dez municípios em estudo, por entender que fazem parte desta conjuntura. Informamos que nestes municípios encontramos as lideranças do MMC que se envolveram com a política partidária. Seus depoimentos foram de suma importância para que respondêssemos nossa problematização de pesquisa. Logo, tais municípios precisaram ser explorados.

Quadro 03 – Informações Administrativas

<b>Município</b>	<b>Histórico da emancipação</b>
Descanso	Emancipado em 12 de setembro de 1956, pertencia ao município de Chapecó.
Quilombo	Criado no dia 06 de outubro de 1961, pertencia ao município de Chapecó.
Chapecó	Fundado em 25 e agosto de 1917.
São José do Cedro	São José do Cedro pertencia a Dionísio Cerqueira. Foi emancipado em 1957.
Palma Sola	Criado em 30 de dezembro de 1961.
Itá	Emancipado em 13 de dezembro de 1950. Pertencia a Concórdia.
Concórdia	Emancipado em 29 de julho de 1934. Pertencia a Cruzeiro, atual Joaçaba.
Irani	Emancipado em 11 de setembro de 1963. Pertencia a Concórdia.
Xaxim	Emancipado em 20 de fevereiro de 1954. Pertencia ao município de Chapecó.
Dionísio Cerqueira	Criado em 30 de dezembro de 1953. Pertencia ao município de Chapecó.

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

Nota: As informações foram extraídas do site da prefeitura de cada município, no campo – história/histórico.

Dos dez municípios, as únicas exceções são Concórdia e Chapecó. O primeiro – Concórdia - emancipado em 1934. Segundo Ferreira (1992, p. 189), desmembrado de Cruzeiro, a partir de 1940, sofreu frequentes transformações em suas divisas, em consequência de vários outros municípios dele originado. Em 1943 o município ficou composto por sete distritos, dentre eles Itá que só emancipa em 1957.

O segundo Chapecó - criado em 1917, tendo sua organização administrativa remetida a uma série de leis, inclusive às que emancipam municípios estudados, como Dionísio Cerqueira, Xaxim, Palma Sola, Quilombo e Descanso.

No Oeste, o município de Chapecó, cidade sede da Secretaria do Oeste, foi quem mais recebeu investimentos. Para Andreoni (2006, p. 56), o fato foi associado à gestão ter sido direcionada à família Bertaso. “Em 1945, quando a região estava passando por um processo de colonização, as empresas colonizadoras mantinham o domínio econômico e político do Oeste, através de sua representação política no Partido Social Democrático”. Neste cenário, “despontava a figura de Ernesto Bertaso como liderança, que era representado politicamente através de seu filho Serafim Enoss Bertaso”. A partir de 1955 a dinâmica partidária em Chapecó se ajustou com a política estadual, na qual o PTB e o PSD formaram uma aliança que na cidade se mostrou imbatível.

Ao citar a família Bertaso, procuramos mostrar reflexos da política oligárquica Catarinense no Oeste. Segundo Hass (2001, p. 68), Ernesto Bertaso, “o coronel Bertaso era

um colonizador, que utilizava a maior parte de suas terras para a comercialização, existindo uma relação de paternalismo entre ele e os imigrantes [...]. Legitimando mais tarde sua ação política”. Logo, “ter posse de fortuna”, o tornava mandatário local e controlador político.

Sobre a dominação política, enraizada na Primeira República, a oferta de favores prevalecia. Em Santa Catarina, até 2003, data de corte desta pesquisa, muitas características deste período se mantiveram inclusive em Chapecó. Não esqueçamos que foi a Família Bertaso que conduziu a Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste, de 1963 a 1992 e que, com exceção de Chapecó e Concórdia, os demais municípios, em estudo se emanciparam até 1963, ou seja, precisavam auxílio direto da Secretaria, ou melhor, dos Bertaso, que reproduziam o modelo de política encomendado.

O cenário conturbado do período militar afetou a organização política do estado de Santa Catarina e de seus municípios. Para Barreras (1999 apud PEDROSO; TORRESINI, 1999, p. 20) o marco da ditadura foi o anúncio do Ato Institucional nº 05 (AI-5), de 1968. Ele decretava “a imobilidade à vida política brasileira, à cidadania”. O AI-5 suspendeu as garantias constitucionais: “é decretado Estado de Sítio sem a aprovação do Congresso; são suspensos os direitos políticos por 10 anos e muitos mandatos cassados”. Ainda, “amplia o mandato presidencial de 4 para 5 anos e só o presidente tem o poder de revogar tal ato”.

A mesma autora (1999, p. 21) anuncia que em 1975 manifestações públicas, contra a ditadura, começam a desestabilizar e movimentar o governo. Cita o culto pela morte, sob tortura, do jornalista Wladimir Herzog, em 1978, o início da greve dos metalúrgicos da Scania, em São Bernardo do Campo, que logo se estendeu para outros modelos grevistas. No mesmo ano, segundo a autora, o governo aprova o projeto de reformas políticas e em 1979 decreta o fim de todos os Atos Institucionais.

Com a aprovação da Reforma Partidária, surgem novos partidos políticos - assunto apresentado acima, quando descrito o histórico de cada partido em Santa Catarina - no Oeste, somente no final da década de 1990 é que assistiremos uma pequena alteração no cenário político. O Partido dos Trabalhadores (PT), tido como popular e apoiado pela Igreja Católica, é lançado às disputas eleitorais e ascende em vários municípios sua representatividade.

O Partido dos Trabalhadores vence as eleições em vários municípios e se compromete em criar um novo modelo de política. Citamos os exemplos de Chapecó e Concórdia. O primeiro elegeu prefeito por dois mandatos consecutivos, de 1997 a 2004 e o segundo, por quatro mandatos, de 2001 a 2016. Por fim, é nesta conjuntura que as catorze mulheres camponesas, entrevistadas, vão se envolver com a política partidária, assunto que será tratado na última seção deste capítulo.

Na próxima seção, faremos breves apontamentos sobre a exclusão política e social vivida pelas mulheres, nas diferentes sociedades, e a luta por melhores condições sociais e pelo sufrágio universal.

### 3.2 MULHERES NA POLÍTICA: O LONGO CAMINHO

Nesta seção, analisamos a exclusão política e social, historicamente, vivida pelas mulheres e alicerçada na inferioridade social e antropológica. Iniciamos refletindo sobre a categoria “pária”, na visão de Flora Tristán (2015). Na sequência, discutimos a importância da categoria gênero partindo de ideias filosóficas difundidas como verdadeiras, durante vários séculos. Por fim, apresentamos lutas traçadas, as quais objetivavam reconhecimento social e a participação igualitária na política, sendo o sufrágio universal, o primeiro caminho.

Segundo Tristán (2015, p. 12), desde 1842, o termo “pária” é descrito no *Dicionário Político* como um termo que se aplica “aos proletários de nossa sociedade que não têm nenhum lugar reconhecido na hierarquia política, que estão ausentes de todos os direitos do cidadão”.

Ao tornar o termo “pária” uma categoria de estudo, a autora, o associa à exigência de uma verdadeira aplicação do princípio da universalidade, algo que se fortaleceu nas lutas pelos direitos políticos e pelo sufrágio universal. Para Tristán (2015, p. 12), era necessário construir o projeto da “união universal dos operários e operárias”, este, duplamente universal: “por seu internacionalismo e pela inclusão das mulheres, em geral esquecidas nas primeiras tentativas de organização dos trabalhadores”.

Em 1848, na Europa, o uso do termo “pária” é intensificado nos discursos revolucionários e no vocábulo político feminista para sublinhar a impostura de um sufrágio que se declara universal ainda que metade da população esteja excluída. Tristán (2015, p. 11) alerta: “assim, pobres mulheres, na República de 1848 que têm por missão abolir os privilégios, existirão párias e os párias serão vocês”.

Neste sentido, a história das mulheres somente tem sentido se a considerarmos na analogia ao outro sexo. Igualmente assim para a história dos homens. Logo entendemos a importância da categoria de gênero, que discute os papéis sociais destinados às mulheres e aos homens. Pensar em gênero em vez de pensar em sexo adverte que a condição “pária” das mulheres não está definida pela natureza, pela genética ou pelo sexo, mas é resultante de uma construção social e política. Criadora do conceito analítico de gênero, Joan Scott (1998 apud COLLING, 2010, p.02), assim o conceitua:

Por gênero me refiro ao discurso da diferença dos sexos. Ele não se relaciona simplesmente às idéias, mas também às instituições, às estruturas, as práticas cotidianas, como aos rituais, e tudo o que constitui as relações sociais. O discurso é o instrumento de entrada na ordem do mundo, mesmo não sendo anterior à organização social, é dela inseparável. Segue-se, então, que o gênero é a organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primeira, mas ele constrói o sentido desta realidade. A diferença sexual não é causa originária da qual a organização social poderia derivar: ela é antes, uma estrutura social móvel que deve ser analisada nos seus diferentes contextos históricos.

É nas sociedades que as civilizações conferem sentido à diferença. Para Colling (2010, p. 2), “não há verdade na diferença entre os sexos, mas um esforço interminável para dar-lhe sentido, interpretá-la e cuidá-la”. Também, para a autora, ao falar sobre as relações de gênero, é importante lembrar que a representação da diferença sexual deve pouco à ciência e tudo a política e á cultura. “Discursos de Platão e Freud instituíram a definição de homem e mulher e o papel que cabe socialmente a cada um”.

Flora Tristán (2015, p. 14), a nosso ver, resume o papel/função atribuído pelos antigos filósofos, às mulheres, quando afirma: “Até agora as mulheres não foram consideradas para nada nas sociedades humanas (...). Qual o resultado disto? O padre, o legislador, o filósofo a trataram como verdadeira pária”. Dessa forma, “a mulher (isto é, metade da sociedade) foi deixada fora da Igreja, fora da lei, fora da sociedade (...)”. Na sequência Tristán (2015, p. 114) afirma:

A Igreja dizia que a mulher era o pecado; o legislador, que por ela mesma ela não era nada, que não devia gozar nenhum direito; o filósofo erudito que por sua organização ela não tinha inteligência, concluímos que ela era um pobre ser deserdado de Deus e assim os homens e a sociedade a tratavam.

Assim, percebemos que a exclusão da mulher se configurou num sistema de legitimação que tem por base a humanidade comum como fonte da igualdade de direitos; o não reconhecimento destes direitos faz pensar uma suspeita sobre sua plena e inteira humanidade. Ou seja, a exclusão está diretamente ligada, segundo Tristán (2015, p. 14), “ao nivelamento, ao sentimento de rejeição, de vergonha, da conspurcação que mancha, da nódoa punitiva da qual o pária é objeto”.

No século XVIII, Jean-Jacques Rousseau, ao discutir a cidadania dos indivíduos, estabeleceu que a vida das mulheres estivesse consagrada ao papel doméstico. O filósofo, também, criou uma ligação entre a natureza e a moral. Colling (2010, p. 06) explica: “não é

somente ser honesta é preciso parecer honesta aos olhos dos outros”. A respeito do assunto, Rousseau (1992, p. 178) descreve o lugar que a mulher deve ocupar na sociedade:

Quase todas as raparigas aprendem com repugnância a ler e escrever, mas quanto a segurar a agulha, é o que elas aprendem sempre de boa vontade. Antecipadamente imaginam-se crescidas e sonham com prazer que estes talentos poderão um dia servir-lhes para se enfeitar. Aberto este primeiro caminho é então fácil de seguir: vêm por si mesmos a costura, o bordado, a renda.

Como resposta a Rousseau, a escritora e filósofa Simone de Beauvoir (Paris, 1908-1986), impulsiona reflexões sobre as desigualdades entre homens e mulheres. Segundo material de formação para professores em Gênero (GÊNERO..., 2009, p. 41), é dela a famosa frase: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”. Com esta formulação, ela buscava descartar qualquer determinação “natural” da conduta feminina. Desta forma, objetivava desconstruir teorias como a de Rousseau e de seus seguidores.

Para Tristán (2015, p. 116-117), a ação de desconstruir o que historicamente se construiu como verdade não é tarefa fácil. Questiona: Que mulher existirá e o que espelhará se levar em conta a educação, o desenvolvimento moral ou físico que recebeu da sociedade?

Nada como um sofrimento contínuo, fruto de um tratamento injusto e brutal vivido por uma criança para amargurar o caráter, endurecer o coração e tornar o espírito embrutecido. Primeiro, a injustiça nos machuca, nos aflige, nos desespera; depois, quando ela se prolonga, nos irrita, nos exaspera, e passamos a sonhar unicamente com a vingança, acabamos nos tornando duros, injustos, maldosos. – Este é o estado que se espera de uma pobre garota aos vinte anos. – Então ela se casará, sem amor, unicamente porque é preciso se casar se quiser fugir da tirania dos pais. Que acontecerá com ela? Suponho que terá filhos; – e por sua vez, será totalmente incapaz de educar de forma conveniente seus filhos e filhas: ela se mostrará com relação a eles tão rude quanto sua mãe e sua avó foram com ela.

Partindo do exposto, Gaspareto (2018) explica que como se cria uma “história única”: “mostre um povo como uma coisa, como somente uma coisa, repetidamente, e será o que eles se tornarão”. E, parafraseando sua explicação, ousamos: mostre uma mulher como uma coisa, como somente uma coisa, repetidamente, e será o que ela se tornará. Para ela, como também para nós, as “histórias únicas” estão ligadas à ideia de poder.

De acordo com Hume (1999 apud GOMES, 2011, p. 33), “como a natureza deu ao homem superioridade com relação à mulher ao dotá-lo com maior força mental e corporal, faz parte dele atenuar essa superioridade, o máximo possível, pela generosidade de seu comportamento”. Segue dizendo que “nações bárbaras expõem essa superioridade, reduzindo suas fêmeas à escravidão mais abjeta, ao confiná-las, violentá-las e vendê-las”. E afirma que

“o sexo masculino, entre os povos educados, descobre sua autoridade de uma maneira mais generosa, porém não menos evidente”.

Temas como a “divisão sexual do trabalho doméstico” também foram discutidos e apresentaram a exclusão social da mulher. Sobre o assunto, há uma significativa produção científica realizada por pesquisadoras francesas, dentre as quais destacamos Christine Delphy (1984 apud GÊNERO..., 2009, p. 43). A autora desenvolveu a teoria de que, “em decorrência das relações de gênero que naturalizam as atividades de cuidado, os homens e os maridos exploram suas esposas e companheiras ao se beneficiarem do trabalho doméstico gratuito”. Lembra que:

Não são apenas os homens próximos, mas a sociedade como um todo que não reconhece ser o trabalho doméstico gerador de riqueza, uma vez que garantia de atendimento das necessidades de alimentação, repouso e conforto possibilitam a dedicação ao trabalho externo e à produção.

Outro tema explorado, de maior interesse nesta dissertação, travava das iniciativas políticas de mulheres buscando alterar uma posição subalterna na sociedade. Estudiosos passaram a considerar a existência de múltiplos movimentos feministas, a exemplo dos chamados sufragistas, que lutavam para que as mulheres tivessem o mesmo direito de votar que era concedido aos homens – a luta pelo sufrágio feminino.

No período de 1862 a 2011 mulheres foram conquistando o direito de votar. Percebemos, ainda assim, que tempo e espaço são duas variáveis que contemporizam muito quando tratamos dessa conquista: o que em 1862 foi uma vitória para as mulheres da Suécia, aconteceu na África do Sul, em 1993, e na Arábia Saudita, somente, em 2011. No quadro a seguir, apresentamos como a conquista do direito ao voto para as mulheres variou muito entre as diferentes sociedades:

Quadro 04 – Ano de conquista do voto feminino

Ano	País
1862	Suécia
1893	Nova Zelândia
1906	Finlândia
1917	URSS (com a Revolução)
1918	Alemanha
1919	Estados Unidos
1928	Inglaterra
1929	Equador
1931	Portugal (com restrições)
1932	Portugal (sem restrições)
<b>1932</b>	<b>Brasil</b>
1945	França; Itália; Japão
1973	Suíça
1993	África do Sul
2011	Arábia Saudita

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

Nota: Informações extraídas em: (GASPARETO, 2018) e (GÊNERO..., 2009. P. 42).

Para Gaspareto (2018) a luta pela participação política da mulher vem desde a Grécia e Roma Antiga. “Esta briga gira em torno do reconhecimento da mulher como cidadã”. Como apresentamos no capítulo anterior, naquele tempo, só os homens eram considerados cidadãos e podiam participar da política.

Segundo Tristán (2015, p. 16), para as mulheres excluídas dos direitos políticos e submetidas ao Código Napoleônico, a emancipação gradual se propagou conforme os países e as categorias sociais, em dois séculos, e foi preciso em geral esperar o final do século XIX para que elas conquistassem, “seu 1789”.

Em 1789, na Revolução Francesa, com a queda da monarquia e ascensão da república, as mulheres, passaram a acreditar na "Liberdade, Igualdade e Fraternidade", porém, foram excluídas. Mas, elas não se calaram. Organizaram-se criando os Clubes femininos. De acordo com Gaspareto (2018), “esses clubes, assim como eram criados, eram fechados. Suas líderes eram presas, como foi o caso de Pauline Léon. E só em 1945 as mulheres francesas conquistam o direito ao voto”.

Na obra, História das mulheres no Ocidente, Michelle Perrot (1995), mostra que os movimentos feministas do século XIX e início do século XX, nos países industrializados e em



processo de industrialização, tiveram como principal bandeira de luta a participação política eleitoral, conhecida como sufrágio universal.

Na Europa, especialmente, a luta das sufragistas estava mais presente nos partidos socialistas e comunistas e articulada com a luta operária pela redução da jornada de trabalho, salários justos e outros direitos.

Neste sentido, acreditamos que a aproximação dos socialistas utópicos e posteriormente com interesse dirigido a classe operária, Flora Tristán, através de seu exemplo de vida e seus escritos reclamando direitos para as mulheres, tenha colaborado, tanto para o século XIX como para o século XX, nos avanços, através das sucessivas lutas, das mais diversas mulheres, algumas citadas neste estudo. Essas mulheres, por sua vez, repetiram o discurso de Tristán (2015, p. 123):

Reclamo direitos para a mulher porque estou convencida de que todas as desgraças do mundo são resultado deste esquecimento e desprezo que existe até agora dos direitos naturais e imprescritíveis do ser mulher. – Reclamo direitos para a mulher porque esta é a única forma de nos ocuparmos de sua educação e da educação da mulher depende a do homem em geral e particularmente a do homem do povo. – Reclamo direitos para a mulher porque este é o único meio de conseguir sua reabilitação frente à Igreja, à lei e à sociedade, e esta reabilitação prévia é necessária para que todos os operários sejam eles próprios reabilitados. – Todos os males da classe operária se resumem nestas duas palavras: miséria e ignorância, ignorância e miséria. Então, para sair deste labirinto só vejo uma maneira: começar por instruir as mulheres porque as mulheres são encarregadas de instruir meninos e meninas.

Usando o método da "história única" a favor das mulheres, tanto repetiram que resultados começaram a aparecer. De acordo com o material de formação para professores em Gênero (GÊNERO..., 2009, p. 69), a União Interparlamentar (UIP), considerada atualmente a Organização Internacional dos Parlamentos dos Estados Soberanos, em relatório publicado em 2006, apresentou a colocação no ranking sobre a participação de mulheres nas câmaras de deputados, incluídos 187 países na pesquisa.

Segundo relatório, Ruanda, na África, aparece em primeiro lugar, com 48%, em segundo Suécia (45,3%), em terceiro Noruega (37,9%), em quarto, Finlândia (37,5%), em quinto Dinamarca (36,9%), Holanda (36,7%), Cuba (36%), Espanha (36%), Costa Rica (35,1%), Argentina (35%) e Moçambique (34,8%) completam a relação dos dez países com maior número de legisladoras. Lembrando que as mulheres representam mais da metade da população do planeta.

Portanto, notamos que inserção da mulher na política se deu a passos lentos. O apelo de muitas mulheres que incansavelmente lutaram por seu reconhecimento social e político

nem sempre foi ouvido e seguido por outras mulheres, aquelas que, não se comportaram como companheiras.

Contudo, é compreensível. A “história única” abordada por Gaspareto (2018) mostra que a condição “pária”, a qual a mulher historicamente foi vista, vai além de sua vontade ou comodismo, é resultado de uma construção social e política onde quem sempre teve mais força dominou, ou seja, o homem.

Foi através da historiografia filosófica que compreendemos as diferentes sociedades. Em todas elas, a persuasão manifestada sobre a inferioridade da mulher, se tornou ferramenta fundamental de manutenção social, o que demandou mais tempo e mais lutas para os avanços alcançados, conforme observado no Quadro 04, dos diferentes períodos em que a mulher foi conquistando o direito ao voto.

Por fim, as fontes estudadas mostraram que os principais movimentos de mulheres, entre os séculos XVIII, XIX e XX, foram urbanos e ligados ao novo modelo industrial instalado. Cabe lembrar que tais mulheres, sobretudo, em séculos anteriores, viviam no campo e foram sendo lançadas pelo capitalismo que se alojou, inicialmente na Europa, neste novo cenário de inferioridade e desafios.

A próxima seção terá como objetivo apresentar a história política das mulheres brasileiras com ênfase na história de luta do MMC junto às disputas eleitorais.

### 3.3 HISTÓRIA POLÍTICA DAS BRASILEIRAS: A CAMPONESA TEM VOZ E VEZ

Nesta última seção, deste capítulo, iniciamos apresentando, de forma sistemática, a história das mulheres e suas intervenções políticas para a conquista do voto e outros direitos. Retratamos o Brasil Colônia, Império e República, fortalecendo identidades femininas que, através de suas experiências e manifestações, contribuíam na trajetória política e social das mulheres.

Na sequência, analisamos o envolvimento de partidos políticos junto aos movimentos de mulheres e destacamos como ocorreu no Movimento de Mulheres Camponesas no Oeste de Santa Catarina.

No Brasil, tanto a exclusão e inferioridade quanto a luta e os avanços das mulheres, começou pelas mulheres nativas, que a historiografia, erroneamente, denominou de índias. De acordo com Boris Fausto (2001, p. 16, grifo nosso), “os/as índios/as (**nativas**) que se submeteram ou foram submetidos/as sofreram a violência cultural, as epidemias e as mortes.

Do contato com o europeu resultou uma população mestiça que mostra até hoje sua presença silenciosa na formação da sociedade brasileira”.

Os povos nativos que habitavam o Brasil antes da colonização, acompanhados da catequização, possuíam costumes muito diferenciados entre si. Teles (2003, p. 17) reforça que depois dos “estranhos”, tudo mudou. “A mulher indígena foi usada pelos colonizadores que se apropriaram de sua capacidade reprodutora, perdendo, paulatinamente, sua capacidade erótica nessa função sexual-reprodutora separada do prazer”.

As mulheres nativas sofreram a violência inicial do processo de colonização. Vitimadas pela exploração sexual e da mão de obra escrava, empregada pelos portugueses à exaustão, se tornaram, no decorrer da história, representantes do elemento oculto, anônimo, que participou, involuntariamente, da construção do Brasil.

Os primeiros portugueses que migraram para o Brasil eram homens. Poucas mulheres realizavam a travessia do atlântico. Em 1549, padre Manoel da Nobrega (1549 apud BOXES, C. R., 1967), que veio como primeiro Governador Geral escreveu para que mandassem para cá “mulheres órfãs e de toda a qualidade, até meretrizes”. Logo, a falta de mulheres brancas contribuiu para elevar seu *status*. A cor da pele representou por si própria, um garantia de grandeza social, definida claramente pelos senhores/homens e usada contra nativas, brasileiras/caboclas e negras.

Para Cristina Scheibe Wolff (apud MORGA, 2001, p. 159), que escreve sobre a educação das mulheres teuto brasileiras na colônia de Blumenau (1850-1900), “havia grande diferença no papel familiar e social exercido por mulheres brasileiras e imigrantes alemãs nesta região”. A autora apresenta um depoimento de 1852 que confirma sua fala:

Se fossem vestidas com seus trajes e fossem um pouco mais vaidosas, poderiam ser consideradas belas mulheres, mas são, sem exceção, desleixadas, pouco importam-se com a aparência pessoal e se vestem muito mal. Eu nunca me apaixonaria por uma brasileira. Pois como donas de casa são péssimas.

Além do preconceito contido nestas palavras, percebemos que a mulher brasileira não correspondia às expectativas dos imigrantes, ou seja, não serviam como “boa dona de casa”. Dessa forma, segundo a Wolff (apud MORGA, 2001, p. 159), difundia-se “o estereótipo pejorativo das mulheres brasileiras, existente, aliás, em várias outras cartas e relatos pesquisados”.

Em Casa-Grande & Senzala, Gilberto Freyre (1980, p. 414) ao falar sobre o preconceito de portugueses contra brasileiros, reforça que tal preconceito era ainda maior

contra negras escravas. “Há tanto que criticar na política dos colonizadores portugueses no Brasil que para acusá-los de erros tremendos não é necessário recorrer à imaginação”.

Segundo o mesmo autor, poucos foram os governadores do Brasil que não estivessem contra os índios, contudo, todos estiveram contra os negros. “A atitude áspera e intolerante do 8º vice-rei, Marques de Lavradio; o qual, em portaria de 6 de agosto de 1771 rebaixou a um índio o posto de capitão-mor por ter se casado com uma negra e assim haver manchado seu sangue”. Diz ainda, que “já depois da independência do Brasil houve padres que se recusaram a casar branco com negra. Padres e juízes”.

De acordo com Teles (2003, p. 21), a mulher negra, a condição de escrava, representava as ocupações sociais típicas daquele período. Eram escravas do eito, domésticas, amas de leite, quituteiras, escravas prostitutas, escravas de ganho, para mencionar as atividades mais usualmente exercidas por elas. Quanto à força de trabalho (tarefas domésticas, a serviço dos colonizadores nas casas da cidade e do campo, nas lavouras, nas minas), “nunca se poderá avaliar a quantidade de mais-valia produzida pelo trabalho destas mulheres para a acumulação primitiva do capital”.

Portanto, a divisão social do trabalho por sexo se consolidou no Brasil Colônia, fortalecendo a dupla opressão da mulher: sexo e classe. O modelo machista e de exploração econômica perpetuou no Brasil Império e no Brasil República. Logo, para analisar os movimentos de luta, contra tamanha opressão, devemos considerar as diferenças econômicas e sociais.

Neste sentido, entendemos que é necessário cultivar a memória de milhares de mulheres, de diferentes classes sociais, que se rebelaram contra a situação estabelecida e se engajaram em movimentos de ordem política e social, em nome da liberdade e da dignidade.

Amparado nos estudos de Teles (2003, p. 22-23), citaremos o nome de algumas mulheres relegadas ao esquecimento, pela história oficial. Iniciamos no período Colonial (1500-1822), apresentando Bárbara Heliadora, Dona Beija, Chica da Silva, Marília de Dirceu, nomes que quando passaram a “incomodar” receberam atribuições negativas, como loucas ou prostitutas, no sentido de desmerecimento.

Das classes dominantes, destacamos Ana Pimentel e Brites de Albuquerque. Ambas foram objetos de representações sociais que deram origem a uma simbologia em torno de suas figuras. A exemplo de organizações de resistência negra como levantes, rebeliões e quilombos, destacamos Aqaltune (Filha do Rei do Congo/África, avó de Zumbi), Dandara, Filipa Aranha, Tereza de Quariterê, Zeferina).

Teles (2003, p. 24-25) encerra sua lista do período Colonial lembrando Maria Ortis e a índia Clara Camarão na campanha contra os Holandeses; Maria Dias do Amaral atuou nas bandeiras; Bárbara Heliadora, poetiza; Maria Quitéria, combatente (atingiu o posto de cadete); Joana Angélica, madre.

No período Imperial (1822-1889), o Brasil deixou da condição de colônia com a vinda da família real portuguesa e teve início um período de intensa efervescência política. Tal situação foi parcialmente resolvida com a instituição do Império (1820). Em 1830, com a abdicação de D. Pedro I, o país viveu a experiência das regências. Período marcado por várias revoltas. Já na administração de D. Pedro II (1839-1889), transformações de grande porte e em todos os setores, aconteceram no Brasil. Novas revoltas ocorreram. Na política, conservadores e liberais fizeram enfrentamentos e pressionaram o Império. Como resultado houve a Proclamação da República.

Segundo Teles (2003), outros tantos nomes se destacaram no Império: Anita Garibaldi, na participação da Guerra dos Farrapos; Maria da Glória Sacramento e Rita Lobato Velho Lopes, nas lutas educacionais; Leonor Porto e Maria Amélia de Queirós, abolicionistas; Nísia Floresta Brasileira Augusta, feminista; Maria Firmina dos Reis, romancista; Narcisa Amélia, destaque na imprensa; Luísa Mahim (mãe de Luís Gama), participou da Revolta dos Malês e outras revoltas no Rio de Janeiro; Chiquinha Gonzaga, compositora e participante da política; Maria Baderna, bailarina, política e formadora de quilombos.

No período Republicano, iniciado em 1889, foi marcado, primeiramente, pelo domínio político das elites agrárias mineiras, paulistas e cariocas. A indústria deu um significativo salto. Nas áreas sociais várias revoltas marcaram todo o país. Destacamos a política do coronelismo, a guerra do Contestado, o golpe de 1930, a era Vargas, a ditadura militar e o processo de redemocratização.

Teles (2003) nos apresenta, ainda que, modestamente, mulheres que contribuíram na construção histórica do país e marcaram com muitas lutas, o fim do século XIX e o século XX. Tal período foi, sem dúvida, marcado por muitas conquistas. O esforço foi dessas mulheres que se engajaram em movimentos de afirmação de direitos e foram definindo critérios específicos que refletiram nas transformações que se descortinaram a partir do momento em que as mulheres conquistaram espaços públicos.

Neste sentido, acreditamos que os movimentos pelo acesso à educação, pelo voto, por ideais políticos, por terra, pela natureza, pelo fim da violência, pela afirmação do valor da mulher pelas letras e pelas artes, pela conquista do poder político etc., foram lutas

contempladas no processo de seleção dos nomes do período Republicano. Os quais, destacamos, a partir de Teles (2003):

Jornalistas: Ernestina Lésia (lutava pela regulamentação do trabalho feminino), Arcelina Mochel (criou o jornal Momento feminino); Carmem da Silva (escrevia na revista Claudia artigos dirigidos ao público feminino em plena ditadura).

Advogadas: Alice Tibiriça (primeira presidente da Federação das Mulheres do Brasil/defendia o petróleo brasileiro, os direitos e a proteção à infância); Lydia Monteiro da Silva (Secretária do Conselho da Ordem dos advogados/assassinada em 1980); Ieda Santos Delgado (funcionária do Departamento Nacional de Produção Mineral do RJ, presa e desaparecida política).

Professoras: Deolinda Dalho (Fundadora do Partido Republicano/em 1917 promoveu passeata, com quase 100 mulheres, pelo direito ao voto); Maria Lacerda de Moura e Bertha Lutz (fundaram no RJ a Liga para a Emancipação Internacional da Mulher/batalharam pela igualdade política e educacional das mulheres); Amélia Molina Bastos (Fundadora da Campanha da Mulher pela Democracia); Eleni Telles Pereira Guariba (diretora do Grupo de Teatro de Santo André/desaparecida política).

Artistas/escritoras: Anita Malfatti (com seus desenhos fantásticos cria um novo grafismo); Heleieth Saffioti (escreve o livro A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade/denunciou as condições femininas em 1969); Maria Moraes (em 1975, escreveu o livro Mulheres em Movimento, ano em que a ONU passa a considerar o Dia Internacional da Mulher).

Enfermeiras: Hermínia (acompanhou a Coluna Prestes).

Camponesas: Margarida Alves (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Paraíba/assassinada em 1980); Kátia Martins (Presidente da Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Assentamento 1º de Janeiro, em Castanhal, no nordeste do Pará/assassinada); Jane Júlia de Almeida (Presidente da Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Pau D'Arco, sudeste do Pará/ assassinada).

Outras: Albertina<sup>6</sup>, Tia Maria, velha Joana, Chiquinha (acompanharam a Coluna Prestes); Carlota pereira de Queirós (Lutou pela regulamentação do voto feminino em 1934); Olga Benário (membro da União Feminina que lutava contra o nazismo no Brasil; Tuta Bartof James (presidiu a Primeira Assembleia Nacional de Mulheres/defensora dos direitos e das igualdades democráticas), Angelina Gonçalves (comunista assassinada); Zélia Magalhães

---

<sup>6</sup> Na obra de Teles (2003) não foram encontrados alguns sobrenomes, bem como a profissão.

(comunista assassinada em comício contra a Lei de Segurança Nacional); Maria Angela Ribeiro (desaparecida política/morta em 1968); Alceri Maria Gomes (desaparecida política/assassinada em 1970); Marilene Vilas-Boas Pinto (desaparecida política/ferida e presa em 1971); Aurora Maria do Nascimento Furtado (representante da União Estadual dos Estudantes de São Paulo/ torturada, morreu em 1972); Lígia Maria Salgado Nobrega (estudante da pedagogia da USP, fuzilada em 1972); Soledade Barret Viedma (grávida de sete meses foi assassinada sob tortura no massacre de 1973); Carmem Jacomini (participou da Guerrilha do Vale da Ribeira/exilou-se no Chile e faleceu em 1977); Áurea Pereira Valadão (participou da Guerrilha do Araguaia em 1973/desaparecida política); Criméia Almeida (ex-guerrilheira do Araguaia/quando foi presa estava grávida de sete meses e denunciou violência sexual e outras torturas); Helenira Resende de Nazareth (Guerrilheira do Araguaia/ assassinada); Suzana Lisboa (militante da Ação Libertadora Nacional); Terezinha Zerbini (Representante do Movimento a favor da Lei da Anistia); Silvana (da Favela da Rocinha é eleita presidente da Associação de Moradores em 1977); Eva Elza Rodrigues (demitida após dar entrevista que anunciava o Primeiro Congresso da Mulher Metalúrgica em São Bernardo do Campo em 1978); Maria Elena (foi demitida após o Primeiro Congresso da Mulher Metalúrgica em São Bernardo do Campo, por ter denunciado condições de trabalho da empresa a qual trabalhava, em 1978); Isabel Conceição da Silva (presidente do Sindicato dos Químicos de São Paulo em 1991/apresentava a dificuldade de trabalhar a questão da mulher, no sindicato); Eliane de Grammont (assassinada pelo ex-marido, o cantor Lindomar Castilho); Ana Costa (Coordenadora do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher – Goiás, em 1983); Miriam Botassi (feminista/segundo ela, se ressentia da perda da capacidade das feministas de “agir como guerrilheiras, subverter, ousar”).

A invisibilidade da mulher foi algo muito bem pensado pelo machismo conservador e pelo capital. Como se pode ver, em todos os momentos da história do Brasil as mulheres tiveram participação. Essa riqueza de fontes só está sendo estudada e divulgada recentemente. Muito desse resultado se deve à conquista dos espaços públicos e de poder ocupados por mulheres, os quais permitiram suas manifestações. Lembramos do efetivo trabalho e da participação de muitos homens que, de forma companheira e com comprometimento social e político, auxiliaram nesta tarefa. Acreditamos que outros tantos nomes, no decorrer da história, ainda surgirão do esquecimento.

No sentido de colaborar no aprofundamento desses estudos, apresentamos nova lista de nomes que colaboraram na trajetória das mulheres brasileiras, especialmente, em Santa

Catarina. Tal lista exhibe importantes lideranças que se destacaram pela história política, pelas lutas sociais e na busca por uma sociedade igualitária e defensora da natureza.

As lideranças são militantes camponesas que nasceram e vivem na região oeste de Santa Catarina, responsáveis pela conquista de direitos, historicamente reivindicados, e pela elaboração de projetos políticos e sociais, reconhecidos internacionalmente. Todas integraram o MMC e deixaram legados que merecem reconhecimento.

Luci Choinachi - sindicalista, integrante do MMC/SC, primeira deputada estadual e primeira deputada federal camponesa/agricultora representando o estado de Santa Catarina, por vários mandatos, nascida em Descanso/SC;

Justina Inês Cima - coordenadora da Comissão de Mulheres da Coordenação Latino-Americana de Organização Camponesa (CLOC) da América Latina e do Caribe difundiu o trabalho do MMC em países como Bolívia, Guatemala, México, Chile, Argentina, Uruguai e Cuba, como membro da Via Campesina. Ela representou o MMC no Canadá, na Suécia e em outros países da Europa, moradora de Quilombo/SC, teve participação ativa na política municipal (vereadora) estadual (concorreu à deputada), nacional (concorreu ao senado);

Lucimar Margarete Romam - participou da Coordenação Latino-Americana de Organização Camponesa (CLOC), da marcha dos 20 anos do MST, das lutas contra os transgênicos em Brasília e a Aracruz em 2006, apresentou a história do MMC para cinco cidades da Itália, foi vereadora em São José do Cedro/SC;

Noemi Margarida Krefta - Presidente da Associação Nacional do MMC, em 2006, participou de várias mobilizações, inclusive da constituinte, que reivindicavam direitos como a documentação para as mulheres, a sindicalização, aposentadoria, fim da violência etc., concorreu à vereadora no município de Palma Sola;

Sirlei Antoninha Kroth Gaspareto – Militante Política e Social do MMC, como educadora defendeu a formação integral com direito ao acesso à educação formal das mulheres, especialmente, as agricultoras/camponesas. Com o título de doutora, mostrou aos filósofos antigos e seus seguidores machistas e preconceituosos que a mulher é capaz, sim. Da invisibilidade as camponesas constroem saberes, fazem ciência e dessa experiência está nascendo uma perspectiva epistemológica feminista camponesa popular – tese<sup>7</sup> defendida. Como política, concorreu a três mandatos ao cargo de prefeita do município de Quilombo/SC e só não se elegeu pelos mesmos motivos que encontrou nos seguidores dos filósofos, ou seja,

---

<sup>7</sup> GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth. **A Construção de saberes no Movimento de Mulheres Camponesas:** uma análise a partir do Programa de Sementes Crioulas no Oeste de Santa Catarina – Brasil. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, Santa Cruz do Sul, 2017.



machismo, preconceito, além da corrupção. Também participou da Coordenação Nacional do MMC e de tantos outros trabalhos de base;

Iraci Lopes Dalla Rosa – Educadora e defensora da Previdência Social e demais direitos, incluindo creches. Foi vereadora em Xaxim/SC e concorreu à vice-prefeita e duas vezes à prefeita;

Serenita Salvi – Conhecida em sua cidade Itá/SC pelo trabalho no Sindicato dos Trabalhadores Rurais e pelos seus chás. Concorreu à vereadora;

Márcia Elvira Grando Colussi – Sindicalista, vereadora em 1996, em Concórdia, participante de mobilizações nacionais em favor das mulheres, fundadora e coordenadora de uma Cooperativa de Crédito;

Ivete Margarida Andrioli Mendes - começou sua luta contra a construção de uma barragem em seu município, Itá/SC. Ingressou no MMC e auxiliou nos projetos do movimento. Concorreu à vereadora;

Paulina de Rezende – Sua luta começa na infância, por terra. Adentrou o MMC no período de construção da Constituição de 1988 e participou das mobilizações e dos debates acerca dos direitos. Concorreu quatro vezes à vereadora na cidade de Irani, eleita em dois mandatos coordenou os trabalhos, como Presidente da Câmara Municipal de Vereadores;

Rosani Aparecida Schiavini – sindicalista integrou o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), conquistou o título do Ensino Superior com muita luta, funcionária pública, participou do MMC na coordenação municipal e estadual, concorreu à vereadora no município de Itá;

Rosalina Nogueira da Silva – Se denomina cabocla, agricultora e remedieira. Fundadora do MMC em Chapecó/Itaberaba, em 1983. Ocupou espaços públicos e se destacou na instituição de vários conselhos municipais, lidera junto ao MMC o projeto das plantas medicinais e remédios caseiros, concorreu três vezes à vereadora e em uma delas assumiu e colocou em prática os projetos de implantação de fitoterápicos no poder público, construção de um horto de plantas medicinais agroecológicas, além de um laboratório fitoterápico, em Chapecó. Foi fundadora da Associação Pitanga Rosa que tem mais de 300 espécies de plantas medicinais catalogadas, por estudantes universitários, em seu horto, além de plantas alimentícias. A associação recebeu o prêmio - Mulheres Rurais que produzem um Brasil Sustentável. Formou-se em homeopatia popular e fitoterapia e psicanálise de plantas medicinais;

Rosmari Martinello dos Santos - Integrou o MMC na equipe de formação, participou de vários conselhos municipais e outros ligados a Igreja, concorreu à vereadora no município de Xaxim/SC;

Marilene Limberger – Em suas lutas defendeu, incansavelmente, o direito à educação formal para mulheres agricultoras/camponesas, sofredamente se graduou em Gestão Pública. Militou no MMC por mais de trinta anos. Foi candidata à vereadora por cinco vezes no município de Dionísio Cerqueira/SC. Três vezes assumindo suplência e uma vez eleita, em 2000. Também no município, foi coordenadora do Departamento de Política para as Mulheres, criando o Conselho do Direito da Mulher e Secretária da Secretaria de Assistência Social.

O que há em comum dos nomes acrescidos à lista de Teles (2003) é que essas mulheres foram militantes do MMC, na região oeste de Santa Catarina e concorreram a cargos eletivos quando já militavam. Logo, receberam formação política, também, do MMC.

Para que possamos entender como estas camponesas e outras tantas mulheres se envolveram na política partidária, recorreremos a fontes bibliográficas; estas por sua vez, revelaram como ocorreu a conquista do voto feminino e a partir daí a participação na disputa de cargos eletivos em todo o Brasil.

Para Carvalho (2012, p. 29), a independência do Brasil, em 1822, iniciou um ciclo de mudanças na legislação eleitoral. A principal particularidade política da independência brasileira foi a negociação entre a elite nacional, a Coroa Portuguesa e a Inglaterra, tendo como mediador o príncipe D. Pedro. Apesar de instituir um avanço no que se refere aos direitos políticos, a Independência, feita com a conservação da escravidão, trazia em si grandes entraves aos direitos civis.

Ao regulamentar os direitos políticos, a Constituição de 1824 definiu quem teria direito de votar e ser votado. Dentre os vários critérios estabelecidos, conforme apresentado por Carvalho (2012, p. 30 grifo nosso), destacamos: “podiam votar todos os homens de 25 anos ou mais que tivessem renda mínima de 100 mil-réis. Todos os cidadãos qualificados eram obrigados a votar. **As mulheres não votavam**, e os escravos, naturalmente, não eram considerados cidadãos”. Assim, o sufrágio não era um dever e um direito de todos. Era privilégio de determinado personagem social, que controlava a política da família.

Considerando o exposto, Cajado e Cardoso (2011, p. 03) protestam: E as mulheres? Eles mesmos esclarecem: “nessa sociedade, a posição e o papel exercido pelas mulheres também era bastante determinado pela função que deveriam desempenhar na família, ou seja, a de mãe, esposa e filha”. E, concluem: “em decorrência da definição rígida dos papéis, às mulheres não era permitido estudar, trabalhar, tampouco exercer atividades políticas, que eram de exclusiva responsabilidade dos chefes de família”.

Por que excluir metade dos indivíduos do processo eleitoral? Foi neste sentido, que nas últimas duas décadas do século XVIII, Segundo Cajado e Cardoso (2011) a Dra. Isabel de

Mattos Dellon, invocando o direito de alistamento dos bacharéis, requereu sua qualificação como eleitora na obra - O voto das Mulheres e as representações sobre o Eleitor. Os autores lembram que “nesta época surgiram jornais e publicações nas quais as mulheres reivindicavam maior participação política”.

A historiografia apresenta dois momentos, neste período em que a mulher “quase” pôde exercer o direito ao voto. De acordo com Cajado e Cardoso (2011, p. 04), o primeiro, em 1894, na cidade de Santos/SP. Diante da promulgação da Constituição Política (1894) que dirigia aos estados a incumbência de tratar da matéria, alguns parlamentares defenderam o voto feminino e propuseram emendas. Dentre as emendas estava a capacidade política aos maiores de 21 anos e às mulheres. No entanto, o deputado Eugênio Égas apresentou um projeto de resolução que revogou artigos da emenda. Um deles era o artigo 42, o qual prescrevia o voto feminino.

O segundo momento, segundo Teles (2003, p. 47) foi no Rio Grande do Norte. Com apoio de alguns políticos, inclusive, o presidente da Província Juvenal Lamartini, foi instituída lei que permitia o voto às mulheres. Em 1927 as eleitoras efetivaram seus registros eleitorais e em abril de 1928, quinze mulheres votaram. Porém, os votos foram invalidados pela Comissão de Verificação de Poderes.

De acordo com Brasil e Schumacher (2001), tais fatos foram noticiados por alguns órgãos da imprensa. Patrícia Rehder Galvão escrevia no Jornal do Brás e abordava temas femininos, como estes. Conhecida como Pagu, foi companheira de Oswaldo de Andrade e tiveram um filho. Ambos comunistas participaram das ações do PCB, e a jornalista Pagu tornou-se uma das primeiras mulheres a ser presa por motivos políticos no Brasil. Após 1940, desvinculou-se do PCB e fundou o Partido Socialista Brasileiro (PSB). Sua inquietação política traduziu-se em 1950, quando concorreu a uma vaga de deputada estadual, não se elegendo.

Segundo os mesmos autores, em 1910, foi fundado no Rio de Janeiro o Partido Republicano Feminino (PRF) por um grupo de mulheres, sendo a professora Leonilda de Figueiredo Daltro sua primeira presidente. Porém, somente em 1918 é que o Partido recebeu registro oficial. Dirigindo o PRF, buscou apoio com senadores e em 1919 foi apresentado projeto de lei em favor do sufrágio feminino. Em 1921 tal projeto passou pela primeira votação e a segunda votação dele nunca ocorreu.

Neste contexto, novos movimentos foram realizados a favor do voto feminino. Contudo, não só as mulheres participaram. Intelectuais, políticos e religiosos somaram-se às lutas e atuaram, incansavelmente, até que em 1932, através do Decreto nº 21.076, instituído

no Código Eleitoral Brasileiro, é consolidado o direito do sufrágio facultativo às mulheres e promulgado na Constituição de 1934 como dever.

Conforme Teles (2003, p. 48), a Assembleia Constituinte de 1946, não contou com a participação de nenhuma mulher. “Enquanto a Constituição de 1934, não admitia a discriminação por sexo, a de 1946 não tratou da questão”. O documento não concedeu “ao analfabeto o direito de voto, o que excluiu o direito de escolher os governantes, e, ainda, de serem eleitas mais de 10 milhões de mulheres, que eram analfabetas”. Todavia, continuaram lutando.

A participação política das mulheres não se reduziu, entretanto, à participação eleitoral, ou seja, de votar e ser votada. Ela diz respeito, sobretudo, a uma atuação política ampla, que envolveu todos os espaços sociais. Logo, incorporaram lutas como: liberdade sexual e dos costumes, inserção das mulheres nos mercados de trabalho tradicionalmente masculinos e o divórcio. Como resultado, nos anos de 1960 e 1970 foram ganhando cada vez mais expressão, a exemplo da participação de algumas dessas mulheres, como anteriormente apresentado, nos movimentos de contestação ao Regime Militar, inclusive na luta armada.

Em 1988, a Editora Vozes publicou obra que apresentava levantamento das pessoas atingidas pela repressão militar. Baseado em dados de processos movidos contra presos políticos, concluía que, de 7.367 pessoas denunciadas, 88% eram homens e 12% mulheres. Para Teles (2003, p. 55), “a maior parte dessas pessoas foi processada por participar de atividades clandestinas em organizações partidárias”.

Partindo do exposto, o governo militar tratou de cassar todos os registros de partidos políticos (AI-2 – 1965) e determinou a substituição por duas agremiações partidárias (1965-1979), institucionalizadas: Aliança Nacional Renovadora (Arena) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Simultaneamente, acelerou o desenvolvimento capitalista, multiplicando as indústrias e provocando a saída de um grande grupo de camponeses/as do campo. É nesse período que surgem fortes movimentos de resistência, a exemplo das Ligas Camponesas.

A partir de 1979, o gradativo crescimento do partido de oposição MDB fez com que o Governo Militar organizasse uma reforma partidária. O objetivo era fragmentar a oposição. Segundo Áurea Tomatis Petersen (1999 apud PEDROSO; TORRESINI, 1999, p.24), “o referido projeto foi imediatamente discutido e resultou na lei Orgânica dos Partidos (Lei 6767), aprovada em 19 de dezembro de 1979”. Com a extinção da Arena e o MBD, foi estipulado um prazo de 180 dias para a organização de novos partidos, além de outros critérios que acabaram deixando, num primeiro momento, vários partidos fora das disputas eleitorais.

Em 1985, a Emenda Constitucional nº 25, de 10 de maio, promoveu novas alterações, significativas, no sistema partidário brasileiro. Dentre as alterações, destacamos a instituição do direito ao voto aos analfabetos, a extinção da fidelidade partidária e o abrandamento das exigências para registro de partidos políticos. Para Petersen (1999 apud PEDROSO; TORRESINI, 1999, p.26, grifo nosso), a novidade é que partidos como o PCB e o PC do B poderiam se legalizar e **“todas as mulheres”** passariam a votar e concorrer a cargos eletivos.

A expressão “todas as mulheres”, não é válida. Segundo o MMC (2008), em 1986, no Encontro Nacional da Mulher na Constituinte, em Brasília, o movimento solicitava às militantes que ao retornar em seus municípios iniciassem Campanha de Documentação. Sem documentos, as mulheres, não poderia se associar e nem disputar cargos nos sindicatos, tampouco, teriam direito a aposentadoria, a créditos e a votar. Para isso, era necessário estar documentadas. A exemplo, nas eleições de 1986 nem todas as mulheres puderam votar e concorrer, especialmente, camponesas, as quais não possuíam documentos. A situação só foi regularizada na Constituição de 1988.

Em 1986, foram eleitos os deputados para o Congresso Constituinte. Dos 559 deputados federais eleitos, vinte e seis eram mulheres. No dia vinte e seis de agosto, em Brasília, aconteceu o Encontro Nacional das Mulheres pela Constituinte, promovido pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Dentre as mil e quinhentas participantes, estavam mulheres catarinenses, dentre elas, muitas camponesas da região Oeste, citadas anteriormente.

Segundo Teles (2003, p. 144), o Encontro Nacional das Mulheres pela Constituinte foi importante. “Praticamente todas as reivindicações levantadas foram apresentadas pelos constituintes, que as incorporaram no texto constitucional”. Lembra que “a única exceção diz respeito ao aborto”. A Constituição de 1988 foi um marco significativo na trajetória de direitos básicos das mulheres e no fortalecimento da democracia participativa.

Se a partir de 1980, com as fragilidades do Governo Militar, as mulheres já promoviam encontros para discutir o cotidiano vivido, depois de 1988, além de criar seus encontros, com mais frequência, passaram a realizá-los em espaços independentes. Neles, se reuniam mulheres de sindicatos urbanos e rurais, de universidades, entidades autônomas (movimentos sociais) e de órgãos governamentais.

Em 1980, em São Paulo, no Segundo Encontro da Mulher Paulista, definitivamente o movimento de mulheres se amplia. Todas as forças de esquerda participaram deste encontro. Teles (2003, p. 121) relata que “a disputa da hegemonia do movimento pelas diversas forças políticas presentes, os partidos políticos legais (PMDB e PT) e os clandestinos (PC do B, PCB e MR-8) gerou os conflitos”. E afirma que, “principalmente com esse congresso que a questão

feminina atingiu os partidos políticos”. Como reflexo do encontro, o ano de 1981 foi marcado pelo aparecimento de várias entidades feministas e de outros movimentos sociais atuantes.

Diante do exposto, os partidos de esquerda, mesmo diante de conflitos internos ou entre as siglas, na disputa de eleitores/militância, ou, na tentativa de apresentar suas ideologias sendo as melhores, foram os que mantiveram apoio aos movimentos de mulheres. Daí o interesse das mulheres em se incorporar a eles. Os partidos de direita, na condição de conservadores, não participavam das reuniões e encontros dos movimentos.

É neste contexto, somado às dificuldades vividas no campo, que em Santa Catarina, na região Oeste, a partir de 1981, grupos de mulheres camponesas apoiadas pelos sindicatos, pela Igreja Católica e por partidos políticos (com destaque ao Partido dos Trabalhadores (PT), também criado, neste momento, por incentivo dos mesmos órgãos/instituições), vão dando passos para a criação de um movimento autônomo que defendesse suas reivindicações. Segundo Daboit (1996, p. 40), em 1983, em Chapecó, no distrito de Itaberaba, o Oeste viveu uma experiência de “*estado nascente!*”. Ele explica:

Surge a necessidade de destruir e reconstruir parte do sistema social. Há uma série de modificações a serem feitas na sociedade e na vida individual das mulheres agricultoras. Há obstáculos a serem transpostos e, portanto modificação àquilo que está instituído há anos no meio rural. As carências coletivas sentidas pelas mulheres justificam a instauração de outro modo de vida, um sistema diferente de convivência e intercâmbio com o social e o político. É certamente uma experiência empolgante e entusiasmada, mas ao mesmo tempo dramática e de muitos desafios para as mulheres, pois supõe o rompimento com uma série de papéis sociais e políticos já instaurados.

Visto que até a década de 1980, o oeste catarinense, na maior parte da sua história política foi administrado por partidos de direita, as mulheres camponesas eram precariamente representadas na esfera pública, cuja liderança era exercida por homens. Logo, começaram, em grupo, a mudar essa realidade.

Dentre os principais objetivos do “*estado nascente*” do movimento, segundo Daboit (1996, p. 46) destacavam-se: “capacitar as mulheres para assumir as direções sindicais, engajamento nos partidos políticos, a luta pelo fim da discriminação da mulher, a mobilização pelos direitos da mulher, reforma agrária, entre outros”.

Ao reconhecerem a importância do “partido político como o mais legítimo porta-voz de suas aspirações na esfera de representação institucional” passaram, segundo Casagrande (1991, p. 68-69), a militar e se filiar a partidos políticos. Como o PT já tinha “estreitas relações desde o início do movimento” e a sigla crescia no Oeste, bem como, em Santa Catarina, muitas das mulheres ingressaram nele.

Em 1986, Luci Choinachi foi eleita deputada estadual pelo PT. Tornou-se a primeira mulher camponesa eleita da sigla e a primeira representante do MMC. Logo, viria a ser a primeira deputada federal do PT. Isso, por vários mandatos.

Em 1997, devido à baixa representação de mulheres nas disputas eleitorais e com intuito de se cumprir o previsto na Constituição Cidadã foi criada a *Lei nº 9.504/97*. Com relação à candidatura para cargos políticos, de acordo com o artigo 10º, parágrafo 3º, da mesma Lei, cada partido ou coligação deve preencher, nas eleições proporcionais, a cota mínima de 30% e a máxima de 70% para candidaturas de cada sexo.

Segundo informações do Senado Federal (BRASIL, 2016), as legendas poderiam preencher essas cotas ou não, mas nunca preenchiaram e sempre favoreceram os homens. Uma alteração em 2009 (lei nº 12.034/2009) garantiu que as vagas teriam que ser preenchidas. A legislação determina ainda que os partidos destinem 5% do Fundo Partidário à formação política das mulheres e 10% do tempo de propaganda para difundir a participação feminina.

Segundo estudo divulgado na publicação Estatística de Gênero: uma análise do censo demográfico 2010, lançada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), no âmbito do Sistema Nacional de Informações de Gênero - SNIG, em 2014, o Brasil ainda “fecha portas” para as mulheres, a começar pela disparidade salarial e presença em cargos de comando.

As informações a seguir, foram extraídas desta Estatística do IBGE (2010) e serão usadas como breve reflexão sobre a condição atual da mulher na política e na sociedade brasileira. Vejamos:

- Na Câmara dos Deputados, as mulheres ocupam apenas 54 (10,5%) das 513 cadeiras da casa. Na América do Sul é o último país e mundialmente ocupa a 152ª posição, entre 190 nações pesquisadas;

- No Senado, o índice de presença feminina é um pouco melhor, 16%;

- Apesar da cota de 30% das candidaturas para mulheres, a centralização das máquinas partidárias nas mãos de homens e a dificuldade no acesso a recursos financeiros para bancar as campanhas eleitorais são dois dos principais entraves para aumentar a representatividade das mulheres no Legislativo;

- As mulheres ganham em média três quartos do salário dos homens. Mesmo com escolaridade superior à deles. O rendimento médio mensal entre as mulheres é de R\$ 1.764,00, entre os homens, essa média sobe para R\$ 2.306,00;

- O índice de profissionais do sexo feminino que ocupam cargos gerenciais é de 37,8%;

- A vantagem educacional das mulheres fica evidente no nível “Superior completo”, especialmente entre as pessoas da faixa etária mais jovem de 25 a 44 anos de idade, em que o percentual de homens que completou a graduação foi de 15,6%, enquanto o de mulheres atingiu 21,5%, indicador 37,9% superior ao dos homens.

Contudo, em 2010, o cenário apresentado não impediu a eleição da primeira presidente do país, Dilma Rousseff, registrando a ampla possibilidade de realização dos indivíduos, para além das diferenças políticas, sociais e de gênero.

Concluindo, para falar de política precisamos retomar as diferentes organizações sociais e conhecer experiências que permitiram a sociedade atual chegar nesta dimensão em que se encontra. Apesar disso há muito a evoluir. Foi assim que construímos a caminhada de análise deste capítulo.

Na primeira seção, ao apresentar a organização política de Santa Catarina e seus reflexos no oeste, notamos que vestígios da política oligárquica ainda perpetuam no Estado e em vários municípios. No entanto, nas últimas décadas, muitos deles presenciaram a efetivação de políticas mais democráticas e com lenta inserção da mulher.

Na segunda seção, refletimos sobre a exclusão política e social das mulheres que, historicamente, esteve alicerçada na inferioridade social e antropológica. Para tanto, estudamos a origem do problema e constatamos que as ideias filosóficas difundidas e reafirmadas como verdadeiras, nas sociedades, durante muitos séculos, foram fundamentais para que o processo de emancipação política e social das mulheres fosse tão lento.

Na última seção, relacionado com a anterior, entendemos que a condição da mulher, no Brasil, em especial, política e social, não foge à regra universal de opressão vivida pela população feminina, ao longo dos tempos e das sociedades.

O esforço individual e coletivo de muitas brasileiras que, inconformadas com sua condição, se rebelaram contra a situação estabelecida, não pode ser esquecido. Nativas (contra a violência dos colonizadores), negras (contra a escravidão) e brancas (contra os valores patriarcais vigentes), todas lutaram por transformações, ao seu modo e nas circunstâncias possíveis, em seus períodos.

Por fim, entendemos que a história das mulheres e suas intervenções políticas para a conquista do voto e outros direitos, dependeram de muitos atores sociais, entre os quais, destacamos a participação de militantes do MMC, no oeste de Santa Catarina e reforçamos o seu papel na trajetória política e social. Logo, na construção histórica, igualitária, do Brasil.



## **CAPÍTULO 4**

### **4 MULHERES NO MMC E NA POLÍTICA PARTIDÁRIA**

O último capítulo, deste estudo, foi reservado para apresentar a pesquisa de campo, desenvolvida em dez municípios, com a participação de catorze mulheres camponesas que se envolveram com a política partidária, no período de 1983 a 2003, de forma a aproximar os horizontes teórico e empírico.

Na primeira seção explicamos a trajetória das lideranças entrevistadas desde a primeira mobilização a fim de criar movimento próprio até a opção pelo viés partidário. Para isso, avaliamos a construção da identidade, a atuação no MMC, o incentivo, a participação e a aprendizagem de cada uma delas. O objetivo foi de mostrar a importância das mulheres se tornarem visíveis nos espaços públicos tão pouco ocupados por elas.

Na segunda seção, mostraremos como o discurso e a prática das entrevistadas foi importante para que ocorresse maturidade política. A narrativa inicia a partir das iniciativas individuais e isoladas e segue mostrando como se construiu consciência coletiva e de classe. A análise é acompanhada de uma mostra dos discursos sustentados para firmar a prática das depoentes. Os discursos também são usados para revelar ações desenvolvidas junto ao MMC e no partido de atuação.

Na última seção, apresentamos como ocorreu o envolvimento das lideranças do MMC entrevistadas com a política partidária e como avaliaram as experiências e os resultados alcançados. Na análise, consideramos a formação política, o conceito de política, a participação política individual e os reflexos para a coletividade, os cargos disputados e os partidos pelo qual concorreram, o cenário econômico e político do momento em que concorreram, as decepções, as oportunidades e escolhas para avançar e como essas lideranças do MMC construíram o princípio do empoderamento.

#### **4.1 A CONFORMAÇÃO DE UM DISCURSO**

A pesquisa a campo trouxe elementos importantes e que serão analisados nesta seção. Tais elementos foram essenciais na compreensão da trajetória política das lideranças entrevistadas, pois, permitiram que compreendêssemos a participação ativa destas mulheres, desde a primeira mobilização (a fim de criar movimento próprio) até a opção pelo viés

partidário. A partir dos depoimentos, observamos que essa trajetória foi construída por etapas, dentre elas, destacamos, nesta primeira seção, a construção da identidade.

Construção da identidade: Vimos no decorrer de nossa fundamentação teórica que cada povo tem uma cultura própria; cada sociedade elabora sua própria cultura e recebe a influência de outras. Desta forma, desde que nasce o ser humano é influenciado pelo meio social em que vive. Assim, os conceitos de homem e de mulher também são construções históricas. E, é no fazer cultural e histórico complexo que os significados de gênero e dos processos de identificação e participação se desenvolvem. Segundo Fávero (1983, p. 16, grifo nosso) cultura é:

o processo histórico (e, portanto de maneira dialética) pelo qual o homem/**mulher**, em relação ativa (conhecimento e ação) com o mundo e com os outros homens/**mulheres**, transforma a natureza e se transforma a si mesmo construindo um mundo qualitativamente vivo de significações, valores e obras humanas e realizando-se como homem/**mulher** neste mundo humano. (FÁVERO 1983, p. 16) (grifo nosso).

Diante das mudanças políticas, sociais e culturais que aconteceram nestas últimas décadas, as mulheres adentraram nos espaços públicos. Ainda assim, não conseguiram alterar, significativamente, os conceitos - identidade e participação feminina - construídos ao longo da história da humanidade.

De acordo com o relato das entrevistadas, quando questionadas sobre quem eram, no breve resumo de suas identidades, foi possível observar, de forma generalizada, que as depoentes faziam questão de reforçar que eram resultado de um tempo difícil, de parte da vida marcada pelo trabalho (ainda infantil), da miséria, das dificuldades, do mando autoritário e que lentamente foram superando esse passado, por um presente de mais oportunidades e participação. Referenciaram o MMC como responsável pelas mudanças ocorridas, bem como, pela nova percepção de vida e de sociedade que construíram. Entenderam que a participação política partidária foi e é importante.

Para que o exposto fosse materializado, exibimos breve apresentação das depoentes, para que no decorrer do trabalho possamos identificá-las, a partir de como elas próprias se reconhecem e pela sua participação no MMC.

A resumida apresentação, retirada do conteúdo de cada entrevista, tem a intenção de despertar as histórias de vida, de luta e solidarizar-se com essas mulheres que desafiaram os poderes politicamente organizados e assumiram as duras consequências que esta atitude acarretou, cada qual, na sua época.

Para além, o intuito é deixar o registro identitário e de participação das depoentes, para que outras pesquisas possam ser realizadas e assim, contribuir efetivamente na recuperação da identidade feminina, em especial, da mulher camponesa.

#### Entrevistada 01 - Luci Teresinha Choinachi

*“Nasci em Descanso, no dia 17 de março de 1954, na Linha Famoso. Tenho o segundo grau incompleto, mas depois eu fiz minhas formações políticas. Casei com dezessete anos, meus pais eram agricultores, tive filhos com vinte anos. Tenho quatro filhos e tão se virando na vida. [...] fui ministra de culto, participava das Comunidades Eclesiais de Base, reunia minha família pra discutir. [...] Na década de 80 os agricultores estavam tão sem direitos, que eu lembro que trabalhava na roça, deu uma chuvarada, quarenta dias, a gente perdeu tudo, não tinha o que comer, não tinha financiamento, não tinha seguro, não tinha uma garantia. [...] a gente sentia a necessidade de mudar. [...] Em 1982 eu me filiei no PT, em 85, já era pra ser candidata à vice-prefeita da minha cidade. Fui duas vezes presidente do PT Estadual [...] Fui eleita deputada estadual em 1986, deputada federal em 1991, em 1998, em 2003 e em 2010. Nas eleições de 2014, não me elegi. Fiquei suplente. Eu comecei no Movimento em 1985 para buscar um pouco mais de informações e abri minha cabeça. Têm dias que eu fico pensando, quem sou eu. Parece que vivi três vidas. Tô entrando na quarta já. [risos] Antes de entrar na política (onde eu fiz um corte radical, dia e noite na estrada, dia e noite trabalhando) e, agora voltar pra produzir alimentos, viver outra vida de novo. Vivi três momentos tão distintos que tem horas que me pergunto, em que vida que eu tô?”.[mais risos].*

#### Entrevista 02 - Justina Inês Cima

*“Nasci no Rio Grande do Sul, num pequeno município chamado Aratiba, na comunidade de Barra do Azul. Sou filha de pequenos agricultores. Tive uma infância muito sofrida, muito dura, com muita miséria, pouca alimentação, pouca roupa, quase sem calçado. De muita pobreza. [...] Fui sempre muito rebelde, ansiosa e completei, naquele período, o quinto ano forte, fazia o quinto ano e repetia um pouco mais reforçado, isso com onze anos, aí meu sonho era continuar os estudos. [...], Aos 14 anos já era secretária dos Clubes 4S, ao mesmo tempo em que eu frequentava a Pastoral da Juventude. [...] Casei jovem, com 20 anos. Aí foi um corte na minha vida porque nós saímos do RS e viemos morar em Formosa do Sul, que pertencia ao município de Quilombo. Aos 11 meses de casada eu tive o primeiro filho e quando meu filho tinha 20 meses eu tive a minha filha. [...] Desde 83, quando o Movimento surge, eu, além de participar da igreja e tudo mais, eu começo imediatamente a participar do debate em nível local sobre a questão das mulheres. [...] Só aos meus 55 anos, quando eu consigo direito a aposentadoria, é que então eu vou fazer o provão, consigo o diploma do ensino fundamental, aí vou para o CEJA fazer o ensino médio [...], fiz o ENEM, passo, me coloquei bem na pontuação e aí eu me inscrevi numa bolsa de estudos do PROUNI, consegui a bolsa de estudos e comecei pedagogia. E tive minha festa de formatura aos 60 anos. Hoje estou fazendo especialização em Filosofia. [...] Pelo PT, fui candidata a vereadora em 1987 e me elegi. Em 1994 fui candidata a deputada Estadual. Em 2002 concorri a primeira suplente do senador Milton Mendes e em 2004 concorri, novamente, à vereadora”.*

#### Entrevista 03 - Rosalina Nogueira Da Silva

*“Nascida aqui mesmo, no Faxinal do Rosa, Chapecó, sou uma mulher agricultora, uma cabocla. Eu trouxe muito de herança dessa geração cabocla, muita aprendizagem. [...] Eu só*

*estudei até a 4ª série, aqui na comunidade, na escola. Mais tarde é que eu consegui ir pra sala de aula de novo. Meu companheiro veio morar junto de nós porque eu não podia deixar meus pais sozinhos, eram de idade. [...] Tive três filhos. [...] Eu entrei no começo e até hoje eu sou do Movimento. Hoje eu tenho outra função, que estudei mais e me aperfeiçoei que é na questão das plantas medicinais, hoje sou uma fitoterápica, homeopata, trabalho nessa linha, assessoro cursos, universidades que pedem, na semana passada estava na jornada catarinense das plantas medicinais. [...] No começo, aqui, a gente fazia um grupinho, tinha umas cinco, seis pessoas, que começaram a criar esse partido, ajudar. Fizemos até uma rocinha, uma produção pra poder manter e ajudar o PT. Fui candidata em 96, fiquei suplente, em 2000 aí fiquei suplente e assumi, em 2004 diminuiu o número de vereadores na câmara, eu dobrei a quantia de votos, mas não elegi. Essa questão de assumir na Câmara foi muito importante porque a gente levou as nossas propostas, da luta das camponesas. [...] Pra mim a gente tem que ser uma defensora, uma lutadora. Tem que ter posição. Seja onde você estiver, tem que ter posição. A minha política mostrou a minha firmeza. Que tanto faz eu estar aqui como agricultora ou como estar lá como vereadora. Eu tenho firmeza e certeza do que eu quero, essa posição que agente tem”.*

#### Entrevista 04 - Lucimar Margarete Roman

*“Nasci no interior de São José do Cedro, Linha São João, estudei numa escolinha que só tinha até a 4ª série. [...] Depois de casada eu fiz o 1º e o 2º grau. [...] Fiquei na comunidade, fui 16 anos catequista e 5 anos ministra da eucaristia. De manhã fazia os serviços em casa e a tarde ia pra roça, como todo mundo. [...] Casei com 19 anos e depois separei. Aos 21 anos tive meu primeiro filho, depois tive mais dois filhos. Meu marido começou a beber, desde que as crianças eram pequenas, sempre foi alcoólatra. [...] O sustento vinha da agricultura. Era assim, você acordava cedo, tirava leite, levava os filhos pra roça, trabalhava até as 11 horas, voltava, fazia o almoço, na hora do meio dia lavava roupa, limpava a casa, ia pra roça de novo. Eu lembro muito bem que dias de chuva, finais de semana, enquanto ele ficava no bar bebendo, eu, arrumando roupa, ajeitando as coisas, trabalhando na lavoura para sustentar os filhos. [...] A gente via que tinha muita coisa errada no meu município. A gente deu terra para produzir, plantar milho, pra criar fundos pro PT. Eu nem era filiada ainda. Me filiei só em 2003. Em 2012 concorri a vereadora. Eu fui suplente e assumi. Foi um acordo de coligação. Antes do MMC a gente via a política como algo longe, afastado, você não se via na política. Hoje, com o trabalho no MMC, com a formação, a gente vê que a política está em tudo, desde plantar uma batata, de ir na igreja, o que se fizer, tudo tem uma ligação com a política. A política, no geral, move tudo, né?”.*

#### Entrevista 05 - Noemi Margarida Krefta

*“Sou natural de São José do Cedro, atualmente resido em Palma Sola, na comunidade de Linha Barra Grande. Antes de entrar no movimento a minha vida era uma vida simples de mulher da roça. Levantar muito cedo, fazer café, ir para a roça e voltar próximo do meio-dia, cuidar dos animais, era a rotina, né. Eu participava do grupo de Jovens e também fui catequista. [...] Casei, logo tive dois filhos, um bem próximo do outro. [...] Fui escolhida para representar as mulheres na diretoria do sindicato e, a partir disso, foi que a mulher do presidente do sindicato, na época, veio me fazer o convite para estar participando das atividades do Movimento. Na época estava começando lá no município. [...] Dentro do movimento eu já assumi várias funções. Já assumi a tarefa de ser presidente da Associação Nacional e inclusive, por estar em 2006 exercendo uma função na instância jurídica, ainda hoje, a gente tá com processo da Aracruz. Voltei a estudar e estou no 3º ano de Ciências*

*Contábeis, via ENEM. [...]. Eu me filiei no PT, e aí a gente seguiu. Em 1996 fui convidada para ser candidata à vereadora. [...] Não vou ser candidata pra preencher vaga, eu quero ter meu espaço e meu direito de fazer a campanha, de colocar as propostas, um pouco nesse sentido. Acredito que gente teve esse olhar e essa capacidade porque a gente tava no movimento e entendia essa questão da participação política da mulher nos espaços de decisão também”.*

#### Entrevista 06 - Ivete Margarida Andrioli Mendes

*“Última filha de 11 irmãos. Meu pai veio do RS, bem jovem, com sua família. Minha mãe nasceu aqui no Itá. A minha comunidade é a Linha Fátima. Em função da barragem ela ficou prejudicada. A maioria das famílias foram embora. [...] Primeiro a gente tinha pouca terra e meu pai lutou muito pra gente conseguir mais terra. Nós era uma família grande e precisava de espaço para todos poder trabalhar. [...] Desde os meus 15 anos eu comecei a participar dos grupos de jovens. Fiz bastante formação com a Pastoral da Juventude, que na época, tinha muitos programas de formação. [...] Ainda quando eu era Jovem eu entrei no Movimento das Mulheres Camponesas. Talvez no início de 88, foi bem no forte da Constituinte. Se tava recolhendo as assinaturas dos abaixo-assinado pra questão da previdência. Meu pai sempre incentivou muito a minha participação nos movimentos, ele sempre participou dos sindicatos, das lutas, manifestações dos anos 80. [...] Na comunidade só tinha até a 4ª série. Eu só voltei a estudar quando eu estava casada e daí terminei o 2º grau. Casei com 27 anos. [...] Em 2000, fui convidada para ser candidata a vereadora e isso me proporcionou a oportunidade de visitar todas as famílias da comunidade, do município. Casa por casa a gente visitou. Em 2016 eu fui candidata novamente. Também não me elegi, mas sou segunda suplente. Como estava junto na Coligação que ganhou fui Secretária da Assistência Social por um período”.*

#### Entrevista 07 - Márcia Elvira Grandó Colussi

*“Nasci em uma comunidade chamada Primeiro de Setembro, 18 Km de distância da cidade de Concórdia e me envolvi bem cedo nas questões da comunidade. Eu sou a segunda filha de uma família de 7 filhos. A gente começou a despertar interesse e sempre participou de todos os movimentos, de todas as lutas, da juventude, das mulheres. Meu pai sempre foi muito apegado às questões sociais, sindicatos, movimentos e envolveu a gente na história da luta bem cedo. Mais tarde, eu casei com Antonio Colussi. O Antonio fazia parte do Sindicato; e eu também fazia parte da diretoria do sindicato foi quando eu atuei mais forte no Movimento das Mulheres Agricultoras, na época. No ano de 1988 em diante.[...] Eu fazia parte da direção da pastoral da juventude e lá que se começou a discutir e se formou o PT. Aí, em 1996, precisava, eu fui candidata, morava já em Linha Vitória, como demandava mulheres e eu era da construção do Partido, aí, me convidaram e eu me candidatei a vereadora. Tinha a Vitória, minha filha, com um ano e meio, eu candidata, já tinha registrado, tive que desmamar e deixar com a minha mãe, pra depois começar a fazer campanha. Quando foram abertas as urnas eu fiquei a primeira suplente do PT e a segunda na coligação.[...] Nessa época eu engravidei do João Antonio, meu segundo filho.[...] Eu me lembro que o João tinha cinco meses de idade quando assumi, então não é fácil para uma mãe. Os homens, eles se concentram no que estão fazendo na Câmara, e não tem nada que impede eles. A mulher, é difícil se concentrar e escutar o teu filho, que mamava no peito, chorando nos corredores. Ser vereadora, uma mulher agricultora, que não tinha muito estudo, junto de muitos na época homens políticos, que se achavam experientes na política não foi fácil. Acho que os movimentos me deram força pra tudo. Hoje eu sou bem mais humana. Hoje tu consegue ver*

*nas companheiras uma mulher que sofre, que passa por todas essas dificuldades que eu passei. Quando tu vê uma mulher se destacando tu sabe o processo que ela precisou para chegar lá. Meu compreender da vida veio disso.*

#### Entrevista 08 - Paulina de Rezende

*Eu vim do Rio Grande, Erval Grande, com oito meses, e fui registrada em Vargeão, na comunidade de Barra Grande. De Vargeão, viemos morar aqui em Irani, em Serro Agudo. Foi aqui que começou a minha trajetória social. Em 1986, eu fui convidada pela extensionista da ACARESC (Epagri) pra participar do encontro nacional da Mulher Rural, em Brasília. Aí, voltando, eu tive que mexer com umas estruturas em nível de município, né, porque o primeiro passo, a mulher tinha que fazer a documentação. Muitas agricultoras não tinham nem a Identidade, CPF, nada. Eu comecei a fazer as reuniões nas comunidades. Eu ia a cavalo e o município é grande.[...] Um dia veio o pessoal do Movimento dos Sem Terra, fazer uma reunião no município. Naquela época tinha que ser tudo muito escondido, essas coisas, mas, eu dei um jeito, e, meio escondida eu fui nessa reunião. Alguém viu. Me denunciaram pro judiciário que eu tava organizando um grupo de Sem-Terra e que eu ia invadir a fazenda do Zanella, no trevão.[...] Eu devo tudo ao MMC. Eu me realizei porque eu sempre gostei de estar presente nas coisas e o movimento foi uma porta que se abriu. [...] Depois disso, formamos o partido. Eu ajudei a fundar o partido no município, o PT. Sempre envolvida. Lá pelos anos de 96, não lembro bem, que daí eu me candidatei. Em 2004 eu me candidatei e fui eleita com uma grande votação. Fui presidente da Câmara, né, e, continuei. Em 2008 eu retirei minha candidatura, eu precisei cuidar da minha mãezinha. Em 2012 eu concorri e ganhei. Neste mandato eu fiz vários projetos sobre as plantas medicinais porque eu me dediquei, eu sou muito apaixonada pelas plantas medicinais. Também, iniciamos um horto no bairro Santo Marcon. Nesta última eleição, em 2016, a qual eu não me elegi, eles queriam que eu entrasse porque precisa de mulheres, só pra entrar e não pra ganhar. Meu Deus! Foi terrível. [...] Eu só tenho o segundo grau. Quando eu fiz o primeiro grau eu já tinha os três filhos, vinha lá do interior. Foi muito sofrido. [...] Fiquei um bom tempo parada para depois fazer o segundo grau. [...] Até hoje eu não concordo e não aceito esse capitalismo selvagem porque a gente sofreu muito no passado, meus pais eram pessoas simples, humildes, sem terra. A gente era arrendatário. [...] Casei e tive meus três meninos. No início, meu ex-marido me dava todo o apoio, mas depois não foi mais companheiro. Eu tenho 60 anos. Sou do 57. [...] Política pra mim é tudo. Tudo depende da política. É a coisa mais necessária que existe, mas é difícil de você permanecer nela.*

#### Entrevista 09 - Rosani Aparecida Schiavini

*Nascei no interior de Concórdia. Eu tinha cinco anos quando a gente se mudou pra cá, em Itá. Tudo foi uma luta, uma conquista. Como minha família era numerosa, eu fui a última de dezesseis filhos, minha mãe passou doze anos grávida, querida. [...] Tentando fazer uma espécie de igualdade na família, ninguém teve a oportunidade de estudar. Até os vinte e um anos o que eu estudei foi até a 4ª série. Depois de casada alguns anos, eu fui fazer o CEJA em Concórdia, aí consegui fazer até a 8ª série, depois eu fiz o segundo grau, também dessa forma, em Concórdia [...]. Mais tarde eu fiz Serviço Social. Conclui em 2009. [...] Daí eu comecei a participar dos cultos da igreja católica, criamos o Grupo de Jovens na comunidade e comecei a me envolver com as Pastorais. [...] Com 16 anos, a gente ouviu falar dos primeiros rumores da construção da barragem em Itá. Então aquilo era meio assustador, a gente não sabia direito o que ia ser. Também nos organizamos por ali, hoje é o MAB, antes era o CRAB – Comissão Regional dos Atingidos por Barragem. [...]; As mulheres começaram*

*a perceber que tinham que se organizar também. Daí a gente começou. Participei um pouco, desse início, aqui em Itá, logo me casei, fui morar em Ipumirim. [...] Já casada, tinha meus dois filhos pequenos, foi quando começaram a organizar o grupo de mulheres na comunidade. Um tempo depois a gente foi criando a coordenação municipal em Ipumirim e começamos a participar da regional, os encontros eram em Concórdia. [...] Então, o início foi nesse sentido, de ela perceber que era mulher, que tinha que ser valorizada, que tinha que conquistar seus direitos, que ninguém ia fazer a luta por ela, se não ela mesma, né. [...] A independência das mulheres também se dá por ali, conquistando em casa, a família. Muitas vezes essas situações não foram possíveis, a história revela isso, que infelizmente em muitas situações acabam em separações, desistindo do movimento ou então conquistando. [...] Quando eu fui morar em Ipumirim, me admirei muito quando meu vizinho, em época de eleições, disse: - Meus dois votos lá em casa vai pra fulano de tal. Fiquei pensando, como meus dois votos? [...] Eu vim pro Itá e continuei participando da política no partido em que eu já era filiada. O PT. Eu não fui candidata lá, mas, enquanto militante eu tinha um papel importante. Ia a muitas reuniões, fazia formação e conseguia passar aquilo que a gente achava importante, quando eu vim pra cá continuei participando. [...] Logo em seguida teve eleição, me convidaram para ser candidata. Foi em 2012. No Itá, eu não tinha esse trabalho de base, de militância e não consegui me eleger, né. Eu sempre digo que foi uma lição muito grande. Que de todas as aulas, essa foi a melhor. A de fazer política: de ir de casa em casa; de pedir voto; de ver o que as famílias querem e precisam; de perceber o que elas entendem por política. Teve o fator de cotas. Infelizmente foi dessa forma, mas, ajudou a entender muitas coisas. Hoje, quando as pessoas cobram do Governo Federal, cobram do Estado, cobram um monte de coisas e falam que é corrupto e tal, poucas pessoas entendem que essa corrupção nasce onde você está. Que é aqui, do nosso lado, que fortalece lá. [...] Política é uma crença de vida. É algo que você acredita e se você acredita, vai fazer sua parte, se não, é um pensamento morto que não tem sentido.*

#### Entrevista 10 - Serenita Salvi

*Eu nasci em Encantado, Rio Grande do Sul. Quando a minha mãe tinha eu pra dar à luz, estava de quatro meses, meu pai abandonou a família, saiu a cavalo e não voltou mais, por causa das dívidas. Minha mãe me entregou pros meus avôs porque ia trabalhar de doméstica e tinha mais quatro filhos antes que eu. Meu avô e minha avó vieram de mudança pra Santa Catarina e me trouxeram. Ela prometeu que vinha me buscar, ela nunca veio mais. Teve uma vida muito difícil, recolheu os outros filhos quando conseguiu um lugarzinho pra morar e foi assim. [...] Fui na aula só três anos e pronto, não fui mais estudar. Minha mãe disse que quando minha tia, que me cuidava, casava, era pra me dar eu pra ela. Quando ela casou, fui morar com ela, eu tinha doze anos. Voltamos de lá, morar na comunidade de Uvá, ali, encontrei meu namorado e casei com 19 anos. A vida de casada não foi muito fácil. A gente foi trabalhando, sofrendo. Começou vir os filhos. Tenho sete filhos. [...] Depois logo comecei no Movimento. Foi quando nós lutemos pela aposentadoria das mulheres. Ninguém tinha bloco de notas, tudo no nome do marido. A mulher era de casa, do lar, só. [...], Eu adorava tudo que passava lá. As palestras pra gente aprender as coisas. Aprendi muito. Aprendi viver. Teve uma contribuição enorme o Movimento, se não fosse o Movimento, acho que, já tinha morrido. Eu não me transformava em quem eu me tornei, ia ficar sempre aquela burrinha, escondida. O Movimento me deixou esperta. [...] O sindicato aqui, ajudou muito. Depois, também passei a ser do sindicato, secretária, vice e essas coisas. Trabalhei muitos anos no sindicato. [...] O partido tinha que colocar uma candidata para ser vereadora, daí me envolveram. Eu achei, meu Deus, com essa multidão de mulheres que eu faço sempre reuniões, vou me eleger! [...]. Eu acho que não me elegi, porque todo mundo, nas*

*comunidades mais pobres, pediam coisas. Eu dizia, desculpa, mas o meu interesse é trabalhar bem depois. Fui candidata em 1992. Não fui e não iria mais. Me decepcionei muito.*

#### Entrevista 11 - Rosmari Martinello dos Santos

*Nasci em Marema e vivi lá até os vinte e dois anos, me mudando para Xaxim. Já faz vinte anos que moro no atual município. Tinha uma vida simples, muito sofrimento pelas condições, trabalhava na roça e em casa. Tenho o Ensino Fundamental. Atuo nas pastorais sociais, sou militante do Partido dos Trabalhadores, e faço parte da coordenação das zeladoras das capelinhas na paróquia de Xaxim, estou como suplente no Conselho de Saúde e titular no Conselho da Mulher e Escola Bíblica (CEBI). [...] No Movimento aprendi e estou apreendendo muito, como a organização, transparência, disciplina. Não só acredito, confirmo: o Movimento mudou muito a vida das mulheres, na independência financeira e psicológica, libertação contra o machismo e o patriarcado, das mulheres serem protagonista da sua própria história, na produção de alimentos e sementes com o cuidado do planeta, até nas pequenas decisões do seu dia a dia.[...] Eu sempre tive uma força interior de mudanças, sonho com um mundo em que as pessoas possam, pelo menos, ter o mínimo, necessário, o básico pra sobreviver, isso me impulsiona para a luta e o Movimento vem de encontro com o que acredito, me direciona, ensina, me ajuda a entender a luta.[...] No partido, foi o projeto que me cativou. Concorri para vereadora, em dois mil e quinze, não me elegi. Foi desafiador, muitas vezes pensei em desistir, aquilo pesava, mas a vontade de fazer a diferença e mudanças nos motivava a prosseguir com o projeto. [...] A briga é e continua sendo grande pelo espaço, a gente nota que até podemos opinar, mas se nós não defendemos a ideia veemente, ela é descartada. Com tudo isso, estamos evoluindo.*

#### Entrevista 12 - Iraci Lopes Dalla Rosa

*Nasci em Caxambu do Sul, Morei em Xaxim e Chapecó. Atualmente resido em Xaxim. Sou filha de camponesa [...]. Na minha infância já morava na cidade. Eu era professora de escola pública estadual, fui diretora, administradora escolar e professora de ensino superior na Fundeste – Unochapécó. [...] As portas de entrada da minha militância foram: a) A Igreja libertadora, guiada na nossa região pelo bispo Dom José Gomes, na época; b) O Cebi – com a leitura popular da bíblia comprometida com a vida e as transformações sociais; c) O Partido dos Trabalhadores, como uma ferramenta de organização e de tomada do poder, visando a construção de um projeto popular, que atendesse às necessidades dos trabalhadores, garantindo condições dignas de vida: trabalho, habitação, saúde, alimentação, segurança, etc... Como professora, participei na coordenação do SINTE no município. [...] No Movimento as reuniões nos grupos de base eram feitas com metodologia popular participativa, valorizando as contribuições de todas. Eu, pessoalmente, sempre digo que muito aprendi com a organização das mulheres camponesas, pois elas traziam em si um conhecimento que eu não tinha: Cuidar da terra, semear a vida, produzir alimentos e lutar com ousadia pelos direitos que lhes estavam sendo negados. Aprendi muito também com o jeito popular de trabalhar a formação, unindo a teoria e a prática.[...] Fui uma das fundadoras do Partido dos Trabalhadores – PT em Xaxim –SC, milito neste partido desde 1986. Já concorri a vice-prefeita, em 1988; vereadora em 1996; prefeita em 2000 e em 2024. Fui eleita vereadora no mandato de 1997 a 2000. Como a única vereadora mulher e de esquerda, num espaço historicamente dominado pelos homens, os conflitos foram grandes. [...] Poder, como vereadora, representar as mulheres, contribuir com projetos e apoio em suas reivindicações e estar presente nos eventos e mobilizações, contribuindo na defesa de suas propostas, foi algo muito importante. [...] Os movimentos são formados por cidadãos e cidadãs. Todo o cidadão e cidadã deveria ser político.*



### Entrevista 13 - Marilene Limberger

*Eu nasci em Sede Unida, no Município de São José do Cedro, quando tinha cinco anos, nossa família se mudou para Dionísio Cerqueira, na comunidade de São Pedro Tobias. Casei com dezenove anos e fui morar na comunidade de Linha Maria Preta. Atualmente, moro na comunidade de Sede Pequeri. Tive três filhos. Tenho ensino superior. Eu tinha a 4ª série e depois de casada fiz o Ensino Fundamental, fui estimulada no Movimento a fazer o Ensino Médio e depois consegui fazer o Ensino Superior, acabei há poucos dias. Estou formada em Gestão Pública e quero fazer Pós e Mestrado. [...] Milito no Movimento de Mulheres Camponesas há mais de trinta anos. Fui incentivada pelo bispo Dom José Gomes. Iniciei na Pastoral da Juventude, ministra da Eucaristia na comunidade e depois assumi funções no MMC. Para participar dos movimentos sociais a gente precisa ter ousadia, defender os princípios, ter muita ética, humildade e conhecer para fazer a defesa e ir para a luta. Fui candidata a vereadora pelo Partido dos Trabalhadores por cinco vezes. Duas vezes me elegendo como primeira suplente e uma vez eleita, que foi em 2000. O partido esteve à frente do governo por dezesseis anos, no município, e tive a oportunidade de coordenar o Departamento de Política para as Mulheres, constituímos o Conselho do Direito da Mulher e um espaço para as mulheres onde a gente fez muita formação via institucional. Também fui Secretária da Secretaria de Assistência Social. Sempre digo que isso foi fruto da luta, da organização das mulheres, mas especialmente, eu acredito e tenho convicção, foi o MMC que deu essa oportunidade. Pra mim e pra muitas mulheres do município e da região.*

### Entrevista 14 - Sirlei Antoninha Krot Gaspareto

*Nasci em Sobradinho (RS). Vivi a infância e parte da juventude em Crissiumal (RS). Morei em Santa Maria (RS), Itajaí (SC), Curitiba (PR), Quilombo (SC) e atualmente em Chapecó (SC). Atuo no Movimento há 32 anos. A experiência de luta camponesa baseada na agroecologia defendida pelo MMC, concebe o campo, a agricultura como modo de vida. Nesse sentido, as mulheres em 35 anos de existência enquanto Movimento, constroem uma perspectiva feminista camponesa popular. Isso é uma grande mudança que segue em construção! Tese defendida no meu Doutorado. [...] No MMC aprendemos organizar, acompanhar, fazer, comandar o 'trabalho de base'. Por isso uma militante é benquista. Tem consciência do seu protagonismo e sabe que sua tarefa é despertar e potencializar o protagonismo de outras mulheres. Uma das grandes ações educativas da 'militante' é seu exemplo. [...] As reuniões, os cursos, os Congressos, eventos, seminários fazem parte dos processos e percursos formativos. Mas a formação é muito mais que isso, é o processo geral e específico que vai possibilitando a descoberta – o tirar o véu da alienação, o despertar para uma consciência maior. [...] Lutamos por uma sociedade baseada em novas relações sociais entre os seres humanos e deles com a natureza. [...] Se tomarmos um conceito mais geral podemos dizer que Política é toda manifestação, atos, atitudes, atividades desempenhadas pelo cidadão/cidadã quando exerce seus direitos em assuntos públicos através da sua opinião e também através do seu voto. Mas temos que considerar que vai muito além dos processos eleitorais e, nem mesmo se limita à política partidária. [...] O conceito é muito amplo. Contempla a arte de governar, mas vai além dela. [...] É obvio que uma mulher trabalhadora, consciente, jamais assumirá uma posição de direita, em defesa dos empresários, capitalistas. Sempre tomará posição crítica como mulher e como trabalhadora. [...] A minha participação partidária, foi um processo interessante de envolvimento no projeto do PT de Quilombo, município que teve uma experiência de luta política, articulada entre os diferentes, agentes populares, representados pelo trabalho da igreja, pastorais, dos movimentos populares, sindicais, lideranças de base constituindo um grande mutirão das entidades. E foi a partir desse coletivo maior que fui indicada para assumir a candidatura*

*com objetivo de fazer naquele município uma experiência administrativa a partir do povo, com o povo, a serviço da vida. [...] Fui presidente do Partido. Candidata à Prefeita em 1996, em 2000 e em 2004. [...] Não ganhamos as eleições, mas comprovamos a corrupção eleitoral através de provas concretas. [...] Vivenciamos uma verdadeira luta democrática, propondo outras formas de fazer a gestão administrativa. Foi um grande aprendizado. Além disso, uma experiência de enfrentamentos contra o patriarcado e contra a lógica perversa do capital.*

O Movimento de Mulheres Camponesas completa 35 anos em 2018. Quando surgiu, em 1983, mulheres trabalhadoras do campo iniciaram a própria organização em defesa da libertação da mulher, do direito a sindicalização e a documentação pessoal, dos direitos previdenciários como o salário maternidade, a aposentadoria e também pela participação política. Os depoimentos apresentados a seguir confirmam esta constatação:

*“Foram muitas as reivindicações ao longo dos anos: o direito a sindicalização; à aposentadoria integral; a documentação com reconhecimento da profissão de agricultora; a participação política e a igualdade com os homens. Lutaram e conquistaram direitos reivindicados: documentação pessoal e profissional; reconhecimento da condição de seguradas especiais; implementação da previdência pública Universal e Solidária. Além da garantia do acesso aos benefícios: auxílio acidente de trabalho; aposentadoria aos 55 anos para as mulheres e 60 para os homens; auxílio doença; aposentadoria por invalidez; auxílio reclusão e pensão por morte; salário maternidade; direito a titulação da terra em nome da mulher”.*

*“O MMC surge em 83 questionando a estrutura patriarcal e machista, a discriminação das mulheres, o não direito de sindicalizar, o não direito de fazer parte da diretoria do sindicato, viveu-se na sombra do homem, do marido, do filho mais velho. [...] Desde seu início, sempre teve muita postura de fazer o debate de gênero, classe e de categoria de trabalhador e trabalhadora rural. Então assim, o Movimento teve um período que trabalhou muito a sindicalização, a documentação, teve a grande luta pela seguridade social, falo seguridade social, desde 88, na participação construção da Constituição, nas propostas para os rurais. [...] Depois, a luta que teve no sentido de construir o SUS, saúde pública, a questão da Previdência Pública Universal e Solidária, a questão de seguradas/segurados especiais. [...] Junto a isso, uma grande campanha de documentação por esse país a fora, porque as mulheres, a grande maioria, não tinha documento e era dificultado o acesso a esses direitos. [...] Ao mesmo tempo, se inicia um debate, lá em 1995, sobre essa questão da regulamentação da agricultura familiar. Teve uma tentativa grande de articulação do movimento sindical com os movimentos populares do campo para que se pudesse avançar na questão do crédito, leis para a agricultura familiar. [...] O MMC se destaca porque começa a discutir muito cedo, é um dos primeiros a debater e começar a discutir o projeto de agricultura que nós queremos. Nós tratávamos como ‘o projeto de vida e de morte’, era bem radical”.*

Na fundamentação teórica, vimos que os movimentos sociais são as expressões da organização da sociedade civil. Agem de forma coletiva como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. Ao realizar essas ações, criam e projetam nos demais participantes

sentimentos de pertencimento grupal (do movimento) e social. Quando perguntado às depoentes sobre o período de atuação no Movimento, aquelas que estão envolvidas há mais tempo, entusiasmadamente, fizeram questão de falar do longo período, até mesmo de forma numérica o tempo de pertencimento/atuação:

*“A minha militância no MMC é em torno de 30 anos”.*

*“Nasci junto com o Movimento. Tinha apenas três anos de experiência quando ingressei nele. Assumi o que precisava. Eram diferentes funções sempre ligadas à Formação. 32 anos!”.*

*“Minha participação no MMC vem desde sua origem como apoiadora voluntária. Desde 1986 até hoje”.*

*“Ainda quando eu era jovem eu entrei no Movimento das Mulheres Camponesas. Iniciei em 1987, talvez início de 1988, foi bem no forte da Constituinte”.*

*“Tanto que quando eu entrei, em 85, que começamos aquelas pequenas reuniões, em outros municípios as mulheres já vinham se encontrando. Em 86, a gente tinha caminhado, fizemos um encontro de mulheres, no dia 8 de março, em Xanxerê, reuniu tantas mulheres, do Estado inteiro”.*

*“Desde 83, quando o movimento surge, eu, além de participar da Igreja e tudo mais, eu começo imediatamente a participar do debate em nível local sobre a questão das mulheres. No começo era Organização de Mulheres Agricultoras, depois Movimento de Mulheres Agricultoras e que depois, mais tarde, 2004, se torna Movimento de Mulheres Camponesas”.*

*“Em 84, eu lembro de ir numa mobilização, em cima de um caminhão, com meu filho pequeno no colo. Ia junto com a minha mãe, bem no começo, com a Luci”.*

*“Em 1986, eu fui convidada pela extensionista da ACARESC (Epagri) pra participar do encontro nacional da Mulher Rural, em Brasília”.*

As falas reforçam o sentimento de pertencimento da maioria das depoentes. Tal sentimento foi observado em todas as entrevistas, geralmente, quando relembavam acontecimentos que marcaram o período de atuação. Em outras palavras, se traduziu de forma visível em sentidos e motivações, marcados em suas origens, sustentando a participação no grupo e no espaço que possibilitou o fortalecimento da identidade e do referencial social. Portanto, a temática do sentimento de pertencimento pode, neste caso, ser aplicada às da inclusão e da emancipação.

Estas mulheres, de fato, sentem-se e são lideranças. Lideranças no sentido sociológico, pois, ocupam posição preeminente, são guias, condutoras, dirigentes, discutem ideias e valores, no espaço que atuam. E, por serem líderes reconhecem a necessidade da renovação e incentivam novas militantes, inclusive ocupando cargos nas instâncias de decisões.

*“A uns dois anos fui convidada a fazer um curso de dirigente no Movimento, aonde recebi o convite para estar participando mais diretamente do Movimento, na equipe de formação”.*

*“Eu fui convidada a participar de um curso que acontecia três vezes por ano [...] Em 2003 comecei a participar do curso de dirigentes e em 2004 participei do Congresso Nacional do Movimento, em Brasília. Em 2005, as companheiras me convidaram para assumir a Direção Estadual. Me disseram: “Você tem que acreditar que é capaz. Você é capaz”. Em 2007, eu fui para o Coletivo de Lutas do Estado, coordenava, foi um momento em que aprendi muito. Em 2010, assumo junto com a Noemi na Direção Nacional. Em 2017, na assembleia, foi decidido que eu ficaria na Direção Nacional, juntamente com a Sirlei”.*

Observamos que o sentimento de pertencimento junto ao MMC é o que solidifica a atuação e fortalece a identidade feminina camponesa. Ao mesmo tempo, na função de líderes percebem a necessidade de novas lideranças, pois sabem que muito ainda precisa ser feito, dentro e fora do movimento, para que se consiga alterar, significativamente, os conceitos de identidade e de participação feminina construídos historicamente.

#### 4.2 O DISCURSO E A PRÁTICA NO MMC

Nesta segunda seção continuaremos, a partir dos depoimentos, refletindo sobre como a trajetória das lideranças entrevistadas, foi sendo construída. Para tanto, analisaremos outras etapas construídas. Partiremos da atuação no MMC e seguiremos analisando as entidades/instituições que as incentivaram, bem como as formas de participação e de aprendizagem. A finalidade da análise é revelar a competência das mulheres que vão se tornando visíveis nos espaços políticos tão pouco ocupados por elas e mostrar como o discurso e a prática das entrevistadas foi importante para que ocorresse maturidade política.

Atuação no MMC: A carência de estudos aprofundados sobre a mulher camponesa e sua relação com o trabalho explica o relativo descaso com que essa realidade tem sido tratada no campo. Em nossa pesquisa, nos deparamos com a realidade cotidiana de mulheres que vivem e trabalham no campo. Elas apresentam nos relatos os fazeres de *dentro e fora da casa*, tema apresentado anteriormente na fundamentação teórica.

O que nos faz aprofundar tal temática são as respostas obtidas quando questionadas sobre como era a vida no campo, antes de entrar no MMC. Dessa forma passamos a entender como foi a vida depois do MMC. A análise comparativa do antes e do depois mostrou outra conotação do trabalho que desenvolvem atualmente. Vejamos os depoimentos da vida antes do movimento:

*“Eu trouxe muito de herança dessa geração cabocla, muita aprendizagem. Uma é a questão mesmo da terra, da produção, da agricultura, né, o sistema dos caboclos na agricultura, eu aprendi muito isso. Na qual aprendi muitos trabalhos, né, com a minha vó e as tias, fazendo o trabalho de casa e da produção, mas, também, a questão dos remédios”.*

*“Nós produzia milho, o que mais produzia, e a renda nós pagávamos a troco, por exemplo, descontava, dava tantos sacos de milho, dava aquele percentual pro patrão. E, outra parte, quando chovia e que não dava pra trabalhar na roça, meu pai e meus irmãos iam fazer cerca pra ajudar na renda. Daí não descontava tudo em milho”.*

*“Enquanto era solteira, ajudava parêlho, ajudava roçá, limpa, carpi, colhe tudo manual, né. Até lavar com o arado eu lavrei. Ainda, varrer o terreiro, limpar e roçar em volta da casa, tirar leite, cuidar do chiqueiro, tudo, tudo”.*

*“Acordar cedinho, de madrugada e dormir não sei que hora da noite, cuidar de filhos, da roça, da horta, da casa, das galinhas, da vaca de leite, de tudo. E sempre tinha em abundâncias as coisas porque sempre gostei de trabalhar, eu nunca fiz porque fui obrigada, sempre feito com amor e gostava de fazer o que eu fazia”.*

*“A nossa família, nós fomos integrados nos suínos, no período da peste suína africana, né, foi um prejuízo imenso. Depois outra integração que teve foi do leite e também, nós fomos uma família que fomos uns dos primeiros integrados da nossa região, na produção do fumo”.*

*“Com sete anos minha mãe fez uma enxadinha pra mim e dizia pra eu acompanhar ela na roça. Meu pai tinha chiqueirão de porco com ciclo completo (criar, engordar e vender) e agente desde cedo ia ajudar”.*

*“Dentro de casa, ela assume toda a casa, do teto até o chão, tudo. A alimentação: ela é que prepara o pão, o fermento um dia antes, a polenta, se organiza antes e pensa em tudo. A roupa: lavar, passar e guardar; Os filhos: cuidar e dar educação, deixar eles arrumadinhos, escola, tema. Isso, às vezes, até que o marido descansa. Depois já tem que acompanhar ele, quando ele diz vamos pra roça. [...] Quando ela volta da roça o marido cuida mais dos animais mais grandes e ela tem que tirar leite, ir atrás da pastagem, pensar na janta, na louça, preparar as coisas para o outro dia, como limpar e colocar o feijão de molho, é uma luta constante da mulher.[...] Depois de noite tem que tar mais bonitinha, descansada, porque o marido (risos), sabe o que acontece. Também o marido não entende que tu tá cansada e tudo. Tem que dar conta de ser mulher na cama também. [...] Fora de casa ela tem que começar a pensar tudo que vai dentro de uma casa para plantar lá fora. Ela que planta. Pensa em plantar amendoim, pipoca, aipim, batata, alface, repolho. Tudo pra não comprar*

*no mercado e que ela sabe que é saudável para dar para os seus filhos. Quando chove tá na horta. Tem ainda o jardim. E, está presente na roça, no milho, no aviário, no chiqueirão, dirigindo o trator, quebrando milho. Tá fazendo acontecer”.*

Como podemos perceber, a vida sofrida apresentada iniciou com o trabalho (ainda infantil), e segue acompanhada pela dependência econômica, submissão, exploração, machismo, abuso sexual, falta de incentivo, sem desconsiderar o tempo de trabalho, muito maior que 16 horas diárias.

Diante das condições apresentadas, observamos que as depoentes se tornaram, ao longo do tempo, cobaias de experiências sociais excludentes. Segundo os depoimentos, isso só ocorreu porque foram controladas economicamente e eram menos protegidas, tanto pela legislação do trabalho, quanto pelas organizações sindicais e políticas. Ou seja, eram mais vulneráveis.

Dadas às condições de precarização do trabalho, compreendemos o motivo pelo qual, mulheres camponesas sentiram necessidade de organização. Sobretudo, percebemos os motivos pelos quais enaltecem o MMC. Dessa forma, vale notar as percepções manifestadas nos depoimentos, a partir da atuação no movimento:

*“Eu entrei no começo e até hoje eu sou do movimento. Hoje eu tenho outra função, que estudei mais e me aperfeiçoei que é na questão das plantas medicinais, hoje sou uma fitoterápica, homeopata, trabalho nessa linha, assessoro cursos, universidades que pedem, na semana passada estava na jornada catarinense das plantas medicinais, fazer uma atividade lá. Continuo sendo uma agricultora, né. Hoje a minha luta é a permanência da família vivendo no campo, com a produção que nós mesmos produzimos, da própria terra. E, a luta pela alimentação natural, saudável e ainda aquela produção que eu aprendi junto com a minha mãe, as verduras, hortaliças, as plantas de aproveitamento, de tudo que é alimento, de batata, mandioca, de faze da cana o doce [...]. Quando veio o modelo dessa agricultura mais sofisticada veio com a característica de lucro, do capital, junto com outras origem, dos italianos, dos alemães e tudo, que vieram pra ganhar dinheiro em cima disso. [...], vieram na nossa região pra produzir e comercializar”.*

*“Eu fazia reuniões com mulheres sobre as plantas né, e por último eu comecei a trabalhar mais especialmente com o açafreão. Me apaixonei pela propriedade que o açafreão tem. [...] Também iniciamos um horto no bairro Santo Marcon. [...] Por que até hoje eu não concordo e não aceito esse capitalismo selvagem é porque a gente sofreu muito no passado, meus pais eram pessoas simples, humildes, sem-terra”.*

*“Adquiri uma coragem tão grande em defesa das mulheres, em defesa do PT, em defesa da agricultura, dos movimentos sociais, lá na Assembleia Legislativa, que eu consegui ser presidente da Comissão da Agricultura, consegui ser relatora da Constituinte da Ordem Econômica e Financeira e levei mulheres, mobilizei várias, em cada ano, no dia oito de*

*março eu enchia a Assembleia Legislativa de mulheres, na batalha pela aposentadoria, salário maternidade”.*

*“Primeiro, no período da minha infância, adolescência, era um período que não tinha energia elétrica, maquinários, então, a agricultura era muito braçal, muito manual, mas, era uma agricultura de autonomia, né. Quando tinha suas próprias sementes, havia entre ajuda, solidariedade na comunidade e tudo mais, por outro lado era um período que não existiam políticas públicas, como é o caso que se você adoecia e tivesse uma vaca, teria que vender para poder pagar os custos do atendimento na saúde”.*

*“Junto com a revolução verde, veio a energia elétrica, na nossa região, veio os insumos, maquinários, entraram os primeiros carros, assim, passou a ter mais facilidade. Eu acho que essas facilidades, num primeiro momento, trouxeram melhoria de vida para as famílias. O problema é qual era a estratégia que estava traçada pro passo seguinte. Na verdade, a continuidade do processo de revolução verde era destruir todos os valores que tinha na comunidades, de ajuda, de troca, da autonomia das sementes, dos conhecimentos sobre as plantas, o entorno da vida e traz pro agricultor o pronto, a semente híbrida pronta, o veneno, o adubo. A revolução verde tem essa característica, chega trazendo progresso, trazendo avanços para as famílias, mas, nas estratégias dela, com o passar dos anos foi revelando sua face dura”.*

*“Saímos das integrações, a partir dos anos 94/95, adotamos o modelo de agricultura orgânica e mais autônoma, com menos movimento e até hoje estamos tentando sair das dívidas”.*

*“Não era só nos direitos políticos, era em relação às sementes, dos chás, de hortas, a questão de descobrir variedades. A gente se encontrava para esses projetos e até alternativas de saúde. A gente era contra os transgênicos, os agrotóxicos, trabalhava uma vida mais saudável, pras mulheres, pras famílias, sem agregar essas questões dos químicos, venenos para saúde da população”.*

Trataremos os resultados obtidos como um processo emancipatório oriundo da formação política construída e proporcionada pelo MMC nos encontros de base a nível municipal, estadual e nacional e nas assembleias. Tal processo contribuiu na construção da conhecida *consciência de classe* defendida por Gramsci. Esta, por sua vez, solidificou a atuação das depoentes no movimento e firmou a identidade feminina camponesa.

Nas manifestações, observamos o conhecimento alcançado e as novas percepções sobre temas que contribuíram no processo emancipatório, tais como: a dominação capitalista (sistemas de integração, revolução verde, sistemas de créditos, introdução de maquinários e energia elétrica); a relação como o trabalho antes e depois da atuação no MMC (destruição de valores, importância da autonomia e fim do êxodo rural); a importância da mulher ocupar espaços públicos e se envolver com a política partidária (ocupando vaga no legislativo/executivo, participando de relatorias, defendendo a sigla partidária, incentivando e

mobilizando movimentos sociais e lutando por direitos); a saúde (plantas medicinais, remédios caseiros, construção de hortos comunitários e projeto de agricultura totalmente orgânica).

A respeito dessas manifestações, vale notar a contribuição de Teles (2003) em sua obra - Breve história do feminismo no Brasil, onde reuniu ações individuais e coletivas de mulheres, muito parecidas as que foram apresentadas anteriormente, e denominou, teoricamente, como feminismo, nós chamaremos de processo emancipatório. A autora concebe feminismo como sendo “uma filosofia universal que considera a existência de uma opressão específica a todas as mulheres”. Essa opressão se manifesta tanto em nível das estruturas como das superestruturas (ideologia, cultura e política). Assume formas diversas, conforme as classes e camadas sociais, nos diferentes grupos étnicos e culturais.

Ampliando o conceito de feminismo, trataremos aqui, como um movimento político. A autora, na obra citada, reforça que “por se tratar de um movimento político, questiona as relações de poder, a opressão e a exploração de grupos de pessoas sobre outros”. Contrapõe-se radicalmente ao poder patriarcal. Propõe uma transformação social, econômica e ideológica da sociedade, como também observado nos depoimentos das entrevistadas.

Dessa forma, concluímos que as metamorfoses do mundo do trabalho camponês, sendo eleita a feminização a principal delas, acabaram contribuindo positivamente uma vez que permitiram constituir e avançar o difícil processo de emancipação. Com isso, ocorreu certo enfraquecimento das formas de dominação no espaço de trabalho.

Ainda assim, entendemos que enquanto houver o domínio do modelo opressor capitalista, tal processo de emancipação apresentado e reconhecido, que muitos autores denominam como feminismo, deverá ser visto como parcial, a nosso ver.

Incentivo e participação: O ato de participar nunca é feito sozinho, isolado, mas algo feito com outros. O solidário, que está sempre disposto a participar, porta-se desta maneira: está em comunhão; vive ansioso pelo encontro; faz questão de trocar as suas experiências de vida. Sabe que viver é acima de tudo conviver. O solidário é o companheiro. E, companheiro, em latim, *cumpanere*, significa algo mais ou menos como *aqueles que comem juntos o pão da vida*. Logo, solidário, o companheiro, é aquele que divide sua vida com outros e se entrega a uma sadia convivência.

Ao questionar as lideranças sobre o que as motivou participar do MMC e se antes de atuar nele participavam em outros movimentos, instituições, grupos ou associações, foi unânime a resposta de que o ato de participar teve incentivo e fundamentação religiosa. Bem



como, todas participavam antes, em outros espaços, como lideranças. Para confirmar o exposto, apresentaremos algumas declarações oferecidas pelas depoentes:

*“Comecei na Pastoral da Terra, só pra frisar, nas Comunidades Eclesiais de Base, né, que eu era uma participante, e tudo isso que aconteceu com o Movimento eu quero dedicar primeiro homenagem ao Bispo José Gomes porque foi através dele que nós conseguimos ter força pra organizar o Movimento e ele foi o grande incentivador do Movimento de Mulheres nos anos de 1985 e 1986 e assim por diante, também em 1984 quando começou as pequenas reuniões”.*

*“O que me motivou a participar do MMC foram as bandeiras de luta do movimento que coincidiam com a proposta da Teologia da libertação, do Cebi, das Cebis e do Partido dos Trabalhadores onde eu militava. Várias lideranças do MMC motivaram minha participação como apoiadora do movimento, como: Luci Choinachi, Sirlei Kroth Gaspareto, Justina Inês Cima, Zenaide Colett, dentre outras, pela coerência, pela garra e pela determinação na direção do Movimento”.*

*Desde os quinze anos eu comecei a participar dos Grupos de Jovens. Fiz bastante formação com a Pastoral da Juventude que na época tinha muitos programas de formação.*

*“Iniciava na diocese de Chapecó, a implementação dessa questão da Teoria da Libertação. Dom José Gomes tinha chegado na diocese, e da mesma forma vem então, todo o trabalho das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, onde era a nossa participação no período. Mais uma vez, eu acabei, junto com o meu companheiro, sendo uma das fundadoras no município nosso, dos grupos de reflexão e que foi o espaço de debate da minha iniciação e fez com que eu tivesse mais clareza do projeto de uma nova sociedade. Ali, nos grupos de reflexão, foi onde a gente se entendeu enquanto classe. A Igreja tratando como oprimidos e opressores”.*

*“Sim, atuei e atuo nas Pastorais Sociais, sou militante do Partido dos Trabalhadores, e faço parte da coordenação das Zeladoras das Capelinhas na paróquia de Xaxim, estou como suplente no Conselho de Saúde e Titular no Conselho da Mulher e na Escola Bíblica (CEBI)”.*

*“Antes a igreja era muito fechada. Muito aquele sistema. Depois que veio um pouco a Teoria da Libertação, a partir dos anos 65 que teve o Concílio Vaticano II, começou a abrir mais pros leigos e veio também a oportunidade dos estudos em grupo, nessas questões das pastorais, das CEBs, que a Igreja foi cedendo e foi mudando. Nós, na nossa diocese, com a chegada do bispo Dom José, ele deu a oportunidade pra essa grande mudança, foi incentivado os movimentos sociais, fortaleceu essa luta do povo através dos movimentos. A partir daí veio os grupos de reflexão, a Pastoral da Terra, Indígena, Saúde, dos Doentes, Enfermos, da Criança e os movimentos também. [...], Por exemplo, o MMC nasceu em 1983 com o apoio da igreja”.*

*“Dom José dizia, vão em frente mulheres, vão em frente! Não fiquem paradas, não esperem que vocês vão ganhar as coisas de mão beijada, se quer, tem que ir em busca. Ele citava o evangelho. Ligava o evangelho com a vida. [...] Ele vinha nas nossas primeiras*

*concentrações de mulheres, na nossa comunidade veio uns dois, três anos seguido. As mulher não tem que só se ajoelhar, tem que ficar com a cabeça erguida e vão pra luta, vão buscar. Era os direitos que nós precisava ter, o reconhecimento”.*

*“Na época eu fazia parte da direção do sindicato e dentro do sindicato tinha o coletivo de mulheres e tinha o movimento das mulheres camponesas que a gente ia. A gente sempre se organizava e trabalhava junto. [...] Dom José Gomes era dos movimentos populares e Dom Henrique Muller era de dentro da Igreja, fechado, era de Joaçaba. Aqui a Diocese é de Joaçaba. Nós tivemos o padre Severino, ele tinha um grande espírito de luta, de organização. Depois veio frei Ângelo, eles conseguiram esses documentos (de Chapecó) que deu todo embasamento. Eram dois padres jovens e que vinham pra despertar essas questões na juventude. Eles levavam todos os documentos – fé e política – estudar a bíblia baseado nos acontecimentos do dia-a-dia, na nossa sociedade e não lá longe, né. Na época nós tinha até uma grande exploração dos funcionários da Sadia, o pessoal se organizava, quem tinha aviário, porco, só tinha que fazer tudo em silêncio, porque o pessoal era mandado embora mesmo. O pessoal não gosta dos movimentos”.*

*“A gente ouvia fala de Dom José Gomes, bispo de Chapecó, mas aqui era outra Diocese e eles eram diferentes. Eu sou muito grata a um padre que passou aqui no município, ele fez com que nós, nem todas as lideranças tiveram essa mudança radical, mas, eu sou muito grata a ele, o padre Caetano Garrafiel, hoje falecido. Nos cursos de catequistas ele associava o evangelho, não esse evangelho conservador e da gente tomar consciência das lutas, de buscar seus direitos, isso contribuiu bastante também”.*

*“Fiquei na comunidade, fui 16 anos catequista e cinco anos ministra da eucaristia”.*

A partir das citações, concluímos que as mulheres atuantes do MMC nos municípios pertencentes à Diocese de Chapecó, foram incentivadas pelos princípios da Teologia da Libertação disseminados, de forma maciça, após a vinda do bispo Dom José Gomes. Tal situação se apresentou de maneira muito diferente nos municípios influenciados pela Diocese de Joaçaba, por exemplo.

O solidário, o companheiro, Dom José, foi referenciado como o grande responsável pela participação dessas mulheres no MMC. Segundo Uczai (2002, p. 47), suas palavras de encorajamento foram ouvidas, mesmo não sendo bem recebidas em diversos espaços sociais, a exemplo da Diocese de Joaçaba. Vale lembrar que Dom José Gomes assumiu a diocese de Chapecó em outubro de 1968 durante o regime de ditadura militar no Brasil.

As dificuldades vividas no final da década de 1970 e início da década de 1980, não romperam as fronteiras municipais sozinhas, foram acompanhadas de utopia e esperança transmitidas pela figura marcante de Dom José Gomes e alguns padres, como apontado nas entrevistas.

A aprendizagem: Ao questionar as lideranças do MMC que se envolveram com a política partidária sobre a percepção em relação aos aprendizados mais significativos, durante a atuação no Movimento, procuramos entender a compreensão que tinham quanto à função que estes aprendizados desenvolviam em suas vidas, nos espaços de ação em que ocorriam as trocas de informações e conhecimentos e como eram introduzidos à sociedade, por elas.

Para atender o desafio acima proposto, foi necessário criar categorias de aprendizados. Dentre as categorias a serem exploradas, optamos por apresentar as mais mencionadas e de caráter amplo, pois as mesmas acabam indiretamente representando as demais. Foram seis as categorias criadas e analisadas.

#### Caminhada de organização:

As depoentes apresentaram que a maior parte dos aprendizados foi construída devido a participação ativa, ou seja, por terem acompanhado a trajetória e estruturação do Movimento.

*“Como funciona tudo de forma organizada, com coordenações, direções, assembleias, enfim, aí eu também comecei a fazer parte e fiquei um período na coordenação na regional, depois na estadual, que cada regional tinha seus representantes na direção estadual. [...], e também da executiva, que era um grupo menor da estadual que encaminhava os trabalhos, se reunia mais seguido, iam aos municípios, faziam todo trabalho de formação, orientação”.*

*“No Movimento, aprendi e estou apreendendo muito, como a organização, transparência, disciplina, buscar sempre conhecimento, estudar, ler e ter outra visão de sociedade, fazer uma leitura mais detalhada da realidade. Ter autoestima, autonomia, me defender do machismo patriarcado, libertação, e o cuidado com alimentação, espaço em que vivemos e o planeta”.*

*“A importância da aproximação e reaproximação com as bases. O afastamento da base e da luta concreta pode indicar a perda do rumo de uma sociedade justa e igualitária”.*

*“O desafio permanente da direção será sempre o de vivenciar a militância sem autoritarismo, contribuir nos processos de lutas sem manipulação, comandar, partilhando o poder, cumprir com firmeza as decisões coletivas, lutar sempre para superar todas as formas de superioridade/vaidades que também estão presentes na luta”.*

Com base no depoimento de algumas entrevistadas, percebemos que o MMC se constituiu um centro formativo de lideranças femininas. Bem estruturado e com uma organização exemplar. Segundo Sirlei Gaspareto, em entrevista, a organização do período em estudo (1983 a 2003), “provavelmente com algumas poucas alterações”, seguia as seguintes instâncias de decisões:

- a) *Grupo de base – é o espaço de formação, organização e preparação para as lutas que garantirão os direitos das mulheres, possibilitando o exercício da libertação. Será coordenado por duas dirigentes do grupo;*
- b) *Direções municipais – têm a responsabilidade de articular e coordenar as atividades do MMC no seu município e fazer a relação com as demais instâncias do MMC. Será composta por uma dirigente de cada grupo de base;*
- c) *Direções regionais - tem a responsabilidade de articular e coordenar as atividades do MMC nas Regionais dos Estados. Compõem a direção regional duas dirigentes de cada município;*
- d) *Direções estaduais - tem a responsabilidade de articular e coordenar as atividades do MMC no Estado. Será composta por duas dirigentes de cada regional;*
- e) *Coordenação nacional – responsável por dar as linhas políticas ao MMC nacional, articular e coordenar as atividades e fazer a relação garantindo os encaminhamentos com seus Estados. Será composta por duas companheiras de cada Estado;*
- f) *Direção executiva - implementa e viabiliza as decisões da Coordenação Nacional. Será composta por 10 pessoas da coordenação nacional e reunirá as coordenadoras das equipes de trabalho;*
- g) *Equipes que devem compor a direção executiva:*
  - *Lutas*
  - *Formação (elaboração de materiais, cantos, vídeos, etc.)*
  - *Finanças*
  - *Organização*
  - *Relações internacionais*
  - *Relações nacionais (lutas)*
  - *Comunicação (divulgação, marketing, proposta.)*
  - *Congresso ou Assembleia Nacional*
  - *De três em três anos. Instância máxima de decisão do MMC. Aprofundar o processo/dinâmica de decisão das assembleias ou congressos estaduais, regional, nacional.*

Consideramos que a organização foi fundamental para a conquista do espaço de atuação. E foi na atuação que as militantes estiveram assumindo o sentimento de pertencimento e se tornaram protagonistas de suas histórias, como consequência alteraram suas trajetórias com destaque para sua autonomia.

#### Outros olhares e novas relações humanas:

Conhecer novos espaços permitiu às mulheres camponesas que ampliassem a visão de mundo. Foi conhecendo outras realidades sociais, convivendo com outras culturas, trocando experiências, aprendendo, ensinando e construindo novas relações sociais, que as depoentes se firmaram como lideranças.

*“Tive oportunidade de conhecer comunidades que eu não conhecia”.*

*“Os municípios de Santa Catarina são pouquíssimos os que eu não conheço”.*

*“Eu era da direção estadual (da coordenação do coletivo da saúde integral) e aí visitei a maioria dos municípios, onde o MMC tinha abrangência eu tava”.*

*“Recebi um convite para trabalhar em nível internacional, na CLOC (Coordenação Latino-Americana de Organização Camponesa), que foi em Glória de Dourados. O convite foi feito pelo sindicato, era um mês de formação. [...] Eu fiz muitas viagens pelo movimento, mas lembro do acampamento, em Brasília, contra os transgênicos. Fiquei quarenta dias lá, acampada. [...] Outro desafio grande foi a marcha dos 20 anos do MST, a gente caminhou de Goiânia a Brasília e foram 17 dias de caminhada. [...] Teve em 2006 a luta contra a Aracruz, que foi bem forte. [...] E a Maria Tereza Muraca, Italiana que fez o doutorado em Florianópolis e fez a tese sobre o MMC, [...], ela conseguiu um projeto através da Universidade de Verona pra duas brasileiras, [...] fui escolhida pra ir. A gente levou a história do MMC e de todos os movimentos sociais, foi muito interessante. Ficamos lá 24 dias e trabalhamos em 5 cidades da Itália”.*

*“Nós coordenamos, praticamente, as propostas das agricultoras e também fizemos a coordenação do processo de articulação em todo país. De 92 para frente, a minha liderança é exigida na estadual, mas a minha tarefa na direção estadual foi assumir as tarefas nacionais. Fui trabalhar, praticamente, em todos os estados do Brasil com as agricultoras e com o movimento sindical. A meta era construir o MMC em todo o país e também fui coordenadora da regulamentação do salário maternidade, naquele tempo era só de ônibus, ficávamos muitos dias seguidos em Brasília. [...] Faço parte da articulação Sul. Em 95, num encontro em que surgiu a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, lá, no Cajamar, passo para a coordenação nacional e assumo, junto com o grupo, os trabalhos da luta da Previdência Rural. [...] Em 96 nós tivemos o segundo encontro da CLOC - Congresso Latino Americano das Organizações do Campo. Nesse congresso fui eleita, representando as organizações no Brasil, uma das coordenadoras da Comissão de Mulheres da CLOC da América Latina e do Caribe. Então eu extrapolo o limite nacional naquele momento e trabalhei muito a nível nacional e também nos outros países. Fui para vários países como Bolívia, Guatemala, México, Chile, Argentina, Uruguai, enfim, quase todos, fui para Cuba. [...] Com a minha participação na Via Campesina eu tive que ir para o Canadá, Suécia, e outros países, [...], foi um momento de muito conhecimento”.*

As relações sociais formam a base da estrutura social. Como manifestado pelas lideranças entrevistadas, tais relações ocorreram de maneira natural e por interesses individuais, institucionais e do Movimento. Dessa forma, interagiram com outros atores, ou seja, realizaram trocas. Também autoconstruíram suas identidades percebendo as diferenças e as posições sociais.

Compartilharam histórias, objetivos, interesses, valores, princípios, símbolos, tradições e, sobretudo, as leis e normas que asseguram as relações interpessoais e o desempenho de determinados papéis entre os atores sociais. Passaram a ver o *pequeno mundo* que viviam, com outros olhares. Então, aquele *pequeno mundo* recebeu novas significações e se tornou um *grande mundo*. Lugar que não querem sair – o campo.

Autonomia:

De origem grega, o significado se relaciona com independência, liberdade ou autossuficiência. A necessidade de autonomia da mulher se explica pela sua própria condição. Foi colocada e ficou milenarmente à margem do processo de decisão, acatando as opiniões dos homens e se submetendo às suas vontades. Isso tanto nos locais privados (família) como públicos (igrejas, sindicatos, partidos políticos).

*“Pude entender porque era importante as mulheres se organizarem, porque era importante a luta por seus direitos sociais, aposentadoria, o reconhecimento de agricultora, de trabalhadora rural, né, mas também dela ter seu espaço, enquanto mulher na sociedade, na política, como ela era vista enquanto mulher, na família também, de não ser submissa”.*

*“Então, nesse sentido, de ela perceber que era mulher, que tinha que ser valorizada, que ela tinha que conquistar seus direitos, que ninguém ia fazer a luta por ela, se não ela mesma”.*

*“Cada uma a seu modo, foram conquistando sua libertação. [...] É você estar convencida, primeiramente, que é importante, que você tem capacidade, que você pode! Sempre negaram pra nós o direito da capacidade, de você fazer as coisas”.*

*“O feminismo”.*

*“Hoje, mais do que nunca o capitalismo e Patriarcado é um modo de ser/viver/pensar inerente nas experiências humanas. Está imbricado nas relações, no cotidiano de nossas vidas a reprodução da opressão/exploração/dominação em todas as dimensões. [...] A importância da organização e das lutas para o empoderamento das mulheres. [...] A história milenar da luta das mulheres contra o patriarcalismo e suas consequências. [...] Tornar visível o trabalho das mulheres e devolver a elas a auto estima perdida”.*

*“Eu vi o crescimento das mulheres que chegavam ao movimento sem coragem de se manifestar e ao longo do tempo de participação tornaram-se líderes em suas comunidades”.*

*“A falta de escolaridade dificulta muito quando se tem que assumir um cargo como vereadora, por exemplo. Se você colocar uma advogada e uma agricultora como candidata, a pessoas vão dizer que aquela advogada é formada. Só que como eu, eu não tenho faculdade, tenho o segundo grau, mas a formação que eu tenho no movimento, anos e anos, pra mim é uma faculdade, mas isso não é reconhecido. A educação tem muita influência, sim. Isso também é uma discriminação com a mulher do campo”.*

*“Por que se a mulher conseguir dar esse passo, de sair desse espaço privado, de domínio e se ela sair desse espaço de forma articulada, organizada, participando do grupo, ela, automaticamente vai achando caminhos de libertação”.*

Como apresentamos, as depoentes com seus princípios e aprendizados compreenderam a importância de se organizar e porque a luta foi importante na conquista de espaços e direitos, na construção de suas identidades, na transformação da sociedade e das suas relações. Aprenderam que o justo é viver em uma sociedade na qual todos tenham dignidade e igualdade e demonstraram que passaram a decidir os rumos de suas vidas.

#### Legislação:

A luta por direitos consolidou o MMC. Desde seu início a luta central foi o reconhecimento da profissão de agricultora, direito de ser associada e disputar a direção do sindicato, o direito a aposentadoria, seguridade social que incluía a previdência, assistência e saúde pública.

*“A gente foi avançando, na medida em que foi conquistando os direitos. Tivemos um avanço grande na Constituição Federal, logo em seguida, foi regulamentado o salário maternidade, aposentadoria, tudo isso. Isso foi se construindo com muita luta, não foi tão fácil assim”.*

*“Em Brasília foi um momento histórico. Tu tá num mundo muito pequeno, não tinha ideia de nada e de repente tu faz parte de uma situação bem diferente. Vê onde está o poder, como ele se constrói, o que eles usam para poder manipular, ajudar, enfim. E, a gente tava lá, brigando pelos direitos, e quando todo mundo pega junto dá uma sensação muito boa, de que gente também tem força, mas, essa força se for individual, tu não faz nada”.*

*“Eu fui convidada pela extensionista da ACARESC pra participar do encontro nacional da Mulher Rural, em Brasília. [...] Eu fui, ficamos dez dias. Lá junto com milhares de mulheres. Nós elaboramos os projetos de lei para entrar na Constituição de 1988. [...] Eu voltei de Brasília com uma missão, porque eu não fui lá pra bonito e era uma coisa muito séria, né. Aí, voltando, eu tive que mexer com umas estruturas em nível de município, né, porque o primeiro passo, a mulher tinha que fazer a documentação. Muitas agricultoras não tinham nem a identidade, CPF, nada”.*

*“Então, assim o Movimento teve um período que trabalhou muito a sindicalização, a documentação, teve a grande luta pela seguridade social, falo seguridade social, desde 1988, na participação da construção da Constituição, nas propostas para os rurais. [...] Depois de toda a luta que teve, no sentido de construir o SUS, saúde pública, a questão da Previdência Pública Universal e Solidária, a questão de seguradas/segurados especiais”.*

Para o exercício da cidadania, o conhecimento da legislação é fundamental. Essas mulheres perceberam isso muito cedo e atuaram firmemente, fazendo com que muitas de suas reivindicações fossem asseguradas legalmente. Fizeram-se respeitar e adquiriram autonomia.

Contudo, a caminhada ainda é longa e muito trabalho deve acontecer para que haja garantia e ampliação dos direitos sociais.

Conhecendo a natureza e o cuidado:

No site do Movimento das Mulheres Camponesas<sup>8</sup> encontramos no campo das lutas, as principais bandeiras defendidas. Consta que a luta central do MMC é contra o modelo capitalista e patriarcal e pela construção de uma nova sociedade com igualdade de direitos. Nesse sentido, assumiram como principal bandeira o Projeto de Agricultura Camponesa Ecológico, com uma prática feminina, fundamentado na defesa da vida, na mudança das relações humanas e sociais e na conquista dos direitos. A aplicabilidade do projeto e os resultados são observados nos depoimentos.

*“Valorização da agricultura, uma agricultura mais natural, de você produzir a própria semente. A gente começou a resgatar isso através da agroecologia, recuperação das sementes e ervas medicinais”.*

*“Lutamos por uma sociedade baseada em novas relações sociais entre os seres humanos e deles com a natureza”.*

*“Eu, pessoalmente sempre digo que muito aprendi com a organização das mulheres camponesas, pois elas traziam em si um conhecimento que eu não tinha: cuidar da terra, semear a vida, produzir alimentos e lutar com ousadia pelos direitos que lhes estavam sendo negados. Aprendi muito também com o jeito popular de trabalhar a formação, unindo a teoria e a prática”.*

*“A agricultura nunca foi um lugar ruim pra se viver. Só foi um lugar que era muito desprezado porque tratavam a gente como sujos, mas, um lugar muito bom de viver. Existe trabalho mais bonito que produzir comida? Você produz o que as pessoas põem na mesa, o alimento, e nós que fizemos isso somos vistos como sujos”.*

*“O sistema dos caboclos mesmo é produzir pra viver, se alimenta. A mãe sempre dizia que nós temos que ter de tudo em casa pra não faltar alimento, Ter pra nós. Se deu lucro ou não deu lucro, nós o que comer tinha bastante. O nosso sistema é a diversidade”.*

*“Outra proposta era a produção agroecológica. A gente criou e incentivou muito no município. Criamos o projeto das plantas medicinais e que agente executou, construímos um horto lá na Escola Agrícola, o projeto foi aprovado. Depois eu coordenei o trabalho e fizemos o laboratório, que eu já tinha isso muito no sangue, essa questão”.*

---

<sup>8</sup> Site do MMC: <http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/47>



*“Percebemos que deveríamos usar uma metodologia que não fizessem as mulheres se sentirem culpadas, que não culpassem suas famílias, mas que elas tivessem condições de irem entendendo que o sistema usava dos agricultores, e os tornava independentes, inclusive, vinha o pacote pronto, que não oferecia o estudo do que estava dentro. Ao invés de veneno, era remédio para isso, pra aquilo. Surge o projeto de recuperação de sementes crioulas de hortaliças”.*

O Projeto, como percebemos, faz parte da vida e do trabalho destas camponesas. Através dele garantiram a permanência no campo, a produção de alimentos saudáveis, crédito especial para mulheres, multiplicação e conservação da biodiversidade, soberania alimentar, o uso sustentável dos recursos naturais, a preservação e multiplicação das plantas medicinais e sementes crioulas, a renda e autonomia da família, o respeito e preservação do meio ambiente e, sobretudo, o cuidado.

Segundo o teólogo concordiense, Leonardo Boff (1999, p. 11-12), o cuidado “é na verdade um suporte real da criatividade, da liberdade e da inteligência. No cuidado se encontra o *ethos* fundamental do humano. Quer dizer, cuidando, identificamos os princípios, os valores e as atitudes que fazem da vida um bem-viver e das ações um reto agir”.

Na obra - Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra - Boff (1999) apresenta o cuidado a partir de uma perspectiva de urgência, pois por toda parte observam-se sintomas que sinalizam grandes devastações no planeta Terra e na humanidade. O MMC também observou tal realidade. E, como o *cuidar*, na mulher, é algo intrínseco, ou seja, independe da relação com outras coisas, logo, criou-se o Projeto de Agricultura Camponesa Ecológico.

#### Ocupação dos espaços públicos:

Ao abordar o desenvolvimento da condição da mulher na sociedade através dos tempos, suas vidas, seus anseios, sua maneira de pensar e participar dos acontecimentos culturais e políticos, verificamos nos depoimentos, que houve a necessidade de alargar a presença feminina em espaços públicos. As citações abaixo são apresentadas para que possamos introduzir e responder ao tema da pesquisa, ou seja, como essas lideranças se envolveram com a política partidária e quais foram os resultados obtidos com a participação.

*“Também tinha a participação da mulher na política que era importante. Essa foi uma bandeira de luta bem do início. Muito mais do que nos últimos tempos, porque daí tinha que convencer o porquê era importante”.*

*“Teve o fator de cotas. Infelizmente foi dessa forma, mas, ajudou a entender muitas coisas. [...] Ainda o espaço político é masculino, porque se ele fosse um espaço de igualdade não precisaria trabalhar as cotas, né. É se hoje tem brigar para se ter as cotas, é porque ainda não está sendo um espaço justo para os dois”.*

*“Outro grande aprendizado é a necessidade de conhecer as elaborações teóricas das mulheres, dos clássicos que se debruçaram e se desafiaram a responder, ao longo da história, os desafios da luta política. O conteúdo que se expressa em todos os cursos, seja de base, de militantes e de quadros, tem este princípio de entender o funcionamento da sociedade capitalista e patriarcal e de pensar formas de superar esta forma de ser da sociedade”.*

*“Para que as mulheres participem mais, precisa ter muita formação política, para elas criar autonomia, se ela não erguer a cabeça os homens continuam tomando conta. Isso que aconteceu com a nossa presidente Dilma”.*

*“Então o MMC conseguiu clarear pra gente o que é a verdadeira política. Tem que se envolver, sim! Defender o nosso lado porque a política não é nada mais de que você defender seus direitos”.*

*“Hoje eu me dedico mais para fortalecer outras mulheres e tenho assumido com garra essa questão da participação política da mulher na sociedade”.*

Na caminhada de trinta e cinco anos do MMC consideramos a importância das mulheres se tornarem visíveis nos espaços públicos, historicamente, tão pouco ocupados por elas. Com base nas manifestações e na fundamentação teórica, percebemos que estas lideranças, adentraram nos sindicatos, nas universidades, nos partidos políticos, nos bairros populares, nas comunidades rurais, nas associações, nos organismos governamentais, nos Conselhos e nas Secretarias e no parlamento, ainda que, de forma lenta.

#### 4.3 DO MMC PARA A POLÍTICA PARTIDÁRIA

Nesta última seção buscamos compreender como ocorreu o envolvimento, das catorze lideranças que militaram no MMC, com a política partidária, a partir de suas manifestações.

O tema *Política com maiúsculo* como apresentado no referencial teórico, por Leonardo Boff (2012, p. 70-72), pareceu ser compreendido e aceito pelas entrevistadas. Retomamos o conceito: *Política com maiúsculo* “é a busca comum do bem com um, a promoção da justiça, dos direitos, a denúncia da corrupção e da violação da dignidade humana”.

Segundo o mesmo autor “dentro da política em maiúsculo estão às ideologias (marxismo, capitalismo, doutrina social da Igreja etc.), que protegem uma imagem e utopia do

homem e da sociedade”. Para ele, quando se fala dessa política “não há neutralidade: ou se é pela mudança na direção de maior participação social ou se é pela manutenção do *status quo*, que, em muitos países, como o nosso, marginaliza grande parte da população”. A confirmação do exposto foi identificada nos depoimentos, quando questionadas sobre o conceito de política.

*“Sua origem nos reporta à palavra grega “polis” que significa “cidade”. Neste sentido, determinava a ação empreendida pelas cidades-estados gregas para normalizar a convivência entre seus habitantes e com as cidades-estados vizinhas. Isso nos dá ideia de que é pela política que se travam as grandes batalhas, seja para conquista de direitos, seja para construir processos democráticos, cidadãos que, nos possibilite efetivar projetos de nação. Em Aristóteles, Política é um meio para alcançar a felicidade dos cidadãos. O conceito é muito amplo”.*

*“Política é a arte de administrar a cidade (polis) para que o bem comum aconteça”.*

*“Agora não é nada pra mim”.*

*“A arte, a tarefa de transformar as pessoas pra melhor. De melhorar, de oferecer qualidade de vida, de ter mais igualdade, tudo isso é política, de dar condições”.*

*“Na política existe no mínimo dois lados, neutralidade não existe. O neutro está do lado de quem ganha mais. Pra mim, política é um ato extraordinário, um grande ato de amor ou de punição”.*

*“É a arte de pegar as necessidades do povo e construir o projeto que precisa para o povo”.*

*“É a base de tudo, a política envolve educação, saúde, direitos, tudo”.*

*“Política pra mim é tudo. Tudo depende da política”.*

*“Entendo que política e a base da economia”.*

*“É uma luta pra conseguir mostrar nossos direitos. Espaço de criar leis onde favorecessem mais os/as trabalhadores/as, principalmente pras mulheres. Hoje a política tá indignando”.*

*“Política tu vive e respira política. Política é o dia-a-dia. Desde que tu levanta da cama e enquanto tu se movimenta tu faz uma ação política. Política de vida, sociais e partidária, né. Política é que move as pessoas”.*

*“Política é uma crença de vida. Pensando de modo geral. Tem a política e a politicagem, mas existe hoje a política da corrupção, da ética, da moral, tudo envolve”.*

*“Pra mim, política é a organização da vida”.*

*“É decisão. Tudo se define através da política”.*

Esses depoimentos confirmam que durante a atuação das depoentes no MMC a formação política efetivou profundo estudo sobre o tema. Muitos conceitos apresentados, alguns em linguagem simples, outros com embasamento teórico, se mostraram muito profundos. Notamos a preocupação com o coletivo, com o bem comum, com a felicidade e com a responsabilidade e garantia da qualidade de vida.

Também perguntamos se ocorria formação política no MMC. Demonstramos abaixo algumas manifestações:

*“Sempre. Não existe formação apolítica em nenhum lugar do mundo. Não há neutralidade – há sim intencionalidade política. Há interesses postos. E são interesses políticos, de classes, de poder!”.*

*“Mas, as que conseguiram construir sua consciência política dentro do movimento, têm muitas que já ocuparam cargos, assessoria de um candidato ou um cargo no município de ser Secretária, e de dizer: o meu trabalho, com aquilo que eu aprendi no movimento, tem me ajudado muito pra eu ter clareza do espaço que estou”.*

*“Sim, da política do bem comum, bem como da política partidária, confrontando os interesses dos diferentes partidos conservadores e progressistas e seus projetos e as consequências dos mesmos para a vida dos trabalhadores. Também sobre o Neoliberalismo e Políticas Públicas, além de outros temas”.*

*“Sim. Sempre foi trabalhada a política do Movimento com a política em âmbito mais geral. Então, sempre teve formação política”.*

Observamos que a formação política ocorreu sob duas formas. A primeira, em sentido bastante amplo/geral, ou seja, aquela formação que as preparou para desempenhar a atividade política em todas as dimensões, o que abrange não apenas a capacidade de compreender a realidade, mas de atuar nela de modo concreto. Como dito anteriormente, vendo outros olhares.

Isso exigiu uma série de competências que as depoentes demonstram conhecer bem. Citamos algumas: trabalhos de mobilização, de articulação, de mediação e negociação, de

agitação e propaganda, de formulação etc. Portanto, formação política não é apenas aprender a pensar, mas também aprender a fazer. Sobre este modelo de formação, usaremos a fala de uma depoente para resumir o exposto: *“Aprendi muito com o jeito popular de trabalhar a formação, unindo teoria e prática”*. Essa é a formação política com *práxis*.

O segundo sentido de formação política só ocorreu em decorrência do primeiro. Este modelo se efetivou, quando encontrou e preparou lideranças para atuar de modo concreto no parlamento e se firmou no segundo conceito de política, teorizado em capítulo anterior e novamente destacado.

De acordo com Boff (2012. p. 72) o sentido de *política em minúsculo*: *“É toda atividade que se destina à administração ou transformação da sociedade mediante a conquista e exercício do poder do Estado”*. Ou seja, é *“o exercício do poder político para resolver as questões econômicas, políticas e sociais segundo os critérios ou ideologias dos grupos de cidadãos”*. E se acrescenta que, *“neste sentido se pode falar de “política de partido”*. Trata-se, portanto, não do todo, mas da parte; fala-se da política em minúsculo, que é a política partidária. *É a facção e a fração”*.

O depoimento de uma liderança que disputou eleições tanto para o espaço legislativo (municipal, estadual e nacional) como também para o executivo municipal, reforça a importância deste segundo modelo de formação. Diz:

*“o MMC tem um papel fundamental quando ele vai preparando para estarem nesses espaços com mais elementos, com mais qualificação, capacidade de entender como é o jogo político, como se dá as questões das disputas e como é dura a participação. Por que a política partidária é um espaço muito pesado e sem uma certa bagagem corre o risco de ter mais problemas que soluções.*

A partir do exposto, seguimos analisando como ocorreu o envolvimento das depoentes com a política partidária. Em 2008, na edição da Revista Camponesa (MMC, 2008), cujo título - Uma história de organização, lutas e conquistas - encontramos a seguinte citação:

As mulheres decidiram também pela participação política partidária apoiando a candidatura de uma dirigente do movimento para deputada estadual. Este processo garante a eleição da primeira deputada estadual do Partido dos Trabalhadores – PT, a agricultora Luci Choinacki (*sic*). Articulam-se, igualmente, com outras entidades de classe trabalhadora na elaboração de propostas para a nova Constituição, aprovada em 1988.

Em depoimento, a primeira mulher camponesa catarinense eleita à deputada estadual, Luci Choinachi, conta como foi sua entrada na política e o caminho percorrido. Uma história

que merece destaque, não por ser a primeira, mas por ter marcado a vida política partidária de todas as demais depoentes, como apresentaremos a seguir.

### Parte 1 - A entrada:

*“Se os outros dizem que agente tem direito e nunca fazem por nós, daí eu levantava essa conversa, se nunca fazem, eles não nos representam, eles não sentem o problema que agente tá vivendo, então, nós precisamos participar da política. Mas, por onde? Daí começamos analisar os partidos devagar, não foi tão fácil pra compreender. [...] Em 1982, eu me filiei no PT e aí foi indo. Em 1985, já era pra ser candidata à vice-prefeita da minha cidade, mas teve um problema, as mulheres não aceitaram porque eu ia ser vice de um homem. Na época eu não entendia tanto que o medo das mulheres e o próprio preconceito era tão forte. [...] Em 1986, já a gente tinha caminhado, fizemos um encontro de mulheres no dia oito de março, em Xanxerê, reuniu tantas mulheres, do Estado inteiro, Eu comecei e encerrei o encontro, mas não é porque eu queria, mas porque eu representava a voz das mulheres. Eu tinha coragem de falar, porque as mulheres do campo têm medo de falar, a gente nunca foi encorajada pra falar, eu ainda me soltava e falava. [...] Alguém vai ter que ser candidata de nós, a coordenação, um grupo grande a gente era, não era pequeno. Aí essa não vai, essa não quer, vai a Luci. Aí eu disse, eu não, eu adoro fazer o Movimento e trabalhar na roça, não tenho intenção de ser candidata [...]. O partido discutiu também, local, depois regional. Vai ser candidata, sim. É importante ter a voz das mulheres no palanque. Aí, alguns se aventuraram a dar palpites, não tem importância, não vai se eleger, é só pra contribuir. [...] Então tá bom, vamos lá. Daí eu não tinha nem carro para sair, eu ia de carona com os outros candidatos. Daí no final eu vi que a coisa tava ficando feia pro meu lado. Alguns não estavam mais querendo me dar carona. Mas eu continuava com a mesma fala na Pastoral da Terra e do Movimento de Mulheres, em defesa das mulheres, em defesa da agricultura, dos direitos que a gente tinha, da aposentadoria, do salário maternidade e que era importante um outro projeto de vida. [...] Aí, quando terminou a eleição e como no PT só uma pessoa que se elegeu e que fui eu, a gente ficou sabendo dois ou três dias depois o resultado, não era fácil de se saber. [...] O presidente do partido, que era Eurides Mescolotto, que já morreu, ligou, e não tinha telefone lá em casa, daí ele mandou mensagem dizendo que eu era eleita Deputada. Eu disse: Eu não acredito! Eu fiquei até gelada!”*

### Parte 2 – O caminho percorrido:

*“Mas, eu tive um problema depois, quando assumi, porque nem todo mundo achava que eu tinha esse merecimento de estar lá. Eu não fui em busca, eu fui pra contribuir. Quando cheguei lá no parlamento, eu me assustei com a situação porque eu era a única deputada mulher, única do PT, única agricultora e a única simples assim, vindo do povo. Não tinha ninguém que eu pudesse, de início, compartilhar. Eu sofri muito porque eles me viam como uma intrusa lá. [...] Adquiri uma coragem tão grande em defesa das mulheres, em defesa do PT, em defesa da agricultura, dos movimentos sociais, lá na Assembleia Legislativa, que eu consegui ser presidente da Comissão da Agricultura, consegui ser relatora da Constituinte da Ordem Econômica e Financeira e levei mulheres, mobilizava as mulheres e no dia oito de março, cada ano, enchia a Assembleia Legislativa de mulheres, na batalha pela aposentadoria e salário maternidade. [...] Aí as mulheres começaram a dizer: agora tu tem que ser Deputada Federal, tem que levar essas coisas para Brasília, né. Mas o que valeu foi que eu abri as portas para os movimentos sociais, pras mulheres e incentivei a ter coragem. Várias mulheres, após isso, foram candidatas a vereadoras, vice-prefeitas até prefeitas. Teve*

*momentos que teve bastante candidaturas, não por cotas, por motivação política. Foi o exemplo importante que a gente conseguiu contribuir, dar para as mulheres agricultores, naquele momento da história. [...] Depois de quatro anos fui candidata a deputada federal, também fui a primeira candidata do PT/SC eleita, única agricultora que é eleita no Brasil até hoje, se pesquisar na história tu não vai vê, tu vai ver filhas de agricultores, mas mulher agricultora, do cabo da enxada, só eu. [...] Foi lá que eu entrei de cabeça, coração, mente e espírito para puxar a questão da aposentadoria e salário maternidade que na Constituição Federal já tinha garantido o direito, mas precisava regulamentar”.*

Em 1982, Luci se filiou ao Partido dos Trabalhadores. Ela assumiu o mandato de deputada estadual na 11ª legislatura (1987-1991) na Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Na Câmara Federal assumiu o cargo de Deputada Federal na 49ª legislatura (1991-1995), na 51ª legislatura (1999-2003), na 52ª legislatura (2003-2007) e na 54ª legislatura (2011-2015). Nas eleições de 2014, concorreu a Deputada Federal e não foi reeleita.

Para entender como a representante do MMC conquistou tantas vitórias, revelamos alguns depoimentos (que caracterizam os demais) que demonstram como se deu o apoio à sua candidatura e confirmam a importância de ter colocado seu nome a disposição e concorrido representando o Movimento. Lembramos que todas as entrevistadas, direta ou indiretamente, citaram a figura presente de Luci.

*“A primeira vez que a Luci Choinachi foi pré-candidata, eu lembro de uma entrevista no rádio, num sábado à tarde. Ela trouxe vários elementos da mulher da roça, do valor do trabalho na roça, aí, perguntaram pra ela porque a uma mulher da roça não usa pintura, não pinta as unhas e tal. Ela disse que na compreensão dela, o que adiantava ela gastar um dinheiro pra por um esmalte na unha e chegar em casa, tirar leite da vaca e fazer as tarefas, o esmalte iria durar pouco, né. [...] Mas que nem por isso, por não ter um esmalte nas unhas, muitas vezes nem um batom também, nem por isso, a mulher da roça deixava de ter conhecimento e nem por isso deixava de ser capaz de fazer certos debates, né, como por exemplo debate político, de uma sociedade que a gente quer, do olhar das mulheres, do que a gente quer dentro de um projeto político. Isso me ajudou a despertar para participar. Desde a organização das mulheres até o momento de entrar no partido político”.*

*“Deve ter sido em 2000 ou 2001, por Santa Catarina, eu fui destinada para fazer parte da Comissão de Mulheres que no oito de março iria a Brasília fazer toda uma rodada de audiência e tal. Lembro que Adão Preto e Luci, deputados federais, tinham uma audiência marcada para discutir o acesso ao CPF para as mulheres. Aí, era a sub, da sub, da subchefe que foi nos atender e foi muito grossa com nós. Era uma comissão de mulheres de diferentes movimentos e eu lembro que ela disse assim: pra que vocês mulheres querem ter o CPF, vocês não são casadas? O marido de vocês não tem o CPF, não é ele quem faz os financiamentos no banco? Nos se olhamos. Isso é violência! Abandonamos a audiência e voltamos para Câmara de Deputados com o Adão Preto e a Luci e encaminhamos uma denúncia de violência, porque, como mulheres e camponesas nós tínhamos o direito sim a ter a nossa documentação”.*

*“Uma mulher que fazia tudo que precisava. Nas reunião, em Chapecó, ela fazia frente a tudo”.*

*“Teve um papel muito importante na luta das mulheres com a atuação política, contribuiu, lutou muito pelos direitos, sem medo de falar o que precisava falar, pra construir a luta. Ela é uma pessoas que tu pode ir em qualquer lugar, vão lembrar dela. Da participação dela. Luci Choinachi é um nome que se construiu. Ficou a marca do trabalho dela”.*

*“E, sempre me espelhando na Luci. Eu tenho a Luci como uma Deusa. [...] Em 2004 eu me candidatei e levando sempre a bandeira de luta, seguindo o exemplo da Luci, vendo a bandeira da aposentadoria e que a gente sempre deve tar se organizando e tal, eu fui eleita com uma grande votação. Fui presidente da Câmara e continuei”.*

*“Eu lembro que bem no início do MMC a Luci fez uma reunião lá e foi na Câmara de Vereadores. E ela disse que um dia nós ia estar sentada ali como vereadora, como alguém na política. Nós mulheres temos direito de ser votadas e a votar. [...] E eu estive sentada lá, mas com muito ódio. Porque, você participar da política do jeito que está hoje? A gente não tinha muito conhecimento, hoje, eu vou na Câmara de Vereadoras e boto bronca com eles. Sempre digo, vou ser vereadora de novo. Eu vejo muita coisa errada lá dentro!”.*

*“Alguém que não dá para deixar de mencionar é a deputada Luci Choinachi, ela como agricultora, militante do MMC, deputada estadual depois federal, ela sempre fez uma grande defesa da questão previdenciária, foi ela que na época como deputada levou o projeto da aposentadoria, para diminuir a idade e que sempre, tipo, ela enfrentou muito preconceito, machismo”.*

*“Foi nessa prática que a Luci criou e mostrou os exemplos, tudo que a gente também entendeu. [...] Como agricultora a gente defendeu muito a nossa luta. Uma delas, a gente iniciou junto com a Luci, a Luci sempre teve muito de mãos dadas comigo, era minha linha de eu seguir, juntas a gente defendeu a aposentadoria pra donas de casa, né. [...] Na época que eu estava na Câmara que a gente fazia reuniões, debates e eu chamei a Luci e pegamo junto. Ela pônhou no papel. Todas as lutas que foi feita da aposentadoria, andar de ônibus, três dias até Brasília, em nenhuma marcha daquelas eu fiquei fora. Sempre eu tava na frente, junto com ela”.*

Com base nos depoimentos, a entrada de Luci na esfera política institucional significou uma vitória para o MMC e para outros movimentos e organizações sociais, principalmente do campo. Como dito por ela e lembrado por algumas depoentes, Luci se tornou um canal, talvez o único, naquele momento, por onde ingressaram as propostas populares da Constituição.

O que chamou atenção, especialmente, na década de 1980 e início da década de 1990, também reforçado por ela, pelos teóricos e depoentes, foi a palavra ‘única’. Única mulher, única do PT, única agricultora, única deputada estadual, única deputada federal, única representante do MMC na esfera política institucional e único canal de entrada popular para



as propostas da Constituição de 1988. Portanto, entendemos os motivos pelos quais, esta representante popular, não foi e nem será esquecida facilmente.

A primeira liderança do MMC que concorreu a cargo eletivo mostrou sua força eleitoral. As lideranças entrevistadas também o fizeram. No quadro abaixo, apresentamos a trajetória política de cada entrevistada. Priorizamos informar os cargos/candidaturas, o partido em que estavam filiadas quando concorreram e o ano de ingresso neste partido, no entanto, a maioria delas já militavam muito tempo antes de legalmente estarem filiadas.

Quadro 05 – Lideranças, cargos e candidaturas, partido político e ingresso

<b>Nº</b>	<b>LIDERANÇA</b>	<b>CARGOS/CANDIDATURAS</b>	<b>PARTIDO E ANO INGRESSO</b>
01	Luci Teresinha Choinachi	Eleita deputada à Assembleia Legislativa de Santa Catarina na 11ª legislatura (1987-1991); Eleita deputada à Câmara dos Deputados na 49ª legislatura (1991- 1995), na 51ª legislatura (1999-2003), na 52ª legislatura (2003-2007) e na 54ª legislatura (2011-2015). Concorreu deputada à Câmara dos Deputados em 2015, não reeleitou.	PT - 1982
02	Justina Inês Cima	Eleita Vereadora à Câmara de Vereadores de Quilombo – (1988 a 1992); Concorreu ao Executivo Municipal – vice-prefeita - de Quilombo – (1993-1997); Concorreu deputada à Assembleia Legislativa de Santa Catarina (1995-1999); Concorreu à Câmara do Senado Federal ao cargo de Primeira Sulpente de Senador (Milton Mendes), em 2002, conquistando o cargo de 3ª suplência, com 881.024 votos; Concorreu vereadora à Câmara de Vereadores de Quilombo – (2005-2009).	PT - 1987
03	Rosalina Nogueira Da Silva	Concorreu vereadora à Câmara de Vereadores de Chapecó (1997-2001); Concorreu vereadora à Câmara de Vereadores de Chapecó (2001-2005) – assumiu como suplente; Concorreu vereadora à Câmara de Vereadores de Chapecó (2005-2009).	PT - 1987
04	Lucimar Margarete Roman	Concorreu vereadora à Câmara de Vereadores de São José do Cedro (2013-2017) – assumiu como suplente.	PT - 2003
05	Noemi Margarida Krefta	Concorreu vereadora à Câmara de Vereadores de Palma Sola (1997-2001).	PT - 1997
06	Ivete Margarida Andrioli	Concorreu vereadora à Câmara de Vereadores de Itá (2001-2005); Concorreu vereadora à Câmara de Vereadores de Itá	PT - 1999

	Mendes	(2017-2021).	
07	Márcia Elvira Grando Colussi	Concorreu vereadora à Câmara de Vereadores de Concórdia (1997-2001) - assumiu como suplente.	PT - 1987
08	Paulina de Rezende	Concorreu vereadora à Câmara de Vereadores de Irani (1997-2001); Elegeu vereadora à Câmara de Vereadores de Irani (2005-2009) – assumiu por 02 anos, a presidência da Câmara; Elegeu vereadora à Câmara de Vereadores de Irani (2013-2017) – assumiu por 02 anos, a presidência da Câmara; Concorreu vereadora à Câmara de Vereadores de Irani (2017-2021).	PT - 1995
09	Rosani Aparecida Schiavini	Concorreu vereadora à Câmara de Vereadores de Itá (2013-2017).	PT - 1994
10	Serenita Salvi	Concorreu vereadora à Câmara de Vereadores de Itá (1993-1997).	PT - 1988
11	Rosmari Martinello dos Santos	Concorreu vereadora à Câmara de Vereadores de Xanxerê (2017-2021).	PT - 2004
12	Iraci Lopes Dalla Rosa	Concorreu ao Executivo Municipal – vice-prefeita – de Xanxerê (1989 – 1993); Elegeu vereadora à Câmara de Vereadores de Xanxerê (1997-2001); Concorreu prefeita ao Executivo Municipal de Xanxerê (2001-2005); Concorreu prefeita ao Executivo Municipal de Xanxerê (2005-2009);	PT - 1987
13	Sirlei Gaspareto	Concorreu prefeita ao Executivo Municipal de Quilombo (1997-2001); Concorreu prefeita ao Executivo Municipal de Quilombo (2001-2005); Concorreu prefeita ao Executivo Municipal de Quilombo (2005-2009).	PT - 1992
14	Marilene Limberger	Concorreu vereadora à Câmara de Vereadores de Dionísio Cerqueira (1993-1997); Eleita vereadora à Câmara de Vereadores de Dionísio Cerqueira (2001-2005); Concorreu vereadora à Câmara de Vereadores de Dionísio Cerqueira (2005-2009) - assumiu como suplente. Concorreu vereadora à Câmara de Vereadores de Dionísio Cerqueira (2009-2013) - assumiu como suplente. Concorreu vereadora à Câmara de Vereadores de Dionísio Cerqueira (2013-2017) - assumiu como suplente.	PT - 1992

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

Segundo as depoentes, a primeira camponesa/agricultora, foi Luci Choinachi e na sequência as demais colocaram o nome à disposição. Observamos que já na eleição municipal seguinte outra liderança teve êxito. E assim, continuamente, o MMC teve representantes no oeste de Santa Catarina em cargos ao Legislativo a nível municipal, estadual e federal. Também com muita frequência ocorreram pleiteadas a cargos do Executivo Municipal.

Para que pudéssemos aprofundar a leitura do quadro, elaboramos um breve resumo, considerando que, das catorze (14) lideranças que participaram das disputas eleitorais: Uma concorreu à Câmara do Senado Federal ao cargo de Primeira Sulpente (2002), não elegeu; Uma concorreu cinco vezes à Câmara dos Deputados Federais. Quatro vezes eleita. Os mandatos foram consecutivos (1991 – 2015); Duas concorreram à Assembleia Legislativa de Santa Catarina, sendo que a primeira em 1986 (elegeu) e a segunda em 1994 (não elegeu); Duas concorreram ao Executivo Municipal (cargo de prefeita) entre o período de 1989 a 2009. Ambas disputaram três eleições e não se elegeram; Duas concorreram ao Executivo Municipal (cargo de vice-prefeita) e não se elegeram. Quatro se elegeram ao Legislativo Municipal. A primeira concorreu em 1987 e a segunda em 1996, a terceira e 2000 e a quarta, com dois mandatos, em 2004 e 2012; Quatro assumiram como suplentes ao Legislativo Municipal entre os anos de 1997 a 2016, uma delas por três vezes. As 14 depoentes militaram e se filiaram no PT.

De acordo com o resumo, percebemos que houve uma organização interna e o incentivo do MMC para que as militantes se tornassem visíveis em todos os pleitos eleitorais. Pois, durante o período de 1986 até 2016, sempre uma liderança camponesa concorreu a cargos eletivos. Nestes trinta anos, envolvidas com a política partidária, o MMC não foi o único que interferiu ou apoiou, a partir dos depoimentos, percebemos que a conjuntura econômica e política do momento, bem como o partido em que estavam filiadas também foram determinantes.

Precisamos lembrar que no final da década de 1970 e durante a década de 1980 as camponesas dependiam da agricultura para sobreviver e o campo enfrentava o processo de falência do sistema agrícola brasileiro. No Oeste catarinense, o êxodo rural deixava suas marcas, acompanhado da crise econômica: juros altos e correção monetária alta inviabilizavam o crédito bancário; preços baixos dos produtos vendidos pelos produtores; falta de armazéns obrigavam que a venda fosse feita logo após a colheita sem se quer cobrir os custos da produção.

Como apresentamos no capítulo três, a Secretaria do Oeste, estava preocupada com a urbanização e como acolheria os migrantes do campo que passariam a dar assistência aos setores do comércio e das indústrias. Os responsáveis por estes setores se caracterizavam como grandes apoiadores dos partidos em vigência. O poder político daquele período pouco cooperava para melhorar as condições de vida dos camponeses/as.

Logo, a mulher que vivia no campo entendendo ambos os cenários (econômico e político) e com intuito de mudanças, passou a participar das organizações sindicais, das Igrejas e dos partidos políticos (que apresentassem novo projeto para o campo e para as mulheres), e quando perceberam, se tornaram grandes lideranças e passaram a fazer parte do mundo das decisões. Muitas foram procuradas para se candidatar devido ao trabalho que exerciam em suas comunidades, período em que não existia a *Lei nº 9.504/97 (conhecida como lei de cotas)*. As manifestações, abaixo, ratificam nossas observações.

*“Eu achava que tinha função que chega no MMC. Mas, por fim, a gente chegou ao ponto de que no município a gente tinha que tá lá pra por o bico, como diz o caso, né. Pra mexer com as coisas lá, teria mais força. Foi quando agente entrou pra ajudar, pra gente colocar um prefeito, elegemos ele. Eu concorri e fiquei suplente e depois assumi”.*

*“O candidato a prefeito disse que eu tinha que ir e as mulheres fizeram uma reunião e também disseram que eu tinha que ir, que iam me apoiar”.*

*“A gente, desde a primeira eleição, foi escolhida pra ir, mas depois com as cotas foram em busca de mais mulheres. Eu nunca fui porque faltava mulher”.*

*“O nome que foi indicado foi o meu e eu me coloquei à disposição”.*

*“Alguém vai ter que ser candidata de nós, a coordenação, um grupo grande a gente era, não era pequeno. Aí essa não vai, essa não quer, vai a Luci. Aí eu disse, eu não, eu adoro fazer o Movimento e trabalhar na roça, não tenho intensão de ser candidata [...], o partido discutiu também, local, depois regional [...] Vai ser candidata, sim”.*

*“Vieram me buscar para uma reunião, então a gente era buscada da roça. Alguém sempre ia buscar e traze. Sei que um presidente de sindicato veio me busca e traze para reunião um dia”.*

Em entrevista, perguntamos por qual partido concorreram e todas responderam pelo PT. Apenas duas lideranças, de forma espontânea, disseram que antes do PT já haviam participado em outro partido. Como sentimos que não era um assunto que queriam falar, não insistimos. Seguimos questionando: o PT por quê?

*“Fui uma das fundadoras do Partido dos Trabalhadores – PT em Xaxim-SC, milito neste partido desde 1986”.*

*“Aí veio o PT lá no município pra falar, fazer uma reunião de candidato a governador e a turma toda, mas eu já tava no movimento [...] Pô, o que a gente tá pensando eles tão falando. Aí eu me filiei no PT”.*

*“E o PT porque fez parte dessa construção estratégica de boa parte das pessoas que estavam nas CEBs. [...] Eu tinha um entendimento de quem iria salvar os trabalhadores, as trabalhadoras, seria a sua organização, as lutas, a formação política e tudo mais. O PT era a ferramenta que estava sendo construída para isso”.*

*“Estou no PT mais por essa luta por igualdade, pelo menos foi isso que me inspirou no partido. [...]. Todas aquelas questões das greves no ABC, acho que um pouco isso foi inspirando, pelo fato do partido estar sempre muito presente nas lutas, nos movimentos, meio que se fizesse parte”.*

*“A partir da compreensão a gente pode escolher o partido político. Aquele que se afinava mais com as propostas que a gente trabalhava no Movimento e tal”.*

Esses depoimentos confirmam que o MMC sempre incentivou a participação das militantes na política partidária. Em nenhum momento disseram que o MMC determinou a escolha da sigla partidária, pelo contrário, oportunizou formação para que entendessem a origem dos partidos e quais ideologias políticas defendiam. Há um depoimento que ajuda a esclarecer o exposto:

*“O MMC não é do PT e de nenhum partido político. O MMC é das mulheres camponesas. Essas, como sujeitos políticos, a partir de suas convicções/inserções, níveis de consciência, tomam suas posições políticas, inclusive, partidárias. É óbvio que uma mulher trabalhadora, consciente, jamais assumirá uma posição de direita, em defesa dos empresários, capitalistas. Sempre tomará posição crítica como mulher e como trabalhadora”.*

Há outros depoimentos em que declaram a autonomia sobre a escolha partidária que fizeram. De forma geral, observamos que não perderam de vista as ações coletivas e a construção de um projeto integral de transformação social. Contudo, avaliamos que a proximidade das militantes com a Igreja Católica, na década de 1980, as tenha aproximado do

PT. Além disso, dentre as entrevistadas, algumas ajudaram a fundar o partido em seus municípios e colaboraram das mais diferentes formas, quando ainda faziam parte da CEBs e das Pastorais Sociais.

*“No começo, aqui, a gente fazia um grupinho, tinha umas cinco, seis pessoas, que começaram a criar esse partido, ajudar. Fizemos até uma rocinha, uma produção pra poder manter e ajudar”.*

*“No começo, nós ia com a caçamba, com o trator, para fazer as reuniões, os comícios. O primeiro candidato a prefeito que nós fizemo [...] ia fazer os discursos em cima da caçamba. Por isso que a gente criou esse partido e é nesse que eu tô, até hoje”.*

*“A gente via que tinha muita coisa errada no meu município. A gente deu terra para produzir, plantar milho, pra criar fundos pro PT. Eu não era filiada naquela época ainda”.*

*“Quando foi criado o PT aqui [...] nós fomos uma das primeiras famílias que ajudamos a fundar, buscar filiados”.*

*Depois disso formamos o partido. Eu ajudei a fundar o partido no município, o PT.*

Ao questionar sobre as decepções que tiveram ao se envolver com a política partidária, vários depoimentos apresentaram a política interna do partido, como sendo, a maior decepção. A nosso ver, as manifestações mais percebidas estavam ligadas a períodos de disputas eleitorais, como: a falta de ética, companheirismo, machismo/autoritarismo, falta de diálogo, pouco espaço para decisões, falta de recursos financeiros, dentre outras revelações que podem ser observadas nas falas das depoentes.

*“Decepções, principalmente com pessoas que traíram a causa em função de ganhos pessoais abandonando a luta”.*

*“A ideia deles era eu ser candidata e depois abrir mão, né. Mas, não me falaram isso. [...] Dentro do próprio partido me passaram a rasteira. No final da campanha, eles começaram a dizer por aí que eu tinha aberto mão. Não ia ser mais candidata. [...] Aí começou aquelas ligações dos meus amigos, um ligando pros outros e ligando pra mim. Não, não, eu continuo candidata! Era os últimos dias, não tinha mais programa de rádio, não tinha mais material, nada pra me defender. Eu fui em frente [...], o outro não se elegeu. [...]. Eu fui suplente e assumi”.*

*“Foram tão sacanas que me deram, pra assumir, o mês de outubro, que era eleições e que não podia aprovar projeto nenhum; enfim, me deram dois meses em que não podia fazer*

*praticamente nada. [...] Quer dizer, vamos colocar ela lá para ela não ficar braba, mas ela não vai fazer nada”.*

*“Era a rasteira dos companheiros mesmo. Às vezes, iam na frente ou depois que agente fazia uma visita e diziam que não adiantava votar porque ela não se elege mesmo, é mulher mesmo, o que vai fazer? Vão perder o voto. Não vai se eleger. Se eleger, depois não vai conseguir fazer nada. Essas eram as decepções que a gente teve”.*

*“Se fosse dar uma nota pro meu partido, eu daria 5, só metade. Quando me envolvi, dava 10. [...] Me decepcionei muito”.*

*“Nesse partido a maioria eram os homem que decidia. Naquela vez que concorri, tinha só duas mulher”.*

*“Na verdade não dão oportunidade para as mulheres pra se prepara antes. Os homens se preparam bem mais e quando chega na última hora buscam as mulher para concorrer. [...] Nem o nosso partido se preocupava em dar formação antes, de preparar para quando chega o momento”.*

*E como a gente vê o machismo presente. [...] Às vezes, de fazer reuniões e a gente ser avisado de última hora. E quando é uma mulher agricultora é pior ainda, eu na verdade sempre fui de me impor, nunca deixei me pisarem muito, acho que é do fato de eu ter militância no MMC e tal, a gente aprendeu muito a se fazer respeitar. [...] Mas a gente via que com outras companheiras pisavam mesmo, né”.*

*“Eu acho que aconteceu comigo e com os próprios companheiros da coligação de tirar voto, talvez nem pelo fato de ser mulher, mas que tiravam voto entre si e isso é uma coisa muito desagradável. Acho que com as mulheres é ainda pior”.*

*“Na questão política tem discriminação, inclusive, dentro do próprio partido. Nesta última candidatura, em 2016, a qual eu não me elegi, eles queriam que eu entrasse porque precisa de mulheres, só pra entrar e não pra ganhar”.*

*“As estratégias internas, no sentido de isolar as mulheres, a gente foi vivendo e sentindo isso de maneira muito forte”.*

*“É uma decepção o partido ter perdido essa lógica de luta e estar muito mais no campo eleitoral só.*

Diante do exposto, entendemos que as situações apresentadas aconteceram devido espaço político, até então, ter sido ocupado por homens e passa a ser dividido com mulheres, ainda mais, quando estava em jogo uma disputa que refletia na opinião da sociedade. Ou seja, quando os homens perceberam que o espaço historicamente dominado/ocupado por eles havia se renovado, tentavam das mais diversas formas dominá-las. Neste caso, indiferente de qual

era sigla partidária, lutar contra uma construção concepção milenar, não seria nada fácil. Não foi e nem é, também, para as mulheres.

Três das lideranças entrevistadas não souberam lidar ou não aceitaram tais situações apresentadas e desistiram, optaram por se afastar da política partidária. Já a maioria delas se mantiveram engajadas e as situações vividas foram usadas para discutir a problemática da mulher na política, dentro do próprio partido. Dessa forma, as lideranças que se mantiveram filiadas, como o partido político puderam repensar a condução tomada.

Para reforçar o exposto, os depoimentos abaixo retratam falas de mulheres que se afastaram e de outras que seguem envolvidas na política partidária com muita determinação para avançar nas lutas.

*“Como a única vereadora mulher e de esquerda, num espaço historicamente dominado pelos homens, os conflitos foram grandes. Denunciei corrupções, desvio de recursos públicos para benefício de particulares, leis que favoreciam os interesses de alguns em detrimento da maioria da população. Um desses processos que apresentamos ao Ministério Público demorou 10 anos para ser concluído e as pessoas denunciadas serem condenadas”.*

*“Fui a primeira candidata agricultora que assumiu e a única. E se tem preconceito com a mulher, imagina agricultora! [...] Um dos vereador levantou de onde tava e veio me parabenizar e dizer como a senhora discursa bem, eu imaginei que a senhora não ia nem conseguir falar. Então imagine, né”.*

*“Eu sofri muito dentro da política pelo fato da mulher ser diferente do homem. Assim, a gente não consegue fazer o jogo de cintura. Eu não entrava no jogo deles, eu sofria muito. Éramos em duas mulheres e agricultora só eu”.*

*“Uma das coisas é a conservação machista. O medo da mulher ter aquele espaço garantido”.*

*“Quando me envolvi, achei que política era uma coisa muito boa, pra discutir as coisas, ia nas reuniões e aprendi muita coisa. [...] Não iria mais”.*

*“Obviamente não faltaram embates, não foram poucos os enfrentamentos, mas ali estava uma mulher lutadora [...]. Quando eu assumi a candidatura, eu estava bem consciente que estava entrando num jogo duro, numa das batalhas mais violentas, principalmente para nós mulheres, mas encarei. Enfrentei e enfrentamos duros momentos, mas nunca recuei e nem nós recuamos. Apenas para citar: em um dos processos que fui envolvida, o Juiz, na hora da decisão (estávamos todos lá diante do juiz) depois de ter me ouvido, disse para mim escolher a quem os meus adversários deveriam pagar a pena (que era prestar serviço à comunidade e pagar um salário mínimo durante um período). Eu disse ao Juiz que a afronta de meus adversários durante e depois do pleito eleitoral, não atingia apenas a candidata, mas sim a todas as mulheres trabalhadoras, mães daquele município e de outros, principalmente as mulheres que numa sociedade patriarcal e machista como a nossa, têm a coragem de se colocar publicamente para disputar uma eleição e construir outras relações na gestão e*



*serviço público administrativo. Por essa razão, sugeri que o salário que ele teria que pagar, deveria ser para a Associação das Mulheres Camponesas daquele município e assim se fez”.*

No caso das depoentes eleitas que assumiram a função no legislativo, avaliamos a participação política como ousada. Algumas percebiam suas limitações e procuravam assessorias, outras, impuseram limites e disseram não aos desmandos. De modo geral, a grande parcela das entrevistadas não desistiu diante dos desafios e através do trabalho executado foram reconhecidas.

Nas situações apresentadas, as lideranças usaram o confronto para explorar oportunidades políticas. A esse respeito, vale notar a contribuição de Tarrow (2009, p. 19), o qual considera que o “confronto é o principal e quase sempre o único recurso que as pessoas têm contra os opositores mais bem equipados”.

No caso específico do envolvimento partidário das lideranças entrevistadas, as oportunidades políticas estiveram sempre atreladas às restrições políticas. A nosso ver, a partir dos depoimentos, entendemos que em parte, as pessoas que dirigem o partido, ignoram o fato de que a mulher ainda não tem as mesmas condições (econômicas e sociais) para disputar cargos eletivos e afirmam que a política de cotas resolveu tal pendenga, como se a quantidade representativa fosse a única restrição.

*“Ainda o espaço político é masculino, porque se ele fosse um espaço de igualdade não precisaria trabalhar as cotas, né, que hoje tem brigar para se ter as cotas, é porque ainda não está sendo um espaço justo para os dois”.*

*“[...] eles queriam que eu entrasse porque precisava de mulheres, só pra entrar e não pra ganhar. [...] De fazerem reuniões e me deixar fora, principalmente, nas últimas, de articulações de coligações. Imagina, eu era presidente da Câmara, única representante do partido”.*

*“Na eleição passada eu podia ter sido candidata. Eu falei: agora vocês vêm? Negativo, não vou. E vou deixar claro pra vocês, todo mundo já está organizado, já tem quem vai ajudar na campanha, agora porque precisa botar mulheres, me procuram?”.*

*“Daí assim, a gente vê no município, quando se olha pras mulheres candidatas, às vezes da uma angústia na gente, botam lá, assim, no dia da eleição [...]. Lá no final, mulheres zero votos. Nem o delas. Que significa isso, literalmente foi dito assim: não, nós só queremos que tu empresta teu nome, não precisa fazer campanha. Isso tem acontecido”.*

*“[...] fui convidada para ser candidata à vereadora, precisava fazer uma chapa e precisava mulheres para concorrer. Daí, como eu era catequista e participava sempre da diretoria do sindicato e já tava filiada no PT, tive a oportunidade”.*

*“Eu nunca fui porque faltava mulher. [...], mas muitas delas foi por causa das cotas. A gente sabe, né. Nunca fui porque me empurraram, fui porque eu quis. Eu ainda sou uma política, a gente gosta”.*

Como vimos, a *Lei nº 9.504/97* definiu que cada partido ou coligação deveria preencher a cota mínima de 30% (trinta por cento) e a máxima de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo. A partir das manifestações, percebemos que as depoentes eram conhecedoras deste artigo e estavam conscientes da maneira como vinha acontecendo, ou seja, mulheres, ainda, eram dominadas e deixadas em segundo plano. Contudo, sabiam da importância de aproveitar estas oportunidades, mesmo não sendo as mais justas para ocupar espaços de decisão.

Quanto à determinação de que cada partido deveria aplicar 5% (cinco por cento) do Fundo Monetário para a criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres e a fixação de no mínimo 10% (dez por cento) do tempo para fins da propaganda partidária (*Lei nº 12.034/2009*), nenhuma das lideranças mencionou o assunto. O que observamos foi que suas campanhas sempre foram modestas e sem muitos recursos midiáticos e financeiros.

Após termos refletido sobre a vida político-partidária das catorze depoentes e de termos conhecido a trajetória política das mesmas, avaliamos que sendo ou não eleitas aos cargos eletivos, contribuíram na implantação de um modelo político em que mulheres trabalhadoras do campo passaram a ter voz e vez. Logo, romperam com o modelo seguido há décadas, no oeste de Santa Catarina.

Como vimos as oportunidades políticas sempre estiveram vinculadas às restrições políticas. Ao analisar a atuação das entrevistadas, tanto no MMC como na política partidária, percebemos que muitos confrontos e desprendimentos foram feitos para romper as barreiras que encontraram e, mesmo assim, somente algumas foram rompidas, parcialmente outras e muitas ainda não de se romper. Vamos recordar algumas restrições já analisadas:

- Participação na política partidária;
- Reconhecimento identitário;
- Organizações em defesa da libertação da mulher e de seus direitos;
- Atuação no MMC;
- Sentimento pertencimento no MMC e no partido político;
- Construção de lideranças;
- Descaso com a situação vivida no campo;
- A divisão de classes sociais;

- Consciência de classe;
- Precarização do trabalho;
- Formação política;
- Oportunidades emancipatórias.

Outras situações ligadas às restrições políticas poderiam ter sido mais exploradas, a exemplo da falta de escolarização ou educação formal tardia (todas as depoentes enfrentaram dificuldades para estudar), da separação conjugal (vivida por pelo menos metade das participantes), da violência doméstica atrelada a vícios (sendo o agressor/viciado um homem: pai/irmão/marido) e da aparência (vestimenta e linguagem). Contudo, abordamos as restrições mais repetidas por elas e próximas do tema. De forma alguma desfazemos estas, que ainda merecem estudo aprofundado.

Ao mesmo tempo, observamos restrições políticas e oportunidades políticas. Tarrow (2009, p. 38) entende as oportunidades políticas “como dimensões consistentes – mas não necessariamente formais, permanentes ou racionais – da luta política que encorajavam as pessoas a se engajar no confronto político”. No caso das entrevistadas, a mudança nas oportunidades e restrições políticas fez com que militassem tanto no MMC como em um partido político, através de ações coletivas.

E foi nas ações coletivas, em prol das reivindicações assumidas em campanha eleitoral, que as entrevistadas foram construindo alianças e recebendo apoios capazes de mexer na estrutura instalada. Na concepção das depoentes, a experiência de ter podido ocupar cargos eletivos, ou de somente participar das disputas, acarretou resultados positivos e relevantes. Quando questionadas sobre quais foram os resultados, assim os descreveram:

*“O principal ponto relevante, foi sim ter aceitado um desafio tão grande, digno e significativo para um povo, principalmente porque exercitamos um propósito de construir um outro projeto para o município. E assim se fez. Não foi uma simples candidatura eleitoral. Foi um exercício de responsabilidade popular construída com a participação de uma ampla maioria da população. Tenho boas lembranças!”.*

*“O conhecimento que se tem numa campanha é enriquecedor. Visitei em todas as campanhas as casas de quase todos os habitantes da cidade e do interior. Conhecer suas necessidades reais, seus sonhos e contar com a confiança de tantos para ocupar um espaço onde são decididos os rumos do município é gratificante”.*

*“Poder, como vereadora representar as mulheres e contribuir com projetos e apoio em suas reivindicações; estar presente nos eventos e mobilizações contribuindo na defesa de suas propostas foi algo muito importante”.*

*“Adquiri uma coragem tão grande em defesa das mulheres, em defesa do PT, em defesa da agricultura, dos movimentos sociais, [...]”.*

*“Eu nunca desrespeitei ninguém, nunca usei de autoritarismo, nem de falar mal e entrar na vida pessoal de ninguém, nunca fiz coisas que meu partido pudesse ter vergonha de mim e minha família. Eu agradeço isso”.*

*“Discutindo uma contribuição bastante grande nessa questão da regulamentação da Previdência e do acesso das mulheres à documentação e aposentadoria, o salário maternidade, [...]. Eu colocaria essa questão do avanço de relações de igualdade”.*

*“Mas eu vejo como uma conquista bastante grande, então o projeto de agricultura camponesa agroecológica e a outra questão é a participação das mulheres na educação formal”.*

*“Nesse processo, como mulheres militantes tivemos avanços significativos tanto do ponto de vista dos processos de autolibertação das mulheres bem como, alternativas para acreditar em outras forma de organizar a vida em sociedade”.*

A partir do exposto, construímos breve descrição dos resultados positivos e relevantes mais citados: coragem de colocar o nome à disposição; participar do exercício da cidadania; aquisição de conhecimento (relacionando teoria com prática); estar ciente da realidade e das necessidades sociais; conquista de confiança; oportunidade de representar as mulheres e o partido na esfera pública; chance de construir projetos e atender reivindicações; mobilizações em defesa de direitos e do avanço de relações de igualdade; conquista de educação formal integral; possibilidade de construir projetos alternativos para a efetivação de um novo modelo de sociedade.

As constatações confirmaram que estas mulheres não se deixaram dominar, e suas histórias foram marcadas por confrontos, resistências e capacidade de escolha.

Com base em Tarrow (2009, p.255) “as mulheres têm estado mais visíveis e cada vez mais presentes em papéis de lideranças” a partir dos confrontos que efetivaram em suas trajetórias.

A respeito da resistência, lembramos a afirmação clássica de Foucault (1985, p.91): “lá onde há poder há resistência”, e as mulheres sabiamente perceberam que o poder não tem só função de reprimir, se assim fosse, seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos no nível do desejo. E ao desejar estar no poder e, posteriormente, assumir espaços de decisão e de poder (executivo/legislativo), o mesmo, foi aplicado para “efeitos positivos”.

Quanto à questão da capacidade de escolha, primeiro precisaram afirmar suas identidades. Depois criar ações coletivas (o nós) para agir em grupo e não sentirem-se

solitárias no confronto, na resistência. Em seguida, passaram a exercer a capacidade de escolha de acordo com seus propósitos e livre desejo.

Neste sentido, não estando sozinhas, sendo o MMC, através da militância, o grande suporte, passaram a idealizar um desenvolvimento social alternativo, a exemplo do projeto<sup>9</sup> popular para a agricultura, através da agroecologia; da preservação da biodiversidade; do uso das plantas medicinais; da recuperação das sementes como patrimônio dos povos a serviço da humanidade; da alimentação saudável como soberania das nações; da diversificação da produção, da valorização do trabalho das mulheres camponesas.

Com alicerce nestes três aspectos (confronto / resistência / capacidade de escolha), entendemos que foi materializado o processo de empoderamento destas lideranças. Segundo Lisboa (2003), autores como Friedman e Stark, que estudam formas de desenvolvimento alternativo, afirmam a importância do empoderamento para que tais formas tenham êxito.

Ao se basear teoricamente em Friedmann e Stark, Lisboa (2003, p. 23) considera que o “empoderamento dos setores mais pobres da população é condição necessária para o desenvolvimento com democracia participativa”. E alerta que “ele somente é possível, se envolver todos os setores da sociedade”. Conclui que através do empoderamento “cada pessoa toma parte nas decisões que lhe dizem respeito; ele requer democracia e equidade entre as pessoas envolvidas na tomada de decisões no nível socioeconômico e político”.

A categoria empoderamento, vem do inglês *empowerment* e surge no meio acadêmico, a partir da década de 1990, para analisar o processo pelo qual pessoas, organizações sociais ou comunidades criam seu próprio espaço vital, tanto social, quanto ecológico e como a partir disto, aprendem a lidar criativamente com situações-problemas em função de suas necessidades básicas. Para Lisboa (2003), o “enfoque é centralizado na força e na capacidade das pessoas de descobrir e desenvolver suas capacidades para vencer e superar seus problemas individuais como socioestruturais”.

Apesar de terem tolerado distintas formas de dominação e opressão, as lideranças que se envolveram com a política partidária, não se deixaram vencer. Elas participaram de confrontos e resistências, realizaram rupturas, inovações, atos de ousadia e remodelaram o cotidiano. E foi em circunstância tensa, de conflito e dinâmica que ocorreram transformações sociais que as conduziram a seu empoderamento.

O empoderamento, a nosso ver, construiu nas entrevistadas uma ideia diferente das relações de poder. Tornaram-se potencialidades ativas na defesa daquelas/les que têm menos

---

<sup>9</sup> Site do MMC: <http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/47>

poder na sociedade. Ao se envolverem com a política partidária e escolhendo disputar cargos políticos, mostraram um poder que vem de baixo, que reconhece os explorados como sujeitos da história. Portanto, firmaram-se como indivíduos políticos diante da tomada de decisões, princípio do empoderamento. Foi assim que se investiram de poder e coletivamente empoderaram o MMC e o partido que escolheram.

*“Eu sempre tive uma força interior de mudanças, sonho com um mundo que as pessoas possam pelo menos ter o mínimo, o necessário e o básico pra sobreviver, isso me impulsiona para a luta”.*

*“Se tu ficar pisando só em almofadas tu não vai sentir a dor de quem bota o pé no barro”.*

*“Hoje, eu me dedico mais para fortalecer outras mulheres e tenho assumido com garra essa questão da participação política da mulher na sociedade”.*

*“Hoje eu colocaria meu nome novamente a disposição”.*

*“Na verdade sempre fui de me impor, nunca deixei que me pisassem”.*

*“Eu não me transformava em quem eu me tornei, ia ficar sempre aquela burrinha, escondida”.*

*“A gente precisava dizer não. E se por isso rendia uma surra, eu ainda dizia, não!”.*

*“A minha política mostrou a minha firmeza. Que tanto faz eu estar aqui como agricultora ou estar lá como vereadora. Eu tenho firmeza e certeza do que eu quero. Essa posição que agente tem que ter”.*

*“Eu vou ser candidata, sim. Não importa as decepções que eu tive ou o que fizeram comigo. O que eles querem (o capital e os homens), é que a mulher caia, desanime e desista”.*

*“Vivenciamos uma verdadeira luta democrática, propondo outras formas de fazer a gestão administrativa. Foi um grande aprendizado. Além disso, uma experiência de enfrentamentos contra o patriarcado e contra a lógica perversa do capita”.*

*“Se até hoje eu não concordo e não aceito esse capitalismo selvagem é porque a gente sofreu muito no passado, meus pais eram pessoas simples, humildes, sem terra”.*

*“Não tenho dúvidas de que marcamos a história política partidária, eleitoral daquele município, como algo digno de ser ressignificado por aquele povo”!*

Com base nos depoimentos, concluímos que o empoderamento construído e partilhado como princípio de oportunidade política e capacidade de escolha contribuiu no avanço do exercício de cidadania e provocou mudanças positivas no grupo social que pertencem e pertenciam.

A partir da narrativa, no quarto capítulo avaliamos a percepção que as entrevistadas manifestaram sobre a construção da identidade pessoal e do movimento, bem como a importância do MMC na formação social, cultural e política para suas vidas. Mostramos alguns setores sociais que às incentivaram (cada qual com seus interesses) e por isso sentiram-se seguras, a ponto, de criar o próprio movimento autônomo. Apontaram a Igreja (na figura de Dom José Gomes), os sindicatos (com ênfase na formação) e os partidos políticos de esquerda (com destaque ao PT) sendo os maiores impulsionadores. Por fim, observamos que por estes três principais incentivadores, somado ao MMC, construíram sentimento de pertencimento que fortificou os confrontos e as resistências, possibilitando oportunidade políticas e de escolhas.

Portanto, o último capítulo responde a problemática da pesquisa. O envolvimento das lideranças do MMC na política partidária, no oeste de Santa Catarina, no período de 1983 a 2003, ocorreu a partir do momento em que firmaram identidade, mostraram autonomia na escolha do partido, foram se fortalecendo nos confrontos, na resistência, nas lutas, nas escolhas e na construção dos projetos alternativos para um novo modelo de sociedade em que acreditam. Logo, não este, dominados por homens e, obviamente, pelos donos do capital.

## 4 CONCLUSÃO

A abordagem da atuação econômica e social das mulheres, destacando as trabalhadoras camponesas militantes do MMC, revelou como a política esteve entrelaçada com a vida diária. A análise histórica, a partir da Teoria das Oportunidades Políticas, confirmou que os movimentos sociais se tornaram entre 1983 a 2003, importantes ferramentas para a reflexão e debate a respeito da condição da mulher na sociedade.

Formados por relações interpessoais e na ação coletiva, os movimentos sociais ressignificaram conceitos como: cidadania, democracia, igualdade, justiça e questionaram definições do que se conheceu como estritamente político. Diante dos confrontos, trataram de lutas relacionadas aos seus direitos e politizaram o que não era político. Provocaram a arena política no sentido de ampliar os seus próprios limites.

As mulheres participantes deste momento histórico acenderam como sujeitos políticos na conflitante e ambígua vida habitual. Problematizaram demandas coletivas como representantes políticas legítimas. Tal representação foi determinante para o princípio da democracia entre homens e mulheres. E, por sua vez, vinculadas aos movimentos sociais puderam ampliar o apoio no processo de democratização e criação da cidadania integral.

Ao estudar e aprofundar a história dos movimentos sociais do campo fomos apresentados a um mundo de exploração e de resistência que serviu de exemplo para tantos outros movimentos de luta. Foi devido às dificuldades de produzir para satisfazer as necessidades básicas da família que a categoria camponês passou a agir de forma contenciosa e afrontou o modelo de produção capitalista que determinava outra lógica de trabalho. Tal lógica provocou o êxodo rural e facilitou a exploração capitalista com o fornecimento de mão de obra barata, não especializada, para as indústrias que estavam sendo instaladas no Brasil.

Considerando o acima exposto, muitos homens e mulheres que trabalhavam no campo migraram para as cidades. As mulheres tiveram que se render ao novo modelo produtivo e foram mais exploradas e menos valorizadas do que os próprios homens. Entretanto, em comunhão com alguns setores da sociedade (igrejas, sindicatos, movimentos sociais, partidos políticos de esquerda, organizações liberais, conselhos...) passaram a reivindicar direitos, a exemplo do sufrágio universal e da participação nas disputas eleitorais. Só que desta vez, com mais vozes e com oportunidade de divulgar na pequena imprensa às condições em que foram submetidas.

No início do século XX, até 1970, as poucas mulheres que tentaram visibilidade logo foram caladas, ou, se calaram, sobretudo, a mulher que vivia no campo não pôde agir com



autonomia. Embora ela tenha participado de todas as manifestações de resistência, no campesinato, remanesce o formato patriarcal e conservador que não a reconhecia como sujeito da história.

A partir da década de 1970 as mulheres que permaneceram no campo, lentamente, juntaram-se aos mesmos setores sociais que as mulheres urbanas, na busca de visibilidade, de autonomia, de reconhecimento e logo sentiram a necessidade de criar movimentos próprios. Realidade esta percebida em Santa Catarina e em outros estados do Brasil.

Em nossa pesquisa buscamos conhecer a história de criação do Movimento das Mulheres Camponesas em Santa Catarina (MMC/SC) e descobrimos que teve seu embrião na região oeste do Estado. Descobrimos também que, logo após a criação, o MMC/SC oportunizou às suas militantes formação política com a finalidade de conscientizar acerca da importância de terem representação na via institucional, ou seja, colocando o nome à disposição para concorrer a cargos eletivos. Corajosamente, camponesas se envolveram com a política partidária e aceitaram o desafio, disputando cargos eletivos.

Tais descobertas foram resultado do estudo realizado através de fontes escritas e orais. Aliás, foram as fontes orais que permitiram compreensão apurada do que acontecia no cenário social, econômico e político no Oeste, no período em estudo (1983 a 2003). As catorze lideranças femininas, as quais entrevistamos, estiveram envolvidas com o MMC e participaram diretamente na política partidária, determinaram novos rumos à política catarinense conduzida historicamente por forças das elites oligárquicas, essencialmente masculinas.

O fato de disputar espaços tidos historicamente como masculinos fez com que enfrentassem muitas resistências políticas. Contudo, foi no reflexo de uma confluência de elementos políticos, culturais, econômicos e nas ações coletivas que as lideranças camponesas entrevistadas construíram oportunidades políticas.

As oportunidades políticas unidas aos conhecimentos adquiridos junto ao MMC às conduziram, mesmo com recursos limitados, a agir de forma contenciosa diante dos conflitos e interesses políticos que se apresentavam. Dessa forma, conquistaram espaços para expor propostas de um novo jeito de governar; mais igualitário.

Neste sentido, devemos a estas lideranças muito respeito e reconhecimento, pois significativamente, contribuíram não só com a pesquisa, mas na trajetória social e política das mulheres catarinenses e brasileiras, especialmente as camponesas.

Quanto ao problema proposto nesta dissertação, confessamos que para encontrar respostas, enfrentamos diversas dificuldades. Dentre elas, apontamos a carência de fontes

bibliográficas que oferecessem subsídios para aprofundar o tema – envolvimento de mulheres camponesas na política partidária do oeste de Santa Catarina – não foi nada fácil. Após conclusão da pesquisa entendemos alguns motivos.

Primeiro, tomar posição partidária envolve assumir uma ideologia e quando nos posicionamos, politicamente, defendemos alguns grupos sociais, logo, não agradamos outros. Segundo, escrever sobre a política partidária também significa tomar posição e na academia há liberdade de pensamento, no entanto, muitos pesquisadores se intimidam em escrever sobre o tema temendo a responsabilidade e os resultados dos escritos. Terceiro, de forma geral os cidadãos estão vinculados a algum partido político ou o seguem, porém, muitos, diante do modelo político que esteve em vigor e ainda perpetua em alguns Estados e Municípios, fazem isso secretamente e optam por não falar do assunto. Portanto, manifestar-se ou escrever a respeito da política partidária é um ato de coragem. Precisamos de mais corajosos para avançar nas pesquisas!

Diante do exposto, concluímos que o envolvimento das lideranças do MMC na política partidária, em dez municípios no oeste de Santa Catarina, no período de 1983 a 2003, ocorreu a partir do momento em que firmaram identidade, mostraram autonomia na escolha do partido, se fortaleceram nos confrontos, na resistência, nas lutas, nas escolhas e na construção dos projetos alternativos para um novo modelo de sociedade em que acreditam. Logo, não este, dominados por homens e, obviamente, pelos donos do capital.

## REFERÊNCIAS

- ACHE TUDO E REGIÃO. **Histórico**. 2018. Disponível em: <https://www.achetudoeregiao.com.br/sc/chapeco/historia.htm>. Acesso em: 18 de agosto de 2018.
- AGUIAR, Neuma. **Mulheres na força de trabalho na América Latina: Análises Qualitativas**. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.
- ALONSO, L.H. **La Miranda Cualitativa em Sociologia**. Madrid: Fundamentos, 1998.
- ANDREANI, Arthur Carpenedo. **Política, economia e imprensa no oeste de Santa Catarina (1960-1966)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel e Licenciado em História), Universidade de Santa Catarina, 2016. Disponível em: [https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/179625/Arthur\\_Carpenedo\\_Andreani\\_TCC\\_Final\\_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/179625/Arthur_Carpenedo_Andreani_TCC_Final_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 22 de julho de 2018.
- ANTUNES, Ricardo. **O sentido do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- \_\_\_\_\_. (2003). **Adeus ao Trabalho**. 9. ed. São Paulo: Cortez; Campinas; SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas.
- ARAÚJO, A M. C. **Apresentação do dossiê gênero no trabalho**. Caderno Pagu, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero, Unicamp, n. 17: 2001.
- ARRUDA, José J. A; PILETTI, Nelson. **Toda a História: história geral e história do Brasil**. 12ª ed. São Paulo: editora Ática, 2003.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724** – Informação e documentação – trabalhos Acadêmicos - Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023** – Informação e documentação – Referências - Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.
- BARREIRO, IMF. **Política de educação no campo: para além da alfabetização (1952-1963)** [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2010. Disponível em: ISBN 978-85-7983-130-0. Available from SciELO Books . Acesso em 21 de fevereiro de 2018.
- BARRERAS, Maria José. O Velho na política brasileira: partidos e eleições (1837-1979). (1999). In: PEDROSO, Elizabeth Kieling; TORRESINI, Elizabeth Rochadel. (orgs.). **Eleições: história e estratégias**. Porto Alegre: Evangraf, 1999.
- BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- \_\_\_\_\_. (2012). **Igreja: carisma e poder**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- BONI, Valdete. **De Agricultoras a Camponesas: O Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina e suas práticas**. 2012, 253 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) -

Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

\_\_\_\_\_. (2017). Três décadas do Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina. In: BONI, Valdete. *et. al. Mulheres Camponesas e Agroecologia*. Curitiba: Editora CRV, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel. 1989.

\_\_\_\_\_. (1990). **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BRANCHER, Ana. **História de Santa Catarina - Estudos Contemporâneos**. 2. ed. Florianópolis: Editora Letras Contemporâneas, 2004.

BRANDT, Marlon. **Uma história ambiental dos Campos do Planalto de Santa Catarina**. 2012, 332 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

BRASIL, Érico; SCHUMAHER, Schuma (org.). **Dicionário Mulheres do Brasil**: de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. IBGE, **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>. Acesso em: 29 de abril de 2018.

\_\_\_\_\_. (2014). **Censo Demográfico**: Sistema Nacional de Informações de Gênero – SNIG, 2014. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 21 de agosto de 2018.

\_\_\_\_\_. (2010). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 64/2010, pelo Decreto nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94 – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010.

\_\_\_\_\_. (2016). **Senado Federal**: Lugar de Mulher é na política. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/03/08/lugar-de-mulher-tambem-e-na-politica>. Acesso em: 30 de outubro de 2018.

BRITO, Lucelmo Lacerda. **Medellín e Puebla**: epicentros do confronto entre progressistas e conservadores na América. Revista Espaço Acadêmico, nº 111, mensal, ano X, ISSN 1519-6186, 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/10681/5854>. Acesso em: 26 de outubro de 2018.

CAJADO, Ane Ferrari Ramos; CARDOSO, Thiago Dornelles. **Mulheres no Brasil**: O voto da Mulher e as representações sobre o Eleitor. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2011.

CARRARA, Angelo Alves. Camponês: uma controvérsia conceitual. (2008). In: OLINTO, Beatriz Anselmo; MOTTA, Márcia Menendes; OLIVEIRA, Oséias (orgs.). **História Agrária: Propriedade e Conflito**. Irati, Paraná: Editora UNICENTRO, 2008.

CARTILHA ANMTR. **1º. Encontro Nacional**, 1997.

CARTILHA MMC/SC. **Uma história de organização, lutas e conquistas**. Chapecó: Editora Gráfica Rota, 2008.

CARVALHO, H. M. **O Campesinato Contemporâneo como modo de produção e como classe social**. Curitiba, 2012. Disponível em: [www.landaction.org/IMG/rtf/Os-limites-da-resistencia-social-camponesa.rtf](http://www.landaction.org/IMG/rtf/Os-limites-da-resistencia-social-camponesa.rtf). Acesso em 13 de fevereiro de 2018.

\_\_\_\_\_. (2005). **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento da campesinato no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Disponível em: [http://www.do.ufgd.edu.br/mariojunior/arquivos/cidadania\\_brasil.pdf](http://www.do.ufgd.edu.br/mariojunior/arquivos/cidadania_brasil.pdf). Acesso em 13 de julho de 2018

CASAGRANDE, Jacir. L. **Movimentos Sociais no campo: mulheres agricultoras em Santa Catarina**. Florianópolis, 1991. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política – Universidade Federal de Santa Catarina.

CASSOL, Evaldo. **A Secretaria dos Negócios do Oeste – SNO: as ações do Estado no desenvolvimento regional Catarinense (1963-1992)**. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, 2007. Disponível em: <http://tede.upf.br/jspui/bitstream/tede/65/1/2007EvaldoCassol.pdf>. Acesso em 22 de julho de 2018.

CLARET, Martin (org). **O pensamento vivo de Marx**. 8ed. São Paulo: Martin Claret, Editores, 1985.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**, São Paulo: Ática, 1997.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: Silva, José G.; Stlocke, Verena. **A questão agrária**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

CHOINASKI (*sic*), Luci. **Caderno de atuação parlamentar**. 49º Legislatura, Editora Arte Livre: Florianópolis, 1992.

CHOINACKI (*sic*), Luci. **Caderno de atuação parlamentar**. 51º Legislatura, 2º. ed. Brasília, 2002.

COLETTI, Claudinei. **A estrutura sindical do campo: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto**. Campinas: Editora da Unicamp: Área de publicações CMU/Unicamp, 1989.

COLLING, Ana Maria. **Rousseau, Condorcet e a questão do cuidado na Educação Superior**. Fazendo Gênero 9: Diáspora, Diversidades, Deslocamentos, 23 a 26 de agosto de 2010. Disponibilizado em: [http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278293207\\_ARQUIVO\\_textofg2010.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278293207_ARQUIVO_textofg2010.pdf). Acesso em: 20 de agosto de 2018.

COMASSETTO, Carlos Fernando *et al.* História de Concórdia do período anterior a sua emancipação. In: ZOTTI, Solange. **História faz História: contribuições ao estudo da História Regional**. Concórdia: UnC; HISED, 2006.

\_\_\_\_\_. (2008). **Os colono só trabalha [...]: A Colônia Rio Uruguay: aspectos da atuação das companhias colonizadoras entre 1920-50**. Dissertação (Mestrado em História) programa de Pós-graduação em História da Universidade de Passo Fundo, 2008.

COMASSETTO, Vilmar. **A percepção dos prefeitos de Santa Catarina em relação aos Conselhos Municipais sob o contexto do desenvolvimento sustentável**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

DABOIT, Pedro Carlos. **Do sócio-religioso ao sócio-político: a nova relação entre o Movimento das Mulheres Agricultoras e a Igreja Católica no oeste catarinense**. Florianópolis, 1996. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-graduação em sociologia Política – Universidade Federal de Santa Catarina.

DMITRUCK, Hilda B. **Educação patrimonial e fontes históricas – Cadernos do CEOM**. Chapecó: Argos, 2000.

ENGELS, Friedrich. **“Die Bauernfrage in Frankreich und Deutschland”** [A questão camponesa na França e na Alemanha]. Escrito entre 15 e 22 de novembro de 1894, e publicado primeiramente no Die Neue Zeit, Nr. 10,13. Jahrgang, I. Band, 1894-1895.

\_\_\_\_\_. (1984). **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Traduzido por KONDER, Leandro. 9. ed. Editora Civilização Brasileira S.A: Rio de Janeiro, 1984.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 11 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

FAVERO, Osmar. **Cultura Popular, Educação Popular: memórias dos anos 60**. São Paulo: Graal, 1983.

FERREIRA, Antenor G. Z. **Concórdia: o rastro de sua história**. Concórdia: Imprensa Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina, 1992.

FREIRE: Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. 20.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro/Brasília. Livraria José Olympio, Editora/INL-MEC. 1980.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I, II e III**. 7. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

GASPARETO e SCHIAVINI. Dom José e o Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA). In: UCZAI, Pedro (org.). **Dom José Gomes: Mestre e aprendiz do povo**. Chapecó: Argos, 2002.

GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth. **A Construção de saberes no Movimento de Mulheres Camponesas**: uma análise a partir do Programa de Sementes Crioulas no Oeste de Santa Catarina – Brasil. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, Santa Cruz do Sul, 2017.

\_\_\_\_\_. (2017). Paulo Freire vive na luta da mulher camponesa. In: DICKMANN, Ivo (org.). el tal. **Pedagogia da Memória**. Chapecó, Sinproeste, 2017.

\_\_\_\_\_. (2018). **Mulheres**: perspectivas históricas e as diversas faces de ditaduras e intervenções. Palestra. Chapecó: Sede do MMC/SC, 16 de junho de 2018. Disponibilizado em: <https://mail.yahoo.com/d/folders/1>; Acesso em: 03 de agosto de 2018.

GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA. **Formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais**. Livro de conteúdos. Versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

\_\_\_\_\_. (1997). **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola.

\_\_\_\_\_. (2007). **Teoria (s) da ação social na análise dos movimentos sociais**. Caxambú/MG: Unicamp/Uninove/Cnpq. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/papers-31-encontro/st-7/st33-1/3150-mariagohn-teoria/file> Acesso em; 14 de novembro de 20017.

\_\_\_\_\_. (2017). **Mulheres – atrizes dos movimentos sociais**: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. Revista Política & Sociedade – UFSC: v. 6, Nº 11 - outubro de 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1255>. Acesso em: 18 de junho de 2018.

GUARESCHI, Pedrinho Alcides. **Sociologia crítica: alternativas de mudança**. 38. ed. Porto Alegre: Mundo Jovem. 1996.

HAAL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. (T.T. da Silva & G.L. Louro, Trads.). Rio de Janeiro: DP & A, 1999.

HEINSFELD, Adelar (org.). **A região em perspectiva**: diferentes faces da história catarinense. Joaçaba: Edições UNOESC, 2001.

HILL, Stuart; ROTHCHILD, Donalt. The Impact of Regime on the Diffusion of Political Conflict. Londres: Routledge. 1992; In: TARROW, Sidney. **O poder em movimento**:

movimentos sociais e confrontos políticos; tradução de Ana Maria Sallum. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

HSIAO, Marcelo. **Hannah Arendt: entre o passado e o futuro da política e do direito – autoridade, legitimidade, violência e poder.** Dissertação de Mestrado, PUC, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp031975.pdf>. Acesso em 16 de julho de 2018.

HUME, David. Hume: vida e obra. São Paulo: Nova Cultural, 1999. In: GOMES, Anderson Soares. **Mulheres, Sociedade e Iluminismo: o surgimento de uma filosofia profeminista na Inglaterra do século XVIII.** UFRRJ. Matruga, Rio de Janeiro, v. 18 n.29. jul./dez. 2011.

IANNI, Octavio. **A constituição do proletariado agrícola no Brasil.** Revista de Estudos Políticos. Belo Horizonte: n.12, out. 1961.

IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. **Lutas sociais na América Latina.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.

LIMA, Maria Ednalva Bezerra de. et al. **Mulheres na CUT: Uma história de muitas faces.** São Paulo: CUT Brasil, 2006.

LISBOA, Teresa Kleba. **Gênero, Classe e etnia: trajetória de vida de mulheres migrantes.** Florianópolis: Editora da UFSC; Chapecó: Argos, 2003.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916).** Campinas, SP: Editora Unicamp, 2004.

MARCHESAN, Jairo. **A questão ambiental na produção agrícola: um Estudo Sócio-Histórico-Cultural no município de Concórdia (SC).** Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.

MARTINEZ, Paulo. **Reforma Agrária: questão de terra ou de gente?** São Paulo: Moderna, 1987.

MARTINS, José de S. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1981.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** In: SANT'ANA, Reginaldo. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais do campo.** Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: Hucitec – Abrasco, 1993.

MISOCZKY, Maria C.A; FLORES, Rafael K e SILVA, Sueli M. G. VIEIRA, Flávia Braga. **Estudos organizacionais e movimentos sociais: o que sabemos? para onde vamos?** Disponível em: ([http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-39512008000300007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512008000300007&lng=pt&nrm=iso)). Acesso em 30 de outubro de 2017.

MMC. **Revista Camponesa.** Ano I, revista I, dezembro: 2005.



\_\_\_\_\_. (2018). **Site do Movimento das Mulheres Camponesas**. Disponível em: <http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/47>. Acesso em 09 de agosto de 2018.

\_\_\_\_\_. (2008). **Revista Camponesa: uma história de organização, lutas e conquistas**. Chapecó/SC: Gráfica Rota. 2008.

MMTR. **“Pré-tese para a Segunda Assembléia Estadual do MMTR/RS”**. Passo Fundo, Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais. 1992.

MORAIS, Clodomir Santos. História das Ligas Camponesas do Brasil – 1969. In: STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MORGA, Antonio. et al. **História das Mulheres de Santa Catarina**. Chapecó/SC: Argos, 2001.

MORISSAWA, Mitsue. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NAVARRO, Zander. **Democracy, Citizenship and Representation: Rural Social Movements in the State of Rio Grande do Sul, Brazil, 1978-1990**. Cambridge (Estados Unidos), Center for International Studies Working Paper, Massachusetts Institute of Technology. 1992.

NOBREGA, Manuel da. “Essa terra é nosso empreendimento”. Bahia, 1549. In: BOXES, C. R. **Relações Raciais no Império Colonial Português**. Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Universitário, nº 4, 1967.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

PERROT, Michelle. **Dossiê: “História das Mulheres no ocidente”**. Tradução: Viera, Ricardo Augusto. Unicamp: cadernos pagu (4) 1995: pp. 9-28. Disponível em: [file:///C:/Users/Carlos%20Comasseto/Downloads/cadpagu\\_1995\\_4\\_2\\_PERROT.pdf](file:///C:/Users/Carlos%20Comasseto/Downloads/cadpagu_1995_4_2_PERROT.pdf). Acesso em: 21 de agosto de 2018.

PETERSEN, Áurea Tomatis. Partidos e Eleições: 1979-98. In: In: PEDROSO, Elizabeth Kieling; TORRESINI, Elizabeth Rochadel. (orgs.). **Eleições: história e estratégias**. Porto Alegre: Evangraf, 1999.

POCHMANN, Marcio. **O desafio da inclusão social no Brasil**. São Paulo: Publisher Brasil, 2004.

POLI, Odilon Luiz. **Leituras em Movimentos Sociais**. Chapecó: Grifos, 1999.

POSSAS, Lúcia Maria Vianna. **Mulheres, trens e trilhos: modernidade no sertão paulista**. São Paulo: EDUSC, 2001.

RADIN, José Carlos. **Italianos e ítalo-brasileiros na colonização do oeste catarinense**. 2.

ed. Joaçaba: Edições UNOESC, 2001.

Relatório do Primeiro Congresso, realizado em Brasília, de 5 a 8 de março de 2004, intitulado: **Deliberações do Movimento de Mulheres Camponesas Brasil**. Passo Fundo.

ROSSARI, Alzimir. Movimento sindical urbano de Chapecó e Concórdia. In: ZOTTI, Solange. **História faz História: contribuições ao estudo da História Regional**. Concórdia: UnC; HISED, 2006.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Emílio ou Da Educação. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992. In: COLLING, Ana Maria. **Rousseau, Condorcet e a questão do cuidado na Educação Superior**. Fazendo Gênero 9: Diáspora, Diversidades, Deslocamentos, 23 a 26 de agosto de 2010. Disponibilizado em: [http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278293207\\_ARQUIVO\\_textofg2010.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278293207_ARQUIVO_textofg2010.pdf). Acesso em: 20 de agosto de 2018.

SALVATTI, Ideli. **Ações, reflexões e sentimentos**: principais artigos e discursos da Senadora Ideli Salvatti (PT/SC). Brasília, 2004.

SANTOS, Silvio Coelho. **Nova História de Santa Catarina**. 5ª ed. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2004.

SILVEIRA, Celso Martins. **Anita Garibaldi**: A vida de uma heroína. São Paulo: Anita Garibaldi, 2004.

STEDILE, João Pedro. **Questão agrária no Brasil**. São Paulo: Atual, 1997.

\_\_\_\_\_. (2005). **A questão agrária no Brasil**: Programa de reforma agrária 1946-2003. São Paulo: Expressão Popular.

STEPHEN, Lynn. Relação de gênero: um estudo comparativo sobre organizações de mulheres rurais no México e no Brasil. In: NAVARRO, Zander. **Política, protesto no campo: as lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1996.

TAVARES, Elaine. **A luta das Mulheres Agricultoras em Santa Catarina**. Florianópolis: 1992.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento**: movimentos sociais e confrontos políticos; tradução de Ana Maria Sallum. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TEDESCO, João Carlos. **Terra, trabalho e família**: racionalidade produtiva e *ethos* camponês. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve histórico do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

THALHEIMER, August. **Introdução ao Materialismo Dialético**: Fundamentos da Teoria Marxista; tradução de Luiz Monteiro. São Paulo: Livraria Cultura Brasileira, 2014. Disponível em:

(<https://www.marxists.org/portugues/thalheimer/1928/materialismo/Introducao-ao-Materialismo-Dialetico.pdf> . Acesso em 27 de novembro de 2017.

TRISTÁN, Flora. **União Operária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. Disponível em: [http://redept.org/uploads/biblioteca/Uniao\\_Oper%C3%A1ria\\_web.pdf](http://redept.org/uploads/biblioteca/Uniao_Oper%C3%A1ria_web.pdf). Acesso em: 13 de julho de 2018.

UCZAI, Pedro (org.). **Dom José Gomes: Mestre e aprendiz do povo**. Chapecó: Argos, 2002.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O campesinato brasileiro: uma história de resistência**. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 52. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032014000600002>. Acesso em: 12 de junho de 2018.

WOLFF, Cristina, Scheibe. Como se forma uma “boa dona de casa”: A educação das mulheres teuto brasileiras na Colonia de Blumenau (1850-1900). In: MORGA, Antonio. et al. **História das Mulheres de Santa Catarina**. Chapecó/SC: Argos, 2001.

VALADARES, Loreta. **As faces do Feminismo**. São Paulo: Editora Anita, 2007.

VALENTINI, Delmir José. **Da Cidade Santa à Corte Celeste: Memória de sertanejos e a Guerra do Contestado**. 3 ed. Caçador: Universidade do Contestado, 2003.

VALIM, Ana. **Migrações: da perda da terra à exclusão social**. São Paulo: Atual, 1996.

ZARTH, Paulo. A. Fronteira Sul: história e historiografia. In: RADIN, José C. VALENTINI, Delmir J. e ZARTH, Paulo. A. **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida: Chapecó, 2015.

**APÊNDICE A - TCLE ENCAMINHADOS AOS DEPOENTES****TCLE PARA ENTREVISTADOS**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS)  
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - (PPGH)  
MESTRADO EM HISTÓRIA - *Campus* Chapecó – SC  
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFFS**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)****PARTICIPAÇÃO POLÍTICA PARTIDÁRIA DO MOVIMENTO DAS MULHERES  
CAMPONESAS NO OESTE DE SANTA CATARINA**

**Prezado participante,**

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa: Participação política partidária do Movimento das Mulheres Camponesas no oeste de Santa Catarina desenvolvida por Cleonice Bison, discente do PPGH - Mestrado em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus de Chapecó, sob orientação do Prof. Dr. Humberto Jose da Rocha.

Atendendo ao disposto na Resolução CNS Nº 466 de 2012 item IV. 3. a, informo que:

- ✓ O **OBJETIVO CENTRAL** do estudo consiste analisar o envolvimento político partidário de lideranças do Movimento das Mulheres Camponesas e os resultados, na região oeste de Santa Catarina.
- ✓ A **JUSTIFICATIVA** para a realização da pesquisa se dá pela importância do estudo, tão pouco discutido, além ajudar os leitores a compreender a grandeza da experiência histórica representada pelos mais de trinta anos de luta do MMC. Aos militantes sociais, principalmente camponeses, que fazem a sua luta até os dias de hoje, o trabalho buscará oferecer a possibilidade de uma ampla colheita de lições que auxiliarão na compreensão dos acertos e dos erros das ações políticas realizadas com determinação.

**Você, na condição de PARTICIPANTE está sendo convidado, de acordo com critério de inclusão, previsto na Resolução CNS Nº 466 de 2012 itens IV. 3.a, d, por ter participado do MMC e ter se envolvido com a política partidária, no período da atuação.**

- ✓ Sua participação não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como desistir da colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação e sem nenhuma forma de penalização. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir a sua participação, ou desista da

mesma. Contudo, ela é muito importante para a realização da pesquisa. Você não receberá remuneração e nenhum tipo de recompensa nesta pesquisa, sendo sua participação voluntária.

Quanto aos **MECANISMOS PARA GARANTIR O SIGILO E PRIVACIDADE**, serão respeitados conforme Resolução CNS Nº 466 de 2012 item IV. 3. c e, onde:

✓ Serão garantidas a **CONFIDENCIALIDADE E A PRIVACIDADE** das informações por você prestadas. Qualquer dado que possa identificá-lo, a não ser que você autorize, será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e o material será armazenado em local seguro.

✓ A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo. Saliento que não há risco de você ser identificado ao longo do trabalho, se você não queira.

**Autorizo ser identificado na realização de entrevista.**

**Não autorizo ser identificado na realização de entrevista.**

**Quanto aos PROCEDIMENTOS DETALHADOS QUE SERÃO UTILIZADOS NA PESQUISA (Conforme Resolução CNS Nº 466 de 2012 item IV.3.a, a sua participação:**

✓ A entrevista semiestruturada seguirá um roteiro com três tópicos gerais: 1º) Identificação (contendo seis questões); 2º) Atuação no Movimento (contendo 14 questões); 3º) Experiência política (contendo 17 questões). Concluída a entrevista, os documentos orais em seu conjunto, constituirão importante fonte documental para análise, para comparação com outras fontes e para a construção das narrativas da dissertação. Após consentimento/autorização a entrevista será gravada ou filmada para posterior transcrição. A sistematização ficará numa cópia física e em *pen drive* pessoal que será armazenado por um período de cinco anos, sob responsabilidade da Pesquisadora Cleonice Bison, sendo devolvida para entrevistado (caso seja de interesse) ou, destruída após este prazo.

**Em relação ao TEMPO DE DURAÇÃO DA ENTREVISTA obedecerá a disponibilidade do depoente.**

**Autorizo a realização de entrevista gravada/filmada e transcrita.**

**Não autorizo a realização de entrevista gravada/filmada e transcrita.**

**A GUARDA DOS DADOS E MATERIAL COLETADOS NA PESQUISA (Conforme Resolução CNS Nº 466 de 2012 item XI.2.f), serão:**

✓ **Produzidos e armazenados, em arquivos digitais, sendo realizada a sua impressão para a realização da análise dos dados, mas somente terão acesso ao mesmo a pesquisadora e seu orientador. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, físico ou digital, por um período de cinco anos.**

Dos **BENEFÍCIOS** (individuais ou coletivos), conforme Resolução CNS Nº 466 de 2012 item IV.3 b, serão:

- ✓ **BENEFÍCIO DIRETO** é de contribuir na investigação acadêmica referente à formação política e envolvimento partidário no Movimento das Mulheres Camponesas – MMC na região oeste de Santa Catarina.
  
- ✓ O **BENEFÍCIO INDIRETO** consiste em promover aos militantes sociais, principalmente camponeses, que fazem a sua luta nos dias de hoje, a possibilidade de uma ampla colheita de lições que auxiliarão na compreensão dos acertos e dos erros das ações políticas realizadas com determinação.
- ✓ Salienta-se ainda, que o benefício da cooperação implica apenas no desenvolvimento de novos conhecimentos acerca do tema estudado e os resultados obtidos serão utilizados exclusivamente para fins científicos.

Em relação à **PREVISÃO DE RISCOS OU DESCONFORTOS**, de acordo com Resolução CNS N° 466 de 2012 item IV.3 b, informo que:

- ✓ Sua participação na pesquisa poderá causar riscos sendo dimensionados como muito leve, considerando o constrangimento e a quebra de confidencialidade, portanto não serão divulgados os dados fornecidos quanto a sua identidade, a não ser que tenha autorizado acima.
- ✓ Caso a pesquisadora perceba qualquer risco ou dano significativo para você, previstos, ou não, neste termo, será comunicado o fato, ao Sistema CEP/CONEP, que avaliará a necessidade de adequar ou suspender o estudo.
- ✓ Como os riscos estão mais relacionados à dimensão psíquica, e nesta pesquisa, podem ser dimensionados como muito leve, uma vez que poderá ocorrer alguma mobilização de sentimentos relativos ao envolvimento no MMC.
- ✓ Como forma de **MINIMIZAR ESTES RISCOS** o depoente poderá solicitar a qualquer momento que a observação seja interrompida, podendo ser retomada mais adiante.
- ✓ Em qualquer etapa da pesquisa, você terá acesso à pesquisadora para esclarecimento de eventuais dúvidas. As informações obtidas serão confidenciais e utilizadas somente para fins da pesquisa.

Quanto à **DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA**, conforme Resolução CNS N° 466 de 2012 item XI. 2.h, você está ciente que os resultados da pesquisa serão divulgados em eventos e/ou publicações científicas mantendo sigilo dos seus dados pessoais, a não ser que tenha autorizado.

Quanto à **DEVOLUTIVA DIRETA DOS RESULTADOS DA PESQUISA**, você será convidada a participar de eventos em que a pesquisa será apresentada e também receberá cópia física e on line do documento final, se tiver interesse.

**Sobre a VIA DO TCLE, conforme Resolução CNS N° 466 de 2012 item IV. 3.f, caso concorde em participar, uma via deste termo ficará em seu poder e a outra será entregue ao pesquisador. Não receberá cópia deste termo, mas apenas uma via.**

**Desde já agradecemos sua participação.**

Concórdia – SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2018.

---

**Assinatura do Pesquisador Responsável**

Em caso de dúvida, entre em **contato com a pesquisadora**: Telefone: (49) 99918-2188, E-Mail: [cleohistoria@yahoo.com.br](mailto:cleohistoria@yahoo.com.br). Endereço para correspondência: Contorno Viário Norte – 1,5 km – bairro São Cristóvão - caixa postal 43, Concórdia – SC. CEP 89711-700.

**Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS: Telefone e Fax - (0XX) 49- 2049-3745, E-mail: [cep.uffs@uffs.edu.br](mailto:cep.uffs@uffs.edu.br)**

**Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul - Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS, Rodovia SC 484 – Km 02, Fronteira Sul, bloco da biblioteca, 3º andar, sala 310 - CEP: 89815-889.**

Declaro estar esclarecido (a) sobre os **TERMOS E ACEITAÇÃO** por minha livre e espontânea vontade em participar desta pesquisa e assino o presente documento em duas vias de igual teor e forma, ficando uma em minha posse.

**Nome completo do (a) participante:** \_\_\_\_\_

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

Concórdia - SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2018.